

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

Rogério Henrique Almeida

**ENTRE O RIO E ASFALTO: AS DISPUTAS TERRITORIAIS NAS
COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO PLANALTO SANTARENO, EM
SANTARÉM/PA, NO CONTEXTO DO AVANÇO DO GRANDE CAPITAL.**

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2021

ROGERIO HENRIQUE ALMEIDA

**ENTRE O RIO E ASFALTO: AS DISPUTAS TERRITORIAIS NAS
COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO PLANALTO SANTARENO, EM
SANTARÉM/PA, NO CONTEXTO DO AVANÇO DO GRANDE CAPITAL.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutora em Ciências – Área Geografia Humana.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dra. Valéria de Marcos

São Paulo, 2021.

Catálogo da Publicação
Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Bibliotecária da FSP/USP: Maria do Carmo Alvarez - CRB-8/4359

Almeida, Rogerio
Entre o rio e o asfalto: as disputas territoriais nas
comunidades quilombolas do planalto Santareno, em
Santarém/PA, no contexto do avanço do grande capital. /
Rogerio Almeida; orientadora Valeria De Marco. -- São
Paulo, .
279 p.

Tese (Doutorado) -- Faculdade de Saúde Pública da
Universidade de São Paulo, .

1. Amazônia. 2. Desenvolvimento. 3. Conflitos. 4.
Território. 5. Quilombola. I. De Marco, Valeria, orient.
II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Anuência do (a) orientador (a)****Nome do (a) aluno (a): Rogério Henrique Almeida****Data da defesa: _20/12_/2021****Nome do Prof. (a) orientador (a): Valeria de Marcos**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 22/02/2022

*(Assinatura do (a) orientador (a))*

Agradecimentos

Na filosofia africana Ubuntu existe um princípio básico político e ético que advoga que “Eu sou porque nós somos”. Nesta trajetória que ora se encerra manifesto meu apreço e respeito pelo matriarcado em que fui criado, por ordem, Delza (mãe), cujo nome de batismo é Nelba Almeida, educadora que sozinha nos anos de 1970 criou dois rebentos na província de São Luís, escudada comunalmente pelas minhas tias de sangue e por proximidade, onde consta Maria (tia), Socorro Salcher (in memoriam), Roselys (in memoriam), Graça (in memoriam), e tantas tias postiças as quais era educado a tomar bênçãos. Nas lonjuras das andanças, agradeço ainda à minha irmã, Cristiane, aos meus sobrinhos Isabela e Jonatan, ao sobrinho neto, Franklin, e ao meu filho Pedro. Cada um a seu modo encorajam na jornada, muitas das vezes, aparentemente, solitária.

O combate dos despossuídos na fronteira do Bico do Papagaio servem de um ensinamento que carrego por todo o sempre. A exemplo de uma lição do dirigente camponês Manoel da Conceição, quando em um dia acometido por um acabrunhamento, ele disparou: “Deixe disso. És jovem. Ainda morrerás várias vezes nesta vida. Morrerás de decepção com companheiros, de mal de amor, de saudade, solidão, até.”

Tantas lições nestas andanças, como o afrontar sobre as cercas dos latifúndios nas terras do sul e sudeste do estado por camponeses e sem terra, os acampamentos, as jornadas de lutas e marchas, as prosas sobre poesia e a luta pela terra à beira do Tocantins-Araguaia, certa feita junto a Jorge Neri, Charles Trocate e Ayala Ferreira, combatentes do MST. A luta na fronteira é faculdade sem parede. Francisco de Assis, Nonatinho, Dezinho (in memoriam) e tantos outros da Fetagri ensinaram a teimosia, onde ressoa na memória uma estrofe de canção popular entoado nas pelejas: “quem morre calado é sapo debaixo de pé de boi”.

Sou grato à família de Raimundo da Cruz Neto (Raimundinho) e Angelina, pela acolhida sempre risonha e gentil quando era necessário passar uns dias em terras de Marabá, quando eu já residia em Belém. Thiago, João, Das Neves e Jane (filhos) muitas das vezes cediam o próprio canto para que eu pudesse me acomodar.

Aos colegas da CPT, Rose Bezerra, José Batista e Geuza. Aos companheiros de copo Fabinho, Eric Belém, e o senhor Zequinha (José Ferreira). Ao mano Juliano Almeida, um antropólogo arretado, que colaborou junto à causa indígena na região.

Tanto mar. Tanto rio. Encontros e desencontros. Estranhamentos. Aconchegos e separações. Nestas jornadas colaboraram em demasia em meu caminhar as ex companheiras Heloísa Aquino e Rosa Rocha, das quais guardo as melhores lembranças e afetos.

Diego, Nete, Marilva e dona Tetê, irmãos do samba da Casa do Gilson e da Casa de Noca, em tempos de residência em Belém possibilitaram inúmeros momentos de amizade, ternura e apreço, assim como Maria de Nazaré Trindade, na delicadeza do revisar os escrevinhamentos meus, sambas e poesia, saravá!.

Em tempos marcados pelo obscurantismo, o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi fundamental para o período de estágio em São Paulo, bem como a possibilidade de participação em inúmeros encontros científicos, entre os quais, enumero:

01) **Fórum Internacional sobre a Amazônia**, que ocorreu no período de 6 a 9 de junho de 2017, na Universidade de Brasília (Unb), para apresentação do trabalho **A (s) Amazônia (s) em disputa: a luta pela terra entre extrativistas da Comunidade de Pilões e o Grupo Jari no oeste do Pará;**

02) **VIII do SINGA**, realizado na Universidade Federal do Paraná, na cidade de Curitiba, no período de 01 a 05 de novembro de 2017, com a apresentação do artigo **“EXPANSÃO DA MINERAÇÃO NAS TERRAS DOS CARAJÁS: Pequeno inventário sobre conflitos socioambientais no projeto S11D da Vale, novos sujeitos e resistências”** trabalho produzido em parceria com Leandro Cazula, professor de Geografia da UFOPA e parceiro no doutorado;

03) do **III CONGEO**, realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF), campus de Niterói, de 10 a 14/09/2018, como coautor do artigo: **“De Marabá (PA), região de Carajás, à MARIANA (MG), Quadrilátero Ferrífero: Pequeno Inventário Sobre Conflitos, Riquezas, misérias e tragédias no Brasil Neocolonial”**, em parceria com Thulla Esteves parceira de doutorado e de caminhada;

04) **IV Simpósio Internacional de Cultura e Comunicação na América Latina**, cujo tema central foi: **Pensamento crítico latino-americano em debate: “construção do conhecimento, investigações participativas e epistemologias decoloniais**. Coube a ECA/USP a organização do evento, que ocorreu entre os dias 12 a 14 de novembro de 2018. Na ocasião apresentei o artigo **Amazônia(s) em rede(s): Rádios da Amazônia protagonizam comunicação alternativa a partir da Rádio Rural de Santarém/PA**, em coautoria com Joelma Viana, educadora e jornalista da Rádio Rural de Santarém;

05) **Workshop Serviços Ambientais: Perspectiva e Desafios Para o Desenvolvimento Sustentável e Bem-Estar das Comunidades de Agricultores Familiares no Amazonas**, realizado em Manaus-AM, na sede do INPA e da UFAM, no período de 21 a 23 de novembro de 2018, na composição de mesa de debate com a exposição **Amazônia (s): alguns traços sobre a condição colonial e algumas insurgências**, com a professora Maria Mariza (UEPA) e o pesquisador da Embrapa Rafael Porto (RR). O evento possibilitou ainda uma importante aproximação com renomados pesquisadores sobre a região, a exemplo de Philip Fearnside [INPA], Alfredo Homma [Embrapa], bem como lideranças de extrativistas e camponesas;

06) **IX SIMPÓSIO INTERNACIONAL e o X SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, cujo tema foi “**PARA ALÉM DAS CERCAS QUE NOS CEGAM: AS NATUREZAS DAS R-EXISTÊNCIAS NO CAMPO NA AMÉRICA LATINA**, ocorrido em Recife, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no período de 11 a 15 de novembro de 2019, no GT **ENTRE A TERRA-FLORESTA E A FLORESTA TROPICAL: AMAZÔNIA COMO LUGAR DE MUITOS MUNDOS NO SISTEMA-MUNDO CONTEMPORÂNEO**, com a apresentação do trabalho **ENTRE O RIO E O ASFALTO: As disputas territoriais no entorno do Lago do Maicá, Santarém/PA**.

07) **XVII Encontro de Geógrafos de América Latina (Egal)**, realizado em Quito, Equador na Pontificia Universidad Católica del Ecuador, no período de 09 a 14 de abril, de 2019, com a apresentação de banner **Riscos, Impactos e Justiça Intergeracional nos Principais Polos Ferríferos Brasileiros**, na condição de co-autor junto a pesquisadora Thulla Esteves.

Em todos os eventos contamos com o apoio da Capes, o qual endossamos como fundamental e necessário na formação na trajetória da pesquisa brasileira. Com relação ao Singa do Recife foi essencial no sentido em ratificar a linha de investigação da pesquisa, na aproximação do debate da acumulação primitiva em Marx e autores do debate em torno da decolonialidade no continente latino.

Para além dos encontros acadêmicos acima citados, o Dinter proporcionou dois seminários de pesquisa, um realizado em São Paulo, entre os dias 22 e 23 de outubro de 2018, que contou com contribuições de importantes pesquisadores, a exemplo de Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa (USP), Prof. Dr. Paulo Eduardo Artaxo (IF-USP), e Prof. Dr. Eduardo Góes Neves (Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE – USP), e o segundo realizado em Marabá/PA, entre os dias 16 a 18 de setembro de 2019, que contou com as contribuições dos professores Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP) e Maurílio de Abreu Monteiro, reitor da Unifesspa.

Ainda no Dinter, durante o período de estágio, estivemos, ao lado de Thulla Esteves e Abraão Mascarenhas, na emissora de Rádio Brasil Atual, para falar sobre o seminário e dinâmicas na Amazônia, e com Thulla Esteves, Abel Pojo na Escola Municipal de Ensino Fundamental Cacilda Becker, no bairro de Jabaquara, para diálogo junto a professores e educandos do turno noturno sobre a Amazônia, e uma prosa na livraria Tapera-Taperá, ao lado da professora Valéria de Marcos, Abel Pojo e Thulla Esteves com o intento em publicizar situações de conflitos na região, a partir das nossas investigações, e fazer o diálogo para além fronteira do espaço acadêmico.

Agradecer é preciso, em demasia a paciência e encorajamento dos professores do Dinter, Neli Aparecida Théry (in memoriam) e Hervé Théry, profundos conhecedores da nossa região, Rita Cruz, Wagner Ribeiro, na condição de coordenador do Dinter, e da professora Isabel Alvarez, na condição de vice coordenadora, e ao Marcus Mariano, coordenador no estado Pará. Realço ainda a saudável convivência com todos os colegas de curso, nos mais variados momentos acadêmicos e de ludicidade.

Cumpra aqui o registro à professora Léa Francesconi, que acompanhou a primeira fase da empreitada da pesquisa, e à professora Valéria de Marcos, pela coragem em assumir a pesquisa em andamento, e pela apurada leitura, críticas e contribuição na fase final da investigação, com valiosas sugestões de supressão de trechos supérfluos e carregados

de preciosismos. Bem como aos colegas que colaboram na banca examinadora de qualificação, Ariovaldo Umbelino e Larissa Bombardi.

Urge registrar o companheirismo de todos os colegas do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da UFOPA, pela solidariedade e compreensão durante todo o percurso do doutoramento, agradecimento especial às professoras Evani Larisse e Giselle Alves, que na condição de coordenadoras do curso, empreenderam todos os esforços necessário para facilitar a minha rotina no curso, no sentido em favorecer a pesquisa, na maior parte da jornada, e às professoras Izaura Nunes Costa e Francielei Maciel, na fase final.

Saliente-se ainda a acolhida da professora Elen Pessoa, do Curso de Ciências Econômicas, assim que aportei em Santarém, num chuvoso dia de fevereiro de 2016. Muito obrigado.

Cordialmente agradeço aos colegas do curso de Geografia da mesma instituição Leandro Cazula e Eneias Guedes por apresentarem a região do Planalto santareno, e à efetiva colaboração de Cazula na confecção dos mapas, apesar de todos os seus afazeres. Janaína Braga, ex aluno do curso de Gestão Pública, autora de TCC sobre o território de remanescente de quilombo Maria Valentina, colaborou em fichamentos e levantamentos de dados. Grato pela ajuda. Pela cessão de fotos agradeço a Acorjuve, Alexandre Barros e Elen Pessoa.

Não fosse o aceite da FOQS na pessoa do senhor Dileudo Santos, na época presidente da instituição, e morador do Bom Jardim, o presente trabalho não seria possível. Agradeço ainda ao professor Joilson Vasconcelos, igualmente morador do mesmo quilombo do senhor Santos, fundamental na mediação que possibilitou o diálogo com as demais comunidades quilombolas da região do planalto. Empenho semelhante apreço ao dirigente da comunidade do Tingu, o senhor Bena, ao cacique Munduruku, Manoel, dirigente da aldeia Ipauipixuna, ao senhor Azemar, do Murumurutuba, o senhor Mário, do Murumuru, o senhor Ademir, do Tingu, pela acolhida em sua casa, em tempos de atividade de campo. Aos êres do Bom Jardim, pelo dia de campo.

Agradeço ainda às funcionárias do setor Regularização de Territórios Quilombolas do INCRA de Santarém, a SR 30, nas pessoas das senhoras Raquel Amaral e Cristina Sosniski na celeridade em fornecer os documentos concernentes aos territórios de remanescentes de quilombos do município.

As lonjuras da terra natal e o Dinter proporcionaram ainda o chamego com a terna e valente Thulla Esteves, com quem caminho desde um junho de 2017, a enfrentar os combates na fronteira, sejam eles das saudades dos familiares e parentes, sejam por conta das inseguranças em palmilhar um terreno estranho ao nosso campo de formação. A sua paciência, encorajamento e afeto foram fundamentais diante de momentos tão sombrios e delicados que experimentamos. Seguiremos por mares bravios, ainda que a nossa nau não tenha velas e os ventos estejam em oposição, manteremos o riso e o afeto.

Tanto mar. Tanto rio. Tanta gente a somar no navegar. “Eu sou porque nós somos”, ubuntu.

Resumo

ALMEIDA, Rogerio Henrique. ENTRE O RIO E ASFALTO: AS DISPUTAS TERRITORIAIS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO PLANALTO SANTARENO, EM SANTARÉM/PA, NO CONTEXTO DO AVANÇO DO GRANDE CAPITAL Tese (Doutorado em Geografia Humana) Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

A reflexão sobre a acumulação capitalista por meios não capitalistas alinhada ao debate sobre colonialidade e à quilombação, servem de guia da presente tese com vistas a analisar as situações de conflitos que se desdobram nas comunidades de remanescente de quilombo na região do Planalto Santareno, bem como as ações de r-existência das mesmas diante do avanço do grande capital, que tem como objetivo consolidar o Baixo Amazonas como um corredor de exportação de *commodities*. Entre os procedimentos metodológicos adotados, temos: a) entrevistas com sujeitos sociais envolvidos nos conflitos, em particular dirigentes das comunidades quilombolas e indígenas, STTR, e outras representações do campo popular, b) participação na condição de observador de eventos de debates sobre grandes projetos agendados para a região, realizados por diferentes setores do município (ministérios públicos, movimentos sociais e as universidades), c) levantamento de dados junto INCRA, Fundação Palmares e IBGE e da Federação das Organizações de Quilombos de Santarém (FOQS). Tem-se como resultado da investigação apossamento ilegal de áreas nas comunidades do quilombo por comerciantes e outros setores de representação de poder do município, da região e mesmo fora dela. Muitas das vezes pessoas estranhas às comunidades criam situações de conflitos para além das situações fundiárias, com relação ao manejo de gado, ao impedimento de acesso ao sistema municipal de água, como registrado na comunidade do Tingu, e situações de conflito entre sujeitos do mesmo campo popular, como ocorre na comunidade de Murumurutuba, que necessita equacionar situação de delimitação territorial com o povo Munduruku, para que o processo de reconhecimento do território prossiga junto ao INCRA, situação que o Tingu conseguiu negociar. Tem-se ainda situações de conflitos no campo interno e externo nas comunidades relacionados com o manejo da pesca e do açaí. Além destes cenários, tem-se o projeto da construção de um Complexo Portuário na Lago do Maicá, região de abrangência das comunidades quilombolas, conjuntura que afeta o cotidiano local, a exemplo de ameaça de

rompimento dos laços de solidariedade e compadrio existente nos quilombos e vizinhança, e ao mesmo tempo mobiliza de ações de r-existência diante do projeto, como a construção do recurso político do Protocolo Consulta, este amparado na Convenção 169 da OIT, a qual o Brasil é signatário, entre outras formas.

Palavra chave: Amazônia, Acumulação Capitalista, Grandes Projetos, R-existência quilombola.

Abstract

BETWEEN RIVER AND ASPHALT: TERRITORIAL DISPUTES IN QUILOMBOLA COMMUNITIES IN PLANALTO SANTARENO, IN SANTARÉM/PA, IN THE CONTEXT OF GREAT CAPITAL ADVANCEMENT

Thesis (Doctorate in Human Geography) Department of Geography, University of São Paulo, São Paulo, 2021.

The reflection on capitalist accumulation by non-capitalist means in line with the debate on coloniality and quilombola serves as a guide for this thesis with a view to analyzing the situations of conflicts that unfold in the communities of quilombo remnants in the Planalto Santareno region, as well as their re-existing actions in the face of the advance of big business, which aims to consolidate the Baixo Amazonas as a commodities export corridor. Among the methodological procedures adopted, we have: a) interviews with social subjects involved in the conflicts, in particular leaders of quilombola and indigenous communities, STTR, and other representations of the popular field, b) participation as an observer in debate events on major projects scheduled for the region, carried out by different sectors of the municipality (public ministries, social movements and universities), c) data collection with INCRA, Palmares Foundation and IBGE and the Federation of Quilombos Organizations of Santarém (FOQS). As a result of the investigation, illegal possession of areas in quilombo communities by traders and other sectors representing power in the municipality, the region and even outside it has been found. Often people outside the communities create conflict situations beyond the land tenure situations, in relation to the management of livestock, the impediment of access to the municipal water system, as recorded in the Tingu community, and situations of conflict between subjects in the same field popular, as in the community of Murumurutuba, which needs to equate a situation of territorial delimitation with the

Munduruku people, so that the process of recognition of the territory can proceed with INCRA, a situation that Tingu managed to negotiate. There are also situations of internal and external conflicts in communities related to the management of fishing and açaí. In addition to these scenarios, there is the project to build a Port Complex on Lago do Maicá, a region covered by quilombola communities, a situation that affects local daily life, such as the threat of breaking the bonds of solidarity and crony existing in the quilombos and neighborhood, and at the same time mobilizes r-existence actions in front of the project, such as the construction of the political resource of the Consultation Protocol, this one supported by ILO Convention 169, to which Brazil is a signatory, among other ways.

Keywords: Amazon, Capitalist accumulation, Large projects, quilombola R-existence.

Sumário

Apresentação

.....15

CAPÍTULO I – AMAZÔNIA: A CONDIÇÃO COLONIAL, O MONOPOLIO DA TERRA, O TRABALHO COMPULSÓRIO E A QUILOMBAGEM.....30

1.1 Rebeliões na Senzala como Oposição à Concentração da Terra38

1.2 Amazônia – entre violências físicas e simbólicas44

CAPÍTULO II - A CONDIÇÃO COLONIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO MONOPÓLIO DA TERRA E O TRABALHO COMPULSÓRIO.....50

2.1 A Condição Colonial da Amazônia no Xadrez da Geopolítica..... 55

2.2 Amazônia: geopolítica, políticas desenvolvimentistas e conflitos58

CAPÍTULO III - GRANDES PROJETOS NO BAIXO AMAZONAS E REGIÃO DE ENTORNO.....69

3.1 Ford na Amazônia – A Primeira Experiência Essencialmente Capitalista73

3.2 - A Experiência do Projeto Jari.....76

3.3 – Mineração Rio do Norte (MRN) -A Experiência da mineração de Bauxita no Trombetas.....81

3.4 - O Porto da Cargil em Santarém/PA.....83

3.5 - A Experiência da Alcoa em Juruti.....87

3.5.1- Resistência ao projeto das comunidades tradicionais de Juruti.....90

3.6 - O Complexo Portuário de Itaituba.....92

CAPÍTULO IV - AMAZÔNIA: A IIRSA – A RECENTE ESCALA DE DESENVOLVIMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES.....97

4.1 - O Projeto de Logística Arco Norte – A Mesma História Desenvolvimentista Tantas Lidas..... 110

4.1.1 - Ferrogrão – O Sistema Ferrogrão-Tapajós (EF-170 MT/PA-TAPAJÓS)..... 114

4.1.2 - O Complexo Hidroelétrico do Tapajós (CHE) e o Projeto Hidroelétrico de São Luiz do Tapajós.....	118
---	-----

CAPÍTULO V - ALINHAVOS SOBRE A AMAZÔNIA, A CONFORMAÇÃO SOCIOECONOMICA DO BAIXO AMAZONAS E A CIDADE DE SANTARÉM.....12

4

5.1 Entre rios, circuitos econômicos e r-existências.....	135
5.2 Outros aspectos sobre o Baixo Amazonas.....	141
5.3 Outras notas sobre Santarém-PA.....	145
5.4 A Soja no Planalto Santareno.....	158

CAPÍTULO VI – LAGO DO MAICÁ E O COMPLEXO PORTUÁRIO DA EMBRAPAS.....162

6.2 - O projeto do complexo portuário da Embraps.....	164
---	-----

6.3 – O Complexo Portuário do Maicá – Fases e Processos	165
---	-----

CAPÍTULO VII - AQUILOMBAÇÃO NO BAIXO AMAZONAS: CENÁRIOS DE CONFLITOS, ORGANIZAÇÃO E ENFRETAMENTOS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS.....178

7.1 Encontro Raízes Negras do Baixo Amazonas.....	178
---	-----

7.2 O Protocolo Consulta como instrumento de enfrentamento aos grandes projetos e de relação com o Estado.....	197
--	-----

7.2.1 O processo de Construção da Convenção de nº 169.....	204
--	-----

7.2.2 O Protocolo Consulta da FOQS (Federação das Organizações Quilombolas de Santarém).....	210
--	-----

7.2.3 O Protocolo Consulta da FOQS.....	214
---	-----

CAPÍTULO VIII - AS PELEJAS TERRITORIAIS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO TININGU E DE MURUMURUTUBA.....219

8.1 - Pequena inflexão sobre a categoria território.....	219
--	-----

8.2 Comunidade de Remanescente de Quilombo do Tingu.....	224
--	-----

8.3 Alguns Aspectos sobre a Comunidade de Remanescente de Quilombo de Murumurutuba.....	246
Algumas considerações.....	259
Bibliografia.....	267

Entre o rio e o asfalto: as disputas territoriais nas comunidades quilombolas do planalto Santareno, em Santarém/PA, no contexto do avanço do grande capital.

Apresentação

Afinal de contas, o que vem a ser, significa, expressa a categoria fronteira num território singular como a Amazônia, tido como o derradeiro *front* de avanço do capital? Lugar de desassossego, aperreio, aridez, disputas sangrentas e longevas pela terra, floresta, subsolo e rios, violências físicas e simbólicas (privadas e públicas), desordem, território em constante disputa e redefinição por conta da chegada de estranhos (capital, empresas, racionalidades e pessoas) marcada por encontros e desencontros entrecortados por ruídos e silêncios entre os sujeitos em situações de antagonismos.

Consta no espaço-tempo-território amazônico a clivagem do movimento combinado e desigual do avanço do capital, onde persistem formas de acumulação primitiva ou originária, como elemento estruturante e necessário para a imposição de formas de produção capitalista, onde se tem um conjunto de situações de conflitos que mobilizam sujeitos em constante luta de classes.

Martins (1993) adverte que quem possui força explicativa para se entender a fronteira é a vítima, e não o pioneiro. Conforme o mesmo autor, a vítima possui duas características essenciais na constituição do humano, ou seja: suas fragilidades e suas dificuldades, numa sociabilidade que soa nova. Partindo de pressupostos sociológicos e antropológicos, o sociólogo defende que de forma alguma a fronteira se restringe ao horizonte geográfico, à fronteira geográfica. Segundo o autor:

O aparentemente novo da fronteira é, na verdade, expressão de uma complicada combinação de tempos históricos em processos sociais que recriam formas arcaicas de dominação e formas arcaicas de reprodução ampliada do capital, como a escravidão, bases da violência que a caracteriza. As formas arcaicas ganham vida e consistência por meio de cenários de modernização e, concretamente, pela forma dominante da acumulação capital racional e moderna. [...] o aspecto trágico da fronteira se expressa na mortal conflitividade que a caracteriza, no desencontro genocida de etnias e no radical conflito de classes sociais, contrapostas não apenas pela divergência de seus interesses econômicos, mas sobretudo pelo abismo histórico que as separa. Neste sentido a fronteira emerge como território da morte e o lugar de renascimentos de arcaísmos desumanizadores, (MARTINS, 1993: p. 12-13).

Disputas longevas e inconclusas, como tratado na obra *A Chegada do Estranho*, do mesmo autor acima referenciado, ao assinalar a ação dos indígenas Txukahamãe

liderados pelo cacique Raoni, desterritorializados por conta do avanço do grande capital nos anos de 1960 e que resolvem, décadas depois, no ano de 1980, pela retomada do território originário ocupado pela fazenda São Luís, no estado do Mato Grosso.

O episódio sinaliza para ação política de resistência dos indígenas em oposição aos fazendeiros e ao Estado. Evidencia ainda o aspecto de diferenciação temporal para além dos sujeitos envolvidos nas situações de conflitos – grande capital X populações originárias – com relação aos dinâmicos processos de luta nas fronteiras amazônicas em relação às agendas e dinâmicas do campo da pesquisa e suas burocracias. Assim como indaga Martins (1993), cumpre interrogar: a que conclusões chegar em determinada pesquisa, se os processos de lutas continuam em um devir incerto? A interrogação tem relação com o percurso metodológico do pesquisador em local desconhecido, bem como o tempo dos diferentes sujeitos que operam nas disputas territoriais.

A considerar a permanência da agenda desenvolvimentista para a região, está baseada na racionalidade de grandes projetos, seria correto a defesa da tese da Amazônia como fronteira consolidada, como defendia, entre outros, a geógrafa Bertha Becker?

Sob que viés um sujeito de vivências que beira a casa de duas décadas, em *locus* marcado pela aguda disputa pela terra, subsolo, floresta e rios, a exemplo do sudeste paraense, pode mobilizar na tentativa de interpretar o território ainda a ele estranho, o oeste do estado, para onde migrou há pouco mais de quatro anos para exercer a docência em uma instituição pública federal de ensino superior, e que para efeito de pesquisa, selecionou a temática das disputas territoriais em áreas de populações de remanescentes de quilombos, na região do Planalto Santareno, no município de Santarém, onde pretende analisar dois territórios, Murumurutuba e Tiningu? Seleção realizada ao avaliar as condições objetivas para a realização do projeto, a distância física, acesso ao campo do local de pesquisa, e acesso a informações, num contexto de Dinter, normatizado para uma liberação parcial.

Também ressoa estranha a hermética narrativa acadêmica junto a um sujeito que ingressou tardiamente na graduação, entre a casa de 24/25 anos, após exercer atuação como comerciário (empacotador de supermercado) e bancário em condição precária, na província de São Luís, no bairro da Camboa, proximidades do Centro da cidade, reconhecido em dezembro de 2019 como quilombo urbano. Infância e parte da juventude transcorreram ali, sob os batuques dos tambores das macumbas, blocos de carnaval, festividades de São João, festas do Divino Espírito Santo, coco, do Tambor de Crioula e tantas obras que amalgamam o universo de matriz africana, tão presente na

ilha de autores como Nascimento Moraes (Vencidos e Degenerados), Josué Montello (Tambores de São Luís) e Ferreira Gullar (Poema Sujo). A migração para o Pará ocorreu no fim da década de 1990.

O Maranhão consta entre os principais estados em população negra no país, no período colonial foi um dos principais entrepostos de comércio de escravos, inclusive para o estado do Pará. Na década de 1980, parte das comunidades rurais da Ilha de São Luís foi expropriada para atender aos interesses da mineradora Alcoa, que ainda nos dias atuais mantém uma planta industrial alimentada pela matéria prima (bauxita) e energia elétrica, oriundas do estado do Pará.

Naquela região, o sudeste do estado, cabia a mim o papel de assessoria na área de comunicação junto ao conjunto do movimento camponês protagonizado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (Fetagri), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e outras tendências. Seguido de contato direto e contínuo em ocupações de terras griladas, acampamentos em instituições públicas, como no caso de eventos no pátio do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Superintendência Regional de Marabá, a SR 17, na sede do Banco da Amazônia (Basa), e ainda diálogo com instituições de assessoria aos movimentos camponeses, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (Cepasp), Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH) com vistas à produção de conteúdos, a exemplo de grandes projetos, denúncias sobre violação dos direitos humanos, relatos sobre acampamentos, julgamentos de crimes contra camponeses e grilagens de terra.

No período da ditadura civil-militar (1964-1985) coube ao sudeste paraense a concentração de investimentos na Amazônia. Conjuntura que a catapultou como uma fronteira agromineral, como definiu o professor Jean Hébert (2004), que por três décadas acompanhou de perto as disputas territoriais na região. A definição resulta do conjunto de investimentos calçados na concentração de capitais em grandes empresas internacionais do sul e sudeste do país, que gozaram de generosas políticas de concessão de terras e de financiamento do Estado com vistas a explorar madeira, seguida da implantação da pecuária extensiva e da exploração mineral, eleitos como os principais polos de desenvolvimento à época.

As vivências no sudeste do Pará transbordaram para a região do Bico do Papagaio, que corresponde ao norte do estado do Tocantins, oeste do Maranhão e o sudeste paraense, por conta de diálogos realizados a partir de inúmeras redes, onde

constam o Fórum Carajás e o Fórum da Amazônia Oriental (FAOR). Tais trocas possibilitaram a convivência com outros sujeitos políticos que, na mesma toada, reivindicavam o reconhecimento de seus territórios, como consta na extensa luta do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), indígenas, representantes de comunidades quilombolas, extrativistas, pescadores, e outras categorias mobilizadas a partir do critério de identidade.

Estas oportunidades possibilitaram o contato com o histórico ativista da luta pela reforma agrária e pela defesa do meio ambiente, Manoel da Conceição Santos, o Mané da Conceição, falecido em agosto de 2021. Durante a ditadura Mané foi preso, torturado e teve uma das pernas amputadas. No exílio, junto com outros companheiros, colaborou na construção do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Neste mesmo percurso tem-se ainda o contato com as históricas lideranças de quebradeiras de coco babaçu, dona Querubina, de Imperatriz, dona Raimunda Gomes da Silva, do Tocantins, Dada (Maria Adelina), também do Maranhão, com o amigo e pescador de São Luís, Alberto Cantanhede, simplesmente Beto. E, ainda, metalúrgicos e químicos de São Luís e da cidade de Barcarena/PA. Eder Benatti, Alfredo Wagner Berno de Almeida, Marcelo Carneiro, Rosa Acevedo Marin, Edna Castro, Maria Célia Coelho, Maurílio Monteiro, Francisco de Assis Costa fizeram parte do rol de pesquisadores recorrentes em espaços de debates e de formação.

Um conjunto de saberes ímpares proporcionado tanto pela heterogeneidade de angulações, quanto pelos diferentes contextos e conjunturas de lutas, seja em oposição ao fazendeiro, ao pistoleiro, ao delegado que prende injustamente um dirigente, à grande corporação multinacional que priva o operário de direitos, expropria e polui os recursos das populações locais, e contra a posição do Estado nestes processos.

Coube à ativista e agrônoma Marluze Pastor a oportunidade em possibilitar que eu tomasse contato pela primeira vez o Bico do Papagaio, ainda em 1997/1998. A missão residia em realizar entrevistas junto a pesquisadores e ativistas que integravam a rede Fórum Carajás nos estados do Maranhão, Pará e Tocantins, para efeito de compor um relatório de avaliação da rede. Tal feito resultou no convite para trabalhar no Cepasp (Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Política), na cidade de Marabá junto ao histórico ativista e educador comunista Raimundo Gomes da Cruz Neto (Raimundinho), migrante do Piauí, coordenador da instituição.

O deslocamento de São Luís, capital do Maranhão, sob a influência do Atlântico, para Marabá, uma espécie de cidade polo do sudeste do estado do Pará, sob a influência da bacia Tocantins-Araguaia, ocorreu no início de 1999. Três anos após o Massacre de Eldorado, onde no dia 17 de abril, tropas da PM executaram 19 trabalhadores rurais sem terra, em local conhecido como a Curva do S, em ambiente marcado por profunda desconfiança sobre todos aqueles que chegavam à região. Sobre o número de mortos no Massacre, o MST contesta o número oficial do estado.

Entre os muitos desdobramentos sobre o Massacre, temos o reconhecimento em massa de áreas ocupadas – muitas na casa de mais de uma década - como projetos de assentamentos da reforma agrária (PA), fato que consagrará a região como a de maior concentração de PAs do país, com um patamar estimado em pouco mais de 500. O que implica em um processo de territorialização expressiva em todo o território da região que corresponde a 39 municípios. Tem ainda a efetivação de instituições, como o caso da criação da superintendência do INCRA, Ibama, Polícia Federal e INSS.

Nestas empirias deparei-me com agudas situações de disputas por terra e seus respectivos conflitos entre os camponeses e a grande mineradora Vale, na região de Carajás, bem como entre antigas oligarquias da região, sendo a de maior destaque a família Mutran e senhores de terras do interior de São Paulo, como a família Quagliato, banqueiros ao molde do Daniel Dantas, que “adquiriu” terras dos Mutran, e lá instalou o Grupo Santa Bárbara em terras historicamente griladas pela oligarquia, que se apossou de castanhais do povo após ter tido adquirido apenas o direito de coleta da castanha do Pará, com o recurso jurídico do aforamento. Notem a complexidade dos cenários: velhas oligarquias, o banqueiro, a grande corporação do setor de mineração - sendo esta a protagonista na redefinição do território - posseiros e assentados da reforma agrária e indígenas, além de garimpeiros.

Nestas vivências presenciei acampamentos destruídos por milícias e polícias, onde lavouras, casas e escolas são recorrentemente queimadas e poços são entupidos com os destroços destas operações. Danificar os poços de água reside em um recurso usado para dificultar o retorno das famílias às áreas, que nestes casos, via de regra, adotam a beira das rodovias como abrigo. Estranha ironia, postos as rodovias constituírem-se como vetores de expropriação e destruição.

Tem-se ainda registros de execuções e chacinas. Na memória constam os casos do assassinato do dirigente sindical da cidade de Rondon do Pará, José Dutra Costa (Dezinho) ocorrido em novembro de 2000 na porta sua casa, bem como a execução da

família do ativista Dedezinho (José Pinheiro Lima), a esposa Cleonice Campos Lima e o filho deles, Samuel Campos Lima, de 15 anos, assassinados, igualmente, na própria casa, em julho de 2001, no distrito de Morada Nova, em Marabá.

Trata-se de um *modus operandi* que clareia a certeza da impunidade de fazendeiros articulados em consórcios, com vistas a evitar a construção de nexos do crime caso algum intermediário da cadeia da trama da execução venha a ser alcançado pela lei. Nestes dias os setores contrários ao processo de reforma agrária selecionavam para morrer os dirigentes com boa capacidade de articulação, organização e mobilização de ocupações. Era uma sinalização de advertência aos demais. Como se declarassem: “olha o que fazemos com quem atravessa o nosso caminho”. As execuções soam como se fosse uma assinatura do processo de apossamento de terra pública. Um atentado à democracia formal.

Ainda sobre estes processos foi possível acompanhar julgamentos de pessoas envolvidas em assassinatos e chacinas na região, como os casos de João Canuto, Dezinho e Irmã Dorothy, todos ocorridos em Belém, para onde migrei lá pelo ano de 2004/5 para efeito de realizar pós-graduação (especialização e mestrado) no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), na Universidade Federal do Pará (UFPA), que opera metodologicamente a partir da interdisciplinaridade. Neste momento, já enamorado da socióloga Rosa Rocha, e laboralmente lecionando em universidades privadas e prestando serviços para ONGs, e as vezes, desempregado.

Todas as investigações apresentadas para efeito de titulação tiveram como recorte as disputas territoriais no sudeste do Pará, sendo a investigação para especialização intitulada “Apanhados do chão: memória da História recente do campesinato do sudeste do Pará” e a dissertação “Territorialização do campesinato no sudeste do Pará”. Nesta fase do mestrado visitei autores do campo da geografia no sentido em apreender elementos sobre o debate da categoria território.

Este preambulo intenta situar no tempo e no espaço a trajetória do autor. Sua formação acadêmica, profissional e como ser humano. Um migrante do Nordeste que foi adotado pelas lutas populares numa região de fronteira do grande capital, esta conformada pela aguda disputa pela terra, que a consagrou como a mais violenta do país. Uma fronteira prenhe de seus parentes igualmente nordestinos, muitos colocados em condições de subalternização, escravizados por aviamento, muitos assassinados por liderarem ocupações ou ocuparem cargos de dirigentes na luta pela reforma agrária. Serve também para já sinalizar sob que angulação busca compreender as dinâmicas que incidem sobre a Amazônia, a exemplo da acumulação primitiva em Marx, as formas não capitalistas do

modo de produção capitalista, sublinhado por José de Souza Martins, e o rentismo ressaltado em Ariovaldo Umbelino de Oliveira, a mobilização da identidade como recurso político de defesa e reconhecimento do território, onde temos Alfredo Wagner Berno de Almeida, e autores do debate em torno da decolonialidade, a exemplo de Quijano, Lander, Mignolo e Carlos Walter Porto Gonçalves.

Foi a partir desta experiência acumulada ao longo dos anos nas andanças pelo sudeste do Pará que elaborei no primeiro momento para efeito de concorrer a uma vaga no Dinter, projeto que tinha como objetivo realizar uma análise comparativa entre uma situação de conflito de disputas territoriais no sudeste do estado envolvendo o projeto da mineradora Vale, no município de Canaã dos Carajás, e o projeto de um complexo portuário, elaborado para ser implantando na região do Maicá, na cidade de Santarém, no oeste paraense. A ideia recaía em identificar os sujeitos em situações de antagonismo na disputa pela terra e os recursos que os mesmos forjam, métodos de enfrentamentos e resistências, recursos e táticas utilizadas, o papel do Estado, as mediações nos processos e arenas de embates.

Após idas e vindas, reflexões e avaliações, considerando a especificidade do Dinter, onde consta uma liberação parcial, decidiu-se pela investigação ser realizada somente no município de Santarém, com recorte direcionado para as disputas territoriais e as situações de conflitos nas áreas remanescentes de quilombos da região do Planalto. Tal fato representou uma descontinuidade com relação ao acúmulo da trajetória profissional e de incipiente pesquisador com relação à luta pela terra e os seus desdobramentos no sudeste do estado.

Não bastasse esta inflexão no percurso de pesquisa, no decorrer da trajetória, um acidente doméstico no aparelho de computador provocou a perda de um acervo de dados, apontamentos e fichamentos já empreendidos e que não foram recuperados em sua totalidade.

Boa parte da pesquisa transcorreu em uma conjuntura nacional marcada por ameaças constantes de uma ruptura democrática, resultado, em certa medida, de uma aliança conservadora que nega a relevância da cultura e da ciência, e exalta o obscurantismo, aprofunda cortes orçamentários no campo da educação à cada semestre, o que compromete a qualidade das pesquisas e ameaça a sobrevivência das instituições de ensino superior no país.

Soma-se à conjuntura uma pandemia que ceifa vidas diariamente de parentes e amigos, num patamar diário que chegou a beirar a casa de cinco mil pessoas por dia. Uma

pandemia equivalente à Gripe Espanhola, ocorrida no começo do século passado. Impossível tal contexto não influenciar no processo de construção da pesquisa. A pandemia, assim como o clima de desconfiança dos moradores com relação a presença de estranhos em seu território representaram fatores limitantes para a atividade de campo.

As amazônias são impares. O oeste do Pará difere em demasia das dinâmicas do sudeste do estado. O Baixo Amazonas (oeste paraense) representa uma região marcada por vestígios de uma civilização pré colombiana, região irrigada pelos rios Tapajós e o Amazonas, conformada por uma heterogeneidade territorial, onde coexistem territórios indígenas, projetos de assentamentos rurais de diferentes modalidades, unidades de conservação e territórios de remanescentes de quilombos num campo; enquanto despontam, em oposição, grileiros, setor do agronegócio, empresas mineradoras, e ainda atividades consideradas criminosas, como os madeireiros irregulares e garimpeiros, no outro.

Além disso, mais recentemente, setores interessados na construção de obras de infraestrutura, posto no plano do governo federal, o principal intento reside em consolidar a região como um corredor de exportações de *commodities*, o que ratifica a condição colonial da Amazônia e reendossa a concentração da terra por meio de grilagem ou não, a expropriação das populações locais, e toda ordem de violências que a racionalidade do avanço da fronteira do grande capital impulsiona.

Os recentes cenários sobre a Amazônia, ainda persistem em projetos desenvolvimentistas que consagraram e reeditam elementos coloniais que colaboraram na conformação da estrutura agrária nacional, marcada pela concentração da terra, *plantation* voltada para o mercado externo, tendo como recurso o braço escravo e ação do Estado autoritário, seja no período da ditadura civil militar, seja na transição democrática ou na frágil democracia, independente da tendência ideológica do governo.

As raízes da tragédia nacional são abissais. A colonização portuguesa fundou sem sombra de dúvida uma civilização de raízes rurais no Brasil, mas não agrícola, onde predominou na colônia a monocultura para exportação, tendo como base o braço escravo, onde a apropriação do Estado pela classe dos proprietários rurais é fator fundamental para a garantia de sua reprodução econômica, política e social, a consagrar formas não capitalistas de produção na dinâmica de produção capitalista na história do país, como sinalizam Martins (1991, 2012, 2013) e Holanda (2003). Tal situação se perpetua ao longo dos tempos, a molde da agenda desenvolvimentista para a Amazônia, marcada por permanências.

Cumprir ratificar que é a conquista das Américas, financiada pelos reis católicos dos países ibéricos, o momento fundante do sistema capitalista na escala mundo, em sua

fase mercantil, como esclarece Marx no tomo I de O Capital. A trama que mobilizou o mercado de negros da África para as colônias do Novo Mundo, teve como protagonista a Europa, em particular o mundo ibérico.

A dinâmica aciona a separação entre o produtor dos meios de produção, no caso a terra, como analisa Marx ao elaborar o conceito de acumulação primitiva do capital, que se assenta tanto pela expropriação de camponeses e na efetivação de um exército de reserva - em particular de camponeses privados dos meios de sua reprodução econômica, política, social e cultural – quanto pela criação de códigos legais contra os trabalhadores, quando ele analisa alguns casos dos países europeus, onde ressalta o excesso da carga de trabalho e a apropriação do mais valor gerado pelos trabalhadores pelo capital.

A expropriação, seja na fase originária, seja na fase considerada de normalidade do capitalismo, representa elemento fundante para a garantia e a continuação da reprodução e acumulação do modo de produção capitalista, explica Marx. Ao adotar tal premissa, Martins busca interpretar, a partir da sua historicidade, os processos de luta pela terra na Amazônia, bem como Ariovaldo Umbelino de Oliveira, dentre outros intérpretes, tese a qual me associo.

Sobre a feição do capitalismo no Brasil, Oliveira (2004) realça o rentismo como característica fundante, onde ocorre a fusão na mesma pessoa do capitalista e do proprietário de terra. Processo originado na escravidão e que à cada dia se consolida, aos moldes das medidas tomadas no sentido da modernização conservadora efetivada durante o período da ditadura, que na contramão do ocorrido em países do capitalismo central, alçou capitalistas industriais e urbanos do Centro-Sul e de fora do país em latifundiários, em particular no caso da integração da Amazônia.

O referido autor exemplifica o caso do multimilionário estadunidense, Daniel Ludwig, que se apossou com a anuência e endosso incontestado do Estado de uma estonteante porção de terras na fronteira do Pará com o Amapá. Nesta dinâmica Oliveira (2004) identifica contradições destas empresas modernas, que adotam práticas de relações de trabalho consideradas modernas no Centro-Sul, e de subordinação por peonagem na Amazônia.

Outra experiência clássica desse período foi o empreendimento da montadora alemã Volkswagen, no sul do Pará, no município de Santana do Araguaia, com a Fazenda do Vale do Rio Cristalino, *locus* onde a empresa detinha 140 mil hectares de terras, e protagonizou além de desmatamento, um dos maiores incêndios da floresta, trabalho análogo à escravidão,

enquanto ao mesmo tempo torturava operários no ABC paulista. No mesmo rol constavam ainda os bancos Bamerindus, Bradesco e Nacional.

Sobre a territorialização do capital no Baixo Amazonas, dedicamos duas seções sobre a questão. A primeira recupera as principais experiências ocorridas desde o começo do século XX, com a presença da Ford na fronteira dos municípios de Itaituba e Aveiro, até a mais recente, com os complexos portuários no município de Itaituba. Já a segunda, ilumina sobre a Iniciativa de Integração de Infraestrutura Sulamericana (IIRSA) e do projeto Arco Norte, que representam as permanências aos mesmos princípios desenvolvimentistas baseados na presença do grande capital. Experiências que se aproximam do debate sobre acumulação primitiva.

A pesquisa mobiliza ainda, autores que refletem sobre a colonialidade, a exemplo de Carlos Walter Porto Gonçalves, Mignolo (2005), Quijano (2005), Svampa (2017) e Valter do Carmo Cruz (2017), os quais ensejam, para além da luta de classes, elementos raciais provenientes do Eurocentrismo na consolidação da modernidade, como critério que legitima a “conquista” das Américas e estabelece parâmetros hierárquicos de mando e obediência entre brancos e não brancos, entre o civilizado e o “selvagem”. Ainda sobre o debate de classe e raça, colaboram nas reflexões postulados sistematizados por Octavio Ianni e Florestan Fernandes.

Sobre a aquilombação, nos alinhamos à interpretação marxista de Clovis Moura, em particular na obra *Rebeliões na Senzala*. O autor mobilizado entende como totalidade do sistema colonial a oposição entre a Casa Grande/Senzala x Quilombo, onde o quilombo representa o viés revolucionário em oposição à concentração da terra, ao açoite, ao trabalho escravo e à plantation.

A esse respeito, também Edson Carneiro possui linha equivalente de argumentação. Com relação ao negro no Pará, Vicente Salles é a referência adotada. Já com relação às lutas dos negros no Baixo Amazonas e a sua relação com a Cabanagem, referenciamos Mark Harris, o historiador Eurípedes Funes e a literatura de verve sociológica de Inglês de Sousa. Sobre o processo de organização das associações quilombolas na região, realçamos um trabalho de conclusão de curso Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da UFOPA realizado por Edilmar Quaresma, que recupera três décadas de mobilizações e atividades do movimento negro, correspondente entre 1988 a 2018, para tratar do Encontro Raízes Negras (ERN).

Os referidos encontros foram fundamentais na caminhada de organização das associações e em seguida as federações, como nos municípios de Oriximiná e Santarém, na

definição de pautas e bandeiras de lutas, a exemplo da defesa do território, oposição ao grande capital e necessidade constante na formação política. As ações representam o enfrentamento contra o processo de apagamento destes sujeitos políticos historicamente colocados em condições de subalternização.

Na questão foco do nosso estudo, os territórios quilombolas do planalto, os negros fugidos em sua maioria eram oriundos da Fazenda Taperinha, na cidade de Santarém, que no primeiro momento terá como proprietário o Barão do Tapajós (Miguel Antônio Pinto Guimarães), o qual irá se associar com uma família de confederados, fugidos da Guerra da Secessão, como explica o historiador Eurípedes Funes.

O Barão firma sociedade com Romulus Rhome (sociedade Pinto & Rhome), no intuito de modernizar e administrar a fazenda e os cultivos de cana. Oligarquias locais, fazendeiros de cacau, confederados, migrantes nordestinos, italianos são alguns dos estranhos que irão compor o complexo quadro na conformação da feição territorial dos territórios de remanescentes de quilombos, além, claro, de indígenas e dos negros aquilombados, como notado a partir dos relatórios elaborados pelo Incra, no processo de busca do reconhecimento do quilombo.

Tais documentos, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), ladeado pelo Relatório Agroambiental, são as principais fontes documentais de informação sobre os territórios de remanescentes de quilombo, além das visitas de campo, algumas delas realizadas antes do início da pandemia, ocasião em que realizamos entrevistas semiestruturadas e participamos de eventos organizados pelas representações quilombolas. Sobre a categoria território, tomamos como aporte interpretações de Claude Rafestin, Rogério Haesbaert, Milton Santos e Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

Por conta do presente contexto político e constante afluxo de pessoas estranhas às comunidades, muitas delas ligadas às empresas terceirizadas para efeito de levantamento socioeconômico para subsidiar as grandes corporações com interesse na região, a representação política dos quilombos de Santarém, a FOQS (Federação das Organizações Quilombolas de Santarém) decidiu estabelecer um protocolo onde seria permitido a presença de pessoas com interesse em pesquisar a região, mediante apresentação de requerimento junto a FOQS, com anexo do projeto de pesquisa, curriculum e cópias de publicação de material voltado para o movimento social.

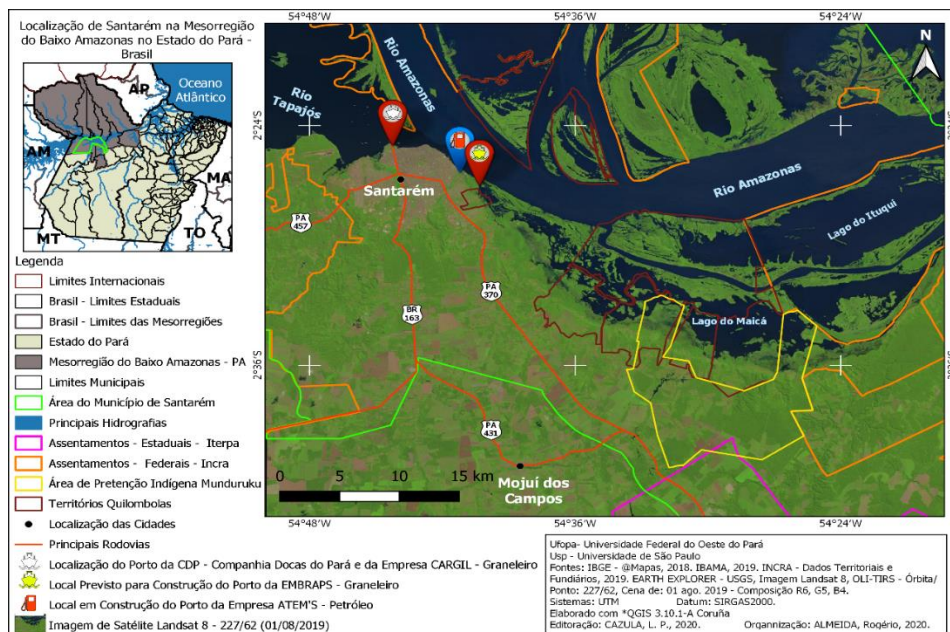
Cumprimos tal medida para efeito de poder acessar as comunidades, onde participamos de eventos pela passagem do Dia da Consciência Negra, realizar visitas

informais e dirigidas com vistas a ouvir dirigentes e moradores. E, ainda, na condição de ouvinte, participar de eventos relacionados na defesa dos territórios das comunidades tradicionais da região, cuja pauta residia na agenda de implantação de grandes projetos. Inicialmente a região de pesquisa foi apresentada a mim pelos professores do curso de Geografia da UFOPA Leandro Cazula e Eneias Guedes. Nestas mediações o professor e morador da comunidade de Bom Jardim, Joilson Vasconcelos dos Santos, foi o principal interlocutor para que eu pudesse acessar as outras comunidades, Tinguá e Murumurutuba.

A partir dos relatórios produzidos pelo INCRA, atividades de campo, leituras concernentes ao processo de aquilombação na região, obtém-se uma linha do tempo sobre a questão fundiária dos territórios marcada pela apropriação territorial nos quilombos, onde constam vários sujeitos, entre eles, comerciantes, como o registrado nos quilombos aqui analisados, casos do Tinguá e Murumurutuba, onde se registra a presença de fazendeiros. A ideia inicial residia em analisar os quatro territórios considerados na terra firme da região do Planalto Santareno, todavia, não foi possível. Com relação à presença de fazendeiros em área dos quilombos, representa uma barreira para a titulação definitiva, posto ser necessária a desafetação dos mesmos pelo Estado.

Para além da agenda de grandes projetos para a região que ameaça a reprodução das comunidades quilombolas, tem-se situações de tensões com fazendeiros, e outras relacionadas com o uso das riquezas locais, que representam a principal fonte de renda e de proteína das populações, no caso, as atividades da pesca e do extrativismo do açaí. Além de pessoas estranhas afluírem sobre os territórios no sentido em realizar a pesca e a extração ilegal do açaí, há registro de situações internas entre os próprios moradores. Abaixo, a composição do Planalto Santareno e a localização do projeto do Complexo Portuário da Embraps, a configuração territorial.

FIGURA 01 – CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO PLANALTO SANTARENO



Empreendido tal percurso, onde busquei sinalizar sobre as categorias adotadas e as conjunturas em que se desenvolveu a pesquisa, indico que a orientação é analisar as disputas territoriais em áreas de comunidades de remanescentes de quilombos na região do Planalto Santareno, cuja hipótese reside na apropriação de faixas do território originário por diferentes sujeitos estranhos às comunidades, onde constam comerciantes locais, garimpeiros, comerciantes estrangeiros, cenário a agudizar situações de conflitos entre eles, e ainda o projeto de um Complexo Portuário que integra o Arco Norte, planejado para ser implantado na região do Lago Maicá, que teve o processo de licenciamento ambiental suspenso a partir da mobilização da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS), em 2016, por conta de omissões e incongruências apresentados do Estudo de Impacto Ambiental e no Relatório de Impacto no Meio Ambiente (EIA-RIMA, bem como a não promoção da Consulta Prévia, Livre e Informada, como estabelecem as normas da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Ainda com relação ao Complexo Portuário, vale sublinhar o processo de revisão do Plano Diretor do município, que a despeito da decisão da assembleia final, que votou contra a implantação do projeto no Lago do Maicá, o Legislativo local sancionou a favor do empreendimento, numa clara indiferença à decisão da assembleia popular final da revisão do plano, e declarado aceno ao grande capital. A vitória na assembleia ocorreu graças à mobilização dos movimentos sociais locais. A medida do legislativo foi rapidamente endossada pelo Executivo no fim do ano de dezembro de 2018, no refluxo das mobilizações e na proximidade do período natalino.

A intervenção de grandes empresas nos processos de revisão do plano diretor dos municípios, com vistas a acessar terras para os empreendimentos tem sido uma das medidas de intervenção das grandes empresas no Baixo Amazonas, como registrado tanto em Santarém, como na cidade de Itaituba.

Além do projeto do Complexo Portuário, com relação aos fazendeiros tem-se a posse da terra e o manejo do gado nos períodos de sazonalidade da dinâmica das águas dos rios. A posse da terra representa um impedimento no processo da titulação dos territórios, enquanto o manejo de gado afeta o roçado quando da cheia dos rios, e o pescado, quando da vazante e formação de lagoas. Tem-se ainda situações de conflito com relação ao uso das riquezas naturais, a pesca de arrastão e a extração do açaí realizadas por pessoas alheias aos territórios quilombolas.

Além da apresentação e das considerações finais, dividimos o trabalho em oito capítulos, agrupados em três eixos centrais: i) busca refletir sobre a concentração da terra na formação do território brasileiro e as classes sociais a ela associadas, e ainda sobre a questão de raça como elemento de construção de hierarquias e diferenciações em situações de obediência e de mando, quanto tal conformação implica na definição de políticas públicas para a Amazônia e acentua a condição colonial da região como fornecedora de produtos primários para as economias centrais. Sublinhamos ainda sobre o processo de aquilombação. Neste grupo os capítulos são: capítulo I Amazônia: a Condição Colonial, o Monopólio da Terra, o Trabalho Compulsório e a Quilombagem; capítulo II A Condição Colonial e suas Implicações no Monopólio da Terra e o Trabalho Compulsório.

No que concerne ao eixo ii), enfocamos sobre a conformação do Baixo Amazonas, e da cidade de Santarém, onde possui proeminência a presença de sociedades complexas pré-colombianas, e ainda sobre as experiências de grandes projetos instalados no Baixo Amazonas, como componentes na definição do território a partir de grandes corporações que concentram capitais e promovem a expropriação das populações locais em diálogo com o primeiro capítulo que adverte sobre o desenvolvimento desigual e combinado, da permanência de formas não capitalistas da dinâmica do avanço das formas de produção capitalista. Assim temos as seguintes seções: capítulo III Grandes Projetos no Baixo Amazonas e Região de Entorno; capítulo IV Amazônia: A IIRSA – A Recente Escala de Desenvolvimento e suas Implicações; e o capítulo V Alinhavos Sobre a Amazônia, a Conformação Socioeconômica do Baixo Amazonas e a Cidade de Santarém.

O eixo iii) é dedicado a apresentar o Lago do Maicá, o projeto do Complexo do Portuário, as suas incongruências, bem como parte do processo que irá possibilitar a

suspensão do processo de licenciamento ambiental por conta da mobilização das comunidades quilombolas, bem como parte das jornadas de organização das comunidades quilombolas do Baixo Amazonas e Santarém, uma pequena inflexão sobre a categoria território, por a considerar chave no debate aqui colocado.

Apresentamos ainda as duas comunidades de remanescentes de quilombos Tingu e Murumurutuba, onde identificamos o processo formativo do território, as situações de conflitos na disputa pela terra e os recursos, as formas organizativas e de mobilização em defesa do território, onde a realização da Protocolo Consulta e a exigência da realização de Consulta Prévia, Livre e Informada tem se constituído no principal recurso político e jurídico de enfrentamento aos grandes projetos. Assim temos o capítulo VI Lago do Maicá e o Complexo Portuário da Embraps em Santarém/PA; capítulo VII Aquilombação no Baixo Amazonas: Cenários de Conflitos, Organização e Enfretamentos das Comunidades Quilombolas, e o capítulo VIII As Pelejas Territoriais nas Comunidades Quilombolas do Tingu e de Murumurutuba.

CAPÍTULO I – AMAZÔNIA: A CONDIÇÃO COLONIAL, O MONOPOLIO DA TERRA, O TRABALHO COMPULSÓRIO E A QUILOMBAGEM

Diferentes disciplinas das ciências humanas ratificam o monopólio da terra enquanto componente central na formação da questão agrária do país. E, é esta conformação da concentração da terra o elemento padronizador das situações de conflitos¹ entre as classes sociais antagônicas. Tais situações são engendradas ainda por componentes hierárquicos de poder de caráter étnico e racial, a partir de uma complexa relação de escalas e dimensões, que mobiliza uma infinidade de sujeitos, numa economia marcada pela mundialização, iniciada ao apagar das luzes do século XV, período em que se estrutura o que conhecemos como mundo moderno-colonial, erigido sob a égide a hegemonia da Coroa Ibérica, que irá consagrar o eurocentrismo como padrão de poder em escala planetária.

Na referida estrutura nacional, marcada pelo monopólio da terra concentrado nas mãos de uma classe específica, desde a sua gênese predominou a monocultura em grandes extensões de terra voltada para o mercado externo, sustentada pelo braço de africanos colocados em condição de escravos, estrutura conhecida como *plantation*, a consagrar formas não capitalistas de produção na dinâmica de produção capitalista na história do país, como argumenta José de Souza Martins em boa parte de suas obras. Em síntese, uma “modernização” assentada sobre os pilares mais profundos de estruturas reacionárias, arcaicas, racistas, discriminatórias e violentas.

Estes fundamentos de produção baseados na grande propriedade rural estabeleceram um padrão de representação de poder e de dominação. Este padrão foi orientado para além do controle territorial de base autoritária, patriarcal, patrimonialista, paternalista, cristão, com elementos de raça, gênero e cor como marcadores de diferenças hierarquizadas por *habitus* de mando e de obediência. Emerge, assim, um padrão de dominação ancorado em classe e étnico-racial, onde o senhor de terras e escravos, o militar, o burocrata e a Igreja representam o campo hegemônico.

Nesta conjuntura, tem-se a construção de uma hegemonia econômica, política, cultural e social amparada na concentração da terra, cenário que se estende até os dias de hoje, a perpetuar o seu monopólio, a expropriação, as desigualdades de toda ordem,

¹ Fernandes (2005) ao cunhar a categoria conflitualidade quando analisa a questão agrária brasileira, sublinha que a mesma sempre esteve ligada ao conflito por terra. Aonde a conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. [...] Os conflitos por terra são também conflitos pela imposição dos modelos de desenvolvimento “territorial” rural e nestes se desdobram.

violências, ancoradas em um Estado e sociedade autoritários e racistas. Por sua vez, em oposição ao ambiente estruturante da formação do país, frações de classe, grupos e setores de oposição surgem a agitar táticas e estratégias de r-existências e, assim, compor a totalidade e as contradições do modo de produção capitalista.

O ambiente que se expressou pela concentração da terra (e domínio do território), o trabalho compulsório de indígenas e de negros e a expropriação das populações locais representa formas fundamentais na transferência de valor para os circuitos das economias centrais, além de configurar padrões de conformação do espaço/território/tempo assentados em hierarquias de feições étnico e racial.

A referida estrutura encarnou a transferência de valor que fomentou a riqueza e a modernização dos países capitalistas centrais. Estes, monopolistas do tráfico negreiro Transatlântico, a exemplo da Inglaterra e a sua experiência no campo das companhias de comércio, configuraram a tríade continental como elemento da composição da modernidade eurocêntrica: Europa-África-Novo Mundo, qual seja, o projeto colonial e de colonialidade, como defendem autores do campo da Teoria Crítica latinos, entre eles Quijano (2005), Dussel (2005), Mignolo (2005), Carlos Walter Porto Gonçalves (2017) e Valter do Carmo Cruz (2017).

Com relação ao modelo inglês, o mesmo serviu de espelho para que Marques de Pombal viabilizasse as companhias nacionais, aos moldes da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, cujo afã recaiu em dinamizar o tráfico de negros e “modernizar” a colônia segundo as regras, ética e parâmetros morais, culturais, econômicos, sociais e religiosos das metrópoles econômicas e políticas.

Antes, porém, cumpre aqui registrar que foi a conquista das Américas, financiada pelos reis católicos dos países ibéricos, o momento fundante do modo capitalista de produção na escala mundo, em sua fase mercantil, como esclarece Marx no tomo I de O Capital. A trama que mobilizou o mercado de negros da África para as colônias do Novo Mundo teve como protagonista a Europa e, em particular, o mundo ibérico.

A dinâmica dos anos iniciais do modo de produção capitalista aciona a separação entre o produtor dos meios de produção, no caso a terra, como analisa Marx ao elaborar o conceito de acumulação primitiva do capital, que se assenta tanto pela expropriação de camponeses e a efetivação de um exército de reserva, - em particular de camponeses privados dos meios de sua reprodução econômica, política, social e cultural – quanto pela criação de códigos leoninos contra os trabalhadores, quando ele analisa alguns

casos dos países europeus, onde ressalta o excesso da carga de trabalho e a apropriação do mais valor gerado pelos trabalhadores pelo capital.

A expropriação, seja na fase originária, seja na fase considerada de normalidade do capitalismo, representa elemento fundante para a garantia e a continuação da reprodução e acumulação do modo de produção capitalista, explica Marx. Tem-se assim a violência como elemento estruturante em dois planos: o primeiro a expropriação dos meios de produção dos camponeses, e o segundo o caráter normativo da relação de trabalho do capitalismo emergente. Gonçalves e Costa (2020), ao revisarem o conceito de acumulação primitiva em Marx e Luxemburgo, evidenciam que o processo, ao contrário da leitura idílica de Smith, envolve conquistas imperiais, colonizações, pilhagem, assassinatos, roubos e intervenções normativas, onde a violência se constitui como elemento consolidador do processo de acumulação.

No capítulo dedicado à acumulação primitiva, Marx assim interpreta a conjuntura:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva, (MARX, 2018: p.533).

“A expropriação da massa do povo – despojada de sua terra – constitui a base do modo de produção capitalista, [...], onde a violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova”, defende Marx (2018: p.533/544) ao refletir sobre a edificação do sistema colonial. Violência esta mediada pela ação do Estado como recurso para impulsionar o processo de transformação do sistema feudal em capitalista, e assim abreviar o processo de transição. Gonçalves e Costa (2020), ao interpretarem os escritos de Luxemburgo, esclarecem que, sobre a expansão e a realização contínua do capital, faz-se necessário o uso de métodos não capitalistas, sendo o uso da violência explícita, materializada com a política colonial, o sistema de empréstimos internacionais, a política de interesses privados e a guerra, fundamentos da dinamização do fluxo entre o capital e os espaços não capitalistas.

Sobre a mesma questão, Harvey (2009) defende a tese da acumulação por despossessão, argumentando que a acumulação baseada na violência não constitui um fenômeno restrito à sua “fase originária”, um ato pretérito, mas sim um processo que se mantém ao longo do curso do capitalismo de forma permanente, mesmo na presente

fase, marcada pela financeirização, que não cessa de incorporar espaços não mercantilizados ao sistema da economia mundial.

Neste emaranhado de tramas da conformação do mundo moderno-colonial, coube ao Novo Mundo um contraditório papel: como vítima e como protagonista. Como vítima por conta de toda ordem de violência que o modo de produção capitalista impôs, e como protagonista em decorrência por da transferência de valor para as principais economias, como financiador da industrialização do velho mundo por intermédio do saque das riquezas e do braço escravo. Cabia aos africanos subjugados à escravidão o papel de mercadoria e gerador de valor. “Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente, mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio, refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital” (Marx, 2018: p.535).

O economista Gilberto Marques (2019), a partir de pressupostos marxianos, ao analisar os processos de integração subordinada da Amazônia ao circuito da economia mundial, ao recuperar as diferentes experiências governamentais impostas à Amazônia, a exemplo de outros autores, conclui pelo papel autoritário exercido pelo Estado – principal indutor da economia a favorecer grandes corporações do mercado nacional e mundial –, além de frações de classes, em pilhar a região e expropriar as populações locais. O referido autor alinha-se aos pressupostos da acumulação primitiva (Marx) e da acumulação por espoliação (Harvey) ao refletir sobre o avanço do grande capital sobre a região amazônica.

O economista constata que os modelos de desenvolvimento ainda hoje impostos sobre a região fomentam o desmatamento, a concentração de terra e renda nas mãos de poucos, e socializa todo tipo de estragos promovidos pelos grandes projetos marcados pela concentração de capital.

Em todos os períodos e fases do processo de integração subordinada da região aos principais centros econômicos, a violência se constitui como um elemento estruturante. A começar pela expropriação das populações ancestrais, passando pelo trabalho compulsório, a coerção privada e pública, o genocídio de indígenas, e os sistemáticos assassinatos das mais diferentes lideranças do campo popular, chacinas, massacres e a criminalização dos movimentos sociais, este, evento mais recente nas arenas de luta pelo controle da terra e os modos de uso das riquezas locais. Nesta perspectiva, o professor realça a violência estrutural a partir das inúmeras execuções de dirigentes camponeses, indígenas, quilombolas e dezenas de chacinas de sem-terra. Via

de regra, crimes marcados pelo manto da impunidade, e a naturalização dos mesmos, e o silêncio.

As situações de antagonismos e de violências acima ponderadas espraiam-se por toda a América Latina e Panamazônia, e em particular na Amazônia brasileira, onde, em particular, rivalizam interesses de grandes corporações do mercado mundial de variados campos (construtores de grandes obras de engenharia, agronegócio, mineração, consultorias de licenciamento ambiental, entre outras), que tendem a impor suas racionalidades sobre as complexidades da sociodiversidade dos territórios ancestrais, onde constam entre outros sujeitos populações indígenas, de remanescentes de quilombos, camponesas, ribeirinhas, beiradeiros, extrativistas.

Sobre o cenário latino americano e a ratificação do continente como exportador de produtos primários, o que endossa a condição colonial do mesmo, cumpre aqui mobilizar o debate empreendido pela socióloga argentina Maristella Svampa, em particular na obra *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina*, lançado no Brasil em 2019.

Na obra a autora adota como contexto histórico, político e econômico, o complexo cenário marcado pelo avanço das fronteiras do capital sobre o continente nos primeiros anos da década de 2000, que se estende até 2013, período onde se registra a valorização das *commodities* no mercado mundial. O que representaria uma vantagem comparativa para os países periféricos. O recorte temporal foi marcado pela presença de governos considerados do campo progressista, e um ambiente clivado por inúmeras tensões do campo popular na defesa de seus territórios e da natureza, bem como de criação de mecanismos de defesa dos mesmos; e, na escala mundial, o que a autora vai denominar de transição hegemônica por conta em particular da nova posição da China no plano da geopolítica mundial.

O país asiático tem se configurado como o principal consumidor dos produtos primários do continente, e mesmo interessado em participar na construção de obras de infraestrutura que dinamizem a circulação das *commodities*, a exemplo do que ocorre tanto na agenda da região do Baixo Amazonas, a partir do projeto da EF-170 (Ferrogrão), e no projeto Matopiba, que encarna o avanço da fronteira de monocultivos de grãos nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Neoextrativismo é o conceito chave por ela criado, que compreende que sempre coube à América Latina na divisão internacional do trabalho alimentar com produtos primários os principais centros econômicos. Ela parte da ideia de extrativismo como

invenção da Europa e resultado da dinâmica do avanço do capital. A acumulação primitiva em Marx, a permanência do fenômeno nas interpretações de Rosa Luxemburgo ou na acumulação por espoliação como defende David Harvey são alguns amparos teóricos por ela adotados.

Sobre o extrativismo Svampa entende:

Associado à conquista e ao genocídio, o extrativismo na América Latina vem de longa data. Desde o tempo da colonização europeia, os territórios latino-americanos foram alvo de destruição e saques. Rica em recursos naturais, a região foi se configurando no calor de sucessivos ciclos econômicos impostos pela lógica do capital, por meio de expansão das fronteiras e das mercadorias – uma reconfiguração que, em nível local, implicou um grande contraste entre lucro extraordinário e extrema pobreza, assim como uma enorme perda de vidas humanas e de degradação dos territórios, convertidos em áreas de sacrifício, (SVAMPA, 2019: p.26).

Com relação ao debate sobre o neoextrativismo, Svampa defende ser um conceito complexo, um modelo sócio político e territorial, multidimensional e multiescalar, que emerge numa conjuntura de múltiplas crises (capital, sociedade, democracia, Estado) que atingem as sociedades contemporâneas, onde o aumento do metabolismo social do capital exige para a sua manutenção cada vez mais maiores quantidades de matérias-primas e energias, o que acarreta em maior pressão sobre os bens naturais e os territórios. Como bem refletem, nesta mesma perspectiva, entre outros, François Chesnais, Octavio Ianni e Milton Santos.

Para Svampa (2019), o debate sobre o neoextrativismo representa uma janela privilegiada para se realizar uma reflexão sobre a geopolítica, a partir do declínio hegemônico dos Estados Unidos e da ascensão da China como potência global como já dito, fenômeno que ela denomina de transição hegemônica, representado por um policentrismo conflituoso e de uma pluralidade cultural e de civilização. A presente transição representa para as periferias do capitalismo, a exemplo da América Latina, África e certas regiões da Ásia a intensificação das exportações de matérias-primas, e por consequências, a intensificação de trocas desiguais, em particular com a China.

A pensadora argentina alerta ainda sobre o ambiente de crise da democracia, onde a ampliação do neoextrativismo necessita de desregulamentações para azeitar o processo de avanço da fronteira do capital, o que se dá sem controle social, sem consulta às populações, desprovido de controle ambiental, com a escassa presença do Estado ou com a anuência dele. E, ainda o aumento da violência estatal e paraestatal, que se traduz na violação de direitos humanos e na criminalização das lutas por direitos dos setores

populares. Nesta angulação, o Brasil, em particular a Amazônia encarna um exemplo recorrente.

Svampa (2019) avalia ainda que o neoextrativismo representa um modelo de desenvolvimento, bem como um estilo de controle territorial, marcado pela superexploração dos bens naturais, cada vez mais escassos, e em grande parte não renováveis, bem como a necessidade do capital em subordinar cada vez mais territórios antes considerados improdutivos.

A presente conjuntura neoextrativista é regida pela exploração de bens primários em grande escala, onde possuem proeminência hidrocarbonetos (gás e petróleo), metais e minerais (cobre, ouro, prata, estanho, ferro, bauxita e zinco, entre outros), e, ainda, produtos ligados a monocultivos, que demandam o monopólio da terra em grande escala, a exemplo da soja, palmeira de dendê e da cana de açúcar, e ainda monocultivos florestais e a superexploração pesqueira. Deste conjunto o extrativismo mineral possui relevo, e tem sido o que mais tem mobilizado esforços e ações dos grupos por ele afetado.

Os referidos projetos demandam grandes obras de infraestrutura, aos moldes da agenda para o Baixo Amazonas, onde constam complexos hidroelétricos, complexos portuários, modal de transporte (hidrovia, rodovia e ferrovia), projetos marcados pelo gigantismo e pela concentração do capital intensivo, com vistas a consolidar algumas regiões como corredores privilegiados de circulação de *commodities*.

Em síntese, sobre o neoextrativismo, Svampa, considera que:

Apresenta uma determinada dinâmica territorial cuja tendência é a ocupação intensiva do território e a grilagem de terras, por meio de formas ligadas à monocultura ou monoprodução, que tem como uma de suas consequências o deslocamento de outros modos de produção locais/regionais, bem como das populações, (SVAMPA, 2019: p. 34).

No campo político, a autora salienta o contraditório papel dos governos considerados progressistas na América Latina, que ao mesmo tempo em que levam em conta processos de revalorização da matriz comunitário-indígena, grande parte deles adere a uma perspectiva produtivista e efficientista no escopo do desenvolvimentismo, este vinculado à ideologia hegemônica de progresso, baseada na confiança da expansão das forças produtivas. Situação que revigora a região a partir do horizonte de Eldorado, de grande reserva de recursos, estes inesgotáveis e a ideia de vazio demográfico.

Por outro turno, giro ecoterritorial é a categoria que Svampa estabelece para refletir sobre as lutas populares em oposição ao avanço do neoextrativismo sobre os territórios dos grupos sociais do continente, onde possui destaque os povos indígenas e camponeses. A autora defende que o giro promove a convergência de diferentes matrizes políticas e de linguagens, onde se dá o cruzamento do que a pensadora considera inovador entre a matriz indígena-comunitária e a narrativa autonômica, numa chave ambientalista, que foram acrescidas pelas ideias feministas.

“O giro ecoterritorial se refere à construção de marcos de ação coletiva que funcionaram ao mesmo tempo, como estrutura de significação e esquemas de interpretação contestatórios ou alternativos”, ratifica Svampa (2019: p. 62/63). Ao se comparar as interpretações da pensadora argentina com as dinâmicas das ações de resistência que se desenvolvem no Baixo Amazonas, é possível sinalizar para aproximação do conceito por ela edificado. A mesma pensadora acredita que o giro se expressa ainda por meio de diferentes experiências policlassistas, multiétnicas e diversas formas organizacionais.

Para a autora a experiência representa grande capacidade de articulação entre diferentes sujeitos, e por consequência, o diálogo entre diferentes conhecimentos e disciplinas, onde prevalece a valorização dos saberes locais e pela elaboração de um saber fora do esquadro da equação hegemônica, para além da racionalidade desenvolvimentista.

Para Svampa, o conceito do bem viver tem sido o de maior capacidade de mobilização dentro deste espectro do giro ecoterritorial, que surge como horizonte utópico, que decorre de uma pluralidade de cosmovisões indígenas. O conceito propõe novas relações do ser humano com a natureza e com outros seres humanos. Segundo a socióloga, o novo paradigma civilizatório abandona a ideia de desenvolvimento como crescimento econômico ilimitado, e defende uma opção a partir de uma economia solidária e sustentável, bem como a hierarquização igualitária de outras avaliações das atividades e dos bens, uma radicalização da democracia.

A partir desta bandeira/conceito, um coletivo de jovens do campo e da cidade do município de Santarém, organizaram uma proposta de chapa coletiva para vereador, que concorreu no último pleito eleitoral. Em perspectiva semelhante, um grupo de mulheres indígenas e quilombolas também empenhou esforços em ocupar uma cadeira no legislativo da cidade. Podemos sinalizar que a ação em concorrer a uma cadeira no legislativo local como resistência. Decisão precedida de inúmeras possibilidades de

diálogos do campo popular e de enfrentamentos que transcorrem na região, e que possui no coletivo Tapajós Vivo um dos principais espaços de debate.

Ainda que não tenham conseguido um assento, creio que a construção das propostas é expressiva do conjunto das ações coletivas que ocorrem na defesa do território na região. E, ainda no campo da comunicação, onde expressa o protagonismo de jovens que construíram o site de jornalismo voltado para as demandas do campo popular, o Tapajós de Fato, experiência que soma 12 meses. Registre-se ainda outros coletivos na produção de audiovisual e de grupos culturais no campo da música, teatro, capoeira. Para além da produção de conteúdos, os jovens fomentam formação de outros jovens em territórios marcados pela ameaça de avanço do grande capital, a exemplo do Projeto Agroextrativista (PAE) do Lago Grande, localizado na fronteira do município de Juriti. Local de operação da mineradora Alcoa. Neste cenário encontramos jovens indígenas, extrativistas e quilombolas.

Neste sentido, o presente trabalho alinha-se à interpretação sobre a acumulação primitiva do capital em Marx como ferramenta interpretativa de análise sobre as políticas de desenvolvimento para a região amazônica, bem como se aproxima do conjunto de ideias formulado pelo grupo latino da Teoria Crítica que fomenta o debate sobre colonialidade. Estrutura que desde períodos coloniais registra ações contrárias, a exemplo das insurreições quilombolas.

1.1 Rebeliões na Senzala como Oposição à Concentração da Terra

A conjuntura descrita acima, baseada na concentração da terra, representa uma força motriz geradora de desigualdades econômicas, políticas e sociais, bem como de violências, hierarquias e racismos. Violências rotineiramente registradas em favelas em todo o Brasil, ou ações contra os movimentos sociais que afrontam o *status quo*. Como contradição, esta configuração impulsiona ações de insubordinação por um devir diferente do quadro exposto, a partir de insurreições dos setores colocados em situações de subalternização. Cumpre aqui realçar as experiências das rebeliões nas senzalas e a construção de um território livre do açoite, do trabalho compulsório, que afronta a concentração da terra e a *plantation*, qual seja, o Quilombo.

O sociólogo Clovis Moura, no conjunto de suas obras, argumenta que o quilombo deve ser compreendido como representação da construção de um território livre. Um território marcado e organizado a partir de laços de solidariedade entre os marginalizados. Uma estrutura de poder – produção de espaço-território-tempo - que se baliza pela organização do uso coletivo da terra, no trabalho comunal, com vistas à uma

produção coletiva para o próprio consumo, voltada para bem comum e para a comercialização do possível excedente com a sociedade do entorno.

Faz-se necessário validar que o quilombo não era um território à parte da sociedade envolvente. Ele mantinha trocas de informação e comerciais, relações de aproximação e de tensão com o seu o universo circundante. Ao mesmo tempo em que promovia saques de sítios e fazendas, negociava com os comerciantes das vilas e cidades. Vendia o excedente da produção e adquiria gêneros para as suas necessidades de reprodução: ferramentas e outros insumos.

Convergem nesta linha de análise Clóvis Moura, Edson Carneiro e Vicente Salles. Os dois primeiros autores reconhecidos pesquisadores nordestinos (Piauí e Bahia), e o derradeiro do estado do Pará. Este um pioneiro nos estudos sobre a presença negra na Amazônia. Tal qual os quilombolas, os presentes pensadores encarnam uma insubordinação com relação à produção do conhecimento na escala do país, concentrada nos estados da economia central, o que representa outra desigualdade, esta no campo interno da escala nacional da produção intelectual, que tende a validar e reconhecer pesquisadores do centro sul do país. Uma colonialidade do saber de caráter interno.

O território quilombola, além de representar a oposição de classe contra o senhor da Casa Grande, o engenho, a lavoura, o trabalho compulsório e o açoite, deve ser compreendido a partir da construção de laços de solidariedade que não se restringiam somente a negros amocambados. Indígenas, renegados, brancos marginalizados, mestiços e afins integraram o território do quilombo, elucidada Clovis Moura.

Na concepção do referido autor, é o Quilombo que desponta como oposição à Casa Grande, e não a Senzala. A interpretação de Moura representa uma crítica ao mito da democracia racial, como expresso na obra de Gilberto Freyre. Assim, a obra *Rebeliões na Senzala* emerge como um contraponto radical à Casa Grande e Senzala. Para o negro piauiense, é a totalidade da contradição entre a Casa Grande e o Quilombo que confere ao período colonial uma espécie de síntese da luta de classes, materializada na oposição entre o **senhor X** e o **escravo**, entre o **o latifúndio X** e a **terra comunal**, entre o **conservador X** e o **revolucionário**, entre o **patriarcado X** e o **homem livre**, entre **coisa X** e o **ser humano/político**, entre a **plantation X** e a **policultura**, entre a **Casa Grande/Senzala X** e **Mocambos/Quilombos**, entre o **mercado externo X** e a **subsistência**, entre o **cristianismo X diversidade religiosa**, etc.

No quadro a seguir, com base nas obras de Clovis Moura, Edson Carneiro, Floresta Fernandes e Vicente Salles, buscou-se sintetizar, em particular a partir de

Moura (1959), elementos que estruturam a centralidade da totalidade da contradição do sistema colonial.

Na primeira coluna elencamos elementos que fundamentam o senhor de terras/patronato, enquanto noutra realçamos a estrutura que caracteriza a luta quilombola, a quilombagem. O primeiro, organizado pela defesa e a manutenção de privilégios, enquanto o segundo sinaliza para o devir que irrompa com as estruturas estabelecidas, por isso, torna-se revolucionária.

QUADRO 01: TOTALIDADE DA DIFERENÇA DO SISTEMA COLONIAL

SENHOR/PATRONATO	QUILOMBAGEM
Latifúndio	Terra Comunal
Conservador	Revolucionário
Patriarcado	Homem Livre
Branco	Negro, indígena, mestiços, desertores
Excludente	Includente
Trabalho Compulsório	Trabalho Livre/Comunal
Coisa	Ser Humano/Político
Castigo	Fuga
Plantation	Policultura
Engenho	Roçado
Mercado Externo	Subsistência
Capitão do Mato	Banditismo
Casa Grande/Senzala	Mocambos e Quilombos
Cristianismo	Diversidade
Sistema Colonial	Quilombagem
Racismo	Resistência política, cultural, religiosa e social

Organizado pelo autor a partir das interpretações de obras de Clovis Moura, Edson Carneiro, Florestan Fernandes e Vicente Salles.

Assim como o capital se territorializou por todas as latitudes do país, a insubordinação dos quilombos, ação por Moura denominada de quilombagem, vai se desenvolver e rivalizar de Norte a Sul em oposição à estrutura hegemônica. A República de Palmares, Balaiada, Cabanagem, Revolta dos Malês, a Praieira, - dentre outras insurreições, - ajudam a traduzir o conjunto de rebeliões protagonizadas por negros e negras aquilombados e outros setores marginalizados.

A quilombagem deve ser entendida como um movimento de rebeldia contínuo, organizado e dirigido pelos próprios escravos na escala do território nacional, no sentido em se opor às estruturas coloniais marcadas pela concentração da terra, o saque de riquezas, o trabalho compulsório e o castigo. O quilombo expressa assim o núcleo (espaço-território-tempo) irradiador de inúmeras manifestações de resistências nos

campos da economia, da política, da organização social, da cultura, da afetividade e da religiosidade, reflete Moura (1959).

Na acepção do pensador existem três momentos da trajetória do Brasil que representam rupturas contra as estruturas de poder e de dominação. A primeira recai sobre o período colonial, com a tensão por cem anos de combates protagonizados pela República de Palmares; enquanto a Cabanagem é a segunda inflexão durante o Império; já a terceira se dá durante a República, é a revolta de Canudos. Relevante sublinhar que todos os momentos ocorrem no Nordeste e Norte do país. Todas as rebeliões foram sufocadas por extrema violência, e algumas chegaram a contar com ações de mercenários estrangeiros.

A Cabanagem (1835-1840), rebelião ocorrida em solo paraense, representa um destes atos de rebeldia e ameaça ao *status quo*. Ela se espalhou por boa parte do território do Norte, do Nordeste e países vizinhos na fronteira amazônica, a exemplo das Guianas e o Suriname. É considerada a única rebelião onde os rebeldes tomaram o poder do período imperial. Caio Prado Junior é um dos autores que converge nesta linha interpretativa.

Nela, uma das facções do movimento era composta por uma fração de negros, onde o Baixo Amazonas representou umas das mais importantes trincheiras, a derradeira a ser sufocada, cuja comunidade de Cuipiranga, localizada na cidade de Santarém, possui destaque, pelo fato de ter sido o derradeiro front a ser sufocado, como registra o artigo do professor Vaz (2011). No caso amazônico, no conjunto do quadro de diferenças colocado acima, agregar-se-ia o nheengatu, a língua geral da região, falada em particular pelos setores marginalizados, recurso usado para driblar adversários. A fuga, a rebelião, a edificação do território de aquilombação e o uso da língua geral, - no caso amazônico - representam recursos que buscaram irromper com a ordem estabelecida. Constituem elementos de r-existência, outras grafias geográficas sobre o espaço, território e o tempo.

No entanto, este cenário colonial promoveu a integração subordinada e tardia do país à racionalidade do mundo capitalista central. É nesta conjuntura que a Amazônia foi incorporada à coroa portuguesa, em trama que subjugou o seu território para além dos limites definidos no Tratado de Tordesilhas, como adverte Becker (2005). Portugal, sem dispor de recursos para investir ou como povoar a região, adotou o controle territorial como estratégia. Podemos salientar que o ato representa o tratado da pedra fundamental da grilagem de terras em nossas paragens.

A incorporação da terra, bem como a pilhagem das riquezas, tidas como infinitas, e a expropriação de seus povos são recursos que têm servido de paradigma da economia e da política desenvolvimentista para o continente latino e para o Brasil em particular, com ênfase à derradeira periferia do processo, a Amazônia. Trata-se de uma opção marcada por toda ordem de violência, regida sob o signo do discurso modernizante e civilizatório de matriz eurocêntrica, como interpreta entre outros Quijano (2005), Porto-Gonçalves (2017), Marques (2018), Cruz (2017).

“A colonialidade é parte constitutiva da modernidade e não derivativa desta; a colonialidade é seu lado sombrio, oculto e silenciado”, argumenta Cruz (2017; p. 02). O geógrafo advoga que para além das formas coercitivas, a colonialidade opera naturalizando as formas do imaginário de matriz europeia como única forma de relacionamento com a natureza, com o mundo social e a própria subjetividade. Uma violência epistêmica.

Tal política foi marcada pela imposição religiosa da superioridade do cristianismo, componente racial inspirado na hegemonia do branco europeu, em detrimento da diversidade racial dos países latinos, - em particular contra indígenas, negros e mestiços -, e, ainda, na consolidação cultural de representação do poder expressa a partir do patriarcado.

Sobre a construção da “superioridade” baseada no eurocentrismo e da concepção sobre humanidade, assim interpreta Muniz Sodré (2017)

[...] essa ideia de humanidade – fachada ideológica para a legitimação da pilhagem dos mercados do Sudeste Asiático, dos metais preciosos das Américas e mão de obra de África - consolida-se conceitualmente, na medida em que contribui para sustentar o modo como os europeus conhecem a si mesmos: “homens plenamente humanos” e aos outros como “*antropos*”, não tão plenos. O *humano* define-se, assim, de dentro para fora, renegando a alteridade a partir de padrões hierárquicos estabelecidos pela cosmologia cristã e implicitamente referendados pela filosofia secular. Desta provem o juízo epistêmico de que o Outro (*antropo*) não tem plenitude racional, logo, seria ontologicamente inferior ao humano ocidental. É um juízo que, na prática, abre caminho para a justificação das mais inomináveis violências, (SODRÉ, 2017: p.13/14).

A título de exemplo sobre a condição colonial nacional, cumpre lembrar que, enquanto na Europa, em 1848, o Manifesto Comunista questionava as formas violentas de expropriação do emergente trabalhador assalariado no escopo do modo capitalista de produção em sua fase monopolista, cá se instituí a Lei Eusébio de Queirós, no mesmo ano da instalação da Lei de Terras, em 1850. A primeira vetava e criminalizava o tráfico

de africanos escravizados, já a segunda instalou a propriedade privada da terra. A opção revela o caráter gradual e lento da abolição, a gênese do capitalismo dependente existente no país, vinculado de forma subordinada aos interesses do capitalismo mundial em sua fase imperialista, ao ocaso do século XIX.

Martins no debate em que realiza sobre a categoria Fronteira em O Cativo da Terra, neste escopo sobre a conformação da colonialidade nacional, afirma que o regramento imposto pela Lei de Terras favoreceu, ainda mais, a concentração da terra, e vetou aos subalternizados, entre eles os trabalhadores em condição de trabalho compulsório e migrantes europeus, o acesso à terra.

Já com relação à Lei Eusébio de Queirós, Clovis Moura avalia como um divisor de águas com relação ao ciclo de escravidão, onde classifica: (i) o escravismo pleno de 1550 a 1850 e (ii) o escravismo tardio de 1851 a 1888, em *Dialética do Brasil Negro*, o que ele classifica como Modo de Produção Escravista. Sobre a primeira fase, que corresponde a três séculos, o tráfico intercontinental serviu de motor da reprodução do modo de produção capitalista, onde os lucros auferidos com a exportação de produtos primários alimentava a ainda mais a importação de africanos. A r-existência residia em rebeliões, guerrilhas e quilombos, como instrumento de luta política e reafirmação da condição humana do sujeito colocado em condição de subalternização a partir das revoltas.

Com relação ao que Moura denomina de período tardio, que corresponde a de 37 anos, nele transcorre o declínio do comércio de escravos até a abolição. O período impossibilitou o tráfico em grande escala. Concomitante ao processo de transição para o modo de produção capitalista, as revoltas, as guerrilhas, a construção de grandes quilombos nas matas, distante das vilas dominadas por brancos entram em refluxo como ação de rebeldia dos negros escravizados.

Moura (2020) ao analisar o contexto de transformação da organização do trabalho movido pelo contratualismo numa República com raízes oligarcas, alerta que as elites intelectuais irão compor o racismo como ferramenta ideológica de dominação, que irá classificar o trabalhador negro como incapaz de enfrentar os desafios impostos pelo emergente capitalismo dependente. Tal linha interpretativa converge com autores da Teoria Crítica de matriz latina, que mobilizam a questão de raça como elemento definidor de hierarquias no processo de dominação e colonização. Ainda que finda a colonização, ela permanece como padrão de poder, hierarquias e distinções, a colonialidade.

Ainda sobre o período colonial é essencial a aproximação dos conceitos de classe e de raça para a busca da compreensão das relações sociais da época, como marcadores das situações de dominação, bem como das situações de rebeldia, no processo de formação de uma consciência de “classe para si” por parte dos negros rebelados.

A herança de três séculos de escravismo se perpetua na conformação da sociedade nacional, a exemplo da concentração da terra, da apropriação do Estado por frações de classes como ferramenta de sua reprodução econômica, política, cultural e social, as violências em suas diferentes feições consolidaram uma estrutura socioeconômica do país baseada em profundas desigualdades, o que se acentua à cada dia. Tais desigualdades estão, por sua vez, concentradas nos elementos étnicos e raciais, amiúde manifesto nos indicadores socioeconômicos.

1.2 Amazônia – entre violências físicas e simbólicas

Sobre estas teias da condição colonial extra e intra regionais e de representações de poder, no que se refere à Amazônia, tem preponderado a representação da região como um vazio demográfico. Neste contexto de disputas no campo econômico, político e discursivo, as narrativas protagonizadas por naturalistas, religiosos, literatos e aventureiros ratificaram tal representação como justificativa para a dominação territorial, o saque e a pilhagem, bem como toda ordem de violências físicas e simbólicas, estas naturalizadas e banalizadas no conjunto da sociedade quando do avanço do grande capital sobre a Amazônia.

Não obstante, quando as narrativas registram a presença de pessoas/sujeitos, estas são caracterizadas como bárbaros, selvagens, incapazes e afins. Não tendo gente ou sendo estas gentes enquadradas como incapazes, legitima-se a posse do espaço, e por consequência, a definição territorial a partir do grande capital, o devir, o projeto de posse, uso das riquezas e a imposição de um desenvolvimento subordinado, a racionalidade modernizante, e instalação da expropriação. Desta forma, estabelecem-se as cercas, impõem-se as regras que normatizam a apropriação privada da terra; esta, antes desprovida de cercas, organizada a partir do uso coletivo. Pilham-se as riquezas. Mata-se: em nome do senhor de terras, das grandes corporações e de Deus. Tem-se assim, para além da expropriação, do saque/pilhagem, do trabalho compulsório, da catequese e da imposição do idioma, a violência no campo simbólico, onde o não branco é categorizado como selvagem, inferior, desprovido de alma, não humano.

A concentração da terra e a violência em suas distintas manifestações – físicas e simbólicas - são elementos que estruturam a configuração das relações de poder que

perpassam por todos os espaços (acadêmicos, políticos, culturais, sociais) no país. Todas as rebeliões citadas acima foram sufocadas com extrema brutalidade. Nos combates da Cabanagem, estima-se que de 30 a 40% por cento da população total da província do Grão Pará, à época calculada em 100 mil, morreram durante o conflito.

Estas violências presentes no mundo rural se mantêm. As execuções de indígenas, posseiros, sem-terra, sindicalistas, assim como as chacinas nas disputas por terra, em particular na Amazônia, persistem, e são pelos setores hegemônicos naturalizadas. A título de exemplo e registro, na década de 1980 o estado do Pará registrou um número expressivo de casos de execuções no sudeste do estado. Posseiros, sindicalistas, assessores e religiosos tombaram, o que mobilizou a atenção mundial sobre o fenômeno. Coube naquele período à intervenção militar fomentar o avanço do capital sobre a fronteira, a partir de incentivos fiscais e de investimentos, institucionalidades e infraestrutura, estes direcionados a atender demandas do grande capital nacional e internacional (colonização/colonialidade nacional e mundial), entre outros autores podemos referenciar Ianni (1978), Hebéte (2004), Martins (1995) e Oliveira (1995, 2004, 2005).

Nos anos da década de 1990, noutro contexto econômico e político do país, considerado de transição, o grande capital também passava por metamorfoses, e o Estado flagrava-se pressionado tanto pelas forças populares que buscavam o acesso a direitos represados por mais de duas décadas, quanto pelas mesmas frações de classe hegemônicas, tanto do campo nacional, quanto mundial. Nesta transição a violência permaneceu. O Massacre de Corumbiara, ocorrido em Rondônia, em 1995 – 09 camponeses mortos - e o Massacre de Eldorado, registrado no Pará, em abril de 1996 – 19 camponeses do MST foram assassinados por tropas da PM -, são exemplos da manutenção da violência, protagonizadas pelo poder público na região.

Com relação aos massacres supracitados, o Estado em ação reativa, por conta de pressões de toda ordem e setores do campo democrático tanto do país, quanto do exterior, reconhece em massa áreas ocupadas como projetos de assentamento da reforma agrária. A medida altera a feição territorial da Amazônia, e consagra as regiões sul e sudeste do Pará como as de maior concentração de PAs do país, com pouco de 500, com um contingente estimado em 80 mil famílias. Uma expressiva territorialização numa região marcada pela aguda disputa pela terra.

Seria equivocado creditar somente à ação reativa do estado a territorialização camponesa. Deve-se considerar o acúmulo de momentos de organização e

enfrentamento do conjunto das representações políticas dos camponeses, e ainda as mediações de diferentes sujeitos, onde constam: ONGs, pesquisadores, universidades, frações da Igreja Católica, partidos políticos clandestinos e reconhecidos, bem como apoiadores internacionais. Ainda assim, persiste a violência. Em maio de 2017, no mesmo sudeste paraense, no município de Pau D'Arco, policiais civis e militares empreendem o massacre de 10 camponeses filiados à Liga dos Camponeses Pobres. Em 2019/2020, madeireiros assassinaram indígenas Guajajara no estado do Maranhão, no município de Arame. A historicidade sobre as violências aqui enumeradas, possuem como missão ratificar a manutenção do fenômeno como elemento constituinte na inserção subordinada da região aos circuitos da economia mundial.

Um riomar de violências sem fim. No debate sobre a feição simbólica, a matriz discursiva estruturante sobre a região amazônica como representação do atraso, do exuberante, do exótico ou do estranho é replicada em livros didáticos, no discurso midiático e, até mesmo na academia, onde predomina um ementário eurocêntrico. Emaranhado de tramas que os autores, alinhados ao conjunto de ideias do debate sobre colonialidade, irão denominar de colonialidade do poder, em particular Quijano (2005).

Sobre a questão, cabe um parêntese a partir dos autores da Teoria Crítica de matriz latina que empreendem esforços no debate sobre o conjunto de ideias sobre a colonialidade. Sublinhe-se que a intenção dos autores não é negar a contribuição de matriz europeia, mas, antes de tudo, problematizar a validação da mesma como “única” possibilidade de produção do poder e do saber, e sua verve de matriz colonial e de colonialidade. Para Quijano (2005), a “conquista” da América descortina a primeira identidade da modernidade, e institui o primeiro espaço-tempo de um padrão de poder de potencial mundial. Corroboraram nesta direção a codificação da diferença entre conquistadores e conquistados a partir do critério de racialidade, o que conferiu aos últimos o enquadramento como inferiores em relação aos primeiros.

Referido padrão de dominação expandido para outros cantos do mundo, ladeado pelo controle do trabalho compulsório e o saque das riquezas em torno do capital e do mercado mundial, representam alguns dos pilares do mundo moderno/colonial. Pressupostos em certa medida já refletidos no debate sobre a acumulação primitiva em Marx. A ideia de raça outorga legitimidade ao processo de “conquista” e de dominação das Américas, adverte Quijano (2005), onde a constituição da Europa com nova identidade em escala planetária convergiu em direção à construção do horizonte do

conhecimento eurocêntrico como parâmetro mundo e à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização/dominação entre europeus e não europeus.

“Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade” (Quijano, 2005, p. 228). Para além do elemento da diferença racial, a Europa passa a hegemonizar o controle sobre todas as formas de produção da subjetividade no campo da cultura e na produção do conhecimento, avalia o pensador peruano.

Sobre a consolidação da modernidade como elemento de matriz eurocêntrica de caráter universalizante, autores da Teoria Crítica de matriz latino americano, entre eles Quijano (2005), Lander (2005), Mignolo (2005) e Dussel (2005) realçam o caráter evolucionista e dualista do fenômeno. Para os referenciados pensadores, a modernidade consagrou a colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza como elemento essencial na formação das periferias do modo de produção capitalista.

Lander (2005) avalia que a conquista do Novo Mundo pelo reino ibérico ao fim do século XV (1492) representa a gênese do processo da colonialidade, fenômeno este a materializar-se ainda nos dias atuais sobre as diferentes dimensões das nossas relações econômicas, políticas, sociais, culturais e cotidianas. Entendida como desdobramento da colonização, a colonialidade perpassa pela nossa subjetividade, introjeta-se na construção de nossa linguagem, memória, imaginário, manifesta-se ainda de forma pujante em nossas relações de poder (dominação), políticas, e na forma da produção do conhecimento, bem como nos métodos adotados de investigação, na seleção de autores e na forma de escrita, na gramática, e ainda na seleção de valores e signos adotados como caminho inexorável para inclusão no campo de poder ou a exclusão dele. Lander realça ainda a naturalização sobre as diferenças culturais entre os grupos humanos, a partir de um sistema de codificação e hierarquização baseado na diferenciação racial, e acomodação das relações de dominação, onde predomina nas arenas de poder a hegemonia do branco europeu.

A partir das teses acima citadas, edifica-se a ideia de uma História Universal, reflete Lander (2005, p.09), onde “todos os aportes significativos das artes, das ciências, da tecnologia, da moral e dos regimes políticos são produtos internos da sociedade europeia, resultados superiores a serem levados ao resto, inferior, dos povos do mundo”. Lander (2005, p.240) reflete que “todos os outros (mulheres, negros, índios e não europeus) são convertidos mediante este dispositivo da colonialidade em objetos de

conhecimento, em não-sujeitos, em seres incapazes de criar um conhecimento válido”. Este conjunto de ideias que formam o arcabouço teórico em torno do debate sobre a colonialidade, acredito, representa um elemento potente no debate em torno das disputas sobre as diferentes arenas mobilizadas sobre a (s) Amazônia (s), assim no plural, como compreende, entre outros, o geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves.

No debate sobre a colonialidade, que vai para além das cercas do monopólio da terra e da *plantation*, Porto-Gonçalves (2018), confere destaque à racialidade, ao processo de matriz eurocêntrica no saque das Américas, cuja orientação iluminista e renascentista, celebra o homem branco europeu ecocida. Assim interpreta Porto-Gonçalves, (2018):

A “dominação da natureza” pelo homem enquanto fundamento filosófico veio junto com a colonialidade e sua racialidade, haja vista que os indígenas e os africanos foram classificados como seres humanos inferiores, pois seriam desprovidos de razão (e até alma), como afirmaram “grandes pensadores” do Iluminismo como Kant, Voltaire e Hegel. Sendo selvagens, por exemplo, são da selva, e logo natureza e, como tal, está autorizada sua dominação, (PORTO-GONÇALVES, 2018: p. 22/23).

Adiante o autor arremata que “o homem do antropocentrismo renascentista e iluminista não é um homem qualquer, mas o homem branco europeu que, assim, estava autorizado a, inicialmente, colonizar o mundo, e depois, a civilizá-lo e, mais recentemente a (des)envolver o mundo”, idem (2018). Neste panorama, além dos elementos já elencados, cumpre salientar a autodeclarada superioridade nacional e cultural (étnico-racial).

Porto-Gonçalves (2018) classifica a colonialidade da América como moderna-colonial. Toma como exemplo a produção do açúcar (séculos XVI a XVIII), cujo destaque recaiu sobre o Brasil, Cuba e Haiti, “Exportávamos um produto manufaturado, o açúcar, e não matéria prima, a cana, pois aqui se transformava a cana com a tecnologia mais moderna então conhecida no mundo, os engenhos [...]”, (2018, p.26).

Estes processos de colonização e da colonialidade replicam e ratificam projetos que se esmeram em pilhar as riquezas da região, pilhagem baseada na expropriação na rica diversidade social que conforma a dimensão de grupos sociais, com as suas especificidades de usos da terra, das riquezas naturais, dos furos, igarapés, parana mirins, rios, a partir de uma cosmologia própria, seja em terra firme, ilhas ou várzea.

Este constructo na esfera da representação simbólica ancorado na colonização e na colonialidade, perpassa a primeira experiência de planejamento de desenvolvimento

para a região, ocorrida durante o governo de Vargas, como bem ele próprio verbalizou em histórico discurso proferido às margens do Amazonas, tendo como base o ideário colonial de uma terra sem gente. Um vazio a ser civilizado. Um espaço passível de ocupação, controle e dominação, a ser domesticado, catequisado e quietos.

Ressalte-se: todas as experiências do planejamento do Estado autoritário (durante a ditadura civil-militar, até se alcançar os dias de hoje) resultam da imposição das necessidades das economias centrais. Uma pequena inflexão ocorreu nos anos de 1980, quando da execução de líder seringueiro Chico Mendes.

A presente lógica do olhar exógeno alcança os nossos dias. O discurso de vazio humano tem sido retomado pelos planejadores, e expresso nos programas e planos desenvolvimentistas, materializado na cartografia dos projetos desenvolvimentistas, como o apresentado no projeto Arco Norte, que deseja consolidar o Baixo Amazonas como um corredor de exportação de *commodities*. Nele consta um conjunto de obras de infraestrutura agendadas para região. Nos deteremos mais sobre o assunto adiante.

A inflexão de maneira sistemática da integração subordinada da região aos interesses do grande capital se dá sob o escopo ideológico da Doutrina de Segurança Nacional. Está erigida durante o regime da ditadura civil militar, na década de 1960, sistematizada pelo ideólogo Golbery do Couto e Silva, no período em que se convencionou chamar de Guerra Fria, onde a ordem do dia residia em livrar o país da ameaça comunista. Mesmo recurso ideológico mobilizado pelo presente governo.

No presente momento em que o Estado passa a ser tomado por uma nova fase de militarização, qualquer semelhança com os dias atuais não soa como mera coincidência. Ainda que a atmosfera fosse a mais adversa possível, o conjunto da sociedade de forma clandestina ou não forjou inúmeras trincheiras de organização dos movimentos sociais do campo, da cidade e da floresta.

No campo simbólico, produziu um conjunto significativo de meios de comunicação da classe trabalhadora. Em certa medida, tanto influenciados pelas insurreições no continente latino, onde destacamos Cuba e Chile, quanto do ambiente mundial, ênfase aos movimentos por direitos civis nos EUA, a Guerra do Vietnã, Maio 68, e, quando emergia o debate em torno da Geografia Crítica, reflexões no campo da educação da autonomia de Paulo Freire, das inquietações humanistas alinhadas aos subalternizados da Teologia da Libertação.

CAPÍTULO II - A CONDIÇÃO COLONIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO MONOPÓLIO DA TERRA E O TRABALHO COMPULSÓRIO

O preâmbulo exposto anteriormente buscou recompor elementos dos campos da economia, da política, da sociedade com o intento em inferir sobre a condição colonial e da colonialidade do país e da Amazônia, a partir da concentração da terra como padrão de ocupação do território, a partir de monocultivos voltados para o mercado externo, bem como sobre a aquilombação como oposição ao *status quo* colonial numa escala nacional.

Neste espectro de representações nas arenas de poder tanto externo, quanto interno, o imposto ao Brasil tem sido cumprir um papel de exportador de produtos primários, fato que tem se aprofundado nas últimas décadas, conforme os indicadores que alertam para a reprimarização da economia e sobre o recuo do processo de industrialização. Com relação à Amazônia, podemos dizer que ela cumpre duplo papel no contexto da colonização (subalternização) e colonialidade: atender tanto os estados da economia central do país, quanto o mercado externo, situação que se agrava com o afunilamento das desigualdades entre o Norte e o Sul, e a consagração do capitalismo em escala mundial.

Autores como Octavio Ianni, Milton Santos e François Chesnais alertam que com o triunfo do modo capitalista de produção em escala planetária, localizado no fim do século passado, ao reconfigurar o tabuleiro do poder em escala mundial, conferiu centralidade às grandes corporações, agências multilaterais, à tecnologia e à informação. Tais inovações redundaram na supressão das fronteiras do espaço-tempo, remodelaram categorias antes cristalizadas, fizeram emergir uma nova divisão internacional do trabalho, aprofundaram as desigualdades entre Norte-Sul (tecnologia X natureza), bem como consagraram o capital financeiro especulativo. Experimenta-se um período marcado pela hiperconectividade, a profusão da informação em fluxo constante em um mundo do instantâneo articulado em infovias.

Na presente conjuntura a China emerge como um novo sujeito na arena mundial, a rivalizar a hegemonia planetária com os Estados Unidos. Temos neste cenário, uma nova configuração da geopolítica, onde o papel do Estado experimenta uma redefinição, sendo conferido a ele a função de desregulamentação, liberalização, flexibilização normativa e privatizações, tendo como horizonte agilizar o fluxo de capitais e mercadorias.

É a China o principal consumidor do minério de ferro da Serra de Carajás. Minério oriundo do sudeste paraense, e dali pilhado desde os anos de 1980. É a China o principal país interessado na edificação da Ferrogrão, a ferrovia que ambiciona ligar o polo produtor de grãos do Brasil Central aos portos do Baixo Amazonas. A via férrea é uma das obras de infraestrutura/logística planejada para viabilizar o corredor de exportação/saque/pilhagem, denominado de Arco Norte.

Tais projetos implicam de forma direta na reprodução econômica, política, social e cultural das comunidades remanescentes de quilombos, e de toda uma diversidade social da região. Estas configurações nas estruturas do poder central, bem como dos mercados hegemônicos, tendem a dinamizar as tensões com relação às disputas territoriais nas escalas local, regional, amazônica, nacionais e Panamazônica. Para além da terra estão em jogo as riquezas (floresta, água, banco de germoplasma), o conhecimento ancestral, o direito de circulação e acesso à terra, aos rios, às riquezas da região pelas populações nativas, que representam em certa medida segurança alimentar, fonte de renda, lazer e espaço de cosmologia, encantados e lendas. Tem-se assim um extenso quadro de situações de conflitos em diferentes campos, socioterritoriais e simbólicos. Conjuntura que coloca em xeque a tese de fronteira consolidada, onde as tensões e conflitos estariam acomodadas.

O capítulo anterior orientou-se em refletir sobre a conformação do rural brasileiro e da Amazônia em diferentes momentos históricos, com destaque para o período colonial, seus desdobramentos, como o trabalho compulsório, a diferenciação de classes, e elementos de caráter étnico e racial, e seus arranjos nas esferas econômica e da política que consolida o monopólio da terra como elemento estruturante, este mediado por um Estado autoritário e racista. Além dos autores já citados acima, mobilizaremos inflexões a partir de Caio Prado (1963), Ianni (1978), Oliveira (1995, 1994, 2015) e Porto-Gonçalves (2017).

Cumpramos aqui enfatizar que nas páginas a seguir, conferimos um realce ao constituinte étnico racial, no sentido de problematizar a questão da expropriação nas arenas das peijas pela terra, para além dos debates circunscritos às classes sociais. Ianni (1978) e Fernandes (1989), entre outros autores, servem de norte nesta direção. Enquanto na segunda parte investimos em analisar a condição de subalternização da Amazônia neste emaranhado de poder, onde a partir de reflexões de Bertha Becker, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Carlos Walter Porto Gonçalves, trataremos sobre as

políticas desenvolvimentistas, bem como sobre a representação simbólica da região, como forma legitimadora de ocupação de seus territórios por grandes empreendimentos.

Na vastidão do país continental, em “terra nova”, o Brasil, a empresa mercantil colonial, destinou-se a explorar os recursos naturais com vistas a atender as demandas da Europa, alerta Caio Padro Junior (1963). O sociólogo Ianni (1978), por sua vez, ao interpretar o período colonial, conclui que o capital internacional comercial comandou a consolidação e a generalização do trabalho compulsório no Novo Mundo com vistas ao saque da prata, do ouro, do fumo, do açúcar, do algodão e outros produtos coloniais. Tal expediente foi desenvolvido com a anuência do Estado, sob o comando de governos, empresas estatais e privadas da metrópole.

Para o referido pesquisador, o processo se assentou em três pilares. Primeiro, evitar a inserção de outras metrópoles e manter a exclusividade no negócio; segundo, controlar a circulação do trabalho escravo, sob todas as formas, para garantir a produção colonial e assegurar a vigência do sistema político-social cujo fundamento era o trabalho escravizado; terceiro, garantir a continuidade e a regularidade da exportação de excedente econômico produzido na colônia, excedente esse essencial à reprodução e ampliação do capital mercantil metropolitano (Ianni, 1978, p 11).

O mercado de negros da África para o Novo Mundo alimentou os negócios de ingleses, holandeses, franceses, espanhóis, portugueses, dentre outros povos. Tais dinâmicas internacionais mobilizadas pelo capital mercantil entre as metrópoles, África e o Novo Mundo, argumenta Ianni (1978), expandem a escravatura nas colônias e intensificam a acumulação primitiva. Ianni interpreta que ao mesmo tempo em que o processo consolidou e expandiu formas de organização e técnicas do trabalho compulsório, dinamizou a acumulação de capital na Inglaterra, e impulsionou o capitalismo industrial.

Ainda conforme o autor em questão, entre os séculos XVI e XIX, os movimentos, as articulações e as rearticulações, internas e externas nas formações sociais e escravistas nas Américas e Antilhas são determinadas, em variáveis graus, pelas exigências da reprodução do capital europeu. No primeiro momento o capital internacional mercantil e, em segundo plano, o capital internacional industrial.

Ao tratar sobre o incremento do modo de produção capitalista no Velho Mundo e à dinamização da abolição da escravatura, Ianni chama atenção para o caráter contraditório e dialético do processo, onde acredita que a dinamização do “fim” do trabalho escravo deu-se no âmbito do desenvolvimento do capitalismo inglês em

expansão. Ianni avalia que “[...] No Brasil, a escravidão de africanos e seus descendentes parece ter-se generalizado muito mais do que nos Estados Unidos, tomados em conjunto” (1978, p. 22).

O contexto em debate conferiu ao Novo Mundo os contornos de sua condição colonial. Ianni (1978) defende que:

[...] Desde o princípio as sociedades do Novo Mundo estão atadas à economia mundial. Nesse sentido é que as sociedades das Américas e Antilhas são formadas em estado de dependência, enquanto colônias. São como que geradas nos quadros do mercantilismo, da acumulação primitiva e do nascente capitalismo europeu, (IANNI, 1978: p.17).

A colonização portuguesa fundou no Brasil, país tropical de dimensões continentais, profundas raízes rurais. Em contexto marcado pelo predomínio da monocultura (*plantation*) voltada para exportação, tendo como base o braço escravo, onde a apropriação do Estado pela classe dos proprietários rurais é fator fundamental para a garantia de sua reprodução econômica, política e social, adverte Holanda (2003).

Sobre o modelo *plantation* ancorado no braço escravo, Moraes (2001) esclarece que resulta de experiências da Coroa Portuguesa nas ilhas de Madeira e Açores. A lógica da pilhagem, avalia Martins (2017), fundou os pilares da propriedade territorial capitalista do país, além de difundir e consolidar o capitalismo nacional, marcado pela dependência, no uso de formas não capitalistas de produção no modo de produção capitalista.

Nesta composição do agrário nacional, estruturado pela concentração e monopólio da terra, faz-se necessário colocar em evidência a segregação étnico e racial do processo, para além dos conflitos de classes, onde indígenas e quilombolas cumprem missão nas arenas de poder na condição de subalternizados e pelo caráter étnico racial. Nesta direção em iluminar o componente étnico racial da luta de classes no campo, empreendem reflexões Ianni (1978) e Fernandes (1989). Ao interpretar as lutas do campo, Oliveira (1994) segue linha interpretativa semelhante, quando adverte que as marcas da racionalidade do desenvolvimento exógeno imposto à Amazônia possuem a marca do genocídio indígena.

Ao seguir horizonte semelhante Moraes (2001) esclarece que:

no Brasil já existia a prática da escravidão indígena desde os primórdios da colonização. A montagem dos engenhos era feita com escravos indígenas, e houve toda uma expansão para oeste e para o sul, em busca de índios para escravizar, uma expansão basicamente com essa motivação: índios para alimentar a nascente dinâmica indústria do açúcar, (MORAES, 2001: p.109-110).

No Brasil, tal processo reforçou os pilares do modelo da propriedade da terra, onde o sistema de sesmarias (pervertido da matriz ibérica) e a Lei de Terras (1850) materializam a exclusão dos escravos “libertos”, e mesmo do “braço livre” do migrante pobre que viria a integrar a cadeia produtiva do latifúndio cafeeiro do estado de São Paulo, conforme manifesta Martins (2013) em *Cativeiro da Terra*. Segundo o autor:

[...] a Lei instituiu um novo regime de propriedade em que a condição de proprietário não dependia apenas da condição de homem livre, mas também do pecúlio para a compra da terra, ainda que ao próprio Estado. O país selecionaria a dedo, por meio de seus agentes na Europa, o imigrante pobre, desprovidos de meios, que chegasse ao Brasil sem outra alternativa senão a de trabalhar em latifúndio alheio para um dia, eventualmente, tornar-se senhor de sua própria terra, (MARTINS, 2013: p. 09).

Ianni (1978) ao refletir sobre a escravidão e o racismo no Brasil alerta para o paradoxo do processo capitalista em sua fase mercantil, e; afirma que enquanto na Europa o trabalho livre se consolidava, no Novo Mundo, o compulsório se expandia, e colaborava com a produção de excedente para o capitalismo central. Prossegue o sociólogo uspiano que foi o capital comercial a força geradora para conformação das formações sociais construídas nas colônias do Novo Mundo, e por consequência, uma intensa acumulação de capital nos países metropolitanos, em particular na Inglaterra, um dos centros do mercado de africanos escravizados.

Ianni pondera que:

[...] o mesmo processo de acumulação primitiva, que na Inglaterra estava criando algumas condições histórico-estruturais básicas para a formação do capitalismo industrial, produzia no Novo Mundo a escravidão, aberta ou disfarçada. Ocorre que a acumulação primitiva foi um processo de âmbito estrutural e internacional gerado por dentro do mercantilismo. [...] Convém lembrar que a categoria acumulação primitiva envolve um conjunto de transformações revolucionárias, a partir das quais se torna possível o desenvolvimento capitalista, (IANNI, 1978, p. 04).

Antagônico ao processo nacional, na escravidão estadunidense, os negros libertos puderam acessar a terra sem ônus acentua o sociólogo. O fato desnuda o caráter racista e de classe no processo de exclusão e marginalização dos africanos subalternizados pela coerção no processo de luta pela terra no país. Processo de caráter estrutural da concentração e o monopólio da terra, bem como do racismo, em sentido contínuo, como se verifica mesmo na República, esta entrecortada por experiências autoritárias.

2.1 O Tráfico negreiro na Amazônia paraense e o Processo de Organização Quilombola no Baixo Amazonas

Assim como outros processos, o negócio do tráfico negreiro de forma sistemática como política na Amazônia se deu de forma tardia, somente ao apagar do século XVIII e início do XIX, precedida pela concentração do mesmo no Sudeste e no Nordeste. Ao certo, não se sabe quantificar com precisão o número exato de pessoas arrancadas de África e para cá carregadas nos tumbeiros. Nestas pejeas, jesuítas e colonos portugueses rivalizaram pela hegemonia da subordinação, tanto das populações originárias, quanto do negro africano.

O tráfico negreiro no Brasil resulta de uma política de Estado. No caso amazônico, o mesmo criou, aos moldes da Inglaterra, companhias de comércio. Mendonça Furtado – que nomeia ruas, avenidas e escolas no estado - então irmão do Marques de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo) foi o principal articulador desse processo, com vistas a “modernizar” essa fração da colônia.

Portador de amplos poderes, efetivou resoluções fundamentais para tal intento, onde Salles ressalta as seguintes:

7º Para que os moradores daquele observem inteira e religiosamente esta minha resolução, os persuadireis a que se sirvam de escravos negros” e o 11º “ Para a introdução dos escravos negros, em execução da Resolução de 27 de maio de 1750, é preciso que informeis, declarando o número de negros que podem ser necessários; quantos de podem mandar cada ano; que possibilidades têm os moradores para satisfazerem, (SALLES, 1971; p.25).

E, assim foram criadas a Companhia de Comercio do Maranhão (1682) e a Companhia Geral de Comercio do Grão e Pará e Maranhão (1775), intervenções precedidas pela ação de jesuítas, considerados os primeiros no comércio do tráfico negreiro, sendo a maioria oriunda da Costa da Mina, atualmente territórios correspondentes aos países de Gana, Togo, Benim e Nigéria, bem como de Guiné e de Angola.

As principais modalidades foram:

- a) Assento, ou alistamento compulsório de negros cativos na África, geralmente negociados mediante contratos da fazenda real com particulares – realizado nos séculos XVII e XVIII;
- b) Estanque ou estanco, monopólio atribuído às companhias de comercio;
- c) Iniciativa particular – realizado irregularmente durante todo o período do tráfico;
- d) Contrabando;

- e) Comercio interno, também de iniciativa particular, que deslocou escravos sobretudo da praça da Bahia para o Maranhão, e desta para o Pará, através dos caminhos terrestres e feito pelos chamados *comboieiros*, (SALLES: 1971, p. 27).

Salles (1971) pioneiro e o mais expressivo investigador sobre a presença negra na Amazônia, salienta que as condições especiais da Amazônia, a exemplo de uma lavoura incipiente de subsistência, que prosperava com lentidão representam fatores de retardamento do tráfico negreiro na região. “O transporte de peças de África para a costa leste era muito mais lucrativa e estava desenvolvida de tal modo que desinteressava à iniciativa privada na abertura de um novo mercado, numa região pioneira e de perspectivas econômicas tão duvidosas” (Salles. 1971, p 05).

A capitulação de Pernambuco ao julgo holandês, em 1670, é tido por Salles (1971) como o momento de inflexão que favoreceu o processo de introdução do negro na Amazônia. E, assim:

[...] foram introduzidos no Maranhão os primeiros escravos africanos, desta sorte povoando de negros margens do Pindaré, Mearim e Itapicuru, por onde se espalhavam as fazendas de lavouras de arroz, algodão e cana de açúcar. A mesma experiência agrícola se estendeu, com algum resultado, no Pará, (SALLES, 1971, p. 06).

Retomando o debate sobre o tráfico negreiro, no período compreendido entre 1755 e 1778, navios da Companhia de Comercio do Grão-Pará e Maranhão, teriam desembarcado 53.072 escravos, trazidos de Guiné Bissau, Cabo Verde, Angola, Quênia, Tanzânia e Moçambique. Sua direção estava definida para os engenhos de cana, plantios de arroz e cacau, as fortificações militares, as olarias, áreas de mineração e fazendas de pecuária. Diversificação da economia que visibiliza sua ampla inserção no mundo produtivo, Marin e Castro (1999, p.90).

No século XVIII, período pombalino, os escravos chegaram a representar 54% da população, conforme pesquisa da professora Edna Castro. A partir das fugas organizaram mocambos na região, onde cultivavam a agricultura em pequena escala, com ênfase na produção de mandioca e hortaliças nas vazantes dos rios. Em fins do século XIX inicia a decadência da economia escravocrata. Momento em que as fugas ganham volume. Alguns sesmeiros iniciaram em meados do século, plantações de cana, algodão e cacau, a criação de algumas cabeças de gado, e uma agricultura para sustentação familiar, com dominância da mandioca. Neste contexto, Cobruto foi considerado o mocambo mais significativo na história de rebeliões dos negro (Castro, 2003).

Para Salles (1971, p. 218) a fuga e a conseqüente multiplicação desses ajuntamentos de escravos africanos na floresta amazônica aumentou (...) a partir do final do século XVIII e tomou largo impulso nos primeiros anos do século XIX, sob a pressão de vários fatores políticos, econômicos e sociais. Em relatório do então presidente da província do senhor Jeronimo Francisco Coelho, sobre a fuga de escravos, em relatório datado de 15 de junho de 1848, assim faz referência ao fato:

De outros pontos da província tenho recebido semelhantes representações a respeito de escravos fugidos, que vivem nos quilombos ou mocambos, donde fizeram sortidas para cometerem roubos, furtos e aliciarem a outros fugirem. Isto tem ocorrido principalmente no Distrito de Santarém e Turiaçu (SALLES, 1971, p. 220)

O antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida (2004) em suas investigações sobre a aquilombação na Amazônia sublinha como elementos chaves para a caracterização das populações remanescentes de quilombos, o uso comum dos recursos naturais, a apropriação privada dos bens, fatores de identidade e a posse coletiva da terra. Ao sublinhar a diferença no que tange à dominialidade das terras indígenas e quilombolas, o pesquisador exalta que ao contrário dos indígenas, que são juridicamente “tutelados” pela União, os quilombolas, na Constituição de 1988, as terras possuem o caráter de posse definitiva. Ambos os casos são considerados sob o espectro de “terras tradicionalmente ocupadas”.

“Os sujeitos sociais se erigem em sujeitos da ação ao adotarem como designação coletiva as denominações pelas quais se autodefinem e são representados na vida cotidiana” (Almeida, 2004, p.23). Tais agentes edificam novas formas de organizações sociais e políticas articuladas em redes de ação para a garantia e efetivação de seus territórios, para além da representação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e da categoria camponês, salienta Almeida.

As investigações de Malcher (2011) sobre o tema ressaltam que desde meados dos anos 2005 avolumam-se as comunidades autodeclaradas como remanescentes de quilombos, e que o Programa Raízes havia identificado no período 293 áreas quilombolas no estado do Pará. Sobre o cenário das comunidades quilombolas no estado, informa:

Treccani (2006) elaborou um mapeamento a partir de dados fornecidos pela Fundação Cultural Palmares – FCP, Universidade Nacional de Brasília – UNB, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, Programa Raízes (PA), no qual identifica 410 comunidades

distribuídas por 49 municípios paraenses. A Mesorregião Nordeste Paraense é onde mais se concentram áreas quilombolas (204), seguido do Baixo Amazonas (131), a Mesorregião do Marajó (37), a mesorregião Metropolitana de Belém (25), Sudeste Paraense (02), Sudoeste Paraense (02) e (09) áreas a serem identificadas, (MALCHER 2011, p.14).

Já no mapeamento feito por Anjos (2009) o estado do Pará quantificou 414 comunidades quilombolas, 103 reconhecidas, 95 tituladas e 216 identificadas. Configura-se neste caso a necessidade de reunir os fragmentos das informações geográficas que conduzam à compreensão da territorialidade quilombola neste Estado, (idem). Nota-se que existe uma diferença de quatro comunidades entre as fontes adotadas. Malcher (2011, p.15), entre outros investigadores, credita a efetivação da Reserva Extrativista do Quilombo Frechal, no estado do Maranhão, no início da década de 1990, como um importante marco na luta da categoria, bem como a peleja da comunidade Boa Vista, localizada no município de Oriximiná, no oeste do estado do Pará. Boa Vista foi a primeira comunidade no Brasil a receber o título da terra.

Sobre as diversas formas de efetivação da identidade dos remanescentes de quilombos no estado, lutas políticas e articulações, Castro (2003, p.03) destaca que:

Os diversos povoados ainda atualizam suas relações através de matrimônios, partilha de terras no grupo familiar extensivo e identidades novas que se forjam na luta pela terra, pela afirmação como negros e remanescentes de quilombos e finalmente, pela sobrevivência da condição de camponeses. O movimento de mulheres, como os demais, articulam-se, através das mobilizações, para dentro desse universo de comunidades negras rurais e para fora, nas redes de sindicatos/FETAGRI, do Movimento dos Sem Terra/MST e Movimento da Pequena Produção Familiar/MPA, da Igreja e ainda muito novo, do movimento negro e de remanescentes de quilombos no Pará, (CASTRO, 2003: p.03).

O movimento negro do Maranhão e o movimento negro do Pará foram fundamentais na construção do artigo 68 da CF de 1988, que regulamenta o processo de reconhecimento do território quilombolas. Resultado de inúmeras alianças e em diferentes escalas. Trataremos da questão em capítulo adiante.

2.2 A Condição Colonial da Amazônia no Xadrez da Geopolítica

A ética de conquistas das Américas estabeleceu alguns parâmetros de percepção sobre a Amazônia. Eldorado e Paraíso são dois deles. O primeiro tem relação com as riquezas locais, e a segunda com a exuberante natureza. Estas angulações perceptivas existem desde as narrativas dos primeiros viajantes sobre o novo mundo, eles constam

em relatos de naturalistas, de aventureiros, de comerciantes, de ensaístas e de religiosos, sendo o mais célebre o de Gaspar de Carvajal².

Os recortes sobre as várias realidades existentes na Amazônia, desde os anos coloniais são reatualizados pelos planos de governo. Neles a natureza e os povos da floresta são tratados como um empecilho aos projetos de “desenvolvimento”, uma representação do atraso, e que por conta disso devem ser superadas e subjugadas à lógica e racionalidade hegemônica. Neste sentido, vale sublinhar o princípio orientador da integração física da região durante a ditadura (1964-1985), cujo apelo residia em considerar a mesma um “vazio demográfico”. “Esvaziada” de suas gentes, é a região apenas natureza, sendo assim, uma fonte de recursos inesgotáveis a serem subordinados aos interesses modernizantes.

Sobre as ideias centrais que orientaram/orientam na formulação de políticas *sobre e para* a região, Porto-Gonçalves (2017, p.25) sinaliza que: “i - Amazônia como natureza prístina (primitiva); ii - Amazônia como vazio demográfico; iii – Amazônia como “reserva” e fonte inesgotável de recursos; iv – Amazônia como região do futuro”.

Pereira (2016, p.43) defende que a Amazônia constitui uma questão geopolítica a ser enfrentada pelo Estado brasileiro:

A questão amazônica, mais que a nordestina, configura-se como uma questão territorial, ou melhor, uma questão geopolítica para o Estado brasileiro, principalmente a partir de sua incorporação política ao Brasil independente da metrópole portuguesa e, mais efetivamente, após meados do século XX. As primeiras relações entre o Brasil (Império) e a Amazônia são marcadas pela imposição e pela violência, (PEREIRA 2016, p.43).

Pereira (2016) toma como norte as análises de Mignolo e Lander, ao explicitar os diversos discursos construídos sobre a Amazônia, a partir das variadas matrizes (naturalistas, ensaístas, aventureiros, religiosos, historiadores e literatos) sublinha que em linhas gerais os mesmos replicam uma matriz orientada a partir da colonialidade, onde predominam as concepções do “imaginário moderno-colonial” de matriz eurocêntrica e da colonialidade do saber.

Por sua vez, Porto-Gonçalves, na mesma toada interpretativa, avalia que:

² El Dorado, o País das Esmeraldas, a Terra da Canela, a cidade de Manoa, o Paititi, país das Amazonas são alguns dos elementos basilares das narrativas dos escritos do frei dominicano de Gaspar Carvajal por ocasião da expedição de Francisco de Orellana de [1541-1542]. A missão é considerada a primeira a percorrer o rio Amazonas, desde suas nascentes até o Oceano Atlântico. O documento é tido como o mais célebre sobre as conquistas das Américas. Neste são exaltadas a exuberância da natureza e a possibilidade de alcançar um vasto tesouro.

Por ser a Amazônia uma região situada numa posição periférica no interior de países periféricos no sistema mundo capitalista moderno-colonial, lhes escapa até mesmo o poder de falar sobre si mesma. Sendo assim, prevalecem visões *sobre* a Amazônia, e não visões *da* Amazônia. E, mesmo quando se fala de visões da Amazônia, não são as visões dos amazônidas – principalmente de seus povos/etnias/nacionalidades e grupos/classes sociais em situação de subalternização/opressão/exploração – que nos são oferecidas, (PORTO-GONÇALVES 2017, p. 24).

Tem-se ainda as noções da Amazônia como um todo homogêneo, Eldorado, uma dádiva divina. Arbex Jr (2005) ao refletir sobre a condição colonial evidencia ainda o papel diplomático cumprido sob os auspícios da construção da fabulosa natureza da Ilha Brasil, “uma suposta unidade ecológica formada por um todo de florestas, bacias hidrográficas e acidentes geográficos”. Uma dádiva divina. E, assim, Lisboa legitimou a posse sobre o novo mundo nas páginas do Tratado de Tordesilhas.

Passados mais de cem anos da República, sob os auspícios da ideologia desenvolvimentista, que tem orientado governos tanto à esquerda, quanto à direita, a Amazônia tem sido compreendida como um todo homogêneo. A leitura homogeneizante sobre a região se mantém ainda nos dias atuais, apesar das diferentes conformações físicas, geológicas, e das gentes que aqui habitam.

Porto-Gonçalves (2017) sobre a construção simbólica da região como vazio demográfico, adverte:

Essas visões subsidiam políticas que silenciam/invisibilizam esses povos/etnias/nacionalidades, assim como as comunidades negras quilombolas/*pallenqueras* e camponesas (ribeirinhos, seringueiros, castanheiros etc.) que ali habitam numa larga trajetória de ocupação da região e seu acervo de conhecimentos produzido durante esses 17 mil anos, (PORTO-GONÇALVES, 2017: p.26).

O mesmo autor ao interpretar o processo de colonialidade da Amazônia, sob a angulação que separa homem da natureza e legitima a posse a partir do modelo eurocêntrico, reflete que:

Afinal, vivemos sob o paradigma que separa Natureza, de um lado, e Homem/Cultura de outro, enfim, que dá sustentação ao sistema mundo capitalista moderno-colonial patriarcal onde um lado é Ativo – o Homem, varão-branco-burguês, europeu – e o outro Passivo, a Natureza/a Mulher/o trabalhador manual/não branco-negro-indígena. Já estamos devidamente preparados para aceitar essa disposição dos entes como se fora natural. Eis a colonialidade do saber e do poder (Edgardo Lander e Anibal Quijano), (PORTO-GONÇALVES 2017, p.28).

As disputas tecidas sobre as riquezas da Amazônia do Brasil mobilizam inúmeras redes em diferentes escalas (local, regional, estadual, inter-regional, nacional e mundial) “[...] sabendo que as escalas são atravessadas e constituídas por relações sociais e de poder”, (Porto-Gonçalves, 2017, p.14). Angulação fundamental para a interpretação do estudo em questão.

Este cenário de disputas coloca em oposição grandes corporações do mercado de *commodities*, agências multilaterais, Estado, e as populações ancestrais, que conformam uma vasta sociodiversidade, e promovem a geração do “espaço geográfico como acumulação desigual de tempos”, aos moldes de análises de (Raffestin, 1993).

Ratificando, neste cenário, a inserção econômica tardia e subordinada ao resto do país e ao mundo, nos anos 1960 do século passado, alterou o padrão de ocupação sociogeográfico antes marcado pela dinâmica dos rios, florestas e várzea, para estradas e a terra firme, adverte Carlos Walter Porto-Gonçalves, entre outros autores, o que modificou de forma abissal as feições espaciais, temporais, econômicas, políticas, culturais e sociais da Amazônia.

2.3 Amazônia: geopolítica, políticas desenvolvimentistas e conflitos

No cenário de disputas da geopolítica³ mundial, a Amazônia tem ocupado o papel de uma imensa província de estoques de riquezas naturais. Nesta perspectiva, a região⁴ foi integrada de forma subordinada aos interesses dos principais centros econômicos e políticos, dentro e fora do país. Na análise de Becker (2005), a Amazônia é considerada a última periferia de expansão do capitalismo. Tem sido assim desde as experiências dos períodos econômicos iniciais da exploração das drogas do sertão – até o período do fim do século XIX e início do século XX, momento marcado pelo extrativismo da borracha (*hevea brasiliensis*).

Até o presente instante, a condição de subalternização desconhece distensão, apesar de inúmeras ações e enfrentamentos pelo reconhecimento político, econômico e social do complexo e diversificado campesinato amazônico, em particular, a partir da década de 1980, com a reorganização das forças políticas do campo popular, e o

³ É entendida, na perspectiva de Becker (2005), que define na atualidade a geopolítica como o poder de influir na tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território, em certa medida marcada pela coerção velada.

⁴ As regiões, são, assim, no primeiro caso, o resultado de uma divisão do espaço que é um princípio de submetido essencialmente sempre as mesmas variáveis, definindo-se, pois, através desta divisão um sistema espacial classificatório, uniforme e hierárquico, no segundo caso, as regiões são concebidas como produtos relativos, fruto da aplicação de critérios particulares daqueles que as propõem, têm, pois, um caráter demonstrativo na comprovação do domínio de certas variáveis no interior de determinados fenômenos, Gomes (2017,p.70).

surgimento de novos sujeitos políticos, como a mobilização dos seringueiros do Acre. Neste momento é possível pontuar fatores relevantes, como a Constituição de 1988, que assegurou alguns direitos às populações locais, entre elas, indígenas, quilombolas e extrativistas.

Cumpra sublinhar sobre o presente contexto, que o Estado se encontrava pressionado tanto pela sociedade civil nacional, que após duas décadas de ditadura civil-militar (1964-1985) busca e organiza a amplificação da democracia mediante a reorganização de inúmeras entidades de representação da classe trabalhadora a partir do acesso a direitos; ao mesmo tempo em que é constrangido pela economia mundial a implantar métodos gerenciais da administração privada, receituário imposto que invoca o Estado mínimo, a partir da racionalidade da nova fase de acumulação do capital.

No que se refere à agenda política da integração subordinada da região, esse processo avança com os primeiros desenhos do planejamento estatal dos anos Vargas (Marcha para o Oeste), e com maior musculatura no contexto da II Grande Guerra, a partir do pacto⁵ de Washington. Posteriormente, numa lógica mais sistemática, aprofunda-se o processo a partir de uma tecnocracia conservadora (desenvolvimento e segurança), e pela política de integração física via rodovias da ditadura civil militar⁶ (1964-1985), baseada em polos de desenvolvimento, entre eles o Poloamazônia⁷, projetos recortados espacialmente a partir da escala da Amazônia Legal, uma categoria administrativa. A presente opção redefine a dinâmica da colonização, antes realizada a partir da equação: rio-várzea-floresta, para a dinâmica terra firme-floresta-subsolo, Porto-Gonçalves (2001).

Sobre as inúmeras propostas desenvolvimentistas e de colonização para a Amazônia, Oliveira, pontua

⁵ Os Acordos de Washington diziam respeito basicamente ao fornecimento de certas matérias-primas brasileiras à indústria norte-americana e foram assinados em Washington a 3 de março de 1942. Os acordos incluíam: a) criação de uma corporação destinada a promover a expansão econômica brasileira, com cooperação técnica e financeira dos Estados Unidos; b) projeto de modernização da mina de Itabira (minério de ferro) e da ferrovia Vitória-Minas; c) fundo para o desenvolvimento da produção de borracha. Entre 1942 e 1943 foram assinados outros acordos, geralmente incluídos na rubrica Acordos de Washington, que diziam respeito ao fornecimento de ipecacuanha, aniagem, linters de algodão, timbó, babaçu, mamona, borracha manufaturada, café, cacau, castanha-do-pará, cristal de rocha, mica, rutilo, flores de piretro, cera de carnaúba, cera de urucuri. <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/washington-acordos-de>

⁶ Fico (2004) ao revisar o fato advoga que o golpe resulta da associação entre a elite civil (nacional em associação com o capital internacional), com predominância das forças militares, e que os historiadores incorporaram o tema no fim do século XX, tendo como referência a Nova História, ou terceira fase da Escola de Annales, contemplando dimensões da subjetividade, a história de vida e aspectos culturais.

⁷ O Poloamazônia foi lançado na segunda metade da década de 1970. Consistia em 14 polos de desenvolvimento. Um pacote com base em incentivos fiscais e demais estímulos aos polos de mineração, como Carajás e Trombetas, dentre outros de diferentes naturezas. Com esses polos, visava-se à reorganização do espaço regional em benefício da acumulação de capital por meio da mineração e da agropecuária (Sá, 1987, Pinto, 1987, Coelho, 2002).

Em função da importância econômica e estratégica dessa região, muitos têm sido os projetos internacionais para mundializá-la. O Projeto dos Grandes Lagos do Hudson Institute, ou Projeto Carretera Marginal de la Selva estão entre muitos outros propostos para a região. Em 1978 com vistas a tentar uma unificação política e definição de objetivos de exploração da região foi criado o Pacto Amazônico, (OLIVEIRA 1995: p.11).

Ressalte-se, ainda, que as políticas geradas no processo de estado de exceção exerceram, como já dito, papel estruturante sobre os territórios da Amazônia. O planejamento estatal obedecia à régua e ao compasso da tecnocracia-economicista, e a uma visão geopolítica-militar do desenvolvimento nacional, pautada nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) e nos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), como já atestado em diversos estudos, entre eles, os realizados por Ianni (1979), Martins (1989), Coelho (1997), Hébette (2004), Oliveira (1995) e Porto-Gonçalves (2001, 2017).

Sobre o tema a bibliografia é vasta, onde é possível compreender que a integração priorizada a partir das rodovias promoveu uma urbanização frenética da Amazônia, disparou um mercado de terras, a militarização da região a partir de instalação de novas institucionalidades (Amazônia Legal), a instalação de quartéis e instituições aos moldes do Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (Getat) e do Grupo de Executivo de Terras Baixo Amazonas (Gebam), subordinados ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), e por consequência, uma violência estrutural contra os grupos e classes sociais colocados em condição de subalternização. A ordem era ocupar o “vazio demográfico” a partir da colonização induzida ou espontânea. Os Projetos Integrados de Colonização (PICs) representam tal opção, onde os desdobramentos foi a grilagem de terras, como atestam investigações de Ariovaldo Umbelino de Oliveira no estado do Mato Grosso.

Oliveira (1995), ao inventariar as experiências de políticas implantadas desde o governo de Getúlio Vargas, indica entre os planos e institucionalidades:

O Brasil, por sua vez, para direcionar e coordenar os planos governamentais para a região, criou em 1953 a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA. Como se vê, a criação da SPVEA foi, também, mais um ato de política “nacionalista” do período populista de Vargas, seguramente influenciado pela fração “nacionalista” das Forças Armadas. Coube, entretanto, ao governo militar de Castelo Branco, 1966, a tarefa de transformá-la em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criando para efeito de ação governamental a chamada Amazônia Legal, somando aos 3,5 milhões de km² da região Norte, as áreas ao norte do paralelo 16° S do estado do Mato Grosso e do paralelo

13°S do estado do Goiás, além da área a oeste do meridiano 44°W do estado do Maranhão. Isto significou a incorporação de mais de 1,4 milhões de km², elevando a área total para cerca de 5 milhões de km². Cabe esclarecer aqui que com a divisão do estado do Mato Grosso (lei de 1977 implantada a partir de 1979), a parte mato-grossense na Amazônia Legal foi alterada, passando a englobar toda a superfície do novo estado, (OLIVEIRA 1995, p.11).

Nesta contraditória incorporação da Amazônia, o Programa Grande Carajás (PGC) ergue-se como um marco no processo de organização do espaço e definição do território. No controverso mega-projeto, atuam Estado e iniciativa privada. Sob um contexto de avanço de uma nova etapa do processo de produção capitalista, que tem conferido às empresas multinacionais e transnacionais a hegemonia, Becker (1991) enfoca o aspecto autoritário do programa, no entanto, ressalta o papel estratégico do mesmo na construção de um projeto nacional⁸. A presente análise da geógrafa desnuda a sua simpatia ao desenvolvimentismo promovido pelo estado de autoritário. Opção externalizada em outros artigos.

A geógrafa, ao refletir sobre a gestão do território de Carajás, desvenda a essência logística dos grandes projetos associados à nova ordem científico-tecnológica. Ela sentencia que Carajás é um segmento localizado de um conjunto de escala planetária, um espaço transnacional em construção “[...] Os conflitos e contradições locais e o caráter da gestão da Companhia, autônoma e baseada no saber técnico-científico, traduzem-se em dispositivos de controle que fecham o território de Carajás, transformando-o em verdadeira cidadela” Becker (1991, p.339-340).

Especialmente o PGC não se restringe ao sudeste paraense, com a exploração mineral e a edificação da ferrovia de Carajás. Ela alcança São Luís com a viabilização de portos, corta vilas camponesas, comunidades quilombolas e terras indígenas dos estados do Maranhão e do Pará. O desenho do PGC alcança a região do Trombetas, no Baixo Amazonas, com vistas a explorar a bauxita, que irá alimentar a planta industrial da Alcoa em São Luís. Edifica um mapa de saque às riquezas do lugar, e, conseqüentemente, de conflitos de toda ordem.

No caso do Trombetas, a expropriação promovida pelo grande projeto atinge em cheio as comunidades de remanescentes de quilombos, que ao lado de outras comunidades dos municípios de Óbidos, Alenquer e Santarém, irão protagonizar, com

⁸O discurso oficial justificava a intervenção governamental pela necessidade de explorar ordenada e sistematicamente as riquezas da Amazônia num projeto de escala nacional capaz de suprir o país com divisas para superar o período crítico de crise mundial e de dar continuidade ao desenvolvimento regional (BECKER, 1991, p.336).

vários mediadores, a partir de 1988, inúmeros encontros com vistas a organizar um front de resistência e enfrentamento em defesa de seus territórios, assunto que será melhor abordado no derradeiro capítulo deste trabalho.

É histórico: os planos de desenvolvimento têm consolidado a Amazônia como uma fonte exportadora de matérias primas ou, no máximo, semielaborados e energia. Um *locus* exportador de *commodities*⁹ (mercadorias). Todos esses processos de pressão sobre os territórios e as riquezas ocorrem num ambiente considerado de caos fundiário, este, um elemento estruturante e um dos problemas mais graves e motivador de inúmeras situações de conflitos na Amazônia, onde tem predominado o expediente da grilagem de terras, em detrimento da posse dos históricos habitantes da região.

A grilagem de terras tem sido um dos principais expedientes usados para a apropriação criminosa de terras públicas na Amazônia. Entre as múltiplas fontes podemos destacar o Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil (1999), as contribuições de Ariovaldo Umbelino de Oliveira sobre grilagem de terras do Mato Grosso (2005), o recém lançado A Grilagem de Terras na Formação Territorial Brasileira (2020), bem como a obra organizada pelo grupo de pesquisadores do IPAM (2006) Grilagem de Terras Públicas na Amazônia Brasileira, além dos inúmeros trabalhos do campo do Direito Agrário no Pará dos pesquisadores Girolando Trecanni e Eder Benatti, e ainda a tese no curso de Geografia da Universidade de São Paulo (USP) apresentada pelo pesquisador Marcelo Terence sobre grilagem na região de Carajás. A grilagem tem sido o principal recurso para a apropriação de terras na Amazônia. E, em casos em que ocorre a intervenção do Estado, o recorrente é ocorrer a sobreposição territorial, onde encontramos projetos de assentamentos rurais a sobrepor UCs, Territórios Indígenas, Territórios Quilombolas. No caso de grilagem de terras, um dos casos clássicos mais escandalosos do período ditatorial recai sobre o Projeto Jari, localizado no Baixo Amazonas, paraense, no município de Almeirim, fronteira com o estado do Amapá.

Os casos se sucedem, a exemplo do grileiro Ezequiel Antônio Castanha, preso pela Polícia Federal em 2015 por grilagem de terras, desmatamento e comercio ilegal de madeira nos municípios de Novo Progreso, Itaituba e Altamira, como atesta reportagem da Folha de São Paulo. Também o empresário paraense que fez fortuna

⁹ É um bem fungível, ou seja, é equivalente e trocável por outra igual independentemente de quem a produz. Por exemplo, o petróleo, a resma de papel, o leite, o cobre e os imóveis. São habitualmente substâncias extraídas da terra e que mantêm até certo ponto um preço universal.

durante a ditadura no estado do Paraná, Cecílio do Rego Almeida, do Grupo CR Almeida, que grilou 6 milhões de hectares na cidade de Altamira, e ainda, o “fantasma” Carlos Medeiros, que chegou a acumular 167 títulos de terra irregulares em dez municípios do estado, que somam 1,8 milhões de hectares. Todos os títulos estão bloqueados. O caso ficou tratado como fantasma pelo fato da pessoa nunca ter aparecido presencialmente em nenhum momento de oitivas judiciais, onde sempre era representada por advogados. Forjar procuradores constitui um dos recursos no processo de grilagens, como comprovam inúmeras matérias e artigos do jornalista Lúcio Flávio Pinto.

Reportagem publicada na Revista Sem Terra, sobre a presença do Banco Opportunity, de Daniel Dantas, no sudeste do estado, sublinhava que 6.102 títulos de terra registrados nos cartórios estaduais possuem irregularidades. Somados, os papéis representam mais de 110 milhões de hectares, quase um Pará a mais, em áreas possivelmente griladas. Os dados resultam de três anos de pesquisa dos órgãos ligados à questão fundiária no estado, através da Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem (Tribunal de Justiça, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Advocacia Geral da União, Ordem dos Advogados do Brasil, Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Comissão Pastoral da Terra e a Federação da Agricultura do Estado do Pará). O documento foi apresentado em 30 de abril de 2009 no auditório do Ministério Público Federal (MPF)

Conforme o site¹⁰ do MPF, a magnitude dos problemas nos registros – que abrangem de fraudes evidentes a erros de escriturários - levou a um pedido, dirigido à Corregedoria do Interior do Tribunal de Justiça, para que iniciasse imediatamente o cancelamento administrativo de todos os títulos irregulares, já bloqueados por medida do próprio TJ. A desembargadora Maria Rita Lima Xavier, corregedora do interior, negou o pedido no último mês de março.

O cancelamento dos títulos vai evitar a criação de seis mil processos para o cancelamento dos títulos que podem durar infinitos anos no tribunal já sobrecarregado. Com o indeferimento da desembargadora Maria Rita Lima Xavier, a comissão recorreu

¹⁰ Disponível em <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/titulos-irregulares-de-terra-multiplicam-para-por-dois>. Acessado em 15 de novembro de 2020.

ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que o mesmo defira pelo cancelamento dos títulos falsos.

Felício Pontes Jr, procurador da República e representante do MPF na comissão, argumenta que os indícios de fraude são evidentes demais para ficarem esperando processo judicial. O pedido de cancelamento dos títulos é subscrito pelo Ministério Público do Estado, Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e foi enviado ao CNJ através dos Correios no mesmo dia de apresentação dos dados. A pilhagem das terras ainda hoje não foi equacionada.

A história da Amazônia tem sido uma história de saque e de pilhagem. Oliveira (1995), ao analisar os processos de expropriação, apropriação e conflitos na região, aponta o grande artífice, o intelectual orgânico da ditadura e conselheiro de Lula:

[...] o “grande mago” dessa filosofia de internacionalização da economia brasileira – Delfim Netto – não cansou de repetir: “Exportar é que o importa”. Como se sabe, o eco dessa frase fascinou a burguesia nacional, soldou sua aliança com o grande monopólio internacional e abriu caminho para santificar as estatais voltadas para os setores da exportação mineral, sobretudo aliando interesses a geopolítica, mundializado através dos Estados Unidos, e o “falso” nacionalismo nacional, (OLIVEIRA 1995, p.15).

No entanto, ao contrário dos planos desenvolvimentistas orientados a partir da construção simbólica da região como um vazio demográfico, a floresta é um mundo de gente, olhares, saberes, cores, cheiros e histórias de (re)existências. A abundância em riquezas florestais, minerais e hídricas a torna alvo dos mais diferentes interesses nas dimensões: econômica, social, política, ambiental e simbólica, onde tem predominado o direito à propriedade privada da terra sobre a posse ancestral.

Apesar da abissal assimetria entre os sujeitos que operam nas diferentes arenas, sejam elas políticas, econômicas, sociais ou culturais, os sujeitos colocados em condições de subalternização promovem ações de enfrentamento e defesa territorial a partir de redes em diferentes escalas (local, estadual, regional, continental e mundial), em sua maioria das vezes, a mobilizar a bandeira ambiental e da identidade como elemento político. Por outro lado, frações da elite local e grandes corporações do mercado mundial dos setores de grãos, infraestrutura, mineração, tais como: Cargil, Dreyfus, Jari, Bunge, Alcoa, Vale, Belo Sun, Norsk Hidro, Anglo, Xtrata, Odebrecht, Camargo Correa, Odebrecht, OAS, Tractebel Suez e o grupo Amaggi empreendem

ações políticas, jurídicas, publicitárias, de cooptação e de violências na direção em expropriar aqueles acima mencionados.

A Amazônia constitui-se em uma arena de diferentes embates. Nestas arenas de disputas pelo território, as riquezas e a visão de mundo, as classes subalternizadas locais têm sido enquadradas como incapazes ou cidadãos de segunda categoria. Assim, invisibilizadas ou tratadas como inaptas à dinâmica do modo capitalista de produção, legitima-se a “conquista”. Trata-se dos povos das águas (doces e salgadas), terra firme, ilhas, várzea e florestas. Ao se desqualificar o colonizado, legitima-se o domínio do colonizador. Nesse sentido, a tese do professor Manuel Dutra (2005) busca iluminar a construção simbólica sobre os povos “colonizados”. Ao interpretar a relação colonizador-colonizado Dutra (2005) sublinha que somente ao primeiro cabe o exercício do poder, onde o discurso do colonizador busca tornar iguais, o que chegou e o que aqui habita. E, ainda, intenta aplinar as diferenças e legitimar a ocupação do solo e a posse das riquezas locais.

Nesta direção de apropriação, expropriação das terras e das riquezas locais, a imposição de grandes projetos, estes concentradores de capitais mobilizados por grandes corporações do mercado mundial, amparadas pelo Estado, tendem a fragmentar as áreas de seus interesses, sejam elas em locais considerados os mais ermos da região, como tentaremos apresentar no capítulo seguinte sobre as experiências ocorridas no Baixo Amazonas, lócus desta investigação. E, ao mesmo tempo, buscaremos registrar ações contrárias a este modelo, mobilizadas pela sociodiversidade local a partir de ações em redes em defesa de seus territórios.

CAPÍTULO III - GRANDES PROJETOS NO BAIXO AMAZONAS E REGIÃO DE ENTORNO

O saque, a pilhagem, as violências têm sido alguns dos desdobramentos das políticas desenvolvimentistas impostas para a Amazônia. E, estas, induzidas por um Estado autoritário - independente do perfil ideológico do governo - fomentaram e continuam a fomentar a presença e territorialização do grande capital a partir de grandes corporações nacionais e internacionais. Este conjunto de fatores resulta de uma geopolítica que tem conferido à região um papel de subalternização aos principais centros econômicos, dentro e fora do país, como vimos no capítulo anterior, e consolidado a região como exportadora de produtos primários.

No capítulo que segue elencamos algumas experiências sobre grandes projetos na região do Baixo Amazonas do estado do Pará, recorte territorial do presente estudo, que ocorreram desde os anos de 1920, até os dias atuais. O objetivo é evidenciar a presença do grande capital na região, bem como a anuência do Estado nos processos de expropriação das populações onde eles foram instalados, em diferentes momentos históricos, nos quais o caráter autoritário, oligárquico e antidemocrático do Estado, assim como a matriz colonial de *locus* exportador de matérias primas para as economias centrais tem se perpetuado. Uma história de permanências da concentração da terra, Estado autoritário, expropriação, violências e privilégios direcionados para frações de classe.

Martins (1993) ao avaliar a integração da Amazônia argumenta tratar-se de um projeto assentado e consolidado tendo como premissa a grande propriedade rural em aliança com o grande capital. Um projeto elaborado dentro do arcabouço da Doutrina de Segurança Nacional. Matriz, que independente do governo de cada época que o sucedeu, tem continuado, onde o poder público tem ocupado um papel de indutor da economia, criador de institucionalidades, políticas de financiamento e renúncia fiscal, e um facilitador de acesso à terra e às riquezas que nela existem por parte dos grandes grupos e do capital nacional e internacional.

No conjunto buscaremos inventariar seis experiências. O recorte temporal beira a casa de um século – dos anos de 1930 até os dias atuais -, quando a Amazônia, no ocaso do período da economia gomífera e da territorialização do campesinato¹¹,

¹¹ Francisco de Assis Costa pondera que o ocaso do período da economia gomífera colabora contraditoriamente para a territorialização camponesa na região.

experimenta pela primeira vez a ocupação do seu território de forma sistemática e planejada, tendo como base a grande empresa capitalista. Trata-se do advento da Ford nos municípios de Aveiro e Itaituba, no primeiro momento, e em Belterra, em seguida, nos idos de 1930, no governo de Vargas, num ambiente político mundial marcado entre guerras e a crise de 1929.

Já nos anos da ditadura civil-militar, temos o registro da experiência do multimilionário estadunidense Daniel Ludwig, no município de Almeirim, no Vale do Jari, fronteira dos estados do Pará e Amapá. O portfólio do projeto envolvia/envolve um conjunto de ações que passavam pelo monocultivo em grande escala de espécies exóticas para a produção de celulose, gado e indústria. Tal empreendimento foi iniciado nos anos de 1960, e que perdura ainda hoje. É considerado um dos casos mais escabrosos de grilagem de terra e apropriação do Estado com vistas a acessar terras públicas, renúncia fiscal e acesso a crédito. O momento é marcado pela integração subordinada da região de forma sistemática aos circuitos da economia mundial. Representa a maior inflexão da modelagem do território da história da Amazônia.

Durante o período ditatorial a região registra a experiência da mineração, está localizada no município de Oriximiná, sob a influência do rio Trombetas, no fim dos anos de 1970. A iniciativa integrou o Projeto Grande Carajás (PGC), que reconfigurou de forma radical espaços da Amazônia, promovendo uma verdadeira guerra dos mapas, como atesta obra de Alfredo Wagner Berno de Almeida. O PGC promoveu a expropriação de toda ordem do universo da sociodiversidade amazônica em múltiplos territórios da região, onde indígenas, camponeses, extrativistas, pescadores, entre outras categorias foram privadas dos seus meios de reprodução. No caso do Trombetas, os mais impactados foram as populações de remanescentes de quilombo.

O caso do remanejamento do povo Parakanã, para a instalação da usina hidroelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins, no sudeste do Pará e pela construção da BR 230 (Transamazônica), a quase extinção do povo krenakarore, no Mato Grosso, por conta edificação da BR 163¹² (Cuiabá-Santarém), e ainda as inúmeras situações de

¹² BR 163 - A rodovia Cuiabá-Santarém – inaugurada no dia 20 de outubro de 1976, com a presença do presidente Geisel – está predestinada a exercer importante papel no desenvolvimento econômico e social de extensa área da Amazônia Legal. Com 1.777 km de extensão, de Cuiabá (MT) a Santarém (PA), atravessa regiões variadas de cerrados leves e densas florestas, de solo cultivável em vários trechos e rico em minérios ou apropriados a pastagens em outras áreas. [...] Uma das principais finalidades da Cuiabá-Santarém é a abertura para a exportação de todo o Centro Oeste, através do bem equipado e estratégico porto fluvial de Santarém, no Rio Amazonas. Oliveira (2016, p. 81-82)

conflito do subgrupo Kaiapó, os Txukahamãe, do mesmo estado e dos Guajajara no Maranhão, representam algumas das múltiplas situações de tensão entre a instalação do grande capital na Amazônia e as populações locais, registra Martins (1993).

Tais situações, segundo o autor, podem ser consideradas como desencontros entre estranhos, sujeitos e tempos. O tempo do indígena, o tempo do camponês, o tempo do capital, o tempo do pesquisador, o tempo do funcionário público. Um rio em que conflitam o moderno e o arcaico. Uma conjuntura que proporciona aos sujeitos historicamente marginalizados um processo de organização, enfrentamento e ocupação no cenário político em defesa de seus direitos de posse e uso da terra e das riquezas. Situações que perduram ainda hoje.

Nos anos 2000 destacam-se três eventos sobre a instalação de grandes projetos no Baixo Amazonas. Estes transcorreram no contexto "democrático" de avanço de medidas neoliberais que advogam o estado mínimo, orientadas para a privatização e o ajuste fiscal. Registra-se na região a instalação do porto da empresa Cargill, ao arrepiço da lei, no município de Santarém. Entre as inúmeras irregularidades, a empresa não respeitou as normas ambientais para a instalação do porto, e se apropriou de um espaço público dedicado ao lazer coletivo, a Praia de Vera Paz, não realizou a consulta prévia, livre e informada, como rege a Convenção 169 da OIT. Tema que trataremos na parte final deste trabalho.

Em seguida, em 2009, a Alcoa iniciou a exploração do minério da bauxita no município de Juruti, atividade marcada por inúmeras situações de conflitos entre a empresa, populações locais e os Ministérios Públicos Federal e Estadual (MPs). Um dos desdobramentos foi o processo contra dois secretários de meio ambiente do estado do Pará durante o processo de licenciamento ambiental. Em outubro de 2009, o porto de São de Luís, no Maranhão, recebeu o primeiro embarque do minério oriundo do município, uma carga de 43 mil toneladas.

Recentemente, em 2015, registra-se a instalação de um complexo portuário no município de Itaituba, no Distrito de Miritituba e arredores. O município até a década de 1980 era celebre pelo garimpo de ouro. O complexo representa um dos projetos que integra o Arco Norte, pensado e calculado para a dinamização do corredor de exportação de *commodities*. Todas as experiências vinculam a região aos circuitos mundiais da economia a partir de uma condição de subalternização.

Como veremos adiante, a partir da IIRSA, o Arco Norte, plano nacional de uma agenda desenvolvimentista visa instalar um conjunto de obras de infraestrutura voltado

a consolidar o Baixo Amazonas (oeste do Pará) como um corredor de exportação de *commodities* produzidas no Brasil Central, em particular no Mato Grosso. No pacote constam: complexos portuários, modal de transporte (hidrovia, rodovia e ferrovia) e complexos hidroelétricas. O objetivo reside em reduzir os custos da exportação de grãos via os portos do Sul (Paranaguá) e Sudeste (Santos).

O conjunto de experiências acima citadas possuem relação direta com o discurso modernizante e universalizado como projeto civilizatório hegemônico a partir dos principais centros econômicos, em particular o eurocêntrico, onde as pegadas de elementos colonializantes são nítidas, que insistem em consagrar a região como reserva de estoque de riquezas, e as populações locais com incapazes em estabelecerem um paradigma de desenvolvimento a partir de seus saberes e conhecimentos, o que o ideário da distinção de raça entre civilizados (homem branco europeu) e selvagens (os outros). Quijano (2005: p.228) argumenta que “isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados”.

Quijano (2005) sobre o processo que marcou a experiência da modernidade nas periferias, assenta que:

A América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial. (QUIJANO, 2005: p,227).

Dito isto, a partir de agora, apresentaremos as experiências de territorialização do grande capital no Baixo Amazonas, com preponderância de empresas dos EUA. Iniciaremos com a Ford, considerada pelo economista Francisco de Assis Costa, a primeira genuinamente capitalista.

3.1 Ford na Amazônia – A Primeira Experiência Essencialmente Capitalista

E a nós, povo jovem, impõe-se a enorme responsabilidade de civilizar e povoar milhões de quilômetros quadrados. [...] Nada nos deterá, nesta arrancada, que é, no século vinte, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da Terra, e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização (Getúlio Vargas, Manaus, 1940).

Quando Vargas proferiu o discurso de verve civilizatória em outubro de 1940, em celebração ao projeto Marcha para o Oeste, na sede do Ideal Club, em Manaus, a experiência da Ford na Amazônia já somava pouco mais de uma década. Dominar a natureza, povoar a imensidão territorial e impor uma racionalidade alheia à região funcionam como a coluna dorsal do discurso do presidente. Matriz discursiva que ainda hoje orienta as políticas públicas desenvolvimentistas.

A utopia de Ford na Amazônia residia em ter autonomia no setor de produção de borracha para pneus, válvulas, juntas, cabos e outros itens, sendo que já controlava outras fontes de matérias primas necessárias à produção de seus veículos, a exemplo de madeira, vidro e aço. Contudo, o empreendedor que introduziu a linha de montagem integrada, a esteira, a produção em série, padronizada e em grande escala, o trabalho especializado, que revolucionou o modo de produção industrial, efetivando assim um modelo – sofisticado de Taylor-, por quase duas décadas de investimentos na Amazônia não logrou êxito em sua intentona.

Variáveis externas, a exemplo da biopirataria do inglês Henry Wickham, acusado em contrabandear 70 mil sementes de seringueira (*hévea brasiliensis*) e cultivar em suas colônias, a vulcanização introduzida por Goodyear; e no campo interno, as especificidades da floresta e os modos de vida da população nativa alheias ao conhecimento dos administradores de Ford, entre outros fatores típicos de monocultivos, podem ser sinalizados como componentes do épico fracasso da empreita, que teve em Vargas um de seus incentivadores e mediadores.

Coube a ele a instalação da primeira experiência essencialmente capitalista na Amazônia. O empreendimento do multimilionário Henry Ford nascia em oposição ao monocultivo da seringueira da Malásia, então uma colônia britânica. Nestes termos, às margens direita do rio Tapajós, na bacia do rio Cupari, na comunidade de Boa Vista, na divisa das cidades de Itaituba e Aveiro, nascia Fordlândia, explica Sena (2008).

Costa (1998) reflete que naquele contexto histórico, marcado pela força das oligarquias, em particular a cafeeira, em um cenário de escassez de recursos financeiros, a atração de capital americano passou a ter *status* de política nacional diante da abundância de recursos naturais. Em resumo, a ocupação da Amazônia com base na grande empresa capitalista.

A concentração de capital, tecnologia, informação e terra (propriedade capitalista), bem como a introdução do trabalho assalariado em oposição ao aviação, são alguns componentes da presença da Ford na região. É o empreendimento que inaugura na Amazônia a experiência de *company town*. Experiência esta que será replicada na região do Jari, Tucuruí, Barcarena e Parauapebas.

Ao analisar a experiência da Ford, Costa (1998), recupera que:

A estruturação da Companhia Ford Industrial do Brasil (razão social do empreendimento), que se fez com base numa concessão de terras feita pelo governo do Estado do Pará, numa extensão total de um milhão de hectares, foi caracterizada pela utilização de avançados mecanismos, pelo modernismo dos equipamentos de infraestrutura (residências, hospitais, escolas, fontes de energia, etc.). [...] Caracterizou-se, também, de um lado, pela ausência de capital social básico na região, pela falta de conhecimento científico da natureza específica da Amazônia e, assim, pela ausência do conhecimento técnico para o plantio local da seringueira; de outro, pela falta de um mercado de trabalho nas proporções requeridas e pela impossibilidade de conduzir processos formadores desse mercado, (COSTA, 1998: p.17).

Num curto espaço de tempo, observa Sena (2008, p.92-96), a Ford possibilitou aos moradores locais acesso a hospital, escolas, água encanada, moradia, cinema, luz elétrica, porto, oficinas mecânicas, depósitos, restaurante, campo de futebol, igreja, hidrantes nas ruas e emprego.

O mesmo pesquisador registra que foi o Decreto Lei 8.440 de 24 de dezembro de 1945, selou o fim da Ford, e estabeleceu as normas para a aquisição do acervo da Companhia Ford Industrial do Brasil pelo Governo Federal. Coube ao Banco de Crédito da Borracha o pagamento considerado simbólico de cinco milhões de cruzeiros, o equivalente na época a 250 mil dólares. As ruínas da fábrica resistem ao tempo.

Moradores locais acreditam que pode significar possibilidade de atrativo turístico. Abaixo, registro da fábrica.

Figura 02 - Ruínas da usina de força da Fordlândia/Aveiro/PA



Fonte: Grandin, (2010, p. 354)

Após dezoito anos, a Ford passou ao governo brasileiro, Sena (2008, p. 97) registra que:

[...] seis escolas (quatro em Belterra e duas em Fordlândia), dois hospitais, patrulhas sanitárias, captação, tratamento e distribuição de água nas duas cidades, usinas de força, mais de 70 quilômetros de estradas bem conservadas; dois portos; estação de rádio e telefonia; duas mil casas para trabalhadores; trinta galpões; centros de análise de doenças e autópsias; duas unidades de beneficiamento de látex; vilas de casas para a administração; departamento de pesquisa e análise de solo, além de mais de cinco milhões de seringueiras plantadas: 1.900.000 em Fordlândia e 3.200.000 em Belterra, (SENA, 2008, p. 97).

Grandin (2010) comprova que a ortodoxia imposta pelo projeto Ford junto às populações locais ignorava e desprezava as especificidades das formas de vida destas. A imposição de normas rígidas a partir da *company town* era marcada pela regulação de horários, proibição de consumo de bebida alcoólica, uma alimentação alheia aos hábitos dos nativos - vinda dos EUA – a normatização em refeitórios e o intento em controlar o cotidiano dos operários através de práticas higienistas e de saneamento, além de provocar insatisfação, desembocou em vários protestos. No cabedal de Ford constava ainda a introdução da soja na região. Todavia, em 12 mil hectares desmatados na cidade de Belterra introduziu 2 milhões de seringas, na derradeira fase do projeto. No centro

da vila, a casa de número 01, construída para receber Henry Ford, nunca conheceu a presença dele.

Em considerações finais em livro sobre o projeto Ford na Amazônia, Grandin aponta como elemento replicante do modelo Fordista, a instalação da Zona Franca de Manaus, só que em outros patamares e contextos do capital, onde grandes corporações migram de seus locais de origem com vistas a auferir maior taxa de lucro, tanto por encontrar mão de obra mais barata e benesses fiscais. E, entre as empresas que ali se instalaram constam: Honda, Yamaha, Sony, Nokia, Samsung e mesmo a Harley-Davison, produto considerado como consumo de luxo.

Como se ironia fosse, tantos anos após a experiência na Ford, numa escala bem menor, nos anos de 2000, a Pematec-Triangel, empresa de origem alemã, instalada no ABC paulista em 1968, que trabalha com revestimentos para automóveis, veio a instalar um empreendimento em território quilombola do Bom Jardim, em Santarém. No território a empresa investiu na produção de fibra natural, usado nos revestimentos de automóveis.

3.2 - A Experiência do Projeto Jari

Sucedem a experiência de Henry Ford outro multibilionário estadunidense, desta feita Daniel Ludwig. Tal como Ford, nunca pisou em solo parauara. O empreendimento se desenvolve no período da ditadura, na fronteira do estado do Pará (Almeirim) com o Amapá (Laranjal do Jari), às margens do rio Amazonas, *locus* marcado pela presença dos povos indígenas Waianos e Apalais, seguido de frades capuchinhos e da migração de nordestinos incentivada por Vargas. Justo um nordestino vai se tornar um dos maiores grileiros da região, no caso, o senhor José Júlio de Andrade. O cearense natural de Sobral aportou no Jari idos de 1882, período em que se intensificou a migração de nordestinos para a região Amazônica, devido à grande seca ocorrida nesta região no final da década 1870 (Folhes; Camargo, 2013).

Os autores explicam que Andrade tornou-se um dos homens mais influentes do vale do Jari graças ao poder obtido com a exploração de castanha, seringa e balata, chegando, inclusive, a senador do estado do Pará. Acumulou uma enorme extensão de terras. As circunstâncias nas quais obteve essas áreas são rodeadas de relatos de fraudes

eleitorais e nos cartórios da região¹³, dando início a uma complicada situação fundiária até hoje sem solução¹⁴.

Folhes e Camargo (2013, p.116) esclarecem que Daniel Keith Ludwig compra a área e as três empresas pelas quais os portugueses atuavam na região. O projeto de Ludwig, logo conhecido como “Projeto Jari”, visava à implantação de um complexo agroindustrial, que tinha como carro chefe a produção de celulose em larga escala. Também faziam parte das estratégias econômicas um projeto agropecuário para a produção de arroz e criação de gado, e outro de exploração mineral, para a extração de caulim e de bauxita. Investigações do jornalista Lúcio Flávio Pinto nos arquivos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sublinham que a Jari possuía, em 10 de outubro de 1977, uma área total de 1.006.261 hectares, dos quais 576.222,3 hectares no estado do Pará e 430.039,6 no Amapá; já o Grupo Jari assegura que a área oficial era de 1.632.121 hectares, porém menos de um terço teria título definitivo. Alguns de seus diretores e advogados chegaram a declarar que a empresa teria até mais de 3,5 milhões de hectares. A imagem abaixo indica o financiamento.

Figura 03 - Ao longo dos anos o projeto conta com o financiamento público.



Fonte: Arquivo do autor. Foto: Rogerio Almeida (2015)

Apesar de todo o imbróglio sobre a situação fundiária do projeto e a alternância do controle do empreendimento e os sucessivos fracassos, o mesmo continua a conseguir acesso a recursos públicos.

¹³ “Levava de Belém atas de eleições e as preenchia em Aramanduba (localidade que abrigava um dos maiores barracões de aviamento controlado por Zé Júlio), em nome de todos os eleitores, em favor do candidato político que apoiava. Em troca, os políticos lhe concediam títulos de posse e protegiam manobras de cartório para a incorporação de terras alheias” (PINTO, 1986, p.16.)

¹⁴ FOLHES, Ricardo; CAMARGO, Maria Luiza. **Latifúndio, Conflito e Desenvolvimento no Vale do Jari: do Aviamento ao Capitalismo Verde**. AGRÁRIA, São Paulo/USP, No. 18, pp. 114-140, 2013: p.116

A travessia do rio Jari é realizada de catraia (lança voadeira), com demonstra a foto abaixo. Menos de vinte minutos de viagem separam Laranjal do Jari de Monte Dourado, a *company town* do projeto Jari, localizada no município de Almeirim, Pará. Planejada para abrigar funcionários do Projeto Jari, a pacata vila chegou a ter perto de 16 mil operários no auge do projeto. Asfaltada, conta com serviços bancários públicos e privados, pequeno comércio. As casas seguem padrões hierarquizados conforme a função do operário. Nos locais onde o distrito avança para dentro da floresta, chamados de “silvivilas”, a empresa controla a vida laboral e privada. Estabelece regras rígidas, em particular com relação ao consumo de álcool.

Figura 04 - Travessia de Monte Dourado/PA para Laranjal do Jari/AP.



Fonte: Arquivo do autor. **Foto:** Rogerio Almeida (2015)

Pinto (1986) esclarece que a primeira providência de Ludwig foi a substituição de uma grande área de mata nativa por uma monocultura que pudesse abastecer a fábrica de celulose. O especialista em temática amazônica informa que somente entre 1972 e 1979, 70 mil hectares de floresta nativa foram derrubados com esse fim. A população expropriada ocupante dessas áreas teve que se deslocar para a área urbana de Almeirim, para o Beiradão que se formava na margem esquerda do Rio Jari ou, ainda, para regiões mais distantes.

A Gmelina e o Pinus, árvores destinadas à produção de celulose, passaram a ocupar o lugar de castanheiras e maçarandubas; 20 mil hectares de arroz e 80 mil hectares de banana e dendê foram plantados, além de pastos para criar 100 mil cabeças de gado e 40 mil de búfalos, como conta o jornalista Lúcio Flavio Pinto no livro *Jari: Toda a Verdade Sobre o Projeto de Ludwig*. Desde 1999 o Grupo Orsa passou a controlar o Grupo Jari – composto pela Jari Celulose, Jari Florestal, Jari Minerais, Ouro Verde da Amazônia, Fundação Jari e Marquesa (Almeida, 2018). Milícia para evitar acesso de estranhos em áreas tuteladas pela empresa, impedimento da coleta de castanha por moradores que há décadas faziam uso da floresta foram algumas medidas impostas

pela empresa contra os moradores do Vale, narra Pinto (1986). A seguir, registro do monocultivo na região do Jari.

Figura 05 - Monocultivo da Empresa Jari



Fonte: Arquivo do autor. **Foto:** Rogerio Almeida (2015)

O período ditatorial foi marcado pelo processo de transferência de terras públicas para os grandes grupos econômicos. Nesta direção empreendeu alteração na legislação existente no sentido em criar dispositivos facilitadores para a apropriação privada de extensas áreas.

Outro elemento da conjuntura foi o acesso a recursos públicos. Ao longo de sua existência o projeto cumpriu com êxito a capacidade em acessá-lo. Folhes e Camargo (2013) recuperam um destes episódios:

Em 1982, após desembolsar 1,3 bilhões de dólares, acumular prejuízos e ver aumentar a pressão para que o Projeto fosse nacionalizado, Ludwig vendeu o Jari por 80 milhões de dólares para um consórcio de empresas brasileiras liderado pelo Grupo Caemi. A transação foi organizada pelo governo e dependeu do apoio massivo do Banco do Brasil e BNDES, (FOLHES e CAMARGO 2013, p, 127).

Em contraposição aos grandes projetos, nos anos 1980 e 1990 o debate ambientalista abriu espaço na agenda política do país e ultrapassou as fronteiras nacionais com a militância do seringueiro Chico Mendes, executado em 1988. As críticas contra o Projeto Jari ganharam o mundo. Em 1999 o Projeto foi adquirido por dois acionistas de São Paulo da direção do Grupo ORSA, presidido pelo empresário Sérgio Amoroso, pela soma simbólica de 1 dólar – as dívidas totalizavam cerca de 414 milhões de dólares. A negociação com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) durou dois anos. O projeto passou a ter o nome de Grupo Jari, e os empresários firmaram compromisso em sanar passivos sociais e ambientais, Almeida (2018) sobre o percurso da empresa.

No começo de 2015, quando do acompanhamento sobre um empate realizado na comunidade de Pilões contra uma tentativa da empresa em derrubar um castanhal, era rotineiro manifestações de operários terceirizados contra a empresa por conta de remuneração atrasada e condições de trabalho. Abaixo a foto do acampamento do empate realizado na Comunidade de Pilões, na cidade de Almeirim.

Nas ações de protesto dos operários terceirizados, era comum a ocupação tanto das áreas de acesso da empresa, quanto a praça central da cidade com o objetivo em denunciar os atrasos no pagamento e as precárias condições de trabalho. A imagem abaixo é do acampamento do empate realizado na comunidade de Pilões.

Figura 06- Famílias da Comunidade de Pilões e vizinhança realizam empate em defesa dos castanhais, Almeirim, Pará, 2014



Fonte: Arquivo do autor. Foto: Rogerio Almeida (2015)

Almeida (2018) recupera que às vésperas do natal de 2014, enquanto a maioria das famílias organizava suas ceias e confraternizações, extrativistas de Repartimento dos Pilões – comunidade do distrito de Monte Dourado, no município de Almeirim – juntaram-se para impedir que cerca de 200 trabalhadores de uma empresa contratada pelo Grupo Jari continuassem a extrair madeira de lei de seu território secular. Sem diálogo com a empresa, os extrativistas decidiram partir para o “empate”¹⁵. Ainda hoje, o impasse no Jari perdura. Além do empate, moradores da comunidade, a partir de uma rede mediadores, onde constam frações da Igreja Católica, ONGs, pesquisadores e outros

¹⁵ O empate nasceu no fim dos anos de 1970, no estado do Acre, entre os extrativistas então liderados pelo seringueiro Chico Mendes. Trata-se de uma estratégia de resistência pacífica em que famílias inteiras formam um cordão humano com o objetivo em impedir o desmatamento da floresta.

apoiadores, buscam alternativas para o incremento da renda a partir dos recursos da própria floresta, onde possam agregar valor ao produto in natura.

3.3 – Mineração Rio do Norte (MRN) – A experiência da mineração de Bauxita no Trombetas

O polo de mineração, ladeado pela pecuária extensiva e a geração de energia foram considerados linhas estratégicas no ideário da ditadura civil militar como possibilidades em impulsionar o “desenvolvimento” para a Amazônia. Tais projetos foram marcados pelo financiamento público e pela renúncia fiscal. É neste arcabouço que a região do Trombetas, no oeste do Pará, marcada pela forte presença de remanescentes de quilombos, passa a experimentar a presença do grande capital voltado para a exploração dos recursos naturais. O empreendimento representou um elemento desagregador das populações locais, bem como de expropriação.

Monteiro (2005) ilustra que:

foi nos anos 1970 que se estabeleceram as condições para viabilização da extração e a comercialização da bauxita metalúrgica na Amazônia brasileira, mais especificamente as jazidas que haviam sido descobertas, ainda na década de 60, às proximidades do rio Trombetas, no município paraense de Oriximiná, pela empresa Bauxita Santa Rita Ltda., subsidiária da empresa canadense Aluminium Limited of Canada (ALCAN), (Monteiro 2005: p.150).

Para viabilizar a empreitada da exploração da bauxita na região do Trombetas o governo brasileiro criou a Mineração Rio do Norte no ano de 1967. As tramas para a pilhagem são marcadas pela presença de grandes corporações do mercado mundial. No caso da mineração em voga, o interesse era da Alcan.

Entretanto, em 1972, a Alcan, alegando condições desfavoráveis ao produto no mercado mundial, paralisou o projeto. Na verdade, o que fazia a empresa canadense era barganhar o apoio do governo brasileiro, que, em consonância com aquela política de atração de capitais para a ocupação da região, escala a CVRD para representá-lo no negócio. Além do investimento direto realizado pela CVRD, a Alcan contou com o aparato estatal, o que implicou apoio fiscal e creditício – 44% dos US\$ 300 milhões necessários, na época, à implantação do projeto (VIVACQUIA, 1981, p. 25, apud MONTEIRO, 2005, p.151).

Neste xadrez do saque, a concorrente da Alca, a Aluminium Company of America (ALCOA), que também era titular de direitos de lavra de bauxita de outras jazidas na região do rio Trombetas, utilizou-se de tais direitos como elemento de negociação para que pudesse ingressar como sócia na MRN. Neste sentido o Governo Federal optou em transformar a bauxita em alumina e alumínio na própria região, Monteiro (2005, p 152).

Monteiro (2005, p.152) relata que o Governo Federal promoveu negociações com o intuito de formar uma *joint venture* entre a então CVRD e empresas japonesas para a produção de alumina e de alumínio. Visando concretizar o plano, em 1973 criou as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE) cuja missão residia em viabilizar a implantação de usinas capazes de aproveitar o potencial hidrelétrico da região. Água e energia representam os principais insumos da cadeia da conversão da bauxita em alumina, e da alumina em alumínio. Nesta complexa cadeia da pilhagem, o governo brasileiro eximiu as empresas japonesas de participação na edificação da hidroelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins, em cidade homônima do sudeste do Pará. O custo final da usina ultrapassou a casa dos US\$ 10 bilhões.

É assim que, tendo em vista o Programa Grande Carajás (PGC), implantaram-se na região empresas voltadas para a produção de alumina e alumínio primário. A Albras instalou-se no município paraense de Barcarena. Nas negociações das condições de sua instalação, o Governo Federal concedeu à empresa subsídio no valor da energia elétrica por ela consumida. Vigorando de 1984 a junho de 2004, tal política tarifária, segundo a Eletronorte, significou subsídio superior a US\$ 1 bilhão (MONTEIRO, 2005, p153).

Os portos sempre foram fundamentais para o escoamento dos produtos primário da Amazônia. Itaqui em São Luís, os portos do município de Barcarena, o porto da região do Trombetas. O que nos remete a refletir sobre a questão da navegação e sobre o controle dos recursos hídricos.

Posto, assim como as infraestruturas em terra firme dos grandes projetos, os portos implicam em interferência nos ciclos de vida do bioma onde o mesmo instalado, no deslocamento das pessoas no entorno realizados em pequenas embarcações, na pesca artesanal e poluição. A figura 07 a seguir é possível visualizar o porto da MRN, no rio Trombetas, território quilombola.

Figura 07 - Porto da MRN, rio Trombetas, Oriximiná/PA



Fonte: Arquivo de campo. **Foto:** Alexandre Barros (2019)

Monteiro (2005) elucida que:

A Albras foi implementada em duas fases. A primeira fase foi inaugurada em 1985; em 1991 completou-se a instalação da segunda fase, que possibilitou a elevação da produção a um patamar de 350 mil toneladas/ano de alumínio. [...] segundo a empresa, foram realizados investimentos que ultrapassaram US\$ 1,5 bilhão, (MONTEIRO, 2005: p. 156).

Enquanto que:

No que se refere à instalação, a Alunorte enfrentou uma série de atrasos e dificuldades. Em 1987, a NAAC, parceira da CVRD no negócio, decidiu não mais investir na Alunorte, e as obras da empresa, que já se processavam em ritmo lento, foram, então, totalmente paralisadas. A conclusão das obras da Alunorte só ocorreu em 1995, (MONTEIRO, 2005: p. 156).

Nos dias atuais a expansão da mineração e projetos da construção de hidroelétricas nos rios Oriximiná, Mapuera e do Cachorro inquietam as comunidades quilombolas. Os estudos sobre as hidroelétricas foram realizados pela Empresa de Pesquisa em Energética (EPE), empresa do Ministério das Minas e Energia, desde o ano de 2014, e calculam o potencial em 2.000 MW. Se implementadas, além dos territórios quilombolas, conjunto estimado em 35, as usinas devem afetar as UCs Floresta Estadual de Trombetas e na Floresta Estadual de Faro.

3.4 - O Porto da Cargil em Santarém/PA

A maior empresa norte-americana do setor agrícola e maior empresa de *commodities* agrícolas, a Cargil foi fundada em 1865, no Iowa/EUA. A multinacional norte-americana opera na área de comercialização, processamento e distribuição de produtos agrícolas e alimentícios, além de desenvolver atividades financeiras e industriais pelo mundo inteiro. Sediada em Minneapolis (Minnesota/EUA) possui 155 mil funcionários distribuídos em 70 países, informa o site¹⁶ da empresa.

Sobre o faturamento, a mesma fonte esclarece que a Cargill obteve lucro líquido de US\$ 1,19 bilhão em seu segundo trimestre fiscal, encerrado em 30 de novembro de 2019. O resultado representa alta de 61% ante igual período do ano fiscal anterior e inclui ganhos referentes à venda de ativos como o negócio de malte e a subsidiária financeira CarVal Investors. A receita aumentou 4% na mesma comparação, para US\$ 29,2 bilhões. A empresa é maior exportadora de soja do Brasil.

Em 2001 a Cargill optou em investir em logística e ergueu no município de Santarém, no oeste do Pará, um terminal de exportação de soja, que abarcou

¹⁶ Disponível em https://www.cargill.com.br/pt_BR/sobre. Acessado em 20 de março de 2021.

aproximadamente 45 mil metros quadrados de área pública na orla da cidade, subjugando aos seus interesses um espaço de interesse coletivo, a praia de Vera Paz. A empresa subverteu as normas ambientais para implantação de grandes projetos. Primeiro ela ergueu o terminal, e somente em seguida, por conta da pressão dos setores populares e frações da Igreja Católica, que provocaram o MPF, a empresa realizou o EIA-RIMA, cinco anos após o início de suas operações. Desta forma, dá-se a expansão da soja no município de Santarém. Relatos jornalísticos da época informam sobre a judicialização do processo pelo Ministério Público Federal, além de várias intervenções do Greenpeace no sentido de denunciar os abusos da empresa. Em abril de 2003 a empresa inicia a operação do porto.

Atualmente o terminal movimentava soja e milho, operando por meio dos modais rodoviário e hidroviário mais de 95% dos grãos viaja de Mato Grosso até Porto Velho (RO) ou Miritituba (PA) em caminhões, onde são posteriormente transbordados para as barcas que seguem até Santarém. Outros 5% chegam ao terminal em caminhões vindos diretamente do estado do Mato Grosso pela BR 163 (Cuiabá-Santarém) ou ainda provém da produção local, esclarece o site da empresa. O porto da Cargil ocupa local privilegiado na cidade de Santarém, como indica a foto a seguir.

Até 2018 o terminal exportou cerca de 23 milhões de toneladas de grãos e fez mais de 500 carregamentos de navios. Do total de exportações realizadas, a soja foi responsável por aproximadamente 16 milhões de toneladas, enquanto o milho representou quase 8 milhões de toneladas, informa a empresa em seus canais de comunicação. O Banco da Amazônia é um dos apoiadores do empreendimento, bem aos moldes dos anos de exceção. É ele também um dos principais apoiadores das feiras agropecuárias em todo o estado.

Figura 08 - Silos da empresa da Cargil, Santarém/PA



Fonte: Arquivo do autor. **Foto:** Rogerio Almeida (2015)

Na década de 2000 a BR 163 e seus respectivos empreendimentos foram a principal pauta quando o assunto era a Amazônia. Neste interim, em 2004, sob a coordenação da Casa Civil, instituiu-se um grupo de trabalho com a missão em desenvolver o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Área de Influência da BR.

Desde 2005 a Comissão Pastoral da Terra (CPT) acompanha a temática da soja no Pará. Nos primeiros três anos a CPT desenvolveu trabalhos em três polos no Pará: Redenção, Paragominas e Santarém. Estes estudos levaram à conclusão que o avanço da fronteira agrícola, baseada na cultura da soja, acirrou o conflito no campo. Hoje a CPT está atuando principalmente no polo de Santarém.

Os efeitos do monocultivo sobre o território nos planaltos santareno e belterrense é uma prova clara das mudanças ocorridas com a chegada da soja na região. O site¹⁷ da CPT informa sobre o aumento dos conflitos sociais ocorridos a partir da chegada de centenas de produtores de soja oriundos de diferentes estados brasileiros. Na orla da cidade de Santarém é possível visualizar com clareza a dinâmica da circulação do grande capital e da produção local, como expressa na foto abaixo.

No planalto santareno, habitam indígenas Mundurukus, camponeses, e pelo menos sete comunidades de remanescentes de quilombos nas duas margens do Lago do Maicá. No caso da soja, a mais impactada tem sido a comunidade quilombola de Bom Jardim, que convive há mais de dez anos com experimentos de plantio de soja.

Figura 09 - Terminal portuário da Cargil, Santarém/PA



Fonte: Arquivo do autor. **Foto:** Rogerio Almeida (2015)

¹⁷ Disponível em <https://www.cptnacional.org.br/multimedia/12-noticias/conflitos/321-cpt-santarem-apresenta-dossie-contracargill-em-audiencia-publica-na-regiao>. Acessado em 14 de abril de 2021.

Dados sistematizados pela CPT e disponibilizados em seu portal¹⁸, dão conta de que:

Segundo informações do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém e informações obtidas a partir das visitas da CPT na região, mais de 500 famílias deixaram suas terras para dar lugar aos campos de soja. Em menos de cinco anos comunidades inteiras se tornaram propriedades de um ou dois produtores de soja, outras tiveram sua população diminuída drasticamente. Uma das principais ameaças ao ambiente amazônico é a contaminação dos recursos hídricos que tem chamado a atenção pela forma silenciosa como tem acontecido. As comunidades tradicionais sempre usaram os rios e igarapés como fontes de vida.

O relato da CPT alerta ainda sobre os impactos provocados pelo uso excessivo de agrotóxicos, onde esclarece que:

A presença dos plantios de soja nestas regiões, utilizando vários tipos de produtos químicos, tem causado envenenamento destes cursos d'água. Inúmeros pesticidas utilizados nas lavouras de soja, para controle de pragas e ervas daninhas entram em contato com o solo, podendo ser lixiviado, atingindo as águas superficiais, e também podem ser infiltrados e atingir as águas subterrâneas, contaminando esses recursos. Relatos de moradores denunciam envenenamento dos igarapés no planalto santareno, o que já gerou vários problemas de saúde.

Além de se apropriar do espaço da praia de Vera Paz, a empresa ocupou parte de um sítio arqueológico denominado de Porto, considerado por especialistas o mais importante do município. Trata-se de vestígios de ocupação pré-colombiana do território de cerca de 10 mil anos do Povo Tapajós. O que implica na destruição da memória ancestral, recupera documento recém lançado pela ONG Terra de Direitos, que trata a renovação da licença de operação da Cargil, e das violações que cometeu ao longo de quase duas décadas de operações em Santarém.

O documento **Sem licença para destruição: a violação de direitos no Tapajós, Santarém (2021)**, alerta que além da ETC na orla na cidade, no encontro dos rios Tapajós e Amazonas, que em 2010 a Cargill instalou um armazém de grãos e cereais, na comunidade de Cipoal, às margens da BR 163, ainda em Santarém. O armazém conta como uma estrutura de silos com capacidade de armazenamento de 30 mil toneladas de grãos e uma área de pátio para carreta.

¹⁸ Disponível em <https://www.cptnacional.org.br/multimedia/12-noticias/conflitos/321-cpt-santarem-apresenta-dossie-contra-cargill-em-audiencia-publica-na-regiao>. Acessado em 14 de abril de 2021.

Na memória de abusos da Cargil a pesquisa relata que em 2012 as obras de ampliação, com a implementação de um silo com capacidade para 30.000 toneladas de grãos na área retro portuária da empresa. Em 2014, a expansão continuou, com a instalação de três silos metálicos com capacidade de armazenamento para 54.000 toneladas, um píer flutuante coberto para recebimento de barcas, e um descarregador de rosca (Barge Unloader) com capacidade de movimentação de 1.500 toneladas/hora. A ampliação foi concluída em 2017, com investimento total de R\$ 240 milhões, que aumentou a capacidade anual de escoamento de 2 para 5 milhões de toneladas de grãos. O processo se deu tendo como base um EIA-RIMA precário.

Entre as irregularidades elencadas pela Cargil, o documento sublinha: i) Invisibilização de povos e comunidades tradicionais; ii) Fragilidades nos diagnósticos de uso e ocupação dos solos; iii) Omissões quanto aos processos de organização social das áreas de influência da ETC; iv) Não realização de consulta prévia e informada a povos e comunidades tradicionais; v) Frágeis análises de questões ambientais; vi) Diagnósticos elaborados predominantemente com dados secundários.

Com a licença de operação vencida desde novembro do ano passado, o documento produzido pela assessoria da ONG Terra de Direitos e participações dos movimentos sociais locais exigem que se cumpra as exigências estabelecidas na Convenção 169, e que se repare todas as omissões e equívocos contidos no EIA-RIMA para que se efetive a renovação de operação.

Monocultivos de grãos, obras de infraestrutura e logística, projetos de mineração estão a reconfigurar as feições territoriais por toda a região, como no caso do município de Juruti, com a experiência da Alcoa, instalada poucos anos depois do porto da Cargill em Santarém, em situação jurídica tão complexa quanto a empresa de grãos, como veremos.

3.5 - A Experiência da Alcoa em Juruti

A Aluminum Company of America (ALCOA) nasceu no final do século XIX, nos Estados Unidos¹⁹, e tornou-se líder mundial na produção de alumínio. Segundo o site da companhia, ela opera no Brasil desde 1965 e possui mais de 7.000 funcionários. A Alcoa trabalha em diversos elos da cadeia produtiva de alumínio desde a mineração

¹⁹ Disponível em <https://www.alcoa.com/brasil/pt/about>. Acessado em 03 de maio de 2021.

da bauxita, ao refino da alumina, produção de lingotes e pó de alumínio, este produzido apenas no Brasil, entre todas as unidades Alcoa do mundo.

No Brasil, a Alcoa possui três unidades produtivas, em Poços de Caldas (MG), São Luís (MA) e Juruti (PA), escritórios em São Paulo (SP), Poços de Caldas (MG) e Brasília (DF), além de participação acionária na Mineração Rio do Norte (MRN) e em quatro usinas hidrelétricas: Machadinho, Barra Grande, Serra do Facão e Estreito, segundo o site²⁰ da empresa. Canto et al (2015), ao analisar o processo de instalação da Alcoa na cidade de Juruti, no oeste do Pará, conta que:

Em 2000, a ALCOA obteve o direito de explorar a mina de bauxita de Juruti e, a partir de 2009, passou a exportá-la, mesmo em meio às críticas e conflito territorial com a sociedade local. Um investimento na ordem de R\$ 3 bilhões de reais passou a promover mudanças territoriais no município de Juruti, alterando os arranjos produtivos e modos de vida locais. Assim, ao perceber que o território estava sendo transformado rapidamente para atender aos comandos impostos pela velocidade e exigências do cronograma da mineradora, a sociedade local se organizou e reivindicou explicações relativas ao presente e ao futuro, (CANTO et al 2015, p. 63-64).

A companhia é uma das maiores mineradoras do mundo e opera em 32 países. Além de negócios no Maranhão e agora no Pará, a Alcoa também é acionista majoritária do consórcio Baesa, responsável pela usina hidrelétrica de Barra Grande, localizada na região Sul do país. Junto com o grupo Votorantim, a Alcoa foi denunciada pela violação das Diretrizes para Empresas Multinacionais da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A Alcoa e o grupo Votorantim foram denunciados pelo Movimento de Atingidos de Barragens (MAB) no ano de 2005 por conta da expropriação contra as populações de Barra Grande e danos ambientais, conta Almeida (2012).

O EIA e o RIMA foram realizados em 2005. A documentação é uma exigência necessária para a obtenção da licença prévia e, conseqüentemente, da instalação do "Projeto Mina de Bauxita de Juruti". Os documentos foram elaborados pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Construtores (CNEC) e apontaram cerca de 50 fatores geradores de impactos, considerando as três fases do empreendimento da mineradora ALCOA. A CNEC tem se notabilizado na Amazônia como a principal empresa na produção de EIA-RIMA. No portfólio, entre outros empreendimentos assinou o EIA-RIMA da hidroelétrica de Estreito/MA, no rio Tocantins, Belo Monte/PA, no rio Xingu

²⁰ Disponível em <https://www.alcoa.com/brasil/pt/about>. Acessado em 03 de maio de 2021.

e da mineração da Alcoa/PA, em Juruti, rememora Almeida (2009). Assim como projetos equivalentes na Amazônia, a presença da Alcoa em Juruti representa a apropriação privada e uso do território pelo capital privado internacional, modalidade que rivaliza com as formas tradicionais secularmente vivenciadas pelas sociedades locais, baseada na posse da terra e uso das riquezas naturais.

Para além das sociedades de Juruti, a Alcoa tem pressionado os moradores do Projeto de Assentamento Agroextrativista Lago Grande (com 250 mil hectares e 35 mil moradores distribuídos em 128 comunidades), onde a mineradora pretende prospectar. O Ministério Público Federal foi informado sobre as ações da sua subsidiária da Alcoa, a Matapu Sociedade de Mineração no território dos extrativistas, e recomendou à empresa que suspenda as investidas de assédio aos moradores, bem como a disseminação de propaganda sobre a empresa no território dos extrativistas.

Site do MPF informa que a mineradora possui 11 processos em que requer lavra e pesquisa na área do assentamento Lago Grande. Alguns processos foram outorgados e estão vencidos, mas a maioria ainda está em análise. Essa forma de relação estabelecida pode evidenciar o nível de conflito entre comunidades e a mineradora ALCOA, ou seja, uma condição que vem sendo mediada pela Justiça. Diante desse quadro, é possível entender que a proposta “Juruti Sustentável” - idealizada pela mineradora - é fragilizada e tornou-se apenas um instrumento figurativo para a sociedade local, Canto (2015, p. 73).

Em reportagem realizada por mim em 2009 rememora que as omissões nos relatórios que indicam os impactos ambientais da exploração da bauxita do Pará estão entre as motivações da ação movida na justiça pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual (MP) desde 2005. Nestes termos, a Alcoa funciona na ilegalidade em terras do Pará, consideradas as contestações do MP sobre o processo de licenciamento da exploração de bauxita. O não cumprimento da recomendação do MP também resvala no governo do estado do Pará. Gabriel Guerreiro, deputado estadual (PV) e Walmir Ortega (PT), ambos ex-secretários do meio ambiente, responderam por improbidade administrativa. O primeiro pela aprovação da licença de operação da Alcoa e o segundo pela manutenção da licença, contrariando a recomendação dos MPs, que decidiram pela suspensão. A empresa continua a operar em Juruti.

Em reportagem publicada por mim no Blog Furo informo que o projeto foi calculado em um bilhão de reais, com o objetivo de produzir quatro milhões de toneladas do minério. Desse total de investimento a sociedade brasileira arcou com 500

milhões através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a juros módicos. No pico das obras, estimou-se que pelo menos 15 mil pessoas migraram para a cidade de Juruti em busca de oportunidade de trabalho, o que provocou grande pressão sobre os serviços públicos, a floresta e moradia. Entre 2007 a 2009 a população do município de Juruti cresceu 39%, saltando de 33.775 habitantes para 47.086 pessoas, conforme dados do IBGE.

Informações sobre 60 comunidades da cidade de Juruti de alguma forma atingidas pelas atividades da mineradora, onde vivem cerca de quatro mil famílias, num total aproximado de nove mil pessoas foram omitidas nos estudos de impactos ambientais, realizados pela empresa CNEC Engenharia e apresentado pela Alcoa para obter a licença, denunciou a Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (ACORJUVE).

3.5.1- Resistência ao projeto das comunidades tradicionais de Juruti

No fim de janeiro de 2009, em oposição aos impactos provocados pela Alcoa em Juruti, 1.500 pessoas ocuparam uma área de operação da empresa estadunidense Alcoa. A ação direta das famílias foi um recurso usado em defesa de seus territórios, bem como um caráter de denúncia sobre os danos provocados pela mineradora aos recursos hídricos, redução do pescado, impedimento do direito de ir e vir dos ribeirinhos, diminuição da coleta da castanha do Brasil, andiroba e outras fontes de proteínas e recursos da flora usados para fins medicinais. O MST, o Centro de Educação Pesquisa, Assessoria, Sindical e Popular (Cepasp/Marabá), as irmãs Franciscanas de Maristela, o STTR de Juruti, entre outras representações do campo popular, colaboraram para a efetivação do acampamento. A ação dos moradores pode ser verificada na foto a seguir disponibilizada pela organização.

Figura 10 - Acampamento das famílias impactadas pela mineradora Alcoa, Juruti/2009



Fonte: Arquivo de campo. Foto: Acorjuve. (2009)

Relatórios, manifestos, dentre outros documentos produzidos pelas representações populares na época, alertavam para o risco de morte aos trabalhadores, por conta da construção da ferrovia que escoava o minério. Eles explicam que não há túneis ou desvios nos trechos que cortam os projetos de assentamento impactados pela obra. Durante a ocupação, a tropa de choque da Polícia Militar foi acionada. Os policiais usaram gás de pimenta e bombas de gás lacrimogêneo contra os manifestantes. Crianças e mulheres foram atingidas

Relatório sistematizado por Raimundo Gomes da Cruz Neto, sociólogo que visitou as comunidades naquele ano, esclarece que a mina está localizada numa área de floresta densa, nas cabeceiras do lago Juruti Grande, caracterizada por três platôs. A ferrovia atravessa dois projetos de assentamento de agricultores, criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O acampamento é um espaço de formação, troca de saberes e de decisão coletiva, onde as assembleias decidem sobre as pautas em debate, conforme atesta a foto abaixo, realizada na comunidade de Juruti Velho.

Figura 11 - Assembleia do acampamento das famílias das comunidades de Juruti Velho



Fonte: Arquivo de Campo. **Foto:** Acorjuve (2009)

Um desses assentamentos é o PA Socó, com 420 famílias, 43 das quais tiveram seus lotes atravessados pela ferrovia. As famílias receberam indenização de R\$ 0,24/metro quadrado, por força de um acordo entre o sindicato e a empresa, enquanto reivindicavam R\$ 3,00. O porto da empresa está colado à cidade sede do município de

Juruti, de onde expulsaram várias famílias estruturadas social e economicamente do bairro Terra Preta.

Em entrevista concedida na época do acampamento, Gerdeonor Pereira, dirigente no Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Juruti Velho, informou que 80% do minério está no PAE. Pereira informa que pelo menos 50 mil hectares de floresta foram derrubados para atender a demanda do projeto. No conjunto de reivindicações os comunitários pleitearam a participação de 1.5 % nos lucros da empresa, investimentos em educação, saúde e moradia e a definição de uma agenda de compromisso sociais e ambientais.

Por conta do projeto da mineradora, e as ações de r-existência das populações locais em oposição a este, foi a primeira vez que o presidente da divisão da Alcoa na América Latina e no Caribe, Franklin Feder, esteve no Brasil. Coube a ele, ladeado pela governadora do Pará à época, Ana Júlia Carepa (PT), em setembro de 2009, a inauguração da mina da mineradora em Juruti. Em ato simbólico, e porque não contraditório, ambos, com as mãos devidamente protegidas por luvas plantaram uma muda de acapu (*Vouacapoua americana Aubl*), árvore comum na região, geralmente usada para fazer cercas e currais.

Nos dias de hoje os mais de 1.800 associados da Acorjuve recebem a participação nos lucros da empresa, o departamento de marketing da mineradora festeja chancelas na área de sustentabilidade. Notícias do site Tapajós de Fato, relatam situações de transbordamento das bacias de rejeito da cadeia de produção da extração da bauxita. Assim como em Barcarena, tais transbordamentos tendem a afetar os recursos hídricos das comunidades, e comprometer fontes de proteína, renda e lazer.

3.6 - O Complexo Portuário de Itaituba

O conjunto de Estações de Transbordo de Cargas (ETCs), localizado no Distrito de Miritituba, na cidade de Itaituba, no oeste do Pará, integra um pacote de grandes obras de infraestrutura no setor de logísticas com vistas a atender à demanda do setor de produção de grãos do Brasil Central. Ao complexo soma-se ainda o modal de transportes (hidrovia, rodovia e ferrovia), além de projetos de inúmeras Usinas Hidroelétricas. No caso em particular do Baixo Amazonas, reside no Complexo de Hidroelétrica do Tapajós a iniciativa.

O conjunto de obras, a se efetivar, tende a reorganizar os territórios do conjunto de Unidades de Conservação, Territórios Indígenas, Territórios Quilombolas, Projetos de Assentamentos rurais num patamar nunca antes visto na região. Representará a

radical territorialização do grande capital, o triunfo do interesse privado em detrimento do público. Processo que tem na edificação do porto da Cargill, nos anos iniciais da década de 2000, a sua gênese. Trata-se de uma conjuntura de avanço das políticas neoliberais.

Neste interim o governo federal, desde 2007, vem planejando e executando políticas públicas de infraestrutura de maneira continuada e de longo prazo, sobretudo na área portuária, por meio de financiamento público, incentivos fiscais, concessões de terras e autorizações para construção de portos privados em diversas regiões do Brasil, assim adverte Rodrigues e Rodrigues (2016).

Os mesmos autores esclarecem que:

A Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ) desde 2013 lançou anúncios públicos (como forma de agilizar os trâmites burocráticos) para regiões, particularmente para municípios. Dos 33 editais de anúncio público lançados em 2015, 13 são para Amazônia, dos quais 3 para o Oeste do Pará e 2 específicos para o município de Itaituba. Além disso, até o final de dezembro de 2015, havia a solicitação de instalação de 3 empresas na ANTAQ: Woodhollow Participações Ltda, Venbras Marítima Ltda e Itaipava S.A (ANTAQ, 2015), (RODRIGUES e RODRIGUES, 2016, p. 29).

Sobre a conformação dos pedidos para a instalação de ETcs, no município de Itaituba, assim descrevem:

Cabe enfatizar que dentre as instalações portuárias “autorizadas” para o Oeste do Pará, estão: Cia. Norte de Navegação e Portos CIANPORT (Itaituba), Hidrovias do Brasil S/A (Itaituba), Rio Turia Serviços Logísticos Ltda TERFRON (Itaituba) (da BUNGE) (SEP, 2015). Desses portos, o porto da Bunge já está em operação, ao passo que os outros dois encontram-se em processo de instalação de superfícies metálicas. Além disso, está em processo de construção do porto do Grupo Caramuru (para exportar farelo de soja), na comunidade Bela Vista, localizada no Km 28 da rodovia Transamazônica (ITAITUBA, 2015a). O projeto Grupo Caramuru deverá investir R\$ 45 milhões, já que será também construído outro porto em Santana, no Amapá, RODRIGUES E RODRIGUES (2016, p.29).

Os referidos autores sublinham o protagonismo do estado do Pará e da Amazônia nos planos de logística e de infraestrutura, o mesmo assinalado no Discurso da Presidente Dilma Rousseff, durante a inauguração do complexo portuário da Bunge, no Porto de Vila do Conde, município de Barcarena, estado do Pará, no dia 25 de Abril de 2014. O discurso e os planos evidenciam que, independente do governo, se conservador ou de verniz progressista, as políticas, programas e planos com a intenção em “desenvolver” a Amazônia seguem a mesma matriz: exploração dos recursos com vistas a manter ou melhorar o superávit primário da economia nacional, a exemplo do

extrativismo mineral. No caso do Pará, o principal produto na composição do PIB estadual.

Os pesquisadores realçam o seguinte fragmento do discurso da então presidenta.

Esse empreendimento, ele envolve não diretamente, mas de forma indireta, envolve esforços privados, esforços de parcerias público-privadas e esforços públicos para que nós possamos efetuar uma grande mudança na atual logística de escoamento da produção brasileira. [...] O governo da sua parte, vem realizando vários investimentos para implantar uma logística que vai desenvolver uma nova rota exportadora pelo Norte do país. [...] Nós temos, para viabilizar o escoamento da nossa produção, de priorizar o modal hidroviário e o modal ferroviário. E, obviamente, a expansão dos portos (ROUSSEFF, 2014), (RODRIGUES e RODRIGUES, 2016, p. 36).

Para efeito de esforço de síntese sobre o inventário acima exposto, sublinhamos o papel central do Estado como indutor da economia, efetivador de institucionalidades no sentido de apropriação privada de bem público - no caso, a terra, o subsolo - construtor de infraestruturas, viabilizador de linhas de crédito e renúncia fiscal.

A concentração de capitais e terra a partir de grandes corporações do capital mundial de diferentes áreas é outra característica das experiências acima ressaltadas, a promoverem radicais modificações das feições territoriais, a protagonizarem a expropriação das populações locais e, por transbordamento, a cimentarem inúmeras situações de conflitos, desde a proibição de acesso à floresta, aos rios e às riquezas das quais os mesmos são tributários, e para as populações delas privadas, fontes de proteínas e segurança alimentar.

Nota-se ainda que, a partir de várias mediações, os sujeitos aliados de suas possibilidades de reprodução empenham esforços em defesa de seus territórios. Amiúde, indígenas, remanescentes de quilombos e camponeses têm promovido ações, produzido plataformas, conteúdos, fóruns, coletivos de jovens de diferentes filiações políticas e bandeiras de lutas e gêneros, construído redes, entre outras possibilidades em defesa de seus territórios.

Sublinhe-se a ação direta do empate realizado por extrativistas na região do Jari, no de ano de 2014, por ocasião de uma tentativa da empresa Jari Florestal ocupar um castanhal da comunidade de Pilões, em Monte Dourado/Almeirim, no estado do Pará, bem como a autodemarcação por parte do povo do Munduruku. No campo do Direito, camponeses, indígenas e quilombolas, a partir da assessoria da ONG Terra de Direitos, têm empreendido esforços na construção do documento Protocolo Consulta.

Os referidos autores citados acima refletem que o peso econômico e político das grandes corporações, com a mediação da sua associação interferiram no processo de revisão o Plano Diretor da cidade de Itaituba. Com relação à intervenção do setor do agronegócio em decisão do processo de construção ou revisão de plano diretor municipal, a mesma situação foi verificada no município de Santarém²¹. Assim, ao contrário do plano diretor cumprir o papel de instrumento político de planejamento obrigatório para cidades com população superior a 20 mil habitantes, tanto em Itaituba, como em Santarém, resultou da pressão dos interesses do grande capital.

Todo o processo do plano se desenvolveu de forma atribulada, desprovido de divulgação, e na assembleia final ocorreu toda ordem de manipulação com vistas a evitar a participação popular. Conforme livro organizado pela UFOPA pela professora Ana Beatriz Reis e o hoje educador da ONG Fase Yuri Rodrigues, a coordenação de revisão do plano mudou o local da assembleia na última hora no sentido em evitar a participação dos movimentos sociais, que haviam realizado uma grande mobilização com vistas a votar contra a instalação do complexo portuário na área do Lago do Maicá.

Numa tentativa de síntese, apresentaremos abaixo um quadro com os principais e as respectivas empresas, área ocupada e localização, bem como uma linha do tempo, que evidencia a racionalidade da ocupação territorial a partir do grande empreendimento.

QUADRO 02 - SÍNTESE DOS GRANDES EMPREENHIMENTOS NO BAIXO AMAZONAS

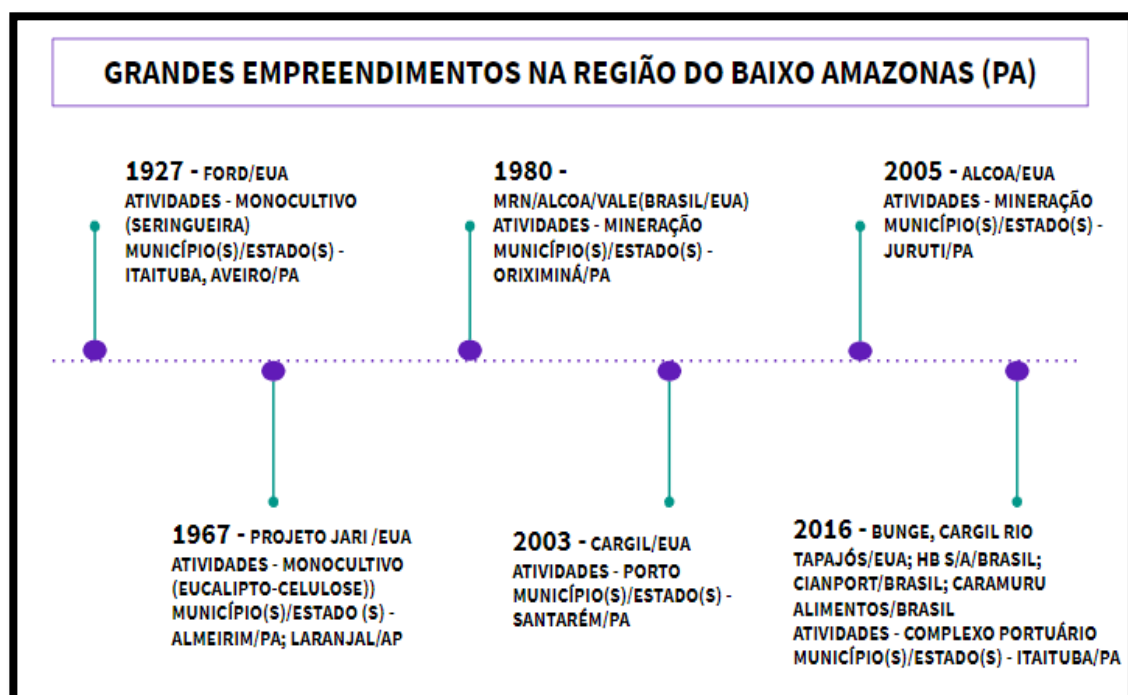
ANO	EMPRESA/PAÍS	ÁREA /há	ATIVIDADE	MUNICÍPIO
1927	FORD/EUA	1 MILHÃO	MONOCULTIVO DE SERINGA	ITAITUBA/AV EIRO/BELTERRA/PA
1967	PROJ. JARI/EUA	1 MILHÃO	MONOCULTIVO EUCALIPTO/CELULOSE	ALMEIRIM/PA e/LARANJAL/AP
1980	MRN/ALCOA/VALE	656 mil	MINERAÇÃO	ORIXIMINÁ/PA
2003	CARGIL /EUA	4,5	PORTO	SANTARÉM/PA

²¹ Sobre a revisão do plano diretor de Santarém, ver REIS, Ana Beatriz e RODRIGUES, Yuri (org). A Luta pelo Direito à Cidade na Amazônia: o processo de revisão do Plano Diretor de Santarém/Pa. Fase, Santarém/PA, 2019. Disponível em https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/10/D_L_PLANO-DIRETOR-E-DIREITO-A-CIDADE_EBOOK2-1.pdf.

2005	ALCOA/EUA		MINERAÇÃO	JURUTI/PA
2016	BUNGE, HBSA, CIANPORT. CARGIL RIO TAPAJÓS E CARAMURU	XXX	COMPLEXO PORTUÁRIO	ITAITUBA/PA

Fonte: Organizado pelo autor, 2021

Figura 12 - Linha do tempo sobre os grandes empreendimentos no Baixo Amazonas



Fonte: produzido pelo autor, (2021).

Neste caso, notamos que o monopólio da terra e das riquezas é dirigida para a edificação de obras de infraestrutura, que irão dinamizar a circulação das *commodities*. Esse conjunto de obras de infraestrutura voltado para atender o agronegócio, tem como guarda-chuva a Iniciativa de Integração de Infraestrutura Regional Sulamericana (IIRSA), que apresentaremos a seguir.

CAPÍTULO IV - AMAZÔNIA: A IIRSA – A RECENTE ESCALA DE DESENVOLVIMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES

Em suas interpretações no campo da geopolítica para a Amazônia, o professor Wanderley Messias da Costa salienta que o projeto Marcha para o Oeste originado no governo de Getúlio Vargas, nos idos de 1930, é tido como uma espécie de marco do planejamento geopolítico na história recente do país, seguido pelo Plano de Metas do governo Juscelino Kubistchek, na década de 1950. Neste mesmo conjunto, são referências ainda os tratados sistematizados pelos militares Golbery do Couto e Silva e Meira Matos, no arcabouço da Escola Superior de Guerra (ESG)²², esta última responsável pela estruturação da Doutrina de Segurança Nacional, que assina o princípio da modernização conservadora, baseada no modelo de substituição de importação. Tais propostas estavam em alinhamento às teses da Aliança para o Progresso²³ que marcou o ambiente da Guerra Fria.

No entanto, nas derradeiras quatro décadas do século XX e das iniciais do século XXI, o mundo passou por profundas transformações. A presente conjuntura confere às agências multilaterais e empresas transnacionais a hegemonia no processo de decisão, em detrimento do papel exercido pelo Estado, ainda que a este caiba a tarefa de desregulamentador para facilitar o fluxo de capitais, agilizar privatizações, entre outras atribuições, como verificados no processo de implantação das políticas públicas voltadas para o setor de logística e infraestrutura no país, e em particular para a Amazônia.

²² Destacam-se no conjunto de ações, a Doutrina de Segurança Nacional, a marcha de forma sistemática da integração física da Amazônia tendo como impulso demandas exógenas sob o mito do ‘vazio demográfico’ um processo “civilizatório cujo lema residia em “Integrar para Entregar”, bem como em “Terra sem Homens para Homens sem Terra”. A Instituição da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), a elaboração do Plano de Integração Nacional (PIN), que impõe o modal rodoviário (sentido Leste Oeste) como prioridade, os grandes projetos de polos (madeira, pecuária, energia e mineração), bem como projetos de colonização; e ao apagar o período do estado de a implantação do Projeto Calha Norte, voltado para a região de fronteira com a Venezuela, Guianas e o Peru expressam o contexto daquele momento, (Gil, 2021).

²³ Criada após o triunfo de Fidel Castro em Cuba, em 1961, durante o governo de John Kennedy, a Aliança para o Progresso (AFP, sigla em inglês) tentou deter o avanço do ideário socialista no continente latino, bem como fomentar políticas de desenvolvimento e a redução das desigualdades com base em experiências dos planos New Deal (1930) e Marshall, do pós 2ª Guerra Mundial. Assim apresentou um volume expressivo de políticas e programas para a América Latina. Foi até hoje a mais abrangente e ambiciosa iniciativa diplomática de cunho multilateral formulada pelos Estados Unidos para a América Latina. Em termo absoluto o Brasil foi o país que mais recebeu recursos no continente. O Aliança no Brasil redundou no golpe civil-militar de 1964 e para a consolidação de um projeto desenvolvimentista liberal fortemente ancorado na lógica e em interesses do capital privado estadunidense. Com o mesmo viés outras ditaduras foram instaladas na América Latina com o apoio e intervenção explícita dos EUA. O governo Kennedy empenhou toda ordem de esforço em desestabilizar governos no continente latino, e em uma guerra de cunho cultural ideológica em oposição ao ideário comunista, Ioris e Mozer (2019)

O epicentro indicado de tais mudanças é a década de 1980, quando Ronald Reagan, então presidente dos Estados Unidos, ao lado da primeira ministra da Inglaterra à época, Margareth Thatcher, celebraram o Consenso de Washington²⁴. O tratado edificou as bases para implantar o que ficou cristalizado como a nova ordem mundial. Somou para o triunfo do modo de produção capitalista em escala mundial o ocaso da experiência socialista na URSS e no Leste Europeu, Almeida (2012).

Ao revisar a conjuntura que marcou os anos de 1980, Almeida (2012) revela que no hemisfério Sul, para a economia brasileira, a década é considerada perdida. No campo político, trata-se dos anos da Nova República, marcada pela redemocratização do país após 20 anos de regime ditatorial, período conhecido como milagre brasileiro. Na Assembleia Constituinte, o *lobby* dos ruralistas mobilizava-se no sentido de dificultar a implantação de uma política de reforma agrária que atendesse às demandas dos movimentos sociais do campo.

Cumprir realçar que o setor ruralista opera tanto no processo em eleger os seus representantes, ocupar cargos estratégicos nas pastas de seus interesses, bem como represar as demandas do campo popular ou criminalizá-las, e ainda, com grande eficiência, na organização de milícias no sentido em eliminar os seus desafetos, como atesta um conjunto de denúncias tanto dos movimentos sociais, como dos relatórios anuais da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Naquele momento de redemocratização do país, Jader Barbalho era o Ministro da Reforma Agrária durante o governo Sarney, e Antônio Carlos Magalhães (ACM), o das Comunicações.

Tratam-se de alinhados às oligarquias, como é o caso de Barbalho no Pará, ou oligarcas, como representados por Sarney e ACM. Todos possuem filhos e netos na política. No Pará, o filho de Jader, Helder, é o atual governador do estado. Antes foi prefeito de Ananindeua, cidade da região metropolitana de Belém por duas legislaturas, e foi ministro no governo de Dilma Rousseff. No Maranhão, Roseana, a filha de Sarney, foi governadora por três mandatos, além de Sarney Filho, que chegou ao parlamento

²⁴ O Consenso de Washington, realizado em 1989, quando da reunião dos Estados Unidos com organismos financeiros privados e multilaterais, é colocado como um marco. Na reunião, especialistas sugerem um conjunto de medidas para as economias periféricas. As formulações elaboradas por um grupo de intelectuais foram sistematizadas por John Williamson, do Institute for International Economics, a serviço de instituições financeiras e do governo dos Estados Unidos. Essas formulações, que ficaram conhecidas como Consenso de Washington originou a cultura da subordinação do Estado ao Mercado. Entre as medidas, constavam: controle dos gastos, reforma tributária, abertura comercial, privatização de estatais, investimento estrangeiro direto, com eliminação das restrições, desregulação – afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas, direito de propriedade Cannabrava Filho (2003). Chesnais (1996), Santos (2000) e Ianni (1995), entre outros, chamam a tal conjunto de medidas de políticas neoliberais.

federal e ao ministério do Meio Ambiente. Na Bahia, o filho de Antônio Carlos Magalhães, tal o do Sarney, chegou ao parlamento federal, e o neto, nos dias atuais exerce papel de liderança nacional, além de ser prefeito de Salvador. Renan Calheiros Filho, em Alagoas, governa o estado pela primeira legislatura, eleito no pleito de 2018. Para falar somente destas famílias do Norte e Nordeste. O fenômeno representa a perpetuação de oligarquias no cenário político nacional. O principal bloco de poder no Congresso Nacional. A face barroca do país, como ironiza José de Souza Martins, fração forjada em estruturas hierarquizadas de mando e em coerção privada contra os seus adversários.

Uma das medidas nesta direção em eliminar os adversários do campo popular foi a criação da União Democrática Ruralista (UDR), no de 1985. O ano representa um dos mais sangrentos na região do Bico do Papagaio, região compreendida pelo sudeste do Pará, oeste do Maranhão e norte do Tocantins. A dissertação de Marcionila Fernandes (1999) sobre as ações da UDR no estado no Pará atesta que o hoje governador Ronaldo Caiado, na época governador do estado de Goiás, representa um dos principais artífices na criação da União. Constan ainda no grupo que viabilizou a UDR, o senhor Jairo de Andrade, um dos principais articuladores da “Marcha com Deus, pela Família e pela Propriedade”, ação em apoio ao golpe civil-militar de 1964, bem como famílias do centro-sul do país, a exemplo das famílias Lanari e a Quagliato, estas ligadas ao setor de usina de açúcar de Ourinhos/SP, e ainda a família Bannach, paranaenses que operavam no setor madeireiro, conforme evidencia Fernandes (1999). O nome da família Bannach nos dias de hoje nomeia um município no sudeste do Pará, tanta foi a pujança da mesma no setor madeiro e na política municipal.

Almeida (2012) ao investigar os embates pela terra naquela região, rememora que formalmente a UDR do sul do Pará foi criada no dia 17 de maio de 1986, no Parque Agropecuário de Redenção. Compuseram a mesa Ronaldo Caiado, fundador da UDR em Goiás; Roberto Paranhos Rio Branco, presidente da Associação dos Empresários da Amazônia; Alceline Veronese, prefeito de Redenção; Plínio Junqueira Junior, fazendeiro do interior do estado de São Paulo e Udelson Franco, fazendeiro de Minas Gerais. Em sua análise, a pesquisadora Fernandes (1999) pontua como uma das características da matriz da UDR no Pará os laços (articulação) entre as regiões Norte e Sul do país. As ações de violência privadas e públicas que consagraram o sul e o sudeste paraense como emblema de brutalidade com relação à luta pela terra resultam desta articulação nacional. Recai justamente sobre esta estratégia a formação de consórcio

cujo intento principal residia em execuções de dirigentes e assessores alinhados na luta pela reforma agrária, meio ambiente e direitos humanos no estado do Pará.

O referido bloco de poder se mantém, nos dias presentes, com maior envergadura após a derradeira eleição do coronel da reserva do Exército, o senhor Jair Bolsonaro, à presidência do Brasil. O bloco ganha em robustez e radicaliza na condução de uma pauta que ameaça algumas conquistas consagradas em 1988, em particular para as populações tradicionais da Amazônia. Assim como na década de 1988, as oligarquias locais e regionais saem fortalecidas e organizadas, a partir do segmento do agronegócio e suas agroestratégias, como denomina o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida.

Transferir a FUNAI para a tutela do Ministério da Agricultura, sob o comando do setor ruralista, foi uma das medidas de aceno ao setor logo no primeiro dia do ano após a eleição. As medidas já soavam como salvo conduto a favor de invasões de terras indígenas no Pará e Maranhão, e a execuções de sem-terra, como ocorrido em Colniza²⁵ no Mato Grosso e em Rurópolis, no estado do Pará. Mesmo antes do recente sufrágio das eleições, os povos ancestrais já sofriam ameaças contra o controle de seus territórios, a partir de um cipoal de emendas e projetos de lei que visavam fragilizar e desregulamentar a legislação, e assim, possibilitar além de prospecção de minério, a instalação de obras de infraestrutura, e ainda a redução de Unidades de Conservação (UCs)²⁶. Nesse sentido, o Projeto de Emenda Constitucional – PEC 215 constitui-se como uma espécie de guarda de chuva que reúne cerca de 25 revisões de garantias, o que implica de forma direta na conformação do território e da sociodiversidade da região. Na mesma perspectiva de ameaça do conjunto de territórios das populações locais operam as políticas, programas e planos que dão corpo à IIRSA.

²⁵ Tratados elaborados pelo professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira evidenciam que no século passado, quando do processo de colonização induzida, a grilagem de terras imperou na configuração territorial do estado. Nove pessoas adultas foram executadas por pistoleiros a 350 km da zona urbana de **Colniza**, município a 1.065 km de Cuiabá, no dia 19 de abril de 2017. Dois dias após a passagem de 21 anos da chacina de Carajás. Os corpos apresentaram sinais de tortura, segundo os técnicos da Perícia Oficial e Identificação Técnica (**Politec**) que realizaram os exames de necropsia. Já no dia 24 de maio, após tortura, policiais civis e militares executaram 10 camponeses no município de Pau D'arco, no sul do Pará. Trata-se da mesma data do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio e Maria do Espírito Santo. Mortes ocorridas no ano de 2011, no projeto de assentamento Praia Alta Piranheira, no município de Nova Ipixuna, a sudeste do estado.

²⁶ Em 2017 o governo criou uma grande polêmica, tentar reduzir em 57% a UC Jamanxin localizada no oeste paraense. A UC integra um conjunto de 33 UCs, que formam um mosaico contra o desmatamento, e ao mesmo tempo, podem representar uma reserva de terras a serem exploradas por diversos segmentos, inclusive o seu subsolo para a exploração mineral.

Mesmo após o “fim” formal do período autoritário, os grandes empreendimentos, incentivados pelo Estado, marcados pela concentração de capitais, articulou interesses privados a partir de políticas de renúncia fiscal e creditícia permanece como modelo. O acesso às terras fartas de fácil acesso (grilagem), continua a balizar as políticas de desenvolvimento para a região. Estas políticas são orientadas sob o diapasão do capital monopolista, promotor de formas de acumulação primitiva, como reflete José de Souza Martins.

Nesta conjuntura as violências constituem-se como elemento estruturante no processo de expansão do capital sobre as fronteiras amazônicas. Em todos os períodos econômicos, políticos e sociais vivenciados na(s) Amazônia(s) brasileira(s) ou na Pan-Amazônia²⁷ a dinâmica tem socializado junto ao vasto e complexo conjunto da sociodiversidade, toda ordem de passivo social, entre eles: a catequese, a expropriação, a espoliação, a escravidão e a execução de dirigentes que defendem a reforma agrária, o meio ambiente e os direitos humanos envolvidos em disputas pela terra e recursos naturais aí existentes. Violências que alcançam ainda religiosos, advogados, educadores e outras modalidades de assessorias e adesões. Violências naturalizadas junto ao conjunto da sociedade, banalizadas em noticiários, tratadas como algo corriqueiro, incorporadas ao cotidiano. Ao inerente ao avanço da fronteira do capital.

Diante do que foi ressaltado sobre violências, indiferenças às territorialidades das populações locais, a IIRSA não destoa de nenhuma experiência já vivenciada na região desde os anos de Vargas, ao contrário, as potencializa. A IIRSA preconiza Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID) a partir da construção de redes de transporte multimodal, energia e comunicação. Visa-se neste sentido a integração de mercados via obras de infraestrutura, que possibilite às grandes empresas acesso às riquezas locais, a exemplo dos minerais, numa convergência que aproxima estados sul-americanos, interesses empresariais e instituições financeiras multilaterais, cujo objetivo reside em dinamizar os fluxos de bens e de serviços numa escala regional-mundial.

Neste ambiente o sistema normativo de cada estado nação é considerado como um empecilho a ser superado, para tanto, o escopo metodológico do projeto propõe a

²⁷ Cobre uma extensão de 7,8 milhões de km², sobre 12 macrobacias e 158 sub-bacias, compartilhados por 1.497 municípios, 68 departamentos/estados/províncias de oito países: Bolívia (6,2%), Brasil (64,3%), Colômbia (6,2%), Equador (1,5%), Guyana (2,8%), Perú (10,1%), Suriname (2,1%) e Venezuela (5,8%), além da Guyane Française (1,1%). Na Amazônia vivem cerca de 33 milhões de pessoas, incluindo 385 povos indígenas, além de alguns povos em situação de “isolamento”. São 610 ANP e 2.344 TI que ocupam 45% da superfície Amazônica, sem contar os pequenos, médios e grandes proprietários rurais, empresas de vários tipos, instituições de pesquisa e fomento, além de organizações religiosas e da sociedade civil (RAISG, 2012).

efetivação de Processos Setoriais de Integração (PSI). Os EIDs e os PSIs são considerados elementos estruturantes do IIRSA, tanto que a coordenação ficou a cargo da Corporación Andina de Fomento (CAF), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), (Carvalho 2004), (Castro 2012).

Estão envolvidas ainda no processo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização do Tratado da Cooperação Amazônica (OTCA), alerta Verdum (2007). Tal estratégia política disparada na década de 1990 tem replicação em políticas e programas para a Amazônia, hoje, enquadrados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), onde o Banco Nacional de Desenvolvimento, Econômico e Social (BNDES) exerce papel fundamental como o principal financiador das obras de infraestrutura dentro, ou para além das nossas fronteiras, como ocorre no Peru.

Castro (2012) ao historicizar o processo de edificação do IIRSA, situa na década de 1960 a criação do primeiro acordo multilateral, materializado na Associação Latino-Americana de Livre Comércio, que visava eliminar as barreiras comerciais. No fim da mesma década, os países com vistas a aportar investimentos para o desenvolvimento criaram o Pacto Andino.

A iniciativa retoma princípios presentes na matriz da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), a partir de negociações entre o Brasil e a Argentina, o Mercosul nasce com o mesmo objetivo de integração de mercados, enquadrado na concepção do Consenso de Washington do livre comércio como instrumento único e suficiente para a promoção do desenvolvimento, redução das desigualdades sociais e geração de empregos, na melhor tradição das Escolas de Manchester e de Chicago (Guimarães 2008, p.32)²⁸.

Ao longo da década de 1990 os organismos multilaterais (BID e BIRD), em associação com governos de diferentes países do continente americano, vinham ensejando um novo desenho de suas relações para a América Central, Caribe e América do Sul. Desde 1994, tratativas vinham sendo feitas para estabelecer um novo “sistema de normas” (SANTOS, 2013) com a ALCA (Aliança de Livre Comércio das Américas), que seria a base de sustentação para o que, mais tarde, se configuraria como um novo “sistema de objetos”, a saber, o PPP (Plano Puebla-Panamá) e a IIRSA (Iniciativa de

²⁸ CASTRO, Edna. **Expansão da Fronteira, Megaprojetos de Infraestrutura e Integração Sul-americana.** Cadernos CRH, Salvador, v.25, n 641, p.45-61.jan/abril,2012, p.46.

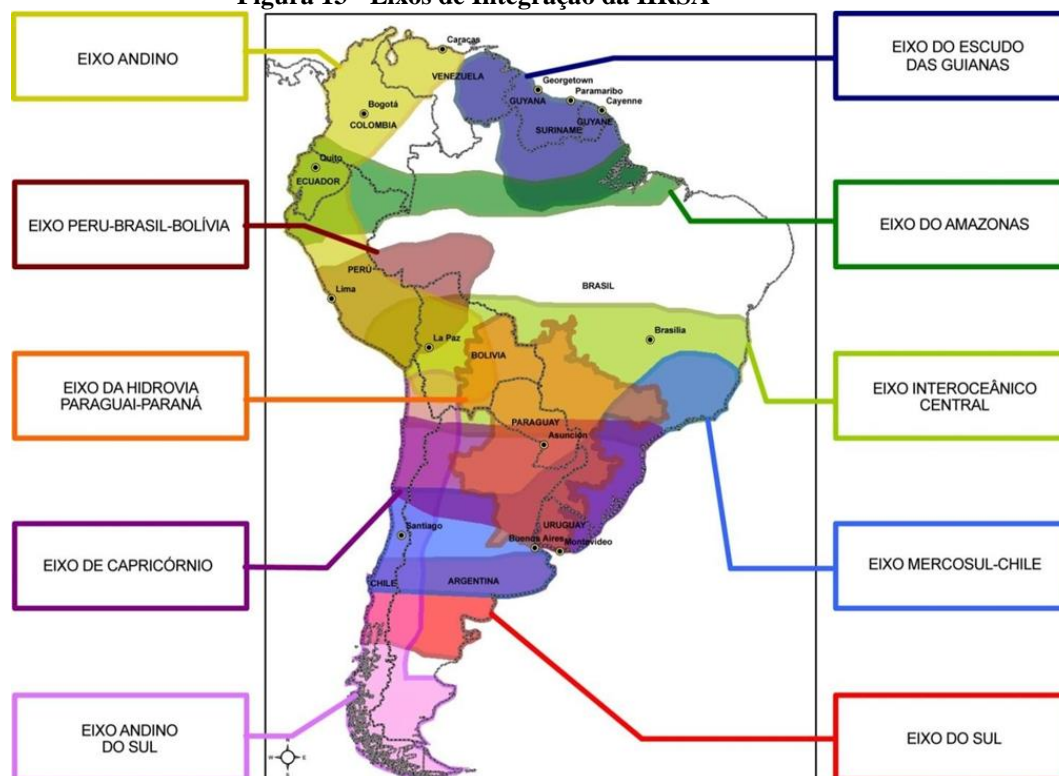
Integração Regional Sul-Americana). Vicente Fox, pelo México, e Fernando Henrique Cardoso, pelo Brasil, apareceram, no ano 2000, como protagonistas dessa reconfiguração geográfico-política com o PPP e a IIRSA. Tanto a IIRSA como o PPP dão forma material (estradas, represas, hidrelétricas, portos, aeroportos e comunicações) ao criar as “condições gerais de produção” necessárias para que os capitalistas operem e realizem seus objetivos privados de lucro²⁹.

Sob os auspícios do livre comércio como única alternativa de promoção do desenvolvimento, redução das desigualdades sociais e geração de empregos dentro do arcabouço de uma agenda ultraliberal, a 1ª Cúpula dos Presidentes da América do Sul ocorreu em 1999, nela é assinado por 12 países pan-americanos o protocolo que institucionalizou a IIRSA. O projeto é implantado a partir do planejamento estatal. Em setembro de 2000, em Brasília, 12 presidentes dos Estados nacionais da América do Sul consolidaram a IIRSA. Já em dezembro de 2004, a IIRSA é finalmente aprovada na cidade de Cuzco, no Peru. Para os países membros, o objetivo é incrementar a competitividade no mercado mundial, cabendo ao Brasil papel estratégico, em particular, como agente financiador com o protagonismo do BNDES, Castro (2012).

Em resumo, o levantamento de dados empreendido pela IIRSA, levanta as principais riquezas naturais da América do Sul, e indica como podem ser utilizadas com o melhoramento de infraestrutura. Hidrovia do Paraná-Paraguai, BR-163 (Cuiabá-Santarém), Complexo do Rio Madeira, hidrelétrica de Belo Monte são alguns dos 82 projetos na Amazônia previstos pela IIRSA. Dez eixos orientam as ações do IIRSA, conforme a figura abaixo. Desse conjunto em particular interessa a nós, o Eixo do Amazonas, pelo fato da relação com a área da nossa pesquisa aqui apresentada, como indica a figura abaixo, onde estão indicados os EIDs.

²⁹ PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia**: Encruzilhada Civilizatória. Tensões Territoriais em Curso. Rio de Janeiro, Editora Consequência, 2017, p. 49.

Figura 13 - Eixos de Integração da IIRSA



Fonte: GeoSUR s.d. apud. UFRGS Model United Nations I vol. 3 I 2015, p.143.

O documento do IIRSA ainda detalha, conforme quadro abaixo, as principais características de cada eixo:

QUADRO 03 - OS EIXOS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA IIRSA

EIDs	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
EIXO ANDINO	A área de influência do Eixo Andino abarca os principais “nós” de articulação da Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, e incorpora dois grandes corredores viários no sentido norte-sul, vinculando as principais cidades dos cinco países. O Eixo conta com 65 projetos divididos em dez grupos com estimativa de investimentos superior a US\$ 9,1 bilhões. (Dados de outubro de 2013).

EIXO ANDINO DO SUL	Inicialmente, este Eixo foi concebido como uma franja de território abarcando algumas regiões da Argentina e do Chile. A fronteira entre ambos é separada pela Cordilheira dos Andes e a região possui um número limitado de conexões viárias pavimentadas entre os países. O Eixo se articulava ao Norte com o Eixo Andino e, transversalmente, possui áreas de superposição aos Eixos de Capricórnio, Interoceânico Central e Mercosul-Chile, conformando um espaço bioceânico.
EIXO DE CAPRICÓRNIO	Este Eixo possui como área de influência o entorno do Trópico de Capricórnio, onde nos extremos estão localizadas importantes instalações portuárias tanto no Oceano Atlântico como no Pacífico, caracterizando também um caráter bioceânico. O Eixo Capricórnio conta com 80 projetos divididos em 5 grupos, com investimento aproximados de US\$ 13,9 bilhões.
EIXO DA HIDROVIA PARAGUAI- URUGUAI	Este Eixo é definido territorialmente através de uma área de influência que incorpora regiões da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, vinculadas diretamente aos rios Paraguai, Paraná, Tietê e Uruguai. O Eixo da Hidrovia conta com 94 projetos divididos em 5 grupos, com investimentos estimados em US\$ 7,8 bilhões.
EIXO DO AMAZONAS	O Eixo Amazonas, nosso objeto de estudo, foi definido através da delimitação da região amazônica sul-americana interligada por um sistema inter e multimodal de transportes vinculando portos marítimos do Pacífico – na Colômbia, Equador e Peru - a portos fluviais desses países e do Brasil, nas cidades de Manaus, Belém e Macapá. O Eixo Amazonas conta com 88 projetos divididos em 8 grupos.
EIXO DO SUL	A área de influência desse Eixo abarca instalações portuárias nos Oceanos Atlântico e Pacífico, com um caráter bioceânico, abrangendo áreas da Argentina e do Chile. O Eixo do Sul conta com 28 projetos divididos em 2 grupos e investimentos de US\$ 2,7 bilhões.

EIXO INTEROCEÂNICO-CENTRAL	Esse Eixo atravessa transversalmente a América do Sul, incorporando a vinculação entre portos dos dois oceanos que banham a região, com “nós” de articulação entre o Peru, Chile, Bolívia, Paraguai e Brasil. O Eixo conta com 62 projetos divididos em 5 grupos com investimentos estimados em US\$ 8,8 bilhões.
EIXO MERCOSUL – CHILE	O Eixo vincula os principais centros econômicos e os principais portos entre o Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil. O Eixo Mercosul-Chile conta com 122 projetos, divididos em 6 grupos.
EIXO PERU-BRASIL-BOLÍVIA	A área de influência desse Eixo incorpora a vinculação dos principais “nós” de articulação localizados em torno da tríplice fronteira entre Peru, Brasil e Colômbia. Este Eixo conta com 26 projetos estruturantes divididos em 3 grupos.
EIXO ESCUDO – GUINÊS	A região de articulação desse Eixo abarca áreas do Brasil, Guiana, Suriname e Venezuela, como uma importante área estratégica ao Caribe e América Central. Conta com 20 projetos divididos em quatro grupos com investimentos de cerca de US\$ 4,5 bilhões.

Fonte: Passos, (2015, p.77)

Passos (2015) detalha que:

Após a análise de diversos critérios como a formação de redes de conectividade de alcance regional e ações complementares, chegou-se então à estruturação de oito eixos de integração, visando o desenvolvimento sustentável da América do Sul. Os Eixos são: Amazonas, Andino, Capricórnio, Escudo Guianês, Hidrovia Paraguai-Paraná, Interoceânico Central, Mercosul-Chile e Peru-Brasil-Bolívia⁵⁷. Em números, foram estabelecidos 31 projetos estruturantes divididos em 88 projetos individuais, com previsão de investimentos superior a US\$ 20 bilhões.[...] Cerca de 90% dos projetos de infraestrutura são relacionados a transportes, enquanto 9,2% abrange projetos e investimentos na área de energia, (PASSOS, 2015, p. 80/81).

No caso brasileiro no que concerne ao Eixo Amazonas, os projetos alcançam os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Mato Grosso. Alcança ainda o estado do Maranhão, quando se detalha a logística portuária, e outros, quando se afunila para o modal de transportes. Sobre o número de projetos, localização e investimento do EID Amazonas, Passos (2015) informa que:

[...] o Eixo Amazonas conta com três (3) projetos estruturantes e vinte e cinco (25) projetos individuais cujo total de investimentos previstos ultrapassa US\$ 3 bilhões. Sua agenda caracteriza-se por um sistema intermodal de transportes ligados a sistemas integrados a centros logísticos e centros de controle de fronteira. Com essa estrutura o Eixo e seus projetos possuem como objetivos centrais ampliar a capacidade e eficiência viárias na região amazônica em questão, a fim de interligar portos e terminais fluviais (como Manaus, Providência – no Equador e o Porto de Transferência de Carga Morona, no Peru) e marítimos, tanto no Atlântico (Belém e Macapá), como no Pacífico (como Buenaventura – Colômbia; Esmeraldas – Equador e Paita – Peru), além de conectar territórios interiores desses países, (PASSOS: 2015, p. 87).

Com relação ao montante de recursos aportados, em poucas linhas, gostaria de fazer um paralelo com os investimentos do setor da mineração no estado do Pará, em particular no que diz respeito ao ferro, posto o mesmo ser a principal *commodity*, que responde por quase 90% do PIB do estado. O que evidencia a concentração da economia do estado em um único produto, bem como a concentração territorial, o sudeste do Pará. O principal item da balança comercial do estado do Pará, a *commodity* de ferro está em fase de ampliação da produção, por conta do início da operação do novo projeto da Vale³⁰ - privatizada desde 1997 – o S11D³¹ ou Serra Sul, no município de Canaã dos Carajás, sudeste paraense.

Para atender a demanda do mercado asiático, a Estrada de Ferro de Carajás passa por duplicação, assim como as estações de transbordo em todo o perímetro que liga o local de extração até o Porto do Itaqui, em São Luís. Trata-se do maior investimento no portfólio da empresa Vale. O empreendimento tem provocado tensões entre camponeses no município de Canaã dos Carajás, indígenas e populações quilombolas no município de Itapecuru Mirim, no estado do Maranhão, bem como as populações na zona rural de São Luís, a exemplo do que acontece na localidade denominada de Taim. No caso específico de São Luís reside na ampliação de portos a prioridade de infraestrutura, tanto para atender a demanda da *commodity* mineral, quanto de grãos.

Informações compiladas pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto (2012a), em inúmeros artigos, indicam que o setor mineral planejou investir 46 bilhões de dólares (quase 80 bilhões de reais) no Pará, durante a vigência do seu plano quinquenal (2010/2014), o que significa uma média de US\$ 8 bilhões ao ano. É quase o dobro da receita tributária líquida do Estado, o dinheiro que mantém a máquina pública em

³⁰ A Vale é uma das maiores empresas do mundo, em sua composição existem pelo menos 27 empresas coligadas, controladas ou joint-ventures distribuídas em mais de 30 países, dentre eles Brasil, Angola, Austrália, Canadá, Chile, Colômbia, Equador, Indonésia, Moçambique, Nova Caledônia e Peru, nos quais desenvolve atividades de prospecção e pesquisa mineral, mineração, operações industriais e logística, atesta Dossiê de 2010 apresentado no primeiro encontro dos Atingidos pela Vale, realizado no Rio de Janeiro (JNT, 2010).

³¹ Dados do site da Vale (2017) indicam que é o maior projeto da história da empresa, e deve explorar 90 milhões de toneladas métricas de minério de ferro por ano (mpta) dos atuais 109,8 mpta e terá investimento de US\$ 19,5 bilhões entre a abertura de mina e as obras de logística para escoar a produção. No dia 06 de maio de 2013, o Ibama anunciou a aprovação da licença para a construção do ramal. A iniciativa inclui mina, duplicação da Estrada de Ferro de Carajás (EFC), ramal ferroviário de 100 km e porto. Os recursos estão distribuídos da seguinte forma: a logística consumirá US\$ 14,1 bilhões; US\$ 8,1 bilhões serão usados na mina e na usina; enquanto US\$ 2 bilhões serão usados durante o ano. Como em outros empreendimentos na Amazônia, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é o responsável por parte dos recursos, ao lado do banco japonês, Japan Bank Internacional Cooperation (JBIC). O projeto é maior ou equivalente à primeira versão do Programa Grande Carajás (PGC), iniciado há quase 30 anos (VALE, 2017).

funcionamento e responde pelos investimentos públicos, que não vão além de 10% do total. Ainda conforme os dados do jornalista, dos US\$ 46 bilhões que constam da programação das empresas, quase US\$ 26 bilhões seriam aplicados na extração de minério, menos da metade (US\$ 11 bilhões) na indústria de transformação, US\$ 2,7 bilhões em infraestrutura e transporte e US\$ 505 milhões em outros negócios³².

Ao fazermos o paralelo entre os dados brutos de investimentos do setor mineral na *commodity* de ferro do estado do Pará com o montante anunciado nos relatórios da IIRSA, a ser aplicado em 12 países, somente as previsões de aporte de recursos do setor da mineração em terras paraenses chega a quase a metade do total da IIRSA. E, ao compararmos somente com o EID Amazonas, os aportes em mineração são quase cinco vezes a soma total. Isto revela a centralidade da mineradora na economia do estado, e por consequência uma concentração da economia do Pará em um único produto da cadeia do extrativismo. É conhecido que minério não dá duas safras, e que findo o extrativismo mineral, as implicações para o futuro da economia local, sem falar nas desigualdades internas que a cadeia mineral lá promove, podem ser incomensuráveis.

Vejamos. No campo da economia, o extrativismo mineral no Pará é o principal item da balança comercial do estado, e chega a contribuir com 90% do Produto Interno Bruto (PIB). O mesmo minério que pesa no PIB é responsável por uma renúncia fiscal de R\$ 9 bilhões por ano por conta da Lei Kandir (lei complementar federal n.º 87, de 13 de setembro de 1996), que desonera as empresas em recolher o Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS) dos produtos primários e semielaborados Coelho, (1997).

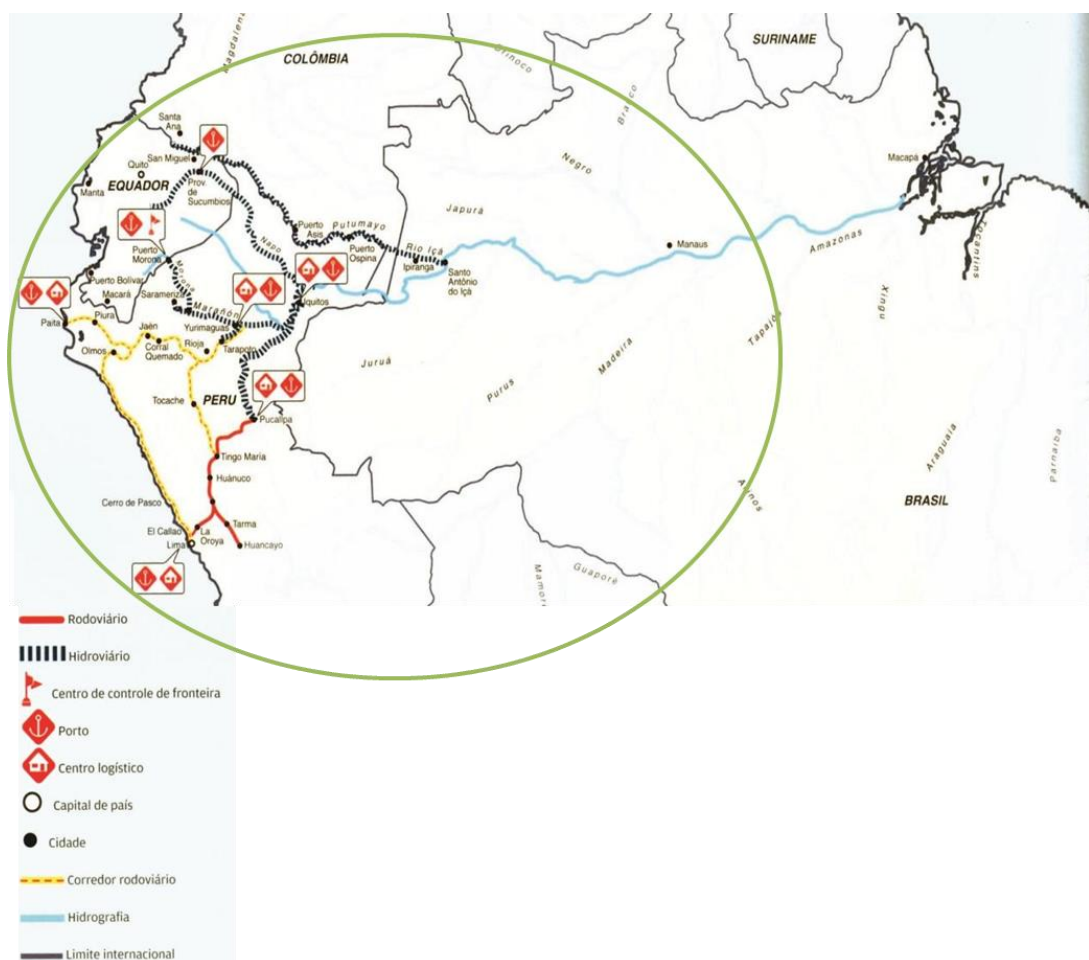
Ao se fazer um paralelo da IIRSA com a experiência dos idos de 1970, residia na dinâmica de implantação de polos a pauta principal das políticas desenvolvimentistas, onde constam: o setor madeireiro, pecuária e o mineral. Assim como naquela conjuntura, inúmeras obras de infraestrutura foram viabilizadas no sentido em garantir o acesso aos recursos naturais, o que se desdobrou em inúmeras situações de conflitos e expropriações, bem como se preconiza no Eixo Amazonas, o qual possui três projetos estruturantes, sendo que dois deles abrangem a área peruana e um as áreas referentes aos quatro países do Eixo: Brasil, Colômbia, Equador e Peru. São

³² ALMEIDA, Rogério Henrique & CAZULA, Leandro Pansonato. Expansão da Mineração nas Terras dos Carajás: Pequeno inventário sobre conflitos socioambientais no projeto S11D da Vale, novos sujeitos e resistências. **Anais do Singa**, Curitiba-PR, 2017, p.09.

eles: 1) Eixo Viário Paita-Tarapoto-Yurumaguas; 2) Eivo Viário El Callao-La Oroya-Pucallpa e 3) Acesso Nordeste ao Rio Amazonas.

Conforme atesta o documento do IIRSA, o princípio da integração do EID Amazonas reside na viabilização via marítima e fluvial entre o Brasil, Colômbia, Peru e Equador, onde se almeja a ligação leste-oeste dos quatro países, articulados pelos rios Putumayo, Morona e Napo, projeto que objetiva conectá-los ao rio Içá e Amazonas em território brasileiro. A ideia é a partir destas conexões alcançar a cidade de Manaus, e assim, favorecer rotas comerciais entre os quatro países. Sublinhe-se que empresas do porte da Andrade Gutierrez, Norberto Odebrecht, entre outras, possuem presença direta nestes investimentos.

Figura 14 - Detalhe de obras de infraestrutura do EID Amazonas



Fonte: IIRSA, 2011

Como desdobramentos e convergências das agendas da IIRSA, o governo brasileiro vem desenvolvendo programas e planos na direção dos EIDs, onde a região do Baixo Amazonas consta como área estratégica, como se pode notar, além das ações

implementas ao longo dos PACs, consta o programa Arco Norte, como tentaremos apresentar a seguir.

4.1 - O Projeto de Logística Arco Norte – A Mesma História Desenvolvimentista Tantas Vezes Lidas

O estudo sobre o Arco Norte é o sexto volume da série Estudos Estratégicos, sob a responsabilidade do Cedes³³ (Centro de Estudos e Debates Estratégicos). O estudo calçado em dados de consultorias internacionais sob os auspícios da Confederação Nacional de Transportes (CNT), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Confederação Nacional de Agricultura (CNA) salienta a fragilidade da infraestrutura do país, considerada uma das piores do mundo, o que onera em demasia o escoamento da produção do agronegócio nacional, em particular, do Brasil Central. O documento teve como relatores os deputados federais pelo Pará, Lúcio Vale (PR/PA) e Remído Monai (PR/RR). O PR, nos dias atuais atende pela legenda PL.

Neste xadrez, o Mato Grosso possui centralidade nesta cadeia produtiva, onde:

O Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea) estima que a produção de soja deve crescer 17 milhões de toneladas até a safra 2021/22, enquanto a de milho deve crescer em torno de 15 milhões de toneladas (BRASIL, 2016: p. 26).

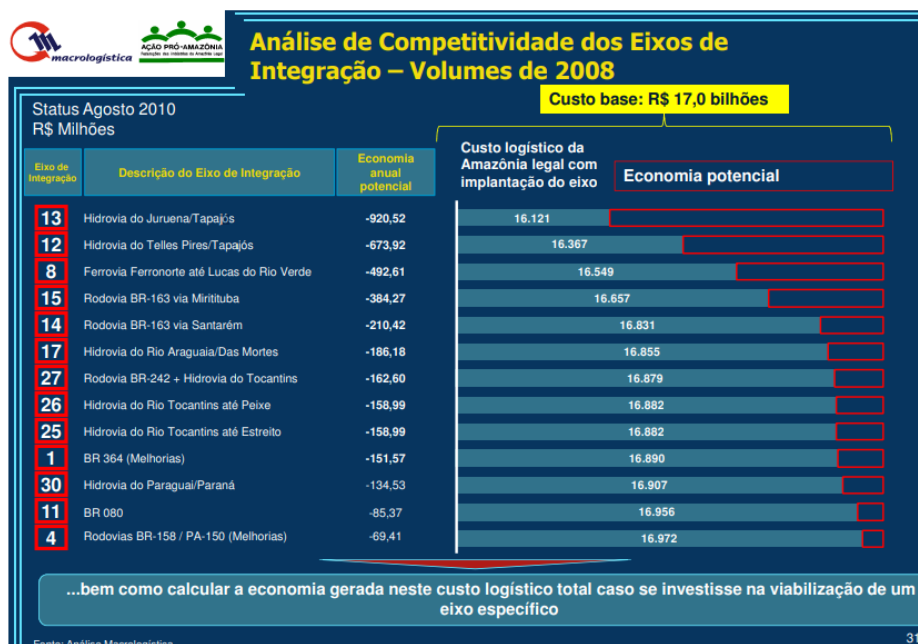
Além de celebrar a produção de soja e milho, o documento festeja a pecuária e a produção de açúcar e etanol, de cadeias produtivas de grãos e outros produtos baseadas em toneladas e toneladas de agrotóxicos, muitos destes proibidos pelos principais consumidores da produção nacional. Tais dados, claro, não constam no documento. O Norte Competitivo (2011), pesquisa produzida pela CNI é uma das bases de informação que alimentam o conteúdo do documento Arco Norte. Naquele, sobre as possibilidades de redução de custos, o quadro abaixo de número 15, sobre competitividade assim expressa.

Mais que atentar aos números, aqui cumpre a relevância do Baixo Amazonas, na composição de corredores de exportação da cadeia, com obras, em particular, à primeira vista, em Itaituba e Santarém, e rebatimentos em Rurópolis e em outras cidades. No caso de Rurópolis, constam estações de transbordo de cargas e a construção de inúmeras PCHs (Pequenas Centrais Hidroelétricas).

³³ O Centro de Estudos e Debates Estratégicos – Cedes – é um órgão técnico-consultivo, vinculado à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, que, com o apoio da equipe técnica da Consultoria Legislativa, desenvolve estudos de caráter inovador ou com potencial de transformar as realidades econômica, política e social do nosso País. Após intensa pesquisa, fóruns de debate, audiências públicas e visitas “in loco” são percebidos os problemas, captadas as expectativas dos cidadãos e projetadas soluções que se materializam por meio de proposições legislativas ou sugestões ao Poder Executivo, Brasil (2016, p. 15).

Em resumo, pode-se salientar que a proposta representa o triunfo do agronegócio, com destaque para a figura Blairo Maggi e seus pares, em convergência com a Associação Nacional de Exportadores de Cereais para incrementar o “escoamento de cargas e insumos com a utilização dos portos ao norte do Brasil, desde Porto Velho, em Rondônia, passando pelos Estados do Amazonas, Amapá e Pará, até o sistema portuário de São Luís, no Maranhão” (Brasil, 2016, p.12).

FIGURA 015 – ANÁLISE DE COMPETIVIDADE DOS EIXOS DE INTEGRAÇÃO



Fonte: Projeto Norte Competitivo, CNI (2011, p. 31).

O projeto do Arco Norte propõe exatamente a implantação de uma nova logística intermodal de transporte que vai, a um só tempo, diminuir a pressão sobre os portos da Região Sudeste e aproximar mais os produtores nacionais de nossos parceiros comerciais no resto do mundo.

O documento Arco Norte após exaltar as contribuições do setor do agronegócio na composição do Produto Interno Bruto Nacional (PIB), argumenta sobre o custo adicionado ao setor produtivo no processo de distribuição, o que prejudica a competitividade do país no mercado mundial:

[...] a atividade de distribuição representa cerca de 30% do valor adicionado pela cadeia produtiva do agronegócio, comprovando a relevância do setor de transporte para a competitividade e rentabilidade do setor. Assim, como a disponibilidade da infraestrutura não acompanha o ritmo de crescimento da produção, o Brasil não consegue tirar proveito de suas vantagens competitivas, (BRASIL,2016: p.22).

Ele alerta sobre a concentração da exportação nos portos do Sul (Paranaguá) e Sudeste (Santos) do país – a estimativa beira a casa de 80% – e defende a necessidade urgente em viabilizar o corredor do Eixo Norte. Em sua narrativa, como de praxe, lança loas o setor privado, e sataniza o público³⁴, onde sintetiza “O Brasil tem-se notabilizado pelo contraste entre o dinamismo do setor privado e a morosidade do setor público”, Brasil (2016, p. 15).

Um outro elemento sobre o ambiente de grandes obras de infraestrutura recai sobre o financiamento centrado nas rubricas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e recentemente, os Fundos de Pensão (Bando do Brasil/Previ, Caixa Econômica Federal/Funcef, Petrobrás/Petros), o que sinaliza, nesta triste e complexa trama, a presença de sindicalistas na empreita (classe trabalhadora), conforme reflete o professor Carlos Walter Porto Gonçalves (2017):

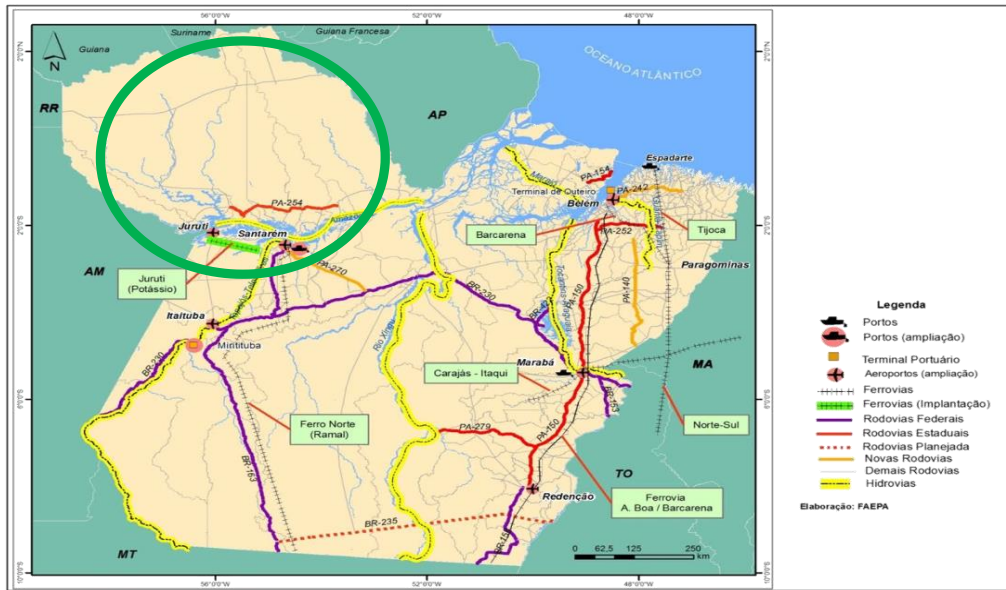
Estamos diante, pois, de uma reconfiguração geográfica profunda regional/continental/global que abre uma nova fase de acumulação de capital e de uma nova aliança entre classes e frações de classe (sindicalistas ligados aos fundos de pensão, capital financeiro, gestores militares e da diplomacia, empresas de engenharia e construção civil, grandes corporações capitalistas do agronegócio e de mineração e gestores do Partido Comunista chinês), (PORTO-GONÇALVES 2017, p. 51).

O estudo que se empenha em realçar os limites sobre o planejamento público, tem como lacuna a ausência de uma interpretação sobre a formação do Estado no Brasil, este, apropriado desde a sua gênese por frações de classe que, a partir desta apropriação, efetivam a sua reprodução econômica, política e social, desde as clássicas oligarquias, até os dias de hoje.

Assim como outros estudos estratégicos produzidos ao longo dos anos, com vistas a “desenvolver” o Norte do país, esmera-se em indicadores da economia dos setores hegemônicos e do grande capital, e apaga as territorialidades já existentes das populações ancestrais ao melhor estilo das iniciais políticas coloniais. Nesta direção, não se encontra única linha sobre os povos da floresta no documento Arco Norte, estes, territorializados em diferentes pontos, a exemplo de territórios indígenas, projetos de assentamentos rurais, unidades de conservação, territórios quilombolas e demais modalidades. A grafia do mapa obedece à mesma narrativa do texto: apagamento dos povos da floresta, como é possível notar no mapa abaixo.

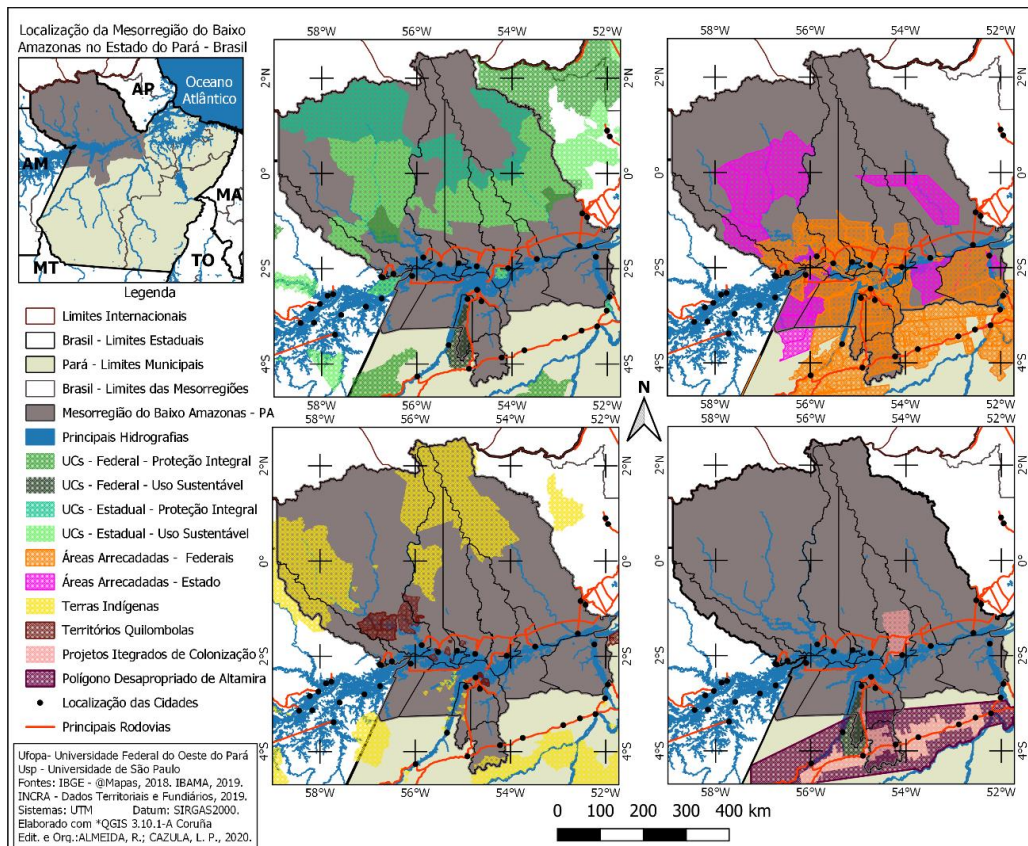
³⁴ Aqui ocorre lembrar o recente apagão ocorrido no estado do Amapá, cujo setor é controlado pela iniciativa privada, uma empresa estrangeira, que por quase 30 dias privou o povo amapaense do serviço de energia elétrica, e que coube a técnicos da empresa pública Eletronorte sanar o problema.

FIGURA 16 – Logística do Corredor Arco Norte de Exportação



Fonte: Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Baixo Amazonas. Fapespa, 2015.

FIGURA – 17 - Diversidade da Territorialidade do Baixo Amazonas



Nesta parte em destaque, no município de Santarém e seu entorno, ao contrário do que o mapa oculta, existe um conjunto de territorialidades, em particular, de territórios indígenas, unidades de conservação, projetos de assentamentos da reforma

agrária e territórios quilombolas. No pacote de obras estruturantes, além de complexos portuários, consta o modal de transportes, onde possui relevo a Ferrovia Lucas do Rio Verde/MT – Itaituba/PA (Distrito de Miritituba), popularizada como Ferrogrão.

O mapa, figura 16, não destoa o apagamento e a negação sobre as territorialidades que integram a complexidade social que conforma a região em estudo. Enquanto a figura 17 demonstra toda a complexidade e diversidade territorial. Apagamento tão recorrente nas políticas, programas, planos e cartografias, como endossa a política Arco Norte. Na cartografia empreendida por nós – conforme mapa da figura 17 - é possível verificar uma rica e vasta modalidade de territorialidades, que reflete toda a pujança da diversidade social, onde constam um mosaico de unidades de conservação, territórios indígenas, territórios quilombolas, projetos de integração e colonização, além de áreas arrecadas pela União, e outras pelo estado. No percurso dos documentos oficiais, a exemplo do que decorre no Projeto Arco Norte, direcionado para logística, tais territorialidades inexistem.

4.1.1 - Ferrogrão – O Sistema Ferrogrão-Tapajós (EF-170 MT/PA-TAPAJÓS)

A Ferrovia Lucas do Rio Verde/MT – Itaituba/PA (Distrito de Miritituba) faz parte do Programa de Parcerias de Investimentos no âmbito do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MPAC). O projeto denominado de Ferrogrão é avaliado como a alternativa mais eficiente para a redução do custo de logística pelo documento Arco Norte.

O mesmo esclarece que em fevereiro de 2016 o Diário Oficial da União despachou os estudos técnicos desenvolvidos no âmbito do Processo de Manifestação de Interesse – PMI pela empresa autorizada Estação da Luz Participações Ltda – EDLP – como vinculados à concessão e de utilidade para a licitação. A extensão da ferrovia se equipara à Estrada de Ferro de Carajás (EFC), aproximadamente de mil quilômetros. Se efetivada, a ferrovia deverá reconfigurar as feições socioterritoriais dos municípios do Mato Grosso e Pará, como explicita o documento, Brasil (2016) sobre as cidades a serem atingidas pelo projeto:

O traçado apresentado possui cerca de 933,7 km de extensão e se desenvolve interligando os municípios de Sinop, Claudia, Itaúba, Nova Santa Helena, Terra Nova do Norte, Peixoto de Azevedo, Matupá, Guarantã do Norte e Novo Mundo, no estado de Mato Grosso, e Novo Progresso, Trairão, Itaituba, no estado do Pará. Inclui-se ainda o Ramal Santarenzinho, entre Itaituba e Santarenzinho, distrito do município de Rurópolis/PA, com 32,3 km de extensão. A inclusão do Ramal de Santarenzinho foi motivada pela busca de eficiência operacional na etapa de descarga (evitar gargalo operacional) e atendimento aos diversos possíveis clientes da ferrovia que se utilizam ou

devem se utilizar do transporte hidroviário ao longo do Rio Tapajós, no trecho entre Miritituba e Santarenzinho, (BRASIL 2016, p. 52).

No que pese o apagamento nos documentos oficiais, cumpre informar que no estado do Pará, o oeste paraense concentra o maior número de UCs do estado, calculado no patamar de 33, a partir de uma heterogênea modalidade de uso. Muitas destas UCs e outras modalidades de territórios já enfrentam situações de conflitos por conta da pressão de garimpos ilegais, grileiros, madeireiros, sojicultores e outros setores, como no caso do Lago do Maicá, em Santarém, onde a empresa Embraps (Empresa Brasileira de Portos de Santarém LTDA) almeja a edificação de um complexo portuário.

Tais políticas desenvolvimentistas ocorrem no arcabouço neoliberal, no que Almeida (2010, p.117) denomina de agroestratégias. Assim como autores que tratam sobre o tema da globalização, o antropólogo ressalta que em seus preceitos, as agroestratégias preconizam a remoção dos obstáculos jurídico-formais e político-administrativos [desregulamentação], que reservam áreas para fins de preservação ambiental ou para atender as reivindicações de povos e comunidades tradicionais, e influenciar na formulação de políticas e planos do governo, localização de empreendimentos, conversão de grandes extensões de terras à racionalidade da escala mundo de fluxos de mercadorias e capitais, entre outros itens.

Oito são os produtos considerados como os mais relevantes para o transporte ferroviário, a saber: soja, milho, farelo de soja, óleo de soja, fertilizantes, açúcar, etanol e derivados de petróleo. A estimativa de demanda em 2020 de carga alocada será de aproximadamente 25,0 milhões de toneladas, e em 2050 será de 42,3 milhões de toneladas, Brasil (2016, p. 53). Quase a duplicação num prazo de 30 anos.

Ainda segundo o documento, R\$12,6 bilhões (data base de março de 2015) é a estimativa de investimentos a serem usados em terraplenagem, obras de arte correntes e drenagem, superestrutura ferroviária, obras complementares, obras de arte especiais, compensação socioambiental, desapropriação, sistemas de sinalização ferroviária e energia, equipamentos ferroviários, oficinas e instalações, canteiro de obras, engenharia e material rodante, que deverá ligar Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, à Itaituba, no oeste do Pará, conforme figura 18 seguir.

FIGURA 18 – Trecho deve ligar Lucas do Rio Verde/MT A Itaituba/PA



Fonte: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MPAC

No campo normativo, como estratégia de ação em direção a favorecer o setor privado ou atendendo a ele, duas medidas provisórias (MPs), a partir do bloco de poder que gravita em torno do Projeto Arco Norte, foram efetivadas em 2016. São elas: a MP nº 726 e a MP nº 727, que abaixo resumimos, com base no documento Arco Norte, Brasil (2016, p. 83):

MP 726: agrega novamente a área portuária e, pela primeira vez, a área de aviação civil, à Pasta de Transportes, que passou a se chamar Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Trata-se, portanto de iniciativa proposta pelo estudo do Arco Norte em 2015, que na nossa visão, permite a criação de um núcleo de gestão que suporte o planejamento de longo prazo e as ações de integração dentro do Ministério e órgãos sob sua gestão, o acompanhamento de projetos prioritários e possibilita o diálogo e a realização de trabalhos conjuntos com a iniciativa privada na busca e análise de oportunidades de melhoria e de projetos; e a

MP 727: convertida na Lei nº 13.334, de 2016, cria o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). A medida visa a formulação de um novo programa de estímulo à infraestrutura, preconizando novos princípios e uma nova dinâmica. A ideia é que o programa sirva de mola propulsora da atividade econômica e que traga a iniciativa privada como parceira dos grandes projetos públicos de infraestrutura – seja pelo viés do financiamento, seja porque são provavelmente melhores operadores logísticos do que o Estado, (BRASIL, 2016, p. 83).

No percurso do documento, além do apagamento dos sujeitos locais historicamente colocados em situação de marginalização, procedimentos como o

licenciamento ambiental são tratados como um grande entrave ao setor, bem como a ação de fiscalização, de defesa dos sujeitos mais frágeis nas arenas onde se dão a implantação de projetos de grandes envergaduras, e a preservação da memória nacional, tais como o TCU (Tribunal de Contas da União), MPF (Ministério Público Federal), Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Funai (Fundação Nacional do Índio) e Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Nestes embates entre os interesses privados e o interesse público, vale sublinhar a revisão do Plano Diretor do município de Itaituba, oeste paraense, que na interpretação de Rodrigues e Rodrigues (2015), expressa a captura do Estado pelo interesse privado, aqui no caso, expresso pela ATAP – Associação dos Terminais Portuários Estações de Transbordo de Cargas da Hidrovia do Tapajós sediada em Belém.

Segundo os referidos autores, a ATAP é composta por seis empresas associadas: Bunge, Cargill, Hidrovias do Brasil, Unirios (joint venture da Fiagril e Agrosoja), Cianport e Chibatão Navegações. Além da Brick Logística, empresa consultora que identifica terrenos na Amazônia e depois os estruturam para a transformação em portos. Coube à ATAP o financiamento da revisão do Plano Diretor de Itaituba.

Com relação à intervenção do setor do agronegócio, em decisão do processo de construção ou revisão de plano diretor municipal, a mesma situação foi verificada no município de Santarém. No município, o setor do agronegócio, articulado com a associação comercial, “capturou” o legislativo e o executivo municipal, e, ao contrário da decisão soberana da assembleia final de revisão do plano, que decidiu por meio de votação pela não construção de um complexo portuário no Lago do Maicá, acenou favoravelmente ao setor.

Todo o processo do plano se desenvolveu de forma atribulada, desprovido de divulgação massiva, a considerar a relevância do debate, onde na assembleia final ocorreu toda ordem de manipulação com vistas a evitar a participação popular, como atesta obra organizada pela UFOPA, sobre o processo, *A Luta Pelo Direito à Cidade na Amazônia*, organizado pela professora Beatriz Reis e Yuri Rodrigues, à época discente do curso de Gestão Pública da UFOPA, a partir de diálogo com os sujeitos populares do município. Ainda sobre tais dinâmicas, vale aqui recuperar um registro sobre audiência pública ocorrida no município de Rurópolis.

4.1.2 - O Complexo Hidroelétrico do Tapajós (CHE) e o Projeto Hidroelétrico de São Luiz do Tapajós

O Complexo Hidrelétrico do Tapajós (CHE) é composto por cinco Aproveitamentos Hidroelétricos (AHE), a saber: AHE Jatobá e AHE São Luiz do Tapajós, no rio Tapajós; e AHE Cachoeira do Caí, AHE Jamanxim, AHE Cachoeira dos Patos. O complexo, se edificado, deverá ser construído na categoria de plataforma, esclarece Ribeiro *et al* (2014: p. 90).

Sobre a modalidade plataforma, a Eletrobrás reveste a mesma sob o discurso guarda-chuva de “sustentabilidade”, onde o desmatamento seria cirúrgico, a dinâmica das obras marcadas pela escala de turno dos operários, e ainda pela recomposição do ambiente onde foram instalados os canteiros de obras com a destruição dos mesmos ao fim das obras, ação seguida de “reflorestamento”. Os referidos autores acima citados consideram a proposta eivada por abstração e desprovida de detalhamento em sua operacionalização. Uma criação publicitária voltada a arrefecer os ânimos dos opositores.

No quadro 04 abaixo, os autores apresentam os cinco principais projetos hidroelétricos e suas características, áreas a serem drenadas, as áreas a serem alagadas, bem como o volume de água, a quantidade de energia firme a ser gerada, a potência instalada e o custo de cada projeto.

Com relação aos reservatórios, como apontado antes pelos autores, informa que:

Os reservatórios ocupariam áreas dos municípios de Itaituba, Jacareacanga, Trairão e Novo Progresso. Os projetos de aproveitamentos localizados no rio Tapajós são o AHE São Luís do Tapajós, com eixo do barramento na localidade de Pimental, próximo às cachoeiras de São Luís do Tapajós, tendo à margem esquerda o Parque Nacional da Amazônia; e o AHE Jatobá situado a cerca de 1 km à jusante da localidade de Jatobá e das ilhas Tureba, imediatamente à montante das ilhas e cachoeiras do Mangabal. Localizados no Jamanxim estão os AHE Cachoeira do Caí, localizado entre a cachoeira do Caí e a corredeira Laje Grande; o AHE Jamanxim, a cerca de 1,5 quilômetros à jusante da corredeira Portão do Inferno; e o AHE Cachoeira dos Patos, localizado imediatamente a montante da cachoeira dos Patos, a montante da foz do Igarapé Cazu (ELETRONORTE, 2008, apud RIBEIRO *ET AL* 2014: p. 90-91).

QUADRO 04 - Características Técnicas dos AHE do Complexo Hidrelétrico do Tapajós

Nome	São Luiz do Tapajós	Jatobá	Cachoeira do Cai	Jamanxim	Cachoeira dos Patos
Rio	Tapajós	Tapajós	Jamanxim	Jamanxim	Jamanxim
Área de drenagem (Km ²)	452.783	386.711	56.661	39.888	38.758
Área de alagamento (Km ²)	722,25	646,3	420	74,45	116,5
Vazão média de longo termo (m ³ /s)	11.890	10.423	1940	1.366	1.327
Volume (106 m ² /s)	7.553	4.014,15	3.418,00	1.004,76	696,84
Energia Firme (MW)	3.369	1.282	418	475	272
Potência instalada (MW)	6.133	2.338	802	881	528
Custo total (106 R\$)	18.159.93	7.856.36	2.017.22	1.937.79	1.480.15

Fonte: Ribeiro *et al* (2014, p 93).

A imagem abaixo expressa a configuração do CHE do Tapajós, Ribeiro *et al* (2014, p. 92).

FIGURA 19 - Configuração do Complexo Hidroelétrico do Tapajós



Fonte: Ribeiro *et al* (2014)

Assim como outras experiências já vivenciadas na Amazônia, como os casos de Balbina (AM), Tucuruí e Belo Monte (PA), Santo Antônio e Jirau (RO), a expropriação das populações do entorno dos grandes empreendimentos tem sido um dos elementos estruturantes desta modalidade de projeto, onde os reassentamentos das populações representam um dos impasses. Com relação ao entendimento sobre os impactos das iniciativas, é variável o ponto de vista, a depender de cada grupo social e seus interesses postos na arena de disputas de diferentes campos, tanto no material, como no simbólico.

Nos beirais dos rios das bacias do Tapajós e Jamanxim, além dos Munduruku, vivem os povos: Apiaká, Tupinambara, Cumaruara Maytapu, Tapajó, Cara-preta, Arapium, Arara-vermelhae Jaraqui. Tais povos vivem em parte dos assentamentos indígenas ou parcelados. Neste conjunto dos povos, predomina o Munduruku, caracterizado pela sua dispersão e mobilidade territorial, estando o maior número concentrado na Terra Indígena (TI) Munduruku, esclarece Ribeiro *et al* (2014, p. 95).

Como já dito (2014) informam ainda sobre impactos em TIs em vias de reconhecimento, onde:

Algumas comunidades indígenas isoladas ou em processo de demarcação de terras serão afetadas diretamente pelas usinas do CHT. As TI Munduruku e Sai Cinza, à montante do AHE Jatobá seriam indiretamente afetadas pelo empreendimento. No entanto, seriam diretamente afetadas caso viesse a ser construído o AHE Chacorão, empreendimento previsto para localização à montante do AHE Jatobá, (RIBEIRO *et al* 2014, p. 96).

O projeto da AHE São Luiz do Tapajós faz parte de um pacote calculado em cerca de 40 usinas hidrelétricas para a Amazônia. No conjunto, São Luiz do Tapajós é a maior usina projetada para o rio Tapajós. Assim como outras obras de grande porte, tende a ameaçar outros territórios já estabelecidos, a exemplo de terras indígenas, UCs, assentamentos rurais e outras modalidades.

Neste pacote de grandes obras de infraestrutura, uma das muitas situações de tensão residiu na tentativa de redução do território do Parque Nacional do Jamanxim, em 2017, a partir da Medida Provisória de nº 758, durante o governo do presidente Michel Temer. A MP desejava a supressão de 862 hectares da área original, por causa da construção da ferrovia Ferrogrão.

Já com relação ao Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da AHE de São Luiz do Tapajós, o RIMA explica que a construção da Usina Hidroelétrica de São Luiz do Tapajós está projetada para o rio Tapajós, a cerca de 330 quilômetros da sua foz no rio Amazonas. Abrange áreas pertencentes a Itaituba e Trairão, municípios localizados no oeste do estado do Pará. O consórcio liderado pela Eletrobrás é integrado por empresas nacionais e estrangeiras, onde constam a construtora Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A, Cemig Geração e Transmissão S/A, Neoenergia Investimentos S/A, Endesa Brasil S/A, Copel Geração e Transmissão S/A e EDF – Eletricidade de France S/A.

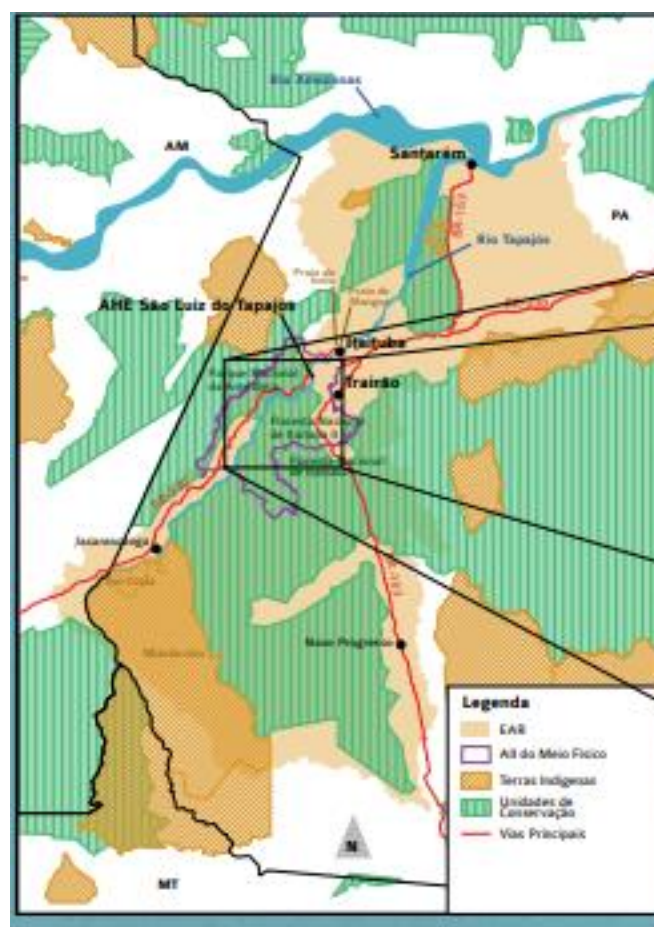
O eixo do barramento situa-se próximo à Vila Pimental, situada na margem direita do rio Tapajós (RIMA). O projeto integra o Plano Decenal de Expansão de

Energia – PDE 2021. A potência estimada é de 8.040 MW³⁵. Ribeiro *et al* (2014, p. 92) informa que:

[...] de potência instalada distribuída por 33 turbinas do tipo Kaplan. Este é o maior dos reservatórios a serem construídos e estaria localizado imediatamente à montante das cachoeiras de São Luís do Tapajós. O AHE São Luís do Tapajós teria duas casas de forças: uma principal, alimentada por um canal de adução ligadas a 31 turbinas do tipo Kaplan, aproveitando o desnível natural; e à jusante, seriam utilizadas 2 turbinas do mesmo tipo em um segundo arranjo, (RIBEIRO *et al* 2014, p. 92).

O povo Munduruku é a mais expressiva representação indígena na região, inclusive na região de Pimental, conforme atesta o próprio Rima. Vila São Francisco, Projeto de Assentamento (PA) Tucunaré, PA Ypiranga Comandante Teixeira e o Projeto Agroextrativista (PAE) Montanha Mangabal são outras localidades a serem afetadas caso o projeto deslanche, como indica a figura 20 abaixo. Ao se concretizar o projeto, os moradores de São Francisco e Colônia Pimental serão os primeiros a serem removidos.

FIGURA 20 Abrangência do Projeto e Áreas a Serem Impactadas



Fonte: RIMA, 2014

³⁵ Existe uma incongruência com relação à potência. Os dados da Eletronorte sinalizam para a potência de 6.133 MW, enquanto o Rima aponta 8.040 MW.

Ainda segundo o RIMA, o reservatório se estenderá por 123 quilômetros no rio Tapajós e, ao longo do rio Jamanxim, se estenderá por outros 76 quilômetros. A barragem terá 7.608 metros de extensão total e topo com 10m de largura na cota de 53 metros. O vertedouro será de superfície e estará equipado com 18 comportas de 18,5 metros de largura e 20 metros de altura, perfazendo, com os pilares e os muros laterais, o comprimento total de 434 metros. Se implementada, a UHE de São Luiz contará com duas linhas de transmissão, sendo uma a partir do Distrito de Miritituba, com a extensão de 40 quilômetros, com vistas a atender as ETCs. A figura 20, acima, indica as áreas a serem impactadas.

Conforme o relatório, o reservatório deverá suprimir 38 mil hectares de floresta e sufocar igapós de toda a área, o que acarretará, entre outros impactos, modificação abissal dos ciclos de reprodução da fauna aquática e silvestre. Todos os processos ecológicos típicos dos períodos de cheia e seca do rio serão alterados. O reservatório impactará ainda áreas de garimpo legais e ilegais, e interferirá em 32 processos de pedido de mineração junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Nos três primeiros anos, a obra a demandará 13.000 pessoas nos canteiros de obras. É quase a população da maioria dos municípios do país, calculada na média de 20.000. Sempre que se anunciam empreendimentos deste porte, o processo migratório é um dos principais fenômenos, a exemplo do que se registrou na cidade de Altamira, bem como a prostituição, problemas de saúde e aumento de indicadores de violência, como registrado em inúmeras pesquisas sobre o caso Belo Monte.

Uma outra questão é a ocupação de áreas públicas ou a favelização da cidade. Com relação à administração pública, continuará com as mesmas estruturas da educação, saúde, assistência social, e outras áreas, o mesmo contingente do quadro de pessoal, tendo, porém, que atender à uma demanda maior por conta do projeto.

Em junho de 2015, o juiz Federal Ilan Presser, por conta das fragilidades do Rima AHE São Luiz Tapajós decidiu pela suspensão do processo de licenciamento do empreendimento até que sejam realizadas:

- a) A avaliação ambiental integrada (AAI), de forma a produzir dados científicos complementares, por meio de pesquisas de campo e experimentos científicos, aptos a ensejar maior segurança e risco mínimo ao meio ambiente do local afetado pelo empreendimento, a ser realizada por ELETROBRÁS e ELETRONORTE, cabendo à ANEEL, IBAMA e UNIÃO a apreciação desses novos dados complementares, de acordo com suas atribuições legais, sem prejuízo da fiscalização de todo o procedimento a ser realizada pelo MPF;

- b) A consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas e demais populações tradicionais, localizados na área de influência do empreendimento UHE São Luíz do Tapajós a ser realizada de forma efetiva e conjunta pelos réus, buscando a máxima cooperação entre as instituições, no intuito de atingir o maior debate possível acerca dos efeitos do empreendimento, sobre o modo de vida de toda e qualquer comunidade indígena e tradicional afetada, devendo todo o procedimento ser devidamente acompanhado pelo MPF.

A integração física do continente com vistas a dinamizar fluxos de mercadorias é considerada por alguns setores da política e da economia, e mesmo na academia, com extrema simpatia. No entanto, algumas análises, assim como inúmeras políticas, programas e planos de desenvolvimento já implantados para a Amazônia, tendem a não considerar as múltiplas territorialidades já existentes, onde planejam a implantação do conjunto de obras com o fim de dinamizar os fluxos, em implantar os corredores de exportação.

Porto-Gonçalves (2017) sobre o presente cenário geopolítico considera que:

Desde que o sistema mundo-capitalista moderno-colonial teve início, em 1492, assistimos, hoje, pela primeira vez, ao paulatino deslocamento do centro geográfico da dinâmica da produção capitalista para a Ásia, sobretudo para a China, deixando em segundo plano o Atlântico Norte. Os efeitos dessa mudança para a Amazônia serão enormes, sobretudo para as etnias/povos/nacionalidades e demais grupos/classes sociais amazônicas em situação de subalternização! (PORTO-GONÇALVES, 2017.p. 48)

Em síntese, o estudo da IIRSA levanta as principais riquezas naturais da América do Sul, e aponta como podem ser utilizadas com o melhoramento de infraestrutura, onde se ambiciona a inserção na economia global. Hidrovia do Paraná-Paraguai, pavimentação da BR-163 (Cuiabá-Santarém), Complexo do Rio Madeira, Usina Hidrelétrica de Belo Monte são alguns dos 82 projetos na Amazônia, alguns já viabilizados, a exemplo de Belo Monte e o Complexo do Rio Madeira. Cumpre sublinhar aqui, a já efetivação das hidrelétricas no Rio Madeira e no Xingu, no caso, a hidroelétrica de Belo Monte. Com relação às hidroelétricas Santo Antônio e Jirau, complexo considerado o 3º maior do país, a sua inauguração em 2016 também descortinou situações de tensões, conflitos e resistências de caráter transfronteiriços com a Bolívia, que teve terras subjogadas por conta da conformação do lago.

Sobre os grandes projetos, as situações fronteiriças e de conflitos, Carvalho (2012) analisa que:

Há também os múltiplos interesses nos lados boliviano e peruano, em particular, dos setores empresariais, a exemplo de construtoras. A

constituição da hidrovía do Madeira irá viabilizar a expansão do cultivo da soja e outros empreendimentos no norte da Bolívia, especialmente minerais. Na parte peruana, próxima ao Brasil, cresce em ritmo acelerado a exploração de petróleo, até mesmo em terras indígenas, o que tem provocado violentos conflitos entre as populações originárias, o governo federal e seus aliados. As populações indígenas têm se levantado contra essa situação e dezenas de pessoas já morreram desde o início do ano passado nos confrontos com forças (para) militares, (CARVALHO, 2012, p.11).

É de grande relevância o alerta promovido por Porto-Gonçalves, bem como por outros autores que buscam analisar de forma crítica o significado e as implicações da IIRSA com relação à radical alteração de ação com relação às escalas, bem como os conceitos que reestruturam a ação dos estados articulados a partir da UNASUL, e preponderante papel exercido pelo Brasil. A reflexão incide ainda sobre complexas redes de sujeitos e instituições de variados campos que operam no presente circuito.

Sobre a recente fase de acumulação do capital, configurada desde as crises dos anos de 1970, promove uma profunda reconfiguração com implicações nas relações das escalas, regional, continental e global, evidenciam diferentes autores do campo de humanas como já tratado em momentos anteriores deste trabalho. No caso do Brasil, Porto-Gonçalves (2017) acentua as novas alianças entre classes e frações de classe, onde constam sindicalistas ligados aos fundos de pensão, capital financeiro, gestores militares e da diplomacia, empresas de engenharia e construção civil, grandes corporações capitalistas do agronegócio e de mineração.

O que há de “novo” no cenário do saque é a China, com seu “comunismo de mercado” (seria isso?), que além de maior consumidor de *commodities* de minério e grãos, tem sido parceiro e financiador de inúmeros projetos de infraestrutura na Amazônia e outras regiões, a exemplo do projeto MATOPIBA, que engloba os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia na produção de grãos. Com relação às obras de infraestrutura para incrementar a circulação de grãos no Baixo Amazonas, o governo chinês deve financiar a Ferrogrão.

Porto-Gonçalves, por sua vez, ao refletir sobre a configuração da IIRSA, alerta que:

Cabe assinalar, por suas implicações para as áreas/regiões que vão ser afetadas pelas obras da IIRSA, alguns conceitos que fundamentam a nova gestão territorial com seus Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) que são pensados para facilitar o fluxo de mercadorias através de “corredores”. Não é mais a *região* o conceito estruturante, mas, sim, o de *Eixos* e seus *Corredores*, enfim, o fluxo é mais importante que o espaço como um todo do qual a região é parte.

Para isso, foram propostos com a IIRSA dez eixos de integração, dos quais cinco incidem diretamente sobre a Amazônia, (PORTO-GONÇALVES, 2017: p.51).

Nesta conjuntura, megacorporações do “quilate” da Alcoa, Reinarda, Vale, Cargill, Bunge, Anglo American, Dreyfus, Xtrata, Tractebel, Belo Sun, Suez, Odebrecht, Camargo Corrêa, Vale e Amaggi esgrimam na disputa para o barramento de rios, extrativismo mineral e produção de monocultivos. Os mesmos rios, em particular, no caso do Amazonas e Solimões, competem ainda os narcotraficantes.

Carvalho (2012), Castro (2012) e Porto-Gonçalves (2017) ao interpretarem o processo da instalação da IIRSA ressaltam o caráter colonial do projeto, onde cada vez mais as populações ancestrais estão em desvantagem nas arenas que disputam o território e os recursos nele existentes. Por outro lado, apesar das assimetrias que conformam as arenas de disputas, a partir de diversas estratégias – enfretamento direto, no campo do direito, no campo da comunicação e alianças (ação em rede), espaços de formação dentro e fora dos seus territórios, os sujeitos colocados em condição de subalternização fomentam formas de (re) existências, como ocorre na região no Baixo Amazonas, complexo território formado por sociedades pré-colombianas, marcado pela forte presença de indígenas, e posteriormente remanescentes de quilombos e migrantes de toda ordem, com ênfase a nordestinos. A seguir, algumas especificidades sobre a cidade de Santarém.

CAPÍTULO V - ALINHAVOS SOBRE A AMAZÔNIA, A CONFORMAÇÃO SOCIOECONOMICA DO BAIXO AMAZONAS E A CIDADE DE SANTARÉM

O Brasil concentra a maior parcela da maior florestal tropical do mundo, a Amazônia. Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela são os demais países que dividem com o Brasil o domínio da floresta. Do território nacional, cerca de 60% são constituídos pela Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, oeste do Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). Neste vasto mundo, o Pará é o segundo estado em extensão territorial, perdendo apenas para o Amazonas, Almeida (2010).

A vastidão territorial, riquezas minerais, recursos hídricos, banco de germoplasma, floresta, os conhecimentos ancestrais tornam a Amazônia o centro de interesses os mais diversos, e conferem à mesma um importante papel na geopolítica. Nesta seção, a partir de referências de autores da economia, Costa (1998); da Arqueologia, Py-Daniel... [et al., 2017], Rocha et al (2016), Harris (2017), Antropologia, Almeida (2010), da Geografia, Costa (2012), Porto-Gonçalves (2017) e Margarit (2018), e da literatura de verve sociológica, Sousa (1990, 2003, 2004, 2005), buscaremos situar no espaço-tempo como se configurou a região do Baixo Amazonas desde a sua era pré-colonial até os dias atuais.

Em sua segunda parte, a seção enfoca o município de Santarém. O objetivo é possibilitar ao leitor a compreensão sobre a existência das sociedades complexas, as relações de poder, os sujeitos e classes que disputavam a terra e as riquezas que ela é tributária.

Único, raro, distinto expressam o significado do vocábulo singular. As múltiplas singularidades que dão vida à Amazônia (espaços naturais e espaços socioeconômicos), e os distintos processos econômicos, políticos, sociais e culturais que os mesmos irradiam, ainda soam como um mundo incógnito para a maioria dos brasileiros nativos ou de outras regiões do país, e, mesmo além mar. O filtro em que costuma ser traduzida a região transita entre a exuberância e o exotismo, desde tempos imemoriais.

Francisco de Assis Costa (1998, p.04), ao recortar singularidade do espaço natural realça tratar-se de um ecossistema único no planeta, onde os processos reprodutivos dos ciclos vitais da natureza supõem condições não familiares às estruturas produtivas do capitalismo enquanto sistema, seja no seu hemisfério de origem, seja nas

áreas por ele colonizadas ao sul do equador. O economista salienta que “derivam problemas que no essencial não são, hoje, distintos daqueles enfrentados pelos portugueses quando aqui aportaram no início do séc. XVII com intenção de plantar cana-de-açúcar, reeditando o sistema de *plantation* que haviam fundado com sucesso no nordeste do Brasil.” Costa, (1998, p.04).

Costa (1998) ao analisar o contexto socioeconômico do século XVIII explica que o mesmo engendra uma estrutura camponesa-cabocla. Antes, porém, faz referência à primeira experiência essencialmente capitalista na região, capitaneada pela Ford nas primeiras décadas do século XX, instalada no Baixo Amazonas, cuja ambição residia em monocultivo de seringa em grande escala, onde:

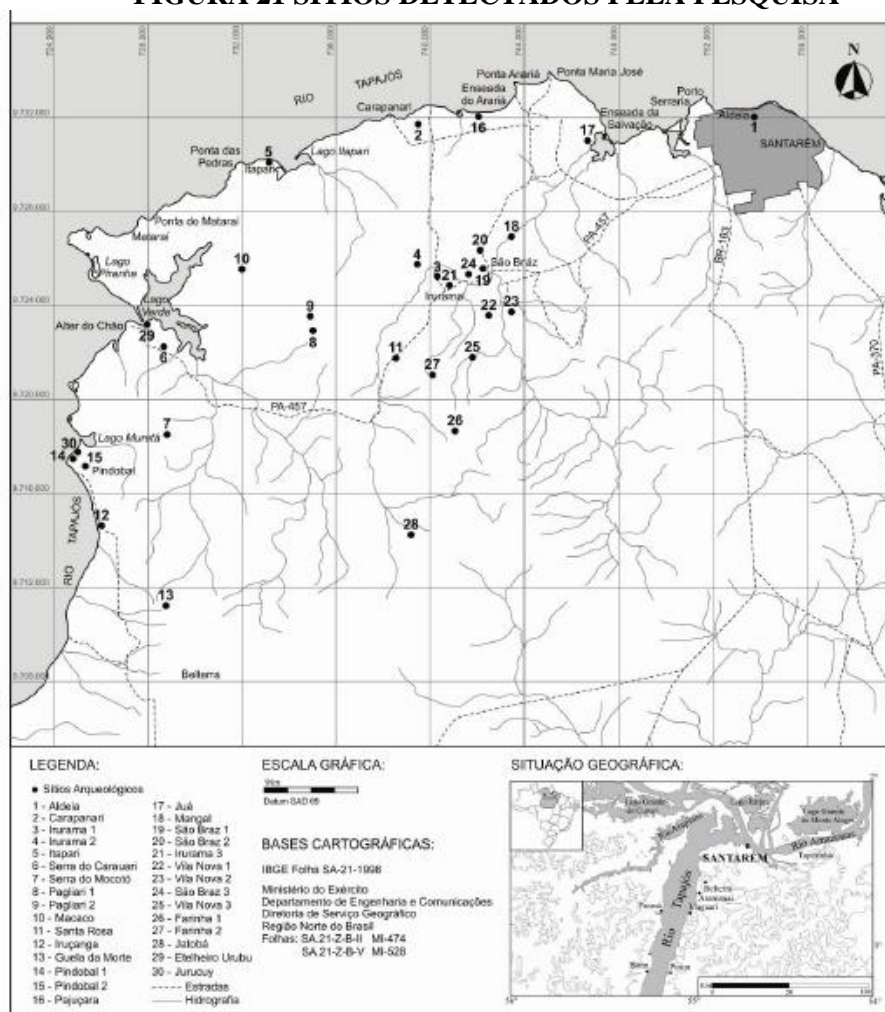
Na Amazônia, até os anos 20 deste século, quando se tem a primeira grande experiência capitalista, digamos pura, na esfera da produção, o caráter de fronteira tem levado a estruturas produtivas que se fazem alternadamente ou com base no trabalho compulsório ou num campesinato relativamente autônomo, surgido entretanto no interior e como parte de processos de acumulação mercantil: do sistema de aldeamentos emerge, a partir da metade do Sec. XVIII, uma estrutura camponesa-cabocla - possivelmente a primeira do Brasil, que se torna a base produtiva fundamental da colônia, só se tornando parcialmente disfuncional à acumulação capitalista na segunda metade do século seguinte. A partir daí monta-se a estrutura dos seringais, uma estrutura organizada pelo capital mercantil com base em coerção estrita da força de trabalho, (COSTA, 1998: p.04).

Sobre os primórdios da conformação socioeconômica, ou a Amazônia pré-colonial, inúmeras pesquisas, em particular do campo da Arqueologia e da Antropologia atestam a presença de sociedades complexas na região há pelo menos três séculos antes da presença do primeiro colonizador aportar em solo amazônico. Gomes *et al* (2018) atesta que nos anos 20 do século passado o etnólogo alemão, Curt Nimuendaju, a serviço do Museu de Gothenburg, identificou 140 sítios arqueológicos de terra preta na região de Santarém. Deste conjunto, o mais relevante é o da Aldeia, cravado no Centro da cidade de Santarém, nos dias atuais, sufocado pelo processo de urbanização da cidade. Gomes *et al* (2018) registra que:

[...] além de sítios habitação de diferentes dimensões e de sítios aparentemente com função defensiva, a existência de pequenas aldeias sem visibilidade, implantadas em topos de morro cobertos por floresta, também é relevante. Fica, desse modo, evidente a fragmentação do espaço, (GOMES *et al* 2018, p.05)

A figura abaixo expressa o volume de sítios.

FIGURA 21 SÍTIOS DETECTADOS PELA PESQUISA



Fonte: Gomes *et al* (2018, p. 12)

Gomes *et al* (2018), a partir das pesquisas de Lathrap atestam a existência de densas populações nas regiões da várzea amazônica, e de situações de conflitos territoriais pelas terras agrícolas e pelos recursos aquáticos, onde:

Para Lathrap, as várzeas amazônicas abrigaram densas populações, unidades políticas vastas, com chefes poderosos, sacerdotes, templos e ídolos, conforme os relatos dos primeiros exploradores europeus do século XVI. Conseqüentemente, a solução imediata para essas crescentes pressões foi a colonização de novas áreas, cada vez mais afastadas dos principais rios, incluindo regiões de floresta. Para esse autor, outra forma de lidar com essa situação foi a guerra, que consistia numa competição por terras agrícolas e pelo acesso aos recursos aquáticos. Os novos povoados teriam sido mais reduzidos, mais dispersos e mais móveis. Segundo Lathrap, essa dinâmica populacional fez com que existissem grandes diferenças no nível de complexidade cultural entre os grupos de terra firme e os que habitavam as várzeas, (GOMES *et al* 2018, p.18).

Ainda sobre os sítios, Alexandre Robazzini (2013) compilou uma tabela não exaustiva na qual constam 423 sítios arqueológicos na bacia do Tapajós. [...] a Caverna da Pedra Pintada, em Monte Alegre, situada ao norte do rio Amazonas, cujas ocupações foram datadas entre cerca de 11.200AP e 10.000AP (Roosevelt *et al.*, 1996, 380). Essas datas antigas ao redor do rio Tapajós, aliadas a características tecnológicas dos artefatos líticos encontrados na região do alto Tapajós, reforçam que a região possivelmente foi ocupada ainda no Pleistoceno tardio. Do sambaqui de Taperinha, situado a leste de Santarém, no baixo Amazonas, provêm os exemplares cerâmicos mais antigos conhecidos nas Américas, datados em aproximadamente 8.000AP (Roosevelt *et al.*, 1991).³⁶

A fazenda Taperinha é conhecida como o principal local de fuga de escravos que irão compor os territórios de remanescentes na região do planalto santareno, espaço deste estudo. Escravos que ao lado de outras representações da diversidade social da formaram mocambos, que desembocaram na composição do quadro da Cabanagem no Baixo Amazonas. No próximo capítulo nos deteremos melhor sobre o assunto.

O município de Santarém sempre foi um local privilegiado para as ocupações humanas. Na área urbana da cidade, temos uma situação geográfica muito favorável. A maior parte da cidade está sobre uma barranca alta e livre das inundações do rio Amazonas. Na direção sudoeste, rapidamente se chega ao planalto santareno. Logo abaixo da cidade, o rio Amazonas apresenta uma região de várzea muito extensa, propícia para ocupação e plantio. O encontro do rio Tapajós com o rio Amazonas, além da bela paisagem do encontro das águas, proporciona uma grande diversidade de fauna aquática. A calha do rio Tapajós é bastante arenosa, o que leva à formação de extensas áreas de praias às margens do rio e, nas áreas mais distantes, à composição de uma vegetação mais aberta, parecida com a do Cerrado Brasileiro. Além disso, o rio Tapajós é uma via de acesso ao planalto Central Brasileiro³⁷.

Desde as primeiras expedições europeias, existem relatos sobre a proximidade cultural e social entre as populações morando na foz do rio Tapajós e as sociedades indígenas dos rios Nhamundá e Trombetas, ambos situados na calha norte do rio

³⁶ ROCHA, Bruna Cigaran e Vinícius Honorato de Oliveira. Floresta virgem? O longo passado humano da bacia do Tapajós. In. Ocekadi : hidrelétricas, conflitos socioambientais e resistência na Bacia do Tapajós / ALARCON, Daniela Fernandes et al (org). Universidade Federal do Oeste do Pará, 2016. p. 395 e 398

³⁷ PY-DANIEL... [et al.], Anne Rapp **Uma Santarém mais antiga sob o olhar da Arqueologia**. Belém: MPEG, 2017: p.07.

Amazonas, enquanto que o rio Tapajós está ao sul do rio Amazonas. Nos relatos, estão descritos que as populações residentes nesses rios falavam línguas parecidas e realizavam comércio entre si³⁸.

Quando olhamos para os dados da arqueologia, percebemos que essa ligação é muito mais antiga. Há pelo menos 3 mil anos as populações desses rios trocavam materiais cerâmicos. Provavelmente diversas levadas de migrações populacionais foram realizadas, não sabemos se houve conflitos e como se deu essa interação, mas fica evidente um contato de longo prazo pelas vias fluviais³⁹.

Com as crônicas do século XVII e os dados da arqueologia, sabemos que os Tapajó estavam organizados em grandes assentamentos com praças, bairros e locais para realização de cerimônias. Graças aos estudos arqueológicos, hoje, sabemos que esta maneira de viver, vista pelos espanhóis no século XVI e pelos portugueses no século XVII, é ainda mais antiga. Santarém já era uma grande cidade por volta do ano 1000 de nossa era. Mesmo levando em consideração que a organização dos assentamentos humanos daquele período era muito diferente de nossas atuais cidades, não é exagero afirmar que os primeiros cronistas estavam corretos ao chamá-los de grandes cidades⁴⁰.

Py-Daniel et al (2017) sublinham que os sítios arqueológicos Aldeia e Porto ocupam boa parte do centro de Santarém, e mesmo os bairros da Aldeia Fátima e Santa Clara. O sítio da Aldeia é tido como um dos maiores já encontrados na Amazônia. Em suas investigações, Nimuendajú o indica como um dos principais sítios de terra preta associado ao povo Tapajó. O sítio Porto, pesquisado por Anna Roosevelt, rivaliza em importância e tamanho com o sítio Aldeia. A dinâmica de urbanização do município ameaça ambos os sítios, apesar da legislação que os protege. No caso do sítio Porto, o empreendimento da Cargil casou danos.

A disputa por uma fração de terra entrecortada por paraná mirins e densa floresta, numa comunidade denominada de Urucurizal no município de Óbidos, no Baixo Amazonas representa o centro de gravidade da obra o Cacaulista, do autor Inglês de Souza.

³⁸ Py Daniel et al, 2017: p.09

³⁹ Py Daniel et al, 2017: p.09.

⁴⁰ Py Daniel et al, 2017: p.13

Paraná mirins são furos, encarnam afluentes de rios. Os rios, entre outras coisas, representam fonte de proteínas, de renda, de transporte, de circulação de informações e mercadorias, além de lazer. “Os rios não apenas proveem comida e água: o fato de viver ao longo dos rios, e com eles, dá forma e vida e provoca a imaginação de ambos, residentes e visitantes” (HARRIS, 2017: p.49).

Sobre a conformação socioeconômica da região da época, Harris (2017) reflete que:

As pessoas que viviam à beira do rio, nas cidades e nas vilas e nos povoados, eram um conjunto diverso, hierarquicamente organizado, em termos de raça e classe. A estratificação de relações sociais, no entanto, não era rígida. O número relativamente pequeno de colonos e brancos não podia reprimir as aspirações daqueles com quem se defrontavam, talvez, temessem. Índios e mestiços alcançaram posições destacadas de autoridade em cargos municipais, militares e judiciários nas grandes cidades do interior. [...] onde o controle da terra do comércio indicava ocupar o topo da estratificação social, HARRIS, 2017, p.57).

O rio inunda a vida dessas gentes de realidades ímpares. O rio as distancia e aproxima, alimenta e é espaço de lazer, contemplação poética e quintal de lendas: Iara, Boto, Boiúna e sabe-se lá quantas outras. O rio é a vida e às vezes a morte dessa população. Numa parte do ano ele invade ruas, casas, roças e pastos, chegando, em algumas regiões, a causar danos materiais. Noutra época do ano recua e forma praias. Nas regiões marcadas pela realidade do estuário, caso do Baixo Tocantins, a oscilação de seis em seis horas dos rios condiciona a vida da população. O pôr do sol é uma pintura (Almeida, 2010, p.291).

Conforme a localização, o mesmo rio que gera proteína, renda, constitui a principal via de transporte e de lazer, pode representar vetor de situações de conflitos. No caso do estudo aqui apresentado, com relação às cheias e vazantes do rio Tapajós, tem-se conflitos tanto com pescadores de outras localidades, que podem ser tanto da cidade de Santarém, municípios vizinhos, e em alguns casos, com pescadores provenientes de outros estados.

Harris (2017) alerta para heterogeneidade do ambiente da região, este composto por floresta, rio, lago e terra, o que representa também, diferentes possibilidades de renda e relações com o meio, e, acrescentaria, relações de poder e controle das riquezas, posições políticas nas arenas de disputas. Sobre situações de conflitos pelo controle das margens dos rios, Harris (2017) registra que:

A combinação do rio-floresta é própria da Amazônia. A estimativa da várzea é de apenas 2% ou 3% da terra em toda a bacia. A dimensão

reduzida não corresponde, entretanto, à importância econômica e social da várzea no fim do período colonial e início do nacional, quando se tornaram foco de conflito, conforme migrantes e índios tentaram lá se estabelecer. Parte da história da Cabanagem é a luta pelas margens dos rios, (HARRIS, 2017, p.51).

Sobre o debate do referido momento histórico, o conjunto da obra do escritor naturalista obidense, Inglês de Sousa⁴¹, representa relevante fonte por se tratar de uma literatura de verve sociológica, histórica e econômica, no recorte temporal do século XIX da região. Trata-se de um período marcado pelas culturas do cacau e da pesca como representantes da base da economia extrativista, ladeada pela pecuária de pequena escala, estruturada a partir da força do trabalho escravo, e no comércio dinamizado a partir do regatão. Este, uma espécie de mercantilismo ribeirinho. Muitas das vezes mediado pela língua geral, o nheengatu.

O cacau era, certamente, a maior fonte de lucro, que representava quase toda a produção de cacau do Império português e um quarto do mundo. Era, porém, de baixa qualidade e sua colheita sujeita a danos, a depender das cheias do rio Amazonas (Harris, 2017: p. 160).

O cacau foi a exportação predominante da Amazônia desde a década de 1730, quando seu preço no mercado mundial era alto e dava lucros tanto para colonos, quanto missionários. Crescia selvagem, ao longo das margens do rio, por todo o baixo Amazonas, de Manaus abaixo, incluindo tributários como o Madeira, Tocantins e Trombetas, (Harris, 2017, p.164).

A produção permaneceu estagnada até a década de 1790, quando Coutinho encorajou os produtores de cacau existentes a estender suas propriedades e, como incentivo, barateou o preço de escravos; a partir daquele momento, é possível verificar

⁴¹ Inglês de Sousa (Herculano Marcos Inglês de Sousa), advogado, professor, jornalista, contista e romancista, nasceu em Óbidos, PA, em 28 de dezembro de 1853, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 6 de setembro de 1918. Compareceu às sessões preparatórias da criação da Academia Brasileira de Letras, onde fundou a cadeira nº 28, que tem como patrono Manuel Antônio de Almeida. Na sessão de 28 de janeiro de 1897 foi nomeado tesoureiro da recém-criada Academia de Letras. Fez os primeiros estudos no Pará e no Maranhão. Diplomou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo, em 1876. Nesse ano publicou dois romances, *O Cacaalista* e *História de um pescador*, aos quais seguiram-se mais dois, todos publicados sob o pseudônimo Luís Dolzani. Com Antônio Carlos Ribeiro de Andrade e Silva publicou, em 1877, a *Revista Nacional*, de ciências, artes e letras. Foi presidente das províncias de Sergipe e Espírito Santo. Fixou-se no Rio de Janeiro, como advogado, banqueiro, jornalista e professor de Direito Comercial e Marítimo na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais. Foi presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros. Em Santos, onde o pai exerceu o cargo de juiz, militou no Partido Liberal e foi jornalista no Diário de Santos, (site da Academia Brasileira de Letras).

maior quantidade de cacau sendo exportada (idem). Neste momento, Óbidos e Santarém representavam um corredor de cacau. O interessante aqui é realçar a presença da força de trabalho escrava no incremento da produção, e que a mesma vai redundar da criação de mocambos e quilombos, que engrossam as fileiras da Cabanagem.

Retomando a literatura de Sousa visando contextualizar a conformação da sociedade e das representações de poder da época, vale lembrar que Miguel, filho de um português, rivaliza com Ribeiro, um ascendente mulato militar na refrega pela terra. A prática de fazer a cerca da “propriedade” se expandir para além das léguas demarcadas durante a noite era usada como ampliação de patrimônio. O voraz Ribeiro mobilizava os recursos possíveis para alcançar seus objetivos, entre eles, a compra de falsos testemunhos de moradores para a certificação do pioneirismo da família no lugar com vistas a ampliar a área do sítio, bem como edifica alianças políticas com vistas a alcançar os seus fins. No ambiente econômico, político e social descrito pelo autor, possuem relevância na composição de classes sociais comerciantes, párcos, militares e produtores de cacau e, noutro extremo, indígenas, população escravizada e camponesa.

O exercício seletivo e arbitrário da lei era um modo pelo qual indivíduos logravam atingir seus próprios interesses, ou os de sua família. Sentiam-no, profundamente, aqueles que no polo passível de sofrer a aplicação da lei, cujas implicações podiam, por vezes, ser terríveis (Harris, 2017, p.97). Em sua interpretação, o autor evidencia a centralidade da família na configuração do poder para o controle de terras, do comércio e interferência no judiciário.

Sobre a presença do braço escravo na região, trecho a seguir da obra de Sousa atesta a relevância. De acordo com o autor,

Foi nas frequentes viagens no Paraná Miri de Cima que Faria travou relações de amizade com o capitão Miguel Fernandes, possuidor de um cacau de três mil pés e dois ou três escravos, pequena propriedade que o capitão qualificava orgulhosamente de fazenda São Miguel (SOUSA, 2004, p.30).

No percurso do texto outros registros sobre o braço escravo emergem com relação às negras que zelavam a casa de d’Ana, a mãe de Miguel, e as crianças das fazendas, onde era comum a convivência com os filhos dos senhores. A dinâmica do espaço-tempo no entorno da rotina de d’Ana é considerado por Souza como horas mortas. Isto por conta da lentidão, dos afazeres domésticos e da celebração de festas.

A narrativa de Sousa externaliza um preconceito de classe e étnico-racial com relação às populações nativas, onde os mesmos são reiteradamente tratados como

matutos. Em particular nos trechos em que pessoas oriundas dos núcleos urbanos aportam na zona rural, no universo dos sítios de cacau, seja em festas ou celebrações religiosas. A literatura de Sousa integra um conjunto de narrativas que prima, à guisa de um discurso de modernização, legitimar o processo “civilizatório” e o controle da terra e das riquezas locais, e, conseqüentemente, desqualificar as populações locais, bem como os penadores da Teoria Crítica latinos.

No caso da obra, o personagem Moreira, um militar da cidade de Óbidos, bem relacionado com as esferas de poder, e afilhado de um militar da junta governativa é sempre descrito pela sua elegância, por trajar uniformes asseados e passados, enquanto os moradores dos sítios são tratados como rotos e obtusos. Tal construção com relação às visões de mundo têm se perpetuado e servido de legitimação na elaboração de políticas desenvolvimentistas e, nesta direção, gerado situações de conflitos entre os diferentes grupos que disputam a terra e as riquezas locais, aos moldes do que transcorre na região do planalto santareno.

Em outros escritos, a exemplo de *Contos Amazônicos*, ao tratar dos rebelados da Cabanagem, Souza os descreve como esfarrapados, negros e sujos que saqueiam sítios e tomam as posses dos seus senhores, matam gados, e libertam parentes escravizados. Assim como em Óbidos, em Santarém as juntas governativas foram escaladas para reprimir os focos insurrectos. Mesmo após a sufocação do movimento em Belém, a chama da rebelião se manteve em solo santareno, com relevom para a comunidade de Ecuipiranga.

Harris (2017) ao examinar a conformação da sociedade amazônica da época (1798-1840) realça a relação de indígenas, afro-brasileiros escravizados e portugueses pobres que vivem ao longo dos cursos dos rios, e estabelecem relações entre si, vínculos com os lugares e laços nos quadros políticos, religiosos e intelectuais.

Ao se realizar um paralelo com os dias atuais, na região do planalto santareno, Cacique Manoel esclarece que o território de Ipaupixuna foi alvo de saque de madeira, que ele enfrentou inúmeras situações de tensão com invasores, que também tentaram suborná-lo para que ele aderisse à causa do “estranho”, que tinha como intento, após a derrubada de parte da floresta, a instalação da pecuária.

Ao se tentar inventariar as situações de conflitos na região do planalto santareno, desnuda-se um caleidoscópio promovido pela heterogeneidade da ocupação territorial por diferentes sujeitos: indígenas, quilombolas, camponeses, pequenos pecuaristas e sojicultores. Têm-se situações com relação ao controle da terra (fundiário), e quanto ao

uso das riquezas da floresta, do rio e do lago. Tais conflitos são ativados conforme se dá a dinâmica das águas dos rios que obriga os pecuaristas a manejarem o gado quando das cheias do rio (dezembro-maio), e quando das vazantes (junho-novembro). Quando das cheias o gado é manejado para os locais mais altos na terra firme, quando das vazantes para os locais na beira do lago.

No primeiro caso, o gado danifica alguns roçados na terra firme, e no segundo mata os peixes nas lagoas que se formam, além das roças cultivadas na vazante. Estes também, edificadores de novas realidades do espaço, por conta da promoção de erosões fluviais, estas tratadas pelas populações locais como terras caídas. O fenômeno reconfigura tanto a feição do espaço, quanto a social, a exemplo da migração de populações. Exemplo clássico na região, tem relação com a história dos remanescentes quilombolas do bairro Pérola do Maicá, oriundo do território quilombola de Arapemã, que fica na outra margem do rio e que, por conta das erosões, algumas famílias migraram para o bairro Pérola do Maicá.

5.1 Entre rios, circuitos econômicos e r-existências

Aritapera, Ituqui, Curuá Una, Trombetas, Erepecurú e Maicá são alguns dos rios que colaboram para a formação do rio Amazonas em sua parte por onde percorre em terras paraenses do Baixo Amazonas, região considerada como de colonização pré-colonial, Amazônia em sua parte Oriental. Nesta latitude corre em paralelo com o Tapajós. Um tem a feição das águas barrentas, enquanto o outro um tom azulado.

As águas dos caudalosos rios Tapajós e Amazonas ajudam a conformar as gigantes bacias hidrográficas homônimas que embelezam a frente da cidade de Santarém. As águas, uma azul e outra barrenta, não se misturam. Como não se misturam os circuitos econômicos externalizados às margens dos rios⁴².

O circuito local fica rés ao chão, expresso na feira do Mercado 2000 e seu entorno. Pescado, carnes, artesanato e hortifrutigranjeiros conformam um comércio alimentado pela produção local de um pujante e diversificado campesinato territorializado em diferentes modalidades espaciais (terra firme, várzea e ilhas), entre elas, em ocupações, projetos de assentamentos de diferentes modalidades (reforma agrária, projeto de desenvolvimento sustentável, projeto de desenvolvimento agroextrativista), sob heterogênea responsabilidade (União ou estado), territórios

⁴² ALMEIDA, Rogerio Henrique. Encruzilhadas Amazônicas em Tempos de Globalização. Anais do II Congresso Brasileiro de Organização do Espaço/XIV Seminário de Pós Graduação em Geografia, 24 a 28 de março de 2019, Rio Claro/SP, 2019: p.1.092 -1104

indígenas, em reservas extrativistas, em quilombos e áreas periurbanas (produtores de hortifrutigranjeiros), tributário de saber milenar.

Noutro extremo o porto da multinacional Cargil, que conecta o local ao global a partir da exportação de *commodities* de grãos, soja em particular, sob a égide de uma nova divisão internacional do trabalho. Embarcações modestas e navios graneleiros representam outra diferenciação dos processos, circuitos, redes, espaços, temporalidades e racionalidades em questão⁴³. Os sujeitos em oposição colocam em xeque o valor de uso e o valor de troca das riquezas inerentes à região.

O trabalhador informal é típico da orla das cidades ribeirinhas. À beira dos rios, os estivadores fazem a estiva de variados produtos oriundos de diferentes locais do município de Santarém e cidades do entorno. É o braçal que carrega produtos em carroças feitas de madeira e dois pneus. Trata-se de uma arquitetura rústica. Na carroça da beira do cais o homem ocupa o lugar do animal. Trata-se de trabalho extenuante, de baixa remuneração, desprovido de contrato social e realizado sob um sol escaldante ou chuva⁴⁴.

Figura 22



Figura 23– Estivadores da orla de Santarém



Fonte: Trabalho de campo. Foto: Rogerio Almeida (2017).

As embarcações nativas carregam, além de mercadorias, pessoas. As pessoas viajam em redes. Rede é uma palavra chave dos circuitos equidistantes. Se o braçal coopera para a circulação de mercadorias do circuito local, as esteiras mecanizadas da empresa Cargil ativam o deslocamento dos grãos dos silos até os navios, que dali ganham os mares até alcançarem o velho mundo, EUA e a Ásia em particular⁴⁵. Antes, porém, registrem-se as carretas a cortarem a BR 163 (Cuiabá-Santarém), e as balsas que percorrem o Tapajós, do polo produtor do Brasil até alcançar o porto da Cargil em Santarém.

⁴³ Almeida, 2019

⁴⁴ Almeida, 2019: p.1.095

⁴⁵ Almeida, 2019: p. 1096

Formas de usos dos recursos naturais, escalas e tempos de cada circuito estão diametralmente em oposição. As bolsas de valores internacionais não fazem cotação dos produtos oriundos da cadeia local, mas sim, do segundo, mobilizado pelas grandes corporações. Tanto um quanto o outro se encontram mundialmente articulados em redes. O primeiro em defesa de seus territórios e dos recursos naturais; enquanto o segundo pela apropriação e controle das terras ancestrais e das riquezas existentes, numa equação que acentua a condição colonial da região, a distribuição desigual dos ativos e passivos oriundos do processo do modo de produção capitalista.

Neste vasto mundo, igarapés, igapós, furos paranás confluem na composição espacial da civilização do povo da várzea. Ali, idos do século XVII portugueses criaram os primeiros núcleos de ocupação e penalizaram indígenas com chagas, escravidão, guerras, catequese e o extermínio. Na delimitação do território fizeram germinar fortificações, aldeamentos missionários, grandes fazendas com imigrantes empobrecidos e degradados, como evidencia Harris (2017). Várzea que por séculos constituiu-se como o principal vetor de colonização da Amazônia, numa equação marcada pela lógica: rio-várzea-floresta até os anos de 1960 inaugurar a racionalidade: rodovias-terra firme, adverte Porto-Gonçalves. “O rio inunda a vida dessas gentes de realidades ímpares. O rio as distancia e aproxima, alimenta e é espaço de lazer, contemplação poética e quintal de lendas: Iara, Boto, Boiúna e sabe-se lá quantas outras” Almeida (2010, p.291).

O rio que quando em tempo de cheia materializava a melhor oportunidade de fuga do povo negro do cativo para a formação de seus mocambos no século XIX, como interpreta Funes (1995), hoje, territórios de remanescentes a combater agendas desenvolvimentistas que vão de encontro às suas formas de reprodução econômica, política, social e cultural. São em mais de uma dezena na cidade de Santarém.

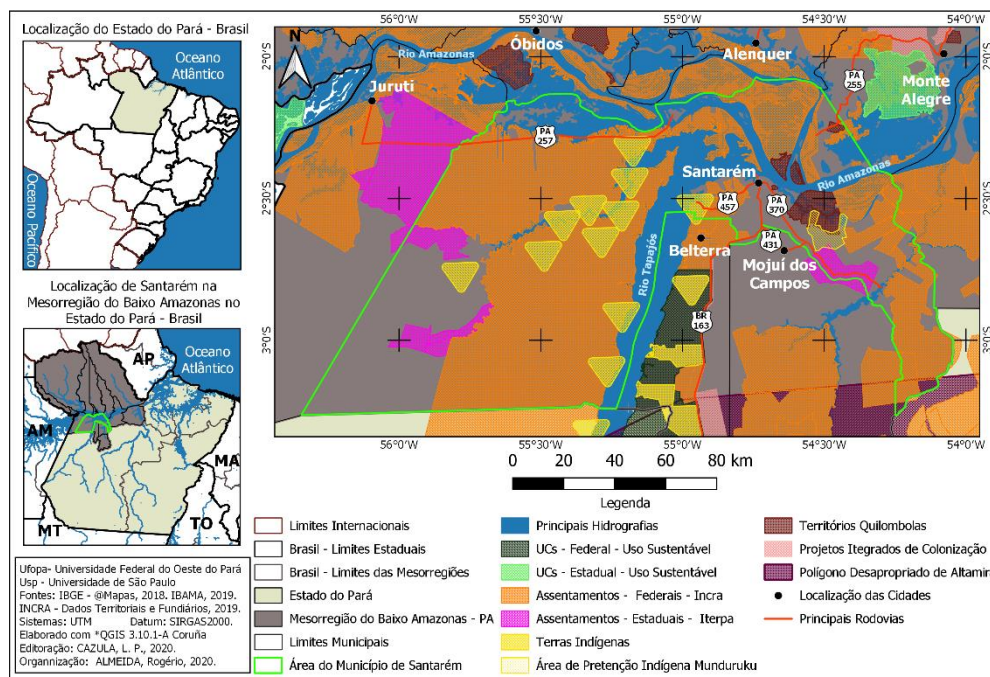
A sazonalidade é um elemento estruturante no processo de vida na Amazônia. Na várzea as cheias e vazantes dos rios condicionam as rotinas do melhor tempo para o plantio, organizar encontros, reuniões e festejos, enquanto na terra firme recai sobre o período chuvoso o protagonismo. Em condições normais, as chuvas ocorrem entre dezembro a maio.

Enquanto as cheias enriquecem os solos das várzeas, na terra firme é o rodízio da capoeira⁴⁶ a alternativa para a manutenção da fertilidade. Tais diferenças também

⁴⁶ Consiste na derrubada da floresta e queima para o uso na agricultura, marcada pelo rodízio dos locais de produção com vistas à recuperação da terra.

acentuam distinções com relação ao modo de produzir na terra, o acesso e uso das riquezas naturais, definição da propriedade da terra, e por consequência multiplicidade de identidades, bem como a organização do trabalho. A cartografia abaixo apresenta a multiplicidade das feições territoriais da região, onde predomina a sociodiversidade local.

FIGURA 24. Localização de Santarém e complexidade da feição territorial da região.



Registros científicos advertem que o rico solo da várzea possibilitou a extração das riquezas da floresta, entre elas: cacau, castanha, cravo, drogas do sertão, madeira, quelônios, peixes e o peixe-boi. No mesmo solo é possível o cultivar de arroz, cacau, açaí, juta, frutas e verduras. Gado e búfalo tiveram a área como abrigo primeiro. Eles constituem uma ameaça aos ciclos de vida do lugar.

No recorte histórico do que se convencionou tratar de modernização conservadora (1964-1985)⁴⁷, a várzea ficou relegada a um plano secundário. Menos mal. Mas, neste Éden nem tudo é flor. A demanda seletiva do mercado por quelônios, peixes e árvores promoveu grande impacto e a extinção de algumas espécies. Soma-se ao cenário a introdução de espécies exóticas, como o cultivo da Juta introduzida por migrantes japoneses, em particular em Parintins, no estado do Amazonas, O'Dwyer (2007). Assim como o estadunidense Daniel Ludwig promoveu um imenso desmatamento na região do Jari, na fronteira do estado do Pará com o Amapá nos anos 1960, a cultura da Juta

⁴⁷ No capítulo dedicado às políticas de desenvolvimento para a Amazônia nos deteremos melhor sobre o assunto.

impôs a derrubada da mata nativa. A mata vencida implica na alteração do ciclo de vida dos peixes, da gente que necessita do peixe, no ciclo de chuvas. Uma complexa cadeia.

O rio é a vida e às vezes a morte dessa população. Numa parte do ano ele invade ruas, casas, roças e pastos, chegando, em algumas regiões, a causar danos materiais, promover migrações por conta do fenômeno das terras caídas (erosões fluviais), e assim, conformar novas formas de usos dos recursos, vivências e solidariedades. Noutra época do ano recua e forma praias, como ocorre no Baixo Amazonas. Nas regiões marcadas pela realidade do estuário, a oscilação de seis em seis horas dos rios condiciona a vida da população. Em algumas localidades ainda é a principal via de deslocamento da população, mercadorias e informações. Uma viagem de Santarém até a capital soma mais de dois dias.

No mundo de rios da Amazônia do Brasil pretende-se erguer um outro mundo, o do concreto, para geração de energia. Os planos de desenvolvimento impostos pelo Governo Federal desde o século passado já realizaram isso no caudaloso rio Tocantins, Madeira e Xingu. E impõe o mesmo desfecho para o rio Tapajós, o rio Araguaia e tantos outros. Energia para quem? A sabedoria ancestral traduz que: barrar o rio é barrar a vida.

No caldeirão dos povos da Amazônia há índios, negros e mestiços. Nativos e os que para cá vieram em busca de dias melhores: migrantes internos, com ênfase nordestina e gente de terras mais distantes, caso de europeus e asiáticos. Eles podem ser encontrados em terra firme, várzea, ilhas, sítios, vilas, corrutelas, cidades ou no “trecho”⁴⁸.

A Amazônia é uma aventura? Um tanto dessa gente veio em busca de riqueza “mágica” nos garimpos, em iniciativas de colonização pública e privada, outro tanto atraída pelo sonho de emprego nos grandes projetos desde o ciclo da borracha, em cadeias da mineração, construção de ferrovia, subempregos em siderurgias e edificações de barragens. Hoje engrossam a constelação das faces dessa terra. Muitos podem ser encontrados em projetos de assentamentos de diferentes modalidades⁴⁹.

Um mundo complexo, imbricado em inúmeras teias de relações de variadas e escalas, interesses e sujeitos. Entre tantos sujeitos de múltiplos campos e cantos, uns são mais assanhados em acessar os recursos de forma intensiva; enquanto outra fração em

⁴⁸ ALMEIDA, Rogerio. Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins. Revista Estudos Avançados/USP, nº24, vol 68, 2010: p.291

⁴⁹ Idem, 2010: p.292

desalinho como tempo agoniado mira nas gerações futuras a relação com o meio e as riquezas cá existentes.

Os dias soam sombrios no hemisfério sul. Tanto por conta do contexto político, quanto o econômico, que colocam em xeque a sobrevivência dos povos ancestrais. No campo político, o derradeiro pleito de 2018 acentuou o avanço dos setores mais conservadores do país, com ênfase aos ruralistas e setores ligados ao fundamentalismo religioso neopentecostal e a bancada da bala, representada por militares de toda ordem (ordem?). Esta, representada por inúmeros militares das diferentes forças e níveis de patentes, onde a eleição do capitão Jair Bolsonaro a chefe do Executivo do país pela legenda inexpressiva do PSL é o caso mais expressivo. Guarda certa similaridade com a experiência pretérita da eleição do político etiquetado como o “caçador de marajás”.

No plano econômico dos dias atuais a ameaça recai sobre a recente agenda desenvolvimentista, baseada em Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID) que preconizam como estratégico a dinamização de modal de transporte, energia e comunicações. A Iniciativa de Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) é o guarda-chuva das megas obras. A circulação de *commodities* é a grande meta. Uma saída para o Pacífico para atender a demanda da China. Uma vez mais a propriedade privada tende a predominar sobre a posse ancestral, como já tratado no capítulo anterior.

O Estado autoritário, ladeado por megacorporações e por agências multilaterais, ancorados a partir de meios técnicos, científicos e informacionais, promovem a expropriação numa escala continental. Tudo consta pelo avesso: espaço-tempo, região, fronteira, nação, soberania, cidadania, trabalho e capital. No entanto, como em tempos coloniais, há muralhas de resistências. Um senão⁵⁰.

Sob a inspiração de balaios e cabanos, as populações ameaçadas pela expropriação ativam empates, romarias, chamados, ocupações de áreas griladas em fazendas que cometeram crimes ambientais ou onde ocorre registro de trabalho escravo, canteiros de obras e ferrovias, acampam em órgãos públicos, criam feiras, fóruns, místicas, canções, exposições de fotografias, procissões, marchas, escolas diferenciadas, lutam pelo reconhecimento e defesa de seus territórios na busca pela amplificação da cidadania, em terra de frágil democracia de um país de abissais desigualdades.

⁵⁰ ALMEIDA, R. H.; SANTOS, J. V. DOS; SOUSA, R. V. DE. AMAZÔNIA(S) EM REDE(S): Rádios da Amazônia protagonizam comunicação alternativa a partir da Rádio Rural de Santarém/PA. **Revista Observatório**, v. 4, n. 6, p. 898-925, 8 out. 2018; p.906.

As jornadas são marcadas por inúmeras mediações, onde despontam setores da Igreja Católica (Comissão Pastoral da Terra, Pastoral do Pescador, Pastorais Sociais, Conselho Indigenista Missionário, Rádio Rural de Santarém, Pastoral da Juventude), partidos políticos, Terra de Direitos, FASE, entre outras ONGs e intelectuais, que resultou na criação de interessantes fóruns e redes, a exemplo do Fórum Carajás, Fórum da Amazônia Oriental (FAOR), Justiça nos Trilhos, Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Xingu Vivo e o Tapajós Vivo.

Tais coletivos/redes promovem variadas formas de enfrentamento em oposição a grandes projetos. Atuam no campo jurídico, articulam associações nacionais e internacionais para a defesa de seus direitos; demandam os Ministérios Públicos Estadual e Federal e cortes internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA)⁵¹.

No espectro jurídico, com a mediação da ONG Terra de Direitos e outros pares, camponeses, indígenas e populações remanescentes de quilombos têm realizado inúmeros Protocolo Consulta como um recurso de defesa de seus territórios, mobilizados a partir da Convenção 168 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), como veremos no capítulo subsequente. O recurso da Convenção 168 tem se constituído como a principal ação do campo do Direito para a defesa dos territórios locais. Nos deteremos mais sobre a questão em um capítulo dedicado ao tema.

No campo da comunicação produzem livros, manifestos, documentários, cartilhas e sentam praça na grande rede. No entanto é a assimetria de forças que estrutura o combate entre os interesses das grandes corporações e as populações nativas. Nas arenas de lutas os dias são marcados por combates, negociações e acomodações, numa constante e atribulada redefinição dos territórios e das territorialidades físicas e simbólicas⁵².

5.2 - Outros aspectos sobre o Baixo Amazonas

O Baixo Amazonas paraense constitui-se como um território marcado por vestígios da Arte pré-colombiana, irrigado pelos caudalosos rios Tapajós e Amazonas. As populações locais convivem há milênios de forma harmoniosa com os recursos das florestas, dos rios, das várzeas, ilhas e da terra firme. Populações tributárias de conhecimentos milenares. As investigações indicam pelo menos 11.200 anos. Assim sinaliza o registro considerado o mais antigo sobre a presença humana na Amazônia do

⁵¹ Almeida et al, 2018: p.908

⁵² Almeida et al, 2018.

Brasil, localizado no município de Monte Alegre, no oeste paraense, a Caverna da Pedra Pintada, sinaliza Porto-Gonçalves (2017).

A mesorregião do Baixo Amazonas paraense possui uma área territorial de 340.448,60km² situada a noroeste do Pará, composta por 14 municípios, quais sejam: Faro, Juruti, Óbidos, Oriximiná, Terra Santa, Alenquer, Belterra, Curuá, Monte Alegre, Placas, Prainha, Santarém, Almeirim, Porto de Moz. Dentre eles Santarém destaca-se como “capital regional” desta mesorregião. Sua área é de 22.887.080km² e sua população de 294.580 habitantes (IBGE, 2010). A população total é de 678.936 habitantes, dos quais 271.161 vivem na área rural, o que corresponde a 39,94% do total. Possui 23.659 agricultores familiares, 36.787 famílias assentadas, 20 comunidades quilombolas e 20 terras indígenas⁵³. “A população total é de 678.936 habitantes, dos quais 271.161 vivem na área rural, o que corresponde a 39,94% do total. Possui 23.659 agricultores familiares, 36.787 famílias assentadas, 20 comunidades quilombolas e 20 terras indígenas”⁵⁴.

Ali vivem entre outros povos indígenas, os Borari, Arapiun, Apalai, Kaiapó e Munduruku. Este último tem sido ponta de lança de oposição aos grandes projetos da região, tais como monocultivo de grãos – soja em particular –, extrativismo mineral, hidrelétricas e portos.

A região configura-se como um dos eixos de integração do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁵⁵ do governo federal. A agenda de desenvolvimento imposta coloca em risco a reprodução econômica, cultural e social das populações locais, e ameaça um conjunto de Unidades de Conservação (UCs), que congrega a principal área de reservas de madeira do estado.

⁵³ Do site: <http://sit.mda.gov.br>, acesso em: janeiro/2017. Cumpre aqui sublinhar que não existe entre as diferentes instituições públicas das variadas instâncias de poder uma homogeneização com relação ao recorte espacial da região. O MDA, por exemplo, não inclui os municípios de Placas e Porto de Moz em sua escala. Nos anos 2000, o governo criou a categoria de Região de Integração (RI) como ferramenta em seu planejamento. Ele também adota 12 municípios como o recorte espacial, ao contrário do IBGE, que adota 14. O governo estadual considera os seguintes municípios: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa.

⁵⁴ Do site: <http://sit.mda.gov.br>, acesso em: janeiro/2017.

⁵⁵ O primeiro *Plano de Aceleração do Crescimento*, PAC-1, foi lançado oficialmente em 22 de janeiro de 2007, no início do primeiro ano do segundo mandato do presidente Lula da Silva. Com duração prevista de quatro anos (2007-2010), ao PAC-1 foi dado o objetivo de estimular o investimento privado em obras de infraestrutura, o que, argumentou-se na época, seria estimulado pelo aporte financeiro a partir do Estado, via orçamento público das seguintes fontes: Plano Plurianual, BNDES, outros bancos públicos, empresas estatais e os fundos de pensão de trabalhadores destas empresas. Além do incentivo ao co-financiamento, vinham as concessões ao empreendedor privado do uso para exploração econômica do empreendimento quando esse entrasse em operação (VERDUM, 2012, p.03). Em linhas gerais, os sucessivos planos de desenvolvimento após redemocratização seguem estrutura similar ao primeiro elaborado nos anos de Getúlio Vargas, que possuem como base obras de infraestrutura a partir de obras de infraestrutura, tendo como base o tripé: transporte, energia e comunicação.

A ação ilegal de parte do setor privado da economia da madeira, garimpeiros, sojicultores, dentre outros, ameaça a manutenção do mosaico de UCs⁵⁶. Além da expansão da monocultura da soja, o complexo de transporte multimodal (rodovia, hidrovía e ferrovia) visa incrementar o escoamento dos monocultivos do Centro Oeste do país, via o oceano Pacífico, que implicará numa significativa redução de custo da exportação.

Com relação ao aspecto econômico, os dados sistematizados pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa do Pará (Fapespa) atestam que o Produto Interno Bruto (PIB) da região é R\$ 5,9 bilhões, o que representa 6,5% do PIB paraense. Deste total responde com 12% do PIB agropecuário do estado. O extrativismo mineral corresponde com quase o PIB total do estado, no caso do Baixo Amazonas, o minério bauxita (matéria prima para a produção de alumínio) é extraído nos municípios de Oriximiná pela Mineração Rio do Norte (MRN)⁵⁷ que faz parte do portfólio da Vale e opera na região desde os anos de 1980, e em Juruti pela estadunidense Alcoa, instalada desde os anos 2000.

Ainda no campo da economia o Baixo Amazonas é o maior produtor de mandioca do estado (30%), o terceiro na produção de soja (17%) e em extração madeireira (19%), e na produção de milho conta com (18%). No caso da castanha do Pará exporta 94% da produção do estado. O produto, assim como outros elementos de origem amazônica, tem sido ressignificado e inserido no mercado gourmet, da moda e afins do centro sul do país e exterior.

O Baixo Amazonas possui a maior quantidade de ecossistemas florestais e recursos hídricos preservados na Amazônia Oriental⁵⁸, além de possuir grandes reservas

⁵⁶ **PF prende maior desmatador da Amazônia no Pará.** O paulista de Tupi de Paulista, Ezequiel Castanha, é considerado o maior desmatador da Amazônia. Em fevereiro de 2015 ele foi preso pela Polícia Federal na cidade de Itaituba acusado de desmatar 5.621 hectares em Unidades de Conservação e em projetos de assentamento da reforma agrária em Novo Progresso, Altamira e Itaituba. Quinhentos milhões de reais é o cálculo do prejuízo ambiental provocado por Castanha e outras pessoas associadas ao comerciante dono de fazendas no Mato Grosso. A área desmatada equivale a 35 parques do Ibirapuera, em São Paulo. No período de 2006 a 2014, ele foi autuado 16 vezes pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e multado em 40 milhões de reais. Castanha é acusado de comandar uma quadrilha que grila e desmata terras da União na Amazônia e as negocia no Sul e Sudeste do país. Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) indicam que ele possui oito propriedades em nome de filhos em Mato Grosso. Em uma delas, 19 trabalhadores foram encontrados em condições análogas à escravidão em 2008. Na ocasião, uma criança de 13 anos exercia o papel de cozinheiro. Além de Ezequiel Castanha, que é dono de supermercados no Pará e Mato Grosso, 23 pessoas respondem ao mesmo processo. Fonte: Folha de São Paulo de 08/03/2015, de Estevão Bertoni, no Caderno Poder.

⁵⁷ A mineração na região integra agenda do Programa Grande Carajás implementado na década de 1980. Vale, BHP Billiton/South32, Alcoa, CBA, Rio Tinto e Hydro estão entre as empresas controladoras do projeto. Durante anos os rejeitos do processo de mineração foram jogados no Lago do Batata. O evento é considerado o crime ambiental mais grave na Amazônia.

⁵⁸ É integrada pelos estados do Amapá, Maranhão, Tocantins e Pará.

de minérios, com destaque para bauxita, calcário e ouro. As principais atividades produtivas estão baseadas na exploração madeireira, pecuária, agricultura, pesca, extrativismo, mineração industrial, garimpo e comércio (Brasil, 2005).

A categoria remanescente de quilombo exerce papel central em nossa investigação. Devido a esta especificidade buscaremos dialogar com reflexões do campo da Antropologia, em particular as contribuições realizadas pelo professor Alfredo Wagner Berno de Almeida, que há mais de 30 anos constrói análises sobre a categoria na Amazônia, dentre outros interpretes.

1.780 quilômetros de estrada atravessam uma das regiões mais ricas das Amazônias e do país em recursos naturais, potencial econômico, diversidade étnico-cultural, com a presença de biomas como a Floresta Amazônica, o Cerrado e áreas de transição entre eles, além de bacias hidrográficas importantes, como a do Amazonas, do Xingu e Teles Pires-Tapajós. A rodovia BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA) foi aberta nos anos 1970 como mais uma das grandes obras de infraestrutura projetadas pela Ditadura Militar para integrar a Amazônia à economia nacional (ISA, 2009).

Além de portos que já foram construídos nos municípios de Santarém (empresa Cargil) e Itaituba (empresa Bunge), no Pará, há previsão de intervenções ligadas à pavimentação das rodovias federais, construção de hidrovias e inúmeras hidrelétricas nas bacias dos rios Tapajós, Teles-Pires, Xingu e Amazonas.

Neste mesmo espectro, no início dos anos 2000, o Estado buscou, a partir de uma ação conjugada, viabilizar o projeto BR-163 Sustentável. No mesmo contexto histórico, o estado do Pará criou a política de regiões de integração, realizou o macrozoneamento na busca de viabilizar o desenvolvimento de cada mesorregião⁵⁹ conforme suas especificidades.

Assim como em Carajás⁶⁰, novos atores hegemonomizam as disputas em diferentes escalas pelo espaço e as riquezas existentes. No campo popular, o povo Munduruku tem tido um papel de ponta de lança em oposição à construção do complexo hidrelétrico no rio Tapajós, a exemplo de Carajás, que também realiza ações em rede, tendo como referência o coletivo de instituições agregadas no Movimento Tapajós Vivo. Em

⁵⁹ Cumpre aqui sublinhar que não existe uma uniformização com relação à composição de mesorregiões entre as diferentes instituições das representações de poder da União e Estado. Incra, IBGE e o Instituto de Terras do Pará (Iterpa), por exemplo, operam com recortes espaciais díspares.

⁶⁰ Desde os anos de exceção a região de Carajás, a sudeste do estado, experimenta de forma sistemática as experiências das políticas de integração na Amazônia, baseada na concentração de capitais. Realidade que o Baixo Amazonas passa a viver a partir do fim dos anos da década de 1990 e início dos anos 2000.

oposição aos portos, quilombolas radicados no território de lagos conhecida como Maicá, localizado no município de Santarém, conseguiram a suspensão da construção do complexo portuário em seu território. A Empresa Embraps, que conjuga interesses de sojicultores e antigos grileiros de terras do Mato Grosso é a pleiteadora do investimento.

5.3 Outras notas sobre Santarém-PA

Indígenas Tupaiús habitavam a confluência dos rios Tapajós e Amazonas, e já haviam realizado contatos com expedicionários espanhóis, quando o padre João Felipe Bettendorff aportou na região em 1661 e criou a aldeia de Tapajós, conforme narra a história oficial. Posteriormente, durante a política pombalina de ocupação e defesa do território amazônico, no século XVIII, foi elevada à categoria de vila e rebatizada com o nome Santarém (COSTA, 2012).

Durante o ciclo de drogas do sertão, o município configurou-se como um importante entreposto comercial, que contribuiu para o processo de produção do espaço local sob a primazia dos rios. Neste período (1850-1920) vários seringais despontam ao longo do Tapajós, a partir de um processo marcado por uma grande dinâmica, representatividade e intensificação da migração, em particular de nordestinos, até a descoberta de seringais no Acre (COSTA, 2012).

Na região, em Aveiro, no alvorecer do século XX, Henry Ford é agraciado com inúmeras benesses do Estado para a implantação do seu megaprojeto em tentar domesticar a produção da seringa com vistas a alcançar a autonomia em sua cadeia de produção de veículos. Além de Aveiro, o empresário incentivou o monocultivo na cidade de Belterra. Resquícios da *plantation* sobrevivem ainda hoje, assim como as estruturas da *company town* e industrial por ele edificadas.

Com relação à Santarém, Costa (2012) alerta que, na década de 1940, a cidade já era a terceira em população na Amazônia, com estimados 7.527 habitantes, e que em 1950 ascendeu para 14.061. Neste contexto, registraram-se o incremento demográfico e a instalação de uma série de objetos, a exemplo do primeiro estabelecimento bancário subagência do Banco do Brasil (1940) e do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), como desdobramento de acordos celebrados com o governo dos EUA⁶¹.

⁶¹ As tratativas entre o Brasil e os EUA ficaram conhecidas como Acordos de Washington, celebrados no contexto da Segunda Guerra Mundial entre os governos de Getúlio Vargas e Roosevelt. O Brasil assumiu o compromisso de fornecer minérios estratégicos e importantes à indústria bélica americana. Os principais produtos eram alumínio, bauxita, borracha, cobre, cristal quartzo, estanho, magnésio, mica, níquel, tungstênio, zinco, entre outros. Para o fornecimento de borracha foi estabelecido um fundo de financiamento especial, gerenciado pela *Rubber Development Corporation* e o *Departamento Nacional de Imigração*(DNI). Como este incentivo

Em 1945 a Agência Postal Telegráfica colaborava para a comunicação entre as cidades. Nos anos 1950 é instalado o serviço de telefonia Empresa Telefônica de Santarém Ltda, que culminou com a doação de 200 aparelhos. Já em 1980 é fundada a TV Tapajós. No plano econômico era patente a exploração de madeira, a produção de arroz e algodão, além de oleaginosas para a indústria de cosméticos e perfumes, (COSTA, 2012 [*grifo nosso*]).

A cidade é uma referência a um município homônimo em Portugal. Além de Santarém, os colonizadores nomearam outros logradouros de seu país de origem no Baixo Amazonas, onde constam: Óbidos, Alenquer, Aveiro, Almeirim e Faro; e de outras regiões do estado, onde podemos citar: Bragança, Soure, Ourém, Melgaço, Oeiras, Portel e Viseu.

A “conquista” do território pelo colonizador tem como expressão ainda a edificação de fortes e missões religiosas por jesuítas, como recurso de segurança e de controle social da Coroa Portuguesa. No caso de Santarém, a igreja de Nossa Senhora da Conceição foi erguida de frente para o rio.

A Santa é a padroeira da cidade, onde apesar da diversidade de religiosidades, e do avanço neopentecostal, católicos ainda constituem a maioria. Por ocasião do Círio, realizado a cada novembro, milhares de pessoas tomam as ruas. Nos meses que antecedem a celebração, mini-reuniões ocorrem por todas as regiões do município, o que demonstra uma certa capilaridade da Igreja Católica em todo o território municipal. No período, religiosos de cidades vizinhas aportam no município.

Um dos mais antigos municípios da região Norte, Santarém conta com uma população de 302.667 habitantes, distribuída num território de 22 887,080 km², sendo que 97 km² estão em perímetro urbano, sendo 100 km² de praias. É o terceiro município em população do estado, e o primeiro da região oeste do Pará, o sétimo da região Norte e 83º do país, segundo dados do IBGE.

Dista 800 quilômetros dos principais centros urbanos da região, Belém e Manaus. É possível acessar as capitais via fluvial, e Belém também por via terrestre, a

financeiro o governo brasileiro comprometia-se a incrementar as atividades do serviço de recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores nos seringais da Amazônia (*Serviço Especial da Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – Semta* e a *Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico - Sava*). Pode-se sublinhar que se trata da primeira iniciativa de planejamento de desenvolvimento para a região. A partir dele o governo criou várias institucionalidades, a exemplo da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e o Banco da Borracha. Verbete. WASHINGTON, ACORDOS DE. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/washington-acordos-de>. Acesso em novembro de 2019.

partir de precárias rodovias: BR-163 (Cuiabá-Santarém) e a BR-230 (Transamazônica). Há mais de 100 anos elites locais defendem a emancipação da região e a criação do estado do Tapajós, onde o município seria a capital. No entanto, na consulta no ano de 2011 a demanda foi reprovada.

Com relação à integração regional entre Santarém-Cuiabá, Costa (2012) lembra que desde o século XIX, por conta da dinâmica da economia gomífera, havia a intenção em edificar uma ferrovia. Tal iniciativa não prosperou por conta da fragilidade do erário da Coroa, contudo, o governo federal retoma em seu planejamento a iniciativa.

No contexto da integração física da região, no ano de 1977, o governo construiu a usina hidrelétrica do Curuá-Una. Até então eram os geradores de energia movidos a diesel os responsáveis pelo abastecimento de energia. Somente na década de 1990 o problema de abastecimento foi sanado devido ao Sistema Tramoeste, que possibilitou instalação do linhão da hidroelétrica de Tucuruí, que atende aos municípios da região. Todos estes objetos colaboram como vetores no processo de redefinição das feições do espaço e da configuração da economia e da sociedade local, bem como da conformação sócio territorial.

Por concentrar inúmeros serviços de diferentes áreas (educação, justiça, saúde, comunicação, portos, rede de hotéis, shoppings centers, aeroporto, dentre outros), Santarém acaba por motivar a migração intrarregional, em particular de jovens, por conta da cidade abrigar várias universidades públicas e privadas, onde constam pouco mais de 10.

A cidade sedia o Hospital Regional, Ministérios Públicos, Polícia Federal, IBAMA, Icmbio, Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Funai, Hemopa, além da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)⁶². A Ufopa, criada em 2009, fez parte

⁶² O Decreto Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009, assinado pelo vice-presidente da República, José Alencar Gomes da Silva oficializou a criação da UFOPA, que determina em seu Art. 1º Fica criada a Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará – UFPA, criada pela Lei no 3.191, de 2 de julho de 1957, e da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, criada pela Lei no 10.611, de 23 de dezembro de 2002. A Ufopa assimilou também outras unidades da UFPA e da Ufra para a formação dos campi de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. Em Santarém, a Ufopa mantém suas atividades em três unidades: Unidade Rondon, localizada no bairro Caranazal; Unidade Tapajós, no bairro Salé; Unidade Amazônia, no bairro Fátima. Mantém 104 cursos de graduação e 13 cursos de pós-graduação, sendo dois doutorados e 11 mestrados, além de programas especiais de ingresso de alunos especiais voltados para as populações tradicionais, indígenas e quilombolas, com dados do site da instituição. Brasil, Presidência da República. Casa Civil. LEI Nº 12.085, de 5 de Novembro de 2009. **Criação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112085.htm. Acesso em outubro de 2019.

do programa de expansão de universidades durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. O programa criou ainda no Pará, a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). O sul e o sudeste paraense representam uma fronteira agromineral consolidada a partir dos anos 1980, no bojo do Programa Grande Carajás (PGC).

Assim como o PGC remodelou todas as feições na região de Carajás com a implantação de inúmeros objetos (ferrovia, hidroelétricas, portos, indústrias de mineração, etc), desde os anos 2000, quando se deu a edificação do porto da Cargil, na orla da cidade de Santarém, de forma sistemática a região experimenta algo similar em suas configurações de espaço, território, da sociedade e também no campo cultural, com o surgimento de casas de *shows* dedicadas a espetáculos sertanejos, lojas com produtos do gênero, realização de feiras agropecuárias e afins. Na dimensão cultural é possível apontar ainda programas de rádio e TV nas grades de programação dos veículos locais dedicados ao universo do agronegócio. Na orla da cidade, durante as madrugadas, veículos equipados com sons potentes executam a mesma trilha sonora.

A edificação do porto da Cargil, na orla da cidade, constitui-se como outro vetor de reconfiguração do espaço local. O interesse privado se sobrepôs sobre o interesse público. Antes, a sociedade local fazia uso da praia denominada de Vera Paz. Ela cedeu espaço, como já dito anteriormente, para a edificação do porto, erguido sem obedecer aos trâmites jurídicos de licenciamento ambiental. Vale sublinhar ainda que o objeto reinseriu o município no circuito mundial de *commodities*, e subjugou vestígios de sítio arqueológico da sociedade pré-colonial.

Com relação à economia, comércio, serviços, ecoturismo, pecuária, beneficiamento de peixe e indústrias do setor de madeira, cerâmica, olaria e a agroindústria dão feição ao município. No que tange ao turismo, setores da sociedade, de pesquisa e outros consideram o grande potencial do município e região. O distrito de Alter do Chão, a festa do Sairé (que ocorre em setembro), círio, sítios arqueológicos, florestas, cachoeiras são pontuados como os principais atrativos. No entanto, o preço das passagens aéreas é colocado como um elemento inibidor.

Além da possibilidade do turismo em comunidades consideradas tradicionais, como a região do rio Arapiuns, tem-se a Floresta Nacional do Tapajós, povoada por indígenas, camponeses e extrativistas. Tais territórios vivem sob a pressão constante da expansão da soja e do setor madeireiro. Com relação ao turismo histórico existe ainda a possibilidade de visitação em regiões de ação do estadunidense Henry Ford, e em

comunidades onde ocorreu a presença de ativistas da Cabanagem, a exemplo da Comunidade de Pinhél e Cuipiranga.

Com relação ao uso e ocupação do município, levantamentos organizados pelo INPE, em 2013, atestam a predominância de áreas de florestas e de hidrografia. Na tabela abaixo, que toma como referência a bacia hidrográfica do Tapajós consta a configuração espacial do município.

QUADRO 05 Uso e Ocupação nos Municípios Localizados nas Bacias do Rio Tapajós (VALORES EM HA)

Municípios	Floresta	Agricultura Anual	Área Urbana	Mineração	Pastagem	Vegetação Secundária	Hidrografia	Outros usos
Aveiro	15.246,5	0,01	2,81	-	584,34	392,11	726,68	126,05
Belterra	2.999,69	76,55	6,8	-	229,56	209,34	601,82	274,83
Itaituba	56.216,65	-	24,93	120,89	2.904,86	1.233,74	827,81	705,62
Jacareacanga	46.110,03	-	2,72	24,51	837,87	350,14	717,33	5.264,6
Rurópolis	5.280,84	-	1,19	-	966,08	502,55	47,11	225,8
Santarém	13.827,53	200,64	61,17	0,31	1.049,62	1.996,65	3.913,64	1.835,91
N. Progresso	29.685,07	9,17	15,17	1,86	3.783,77	867,43	79,88	3.726,47
Total	169.366,31	286,37	114,79	147,57	10.356,1	5.551,96	6.914,27	12.159,28

Fonte: adaptado do INPE, Monteiro *et al* (2014, p. 25).

A partir da tabela acima é possível evidenciar a predominância de florestas e de recursos hídricos. Com relação às áreas florestais constam a Área de Proteção Ambiental (APA) de Alter do Chão, criada através da Lei Municipal nº 17.771, em 02 de julho de 2003, com uma área de 16 mil hectares, compreendendo 10 comunidades. Posteriormente, em 06 de setembro de 2011, foi criada a APA Serra do Saubal, por meio da Lei 18.715, com uma área de aproximadamente 154 hectares.

No ano seguinte foi criada a APA Juá, em 28 de dezembro, por meio da Lei 19.206, com área equivalente a 126 hectares. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) é órgão gestor dessas unidades, em parceria com o Conselho Gestor de cada uma dessas áreas, que são compostas por entidades governamentais, não-governamentais e representantes das comunidades, Santos (2017).

Tem-se ainda a Reserva Extrativista (Resex) do Tapajós Arapiuns, criada em 06 de novembro de 1998, com área de 647. 611 hectares que abrange os territórios dos municípios de Santarém e Aveiro, e engloba 75 comunidades. Nesta área há a incidência de turismo de base comunitária e a produção de representativo artesanato a partir de fibras e tingimentos naturais.

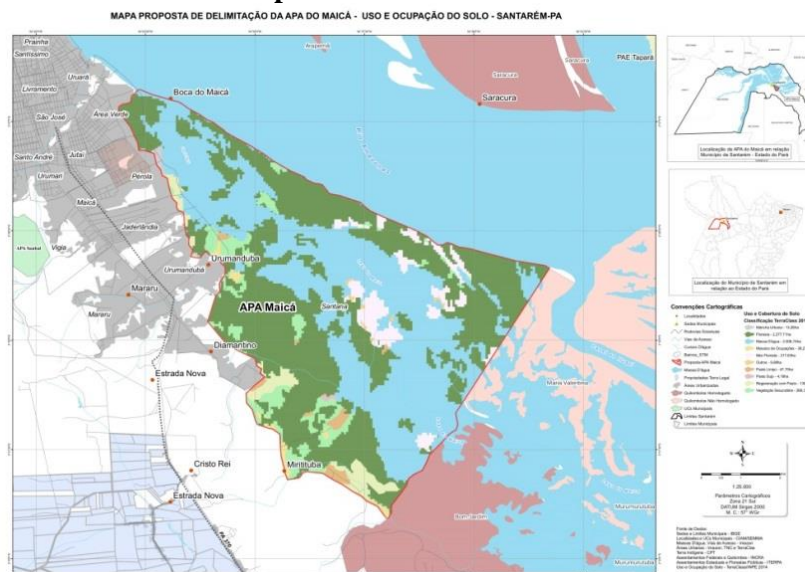
No plano das disputas territoriais, desde 2006 foi decidido, no controverso Plano Diretor de Santarém, pela criação da APA do Maicá, que ainda depende de projeto de

lei para a sua regulamentação. Justo nesta região, o setor de grãos almeja a efetivação de um complexo portuário. Abaixo, o mapa apresentado à Câmara Municipal pelas representações dos grupos interessados na efetivação da Unidade de Conservação (UC), onde os limites sugeridos são: região do furo do Maicá a oeste e o igarapé do Jacaré ao leste e o Rio Amazonas ao norte. O local integra a faixa da presente investigação.

Ocorre que no local existem variados grupos que já o ocupam há tempos, sendo um deles remanescentes de quilombos da região do Arapemã, uma vizinha região de várzea, que no período de cheia padece com o fenômeno das erosões fluviais, comumente tratadas entre os moradores como “terra caída”. Por conta do fenômeno, algumas famílias migraram para o bairro Pérola do Maicá, e ali recriaram a identidade de matriz quilombola a partir da cidade, mobilizando outras estratégias a partir da nova conjuntura, sem se desvincular do local de origem, muito menos de sua identidade coletiva.

A partir dos anos de 1960 as rodovias passam a materializar o principal vetor de colonização. A integração física e tardia da região possui o caráter autoritário do Estado como modelo imposto no período de exceção. No caso do Baixo Amazonas, a BR-163 (Cuiabá-Santarém), ladeada pela BR-230 (Transamazônica) convergem na composição da malha viária. O regime escalou para a missão de edificação da BR-163 aos Batalhões de Engenharia de Construção do Exército Brasileiro (EB), em Santarém, 8º e o de Cuiabá, o 9º.

FIGURA 25 Proposta do Território da APA DO Maicá



Fonte: Terra de Direitos, 2016.

No caso de Santarém, no ciclo de extração do ouro, na década de 1980, a redefinição da malha viária da cidade, a partir dos eixos da rodovia Santarém-Curuá-

Una⁶³ ao sul do município, e a Av. Fernando Guilhon (Santarém-Aeroporto) a sudoeste, colaboraram para a periferização da cidade e a criação de inúmeros bairros a partir do desmembramento dos dois bairros matrizes, Aldeia e Prainha. As rodovias acima e mais a BR-163 incrementaram a dinâmica de urbanização da cidade para além das margens dos rios.

Silva (2008) *apud* Costa (2012) realça que os bairros matrizes deram origem aos bairros de Fátima, Aparecida, Rodagem, Laguinho, Liberdade, Salé e Caranazal. Em 1970, com o aterramento de igarapés surgem os bairros de Jutaí, Maicá, Jaderlândia, Urumari, Livramento e Área Verde, no sentido leste. E na direção oeste, em virtude do aterramento do Igarapé do Irurá, surgiram os bairros Santarenzinho, Amparo, Conquista, Maracanã e Elcione Barbalho, às margens da rodovia Fernando Guilhon, no sentido do aeroporto.

Ainda conforme a mesma autora, já nos anos de 1980, ao longo da BR-163, marcada pela presença de colônias de agricultores. Estes espaços são alcançados pela malha urbana, dando origem a novos bairros, entre eles, bairro Esperança, Santo André, Matinha, Vitória Régia e Ipanema. Nestas áreas de expansão são recorrentes a ausência de saneamento básico, iluminação pública, segurança e pavimentação. Com relação ao saneamento básico, as regiões Norte e Nordeste do país possuem destaque com relação à baixa cobertura.

O transporte coletivo é precário, o que é suprido pelo serviço de moto taxista, que pode ser encontrado em qualquer bairro da cidade, tanto o credenciado pela prefeitura, quanto o considerado ilegal. O fenômeno tem ocorrido em pequenas e medias cidades do estado. As árvores de cabaças são comuns em muitas residências do centro da cidade.

O artesanato feito a partir dos frutos possui fama internacional. É de fácil acesso nas lojas que comercializam artesanato na orla da cidade ou no centro de artesanato Cristo Rei, localizado no Centro comercial da cidade. Artesanato produzido tanto na cidade, quanto em unidades de conservação. A arte da cuia integra um vasto repertório

⁶³ A **PA-370** também conhecida como **Santarém-Curuá-Una** é uma rodovia estadual do Pará que liga o centro urbano de Santarém à usina Hidrelétrica Curuá-Una, no mesmo município. Foi repavimentada em 2008, tem extensão de aproximadamente 70 km, por ela dá-se acesso a Mojuí dos Campos na altura da comunidade de Santa Rosa, diversas comunidades e a vila de Boa Esperança. A mesma continua além da usina hidrelétrica, chegando até o município de Uruará, na rodovia Transamazônica, esse trecho de cerca de 140 km é denominada como **Transuruará** e está em leito natural, utilizada por trilheiros, madeireiros, produtores rurais e colonos. Sua pavimentação está prevista, passando a fazer a integração da região da Transamazônica ao Baixo Amazonas.

artesanal de diferentes matrizes: indígena, cabocla, etc. Assim como árvores, é fácil notar o esgoto correr a céu aberto em direção ao rio Tapajós.

No verão, durante as tardes quentes, é comum a prosa nas portas das casas, com pessoas acomodadas em cadeiras feitas com fios de *náilon*. Sob a luz do pôr do sol a orla é tomada por pessoas para a simples contemplação, passeio, prática esportiva e ainda para acessar serviços de bares, sorveterias e restaurantes; bem como equipamentos de esporte, como uma quadra poliesportiva e um *playground*. É comum a pesca neste horário. Uns para suprir a necessidade de proteína, outros por mero esporte.

O morador local ou o turista eventual podem acessar o serviço de passeio de barco que conduz até ao encontro dos rios Tapajós e o Amazonas. A orla da cidade abriga um comércio onde é possível encontrar lojas dedicadas às demandas dos donos de embarcações, onde se encontra todo tipo de tralha relacionada ao universo de pesca ou de barcos, tais como redes, remos, equipamentos de pesca, motores, motosserras, dentre outros. Nos áureos tempos da “febre” do ouro, era possível acessar vários prostíbulos, contam antigos moradores. Os “arigós”, denominação pejorativa dada a migrantes do estado do Ceará que dominam o comércio. Os descendentes de cearenses são comuns em várias áreas rurais da região. Na cidade de Santarém, um bairro é nomeado como Vila Arigó, uma região portuária.

No setor informal, próximo à igreja matriz, ambulantes comercializam redes, produtos eletrônicos, lanches e roupas. As redes são fundamentais aos usuários de embarcações de outras cidades igualmente ribeirinhas, a exemplo de Juruti, Óbidos, Oriximiná, Almeirim, Alenquer, ilhas e comunidades do próprio município, no estado do Pará; e Manaus e Parintins, no Amazonas, e mesmo para o Amapá. O que consagra os rios como relevante via.

O mercado informal pode ser notado como uma forma de uso do espaço de área privilegiada da cidade. A região é marcada por um grande fluxo de pessoas e pela presença de vários serviços públicos e a Igreja Matriz, que toda quinta se enche para uma adoração ao meio dia. Faça chuva ou sol.

Os rios locais passam por um processo de ressignificação devido à reinserção da região ao circuito mundial por conta do escoamento da produção de grãos do Brasil Central. Além das embarcações tradicionais, é recorrente o fluxo de balsas com a produção de soja, bem como de navios. Apesar das rodovias, a navegação ainda exerce um papel significativo na região, e uma capilaridade que outro meio não alcançou, alerta Margarit (2018).

Margarit (2018) ao analisar o papel exercido pelos proprietários de embarcações e as relações que os mesmos mantêm com as populações ribeirinhas no processo de dinamização da economia local, sublinha que:

[...] os proprietários de médias e grandes embarcações realizam o papel de transportadores ou atravessadores da produção proveniente dos ribeirinhos para a comercialização nas cidades. Predominam as duas modalidades de relações entre os ribeirinhos e os proprietários de embarcações: o pagamento pelo frete até a cidade, onde o proprietário da embarcação atua como transportador da mercadoria, e a aquisição das mercadorias pelo proprietário da embarcação para posterior comercialização na cidade por valores superiores, caracterizando o proprietário da embarcação como atravessador, (MARGARIT, 2018, p. 45).

O referido autor comenta ainda que os proprietários de embarcações podem ser traduzidos como uma espécie de elo entre os ribeirinhos e a cidade, numa relação mediada pela confiança, onde, cumpre a eles ainda trazerem encomendas, ferramentas, combustível, eletrodoméstico, alimentos industrializados e bebidas. Conforme Margarit, reproduzem o papel antes exercido pelo regatão⁶⁴.

Outra ressignificação encontrada tem relação à substituição de antigas embarcações de madeira. Margarit (2018) reflete que:

As antigas embarcações de madeira vêm sendo substituídas gradualmente por modernas embarcações de aço, para dotar as viagens de maior conforto, rapidez e segurança. Uma das principais mudanças neste sentido veio com a introdução das lanchas e catamarãs da *Viação Tapajós*, que realiza viagens entre várias cidades do Baixo Amazonas [...] de um terminal hidroviário em Santarém, de onde partem modernas embarcações para diversas cidades, com preços competitivos e viagens incomparavelmente mais rápidas do que as de barco, (MARGARIT, 2018, p. 49).

Apesar da existência de lanchas e catamarãs realizando viagens mais rápidas entre as cidades do Baixo Amazonas, os passageiros não abandonaram por completo os barcos, que oferecem um serviço diferenciado, pois, apesar de a viagem ser mais lenta, permite que os passageiros possam viajar em redes ou camarotes, muitos oferecem a opção de suítes com banheiro e ar condicionado, comportando toda a família e permitindo também o transporte de grande quantidade de bagagens, cargas e até

⁶⁴ O regatão é um comerciante ambulante que viaja entre centros regionais e comunidades rio acima, comercializando mercadorias para pequenos produtores caboclos e comerciantes do interior em troca de “produtos regionais”, agrícolas e extrativistas. O regatão tem uma história longa e controvertida na Amazônia: de um lado, é visto como um pioneiro heroico, trazendo a civilização para produtores isolados na floresta (Goulart, 1968); de outro, como um atravessador sem escrúpulos, explorando os pobres da zona rural e roubando comerciantes locais em seus negócios (Pena, 1973), MacGrath, David. Parceiros no Crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. Novos Cadernos do NAEA, 1999, p. 57-72.

veículos, proporcionando, portanto, maior comodidade. Os barcos são os únicos que também possuem a opção de embarque e desembarque em pequenas comunidades ao longo do trajeto, representando maior capilaridade no transporte do que outros tipos de embarcação⁶⁵.

Já nos anos inaugurais da década de 2000, o assunto BR-163 hegemonizou o debate nas universidades locais, nacionais e mesmo internacionais, quando o assunto era a Amazônia. Discussão que envolveu associações de trabalhadores, ambientalistas, setores da economia nacional, internacional, bem como governos federal e estaduais. No MAPEAR, pesquisa realizada pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) desde 2003, sobre vulnerabilidade de crianças e adolescentes, a rodovia ocupa lugar de destaque por conta do fluxo de carretas de soja. Em particular, prostituição infantil, uso de álcool e drogas.

No centro do debate sobre a rodovia constava a tentativa de construção de um referencial de organização do território a partir do Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE). No conjunto de sujeitos sociais que disputam uso da terra e recursos naturais constam: grileiros de terras, sojicultores, madeireiros, garimpeiros, populações indígenas, quilombolas, extrativistas, pecuaristas, agricultores, mineradoras, ONGs, instituições de pesquisa, entre outros, num cenário de pressão de setores do agronegócio sob o guarda-chuva do debate sobre a implementação da IIRSA.

Além do modal de transporte e porto, cumpre ressaltar, com relação à cadeia da produção de grãos, que já ocorrem na região plantações de soja nos municípios de Mojuí dos Campos (emancipado de Santarém em 2012) e Belterra. Em Itaituba, cinco portos de empresas estrangeiras já operam. Em Rurópolis já ocorreram audiências públicas com vistas à implantação de uma estação de transbordo e várias Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs). Além das PCHs, nos planos do IIRSA, em consonância com o PAC, almeja-se a construção de um complexo portuário do rio Tapajós (Lago do Maicá), um hidroelétrico no mesmo local, e outro no rio Trombetas.

As políticas desenvolvimentistas ocorrem no arcabouço neoliberal, no que Almeida (2010, p.117) denomina de agroestratégias. Assim como autores que tratam sobre o tema da globalização, o antropólogo ressalta que em seus preceitos as agroestratégias preconizam a remoção dos obstáculos jurídico-formais e político-

⁶⁵ MARGARIT, Eduardo. A Resignificação da Navegação no Baixo Amazonas a partir da Integração ao Circuito Produtivo do Agronegócio. In **Revista Terceira Margem Amazônia**. Dossiê Baixo Amazonas. Vol.3,nº11, jul/dez, Manaus, 2018, p.50.

administrativos (desregulamentação) que reservam áreas para fins de preservação ambiental ou para atender as reivindicações de povos e comunidades tradicionais e influenciar em políticas e planos do governo, localização de empreendimentos, conversão de grandes extensões de terras à racionalidade da escala mundo de fluxos de mercadorias e capitais, entre outros itens.

Nesta conjuntura, os rios são potencializados a partir dos Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) como vetores de circulação de mercadorias, geração de energia a partir de setores hegemônicos que promovem a desterritorialização de populações tradicionais. E, contraditoriamente, ações de resistências das mesmas populações contra a expropriação.

Na cidade de Santarém e em toda a região há inúmeros territórios indígenas e quilombolas, além de projetos de assentamentos rurais. Somente na cidade de Santarém tem-se 12 comunidades de remanescentes quilombolas. Elas estão na mira da construção de um complexo portuário na área de várzea do Lago Maicá, Planalto Santareno, que abriga quatro aldeias do povo Munduruku, e outros interesses, a exemplo da especulação imobiliária.

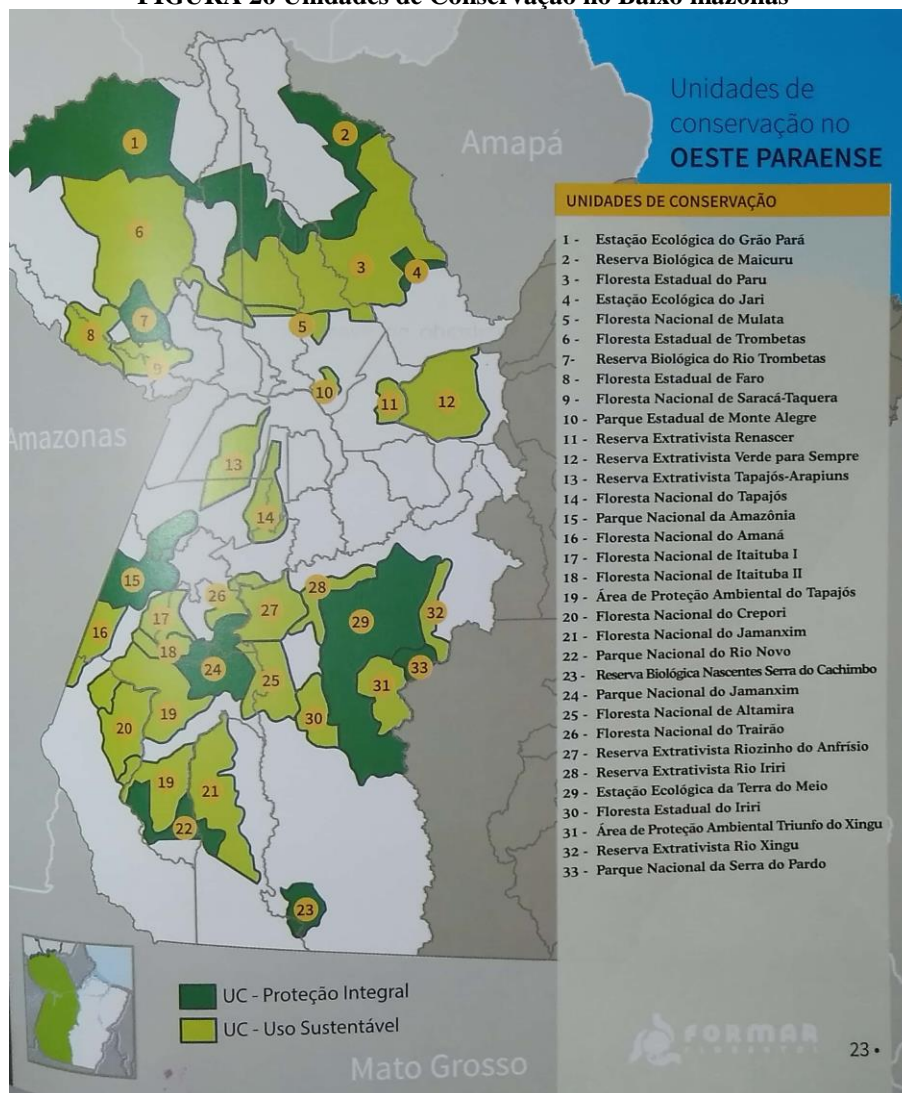
Na região, no que tange aos remanescentes de quilombos, a estimativa é de 65 comunidades que abrigam 2.874 famílias; multiplicando por cinco, que é a média familiar, teremos aí perto de 15 mil pessoas em toda a região, conforme informação da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS) que aglutina as comunidades. Trata-se de quase a população média da maioria dos municípios do país, estimada em 20 mil.

Com relação a projetos de assentamentos da reforma agrária (PAs), caso se contabilize os assentados da região do município de Altamira, que está sob a influência da Transamazônica, teremos uns 200 projetos, além de um mosaico com 33 unidades de conservação (UCs), que constantemente padecem com a pressão de garimpeiros, madeireiros e sojicultores. No que tange às UCs, estão distribuídas em toda a região, conforme demonstra a figura abaixo.

Sobre a efetivação das UCs de conservação, podemos sugerir pelo menos duas possibilidades de interpretação. Uma a partir de um anteparo do avanço do desmatamento e o reconhecimento das demandas do vetor ecológico mobilizado a partir dos “de baixo”, articulados e em associação com inúmeros agentes externos, em particular a partir dos anos de 1980. A segunda seria como uma reserva de mercado de

terras e possível exploração do setor de madeira e de mineração. Sublinhe-se que em todo o estado Pará há incidência mineral.

FIGURA 26 Unidades de Conservação no Baixo mazonas

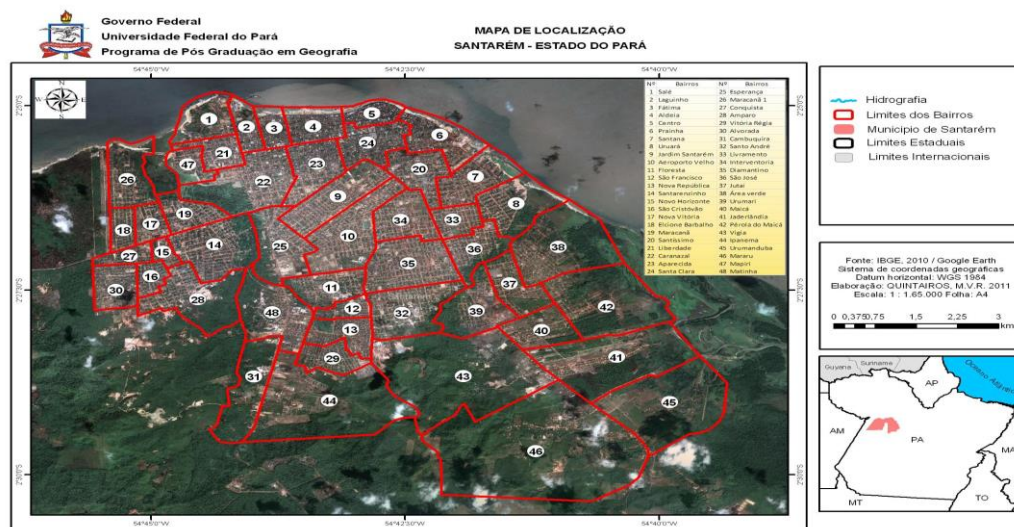


Fonte: Formar Florestal (2015, p. 23)

Com relação aos indígenas, temos uma população de, em média, 6.000 indivíduos, distribuídos entre 13 povos, em oito territórios. A coordenação da Funai da região atende às etnias Munduruku, Apiaká e Kayabi (Alto e Médio Tapajós) e Arapium, Munduruku, Apiaká, Maytapu, Cumaruara, Jaraqui, Tupinambá, Borari, Cara-Preta Munduruku, Tapuia, Arara-Vermelha (Arapiranga), Tapajó e Tupaiú, conforme *site* da instituição.

Resultado de diferentes momentos econômicos, históricos e políticos, o município de Santarém possui hoje 48 bairros, atesta Costa (2012), conforme pode se visualizar no mapa

FIGURA –27 Bairros do Município de Santarém



Fonte: Costa (2012, p. 83).

Como em outras latitudes da Amazônia, Santarém configura-se como rota de tráfico de madeiras, drogas e ponto de partida para se alcançar garimpos que fazem fronteira com o estado do Amapá e as Guianas. Nos últimos anos o município tem recebido migrantes venezuelanos, a exemplo das mulheres que prestam serviços de massagem quando é possível acessar a praia, alguns mendigam nas ruas centrais da cidade e nos sinais munidos de um papelão onde clamam por ajuda por escrito. Antes de aportar em Santarém, geralmente os migrantes são oriundos de Manaus, onde são facilmente encontrados em rodovias e semáforos a solicitar emprego, dinheiro ou outro tipo de auxílio. Além de venezuelanos existem haitianos, colombianos, e mesmo chineses. Alguns operam com agiotagem direcionada a pequenos comerciantes. O fenômeno é facilmente notado em feiras e mercados no município.

Sob a marcante influência dos rios Tapajós e Amazonas, o município de Santarém integra o Baixo Amazonas. Conforme a divisão regional do IBGE de 1990, a Mesorregião Paraense do Baixo Amazonas compreende os municípios de Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Placas e Porto de Moz, Santarém e Terra Santa.

Boa parte destas cidades resulta do desmembramento do território de Santarém. Assim, surgiram Juruti, Itaituba e Aveiro e em seguida Itaituba foi subdividido em mais três novos municípios: Trairão, Novo Progresso e Jacareacanga; Aveiro deu origem a Rurópolis. Em seguida Belterra, sendo o mais recente Mojuí dos Campos, assim alerta Monteiro *et al* (2014).

Neste espectro de cidades, Santarém e Itaituba concentram o maior número de população urbana. O mesmo fenômeno de criação de novas cidades ocorreu ao sul e sudeste do estado nos anos de 1980, desta feita, motivado pela corrida de acesso a *royalties* dos grandes empreendimentos.

5.4 A Soja no Planalto Santareno

Faz 20 anos que o planalto santareno experimenta o monocultivo de soja. Uns 40 km separam a região do Centro da cidade de Santarém, no oeste do Pará, a partir da rodovia Curuá-Una, PA- 370. A comunidade de Tipizal é tida como a pioneira do processo. A soja é o elemento mais recente na complexa composição do território do planalto. São gaúchos os produtores, contam os moradores pioneiros. Adquiriram terras de antigos pecuaristas de gado e búfalo, que produzem em pequena escala, média de 30 cabeças.

O Lago do Maicá irriga o lugar. O lago é fonte de proteína para as populações locais, onde podem ser encontrados indígenas Munduruku, quilombolas e camponeses. O lago é dono de beleza singular. O lago abriga um mundo de peixes: Tambaqui, surubim, charuto, pacu, pescada, tucunaré, e por aí vai. Jacaré não rareia.

O avanço do capital sobre os seus territórios provocou junto aos povos tradicionais a necessidade de mobilização de defesa de seus territórios, a dinamizar, contraditoriamente, a luta de classes. Data da mesma época que marca a presença da soja no planalto, o início da construção de associação e articulação política, criação de associações e a demanda pelo reconhecimento territorial e identitário.

Com relação a indígenas, quilombolas e camponeses, a ação de defesa territorial é articulada a partir de redes com a mediação da CPT, Terra de Direitos - ONG do campo de Direito -, Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais (STTR), intelectuais e professores. Na mesma perspectiva os sojicultores se articulam a partir da ação do sindical da categoria.

A representação dos ruralistas tem sido responsável pela mediação com os poderes públicos, vazão de suas demandas na mídia, em particular na desqualificação das comunidades indígenas e quilombolas. Tais ações do campo da política representam mais uma dimensão dos campos de conflito que marcam as realidades que permeiam a região do planalto.

Eles também têm procurado participar de reuniões proovidas pelos ministérios públicos, e interferir em atos das comunidades locais, como o caso registrado em Altamira, por ocasião do evento Amazônia Centro do Mundo, ocorrido em novembro de 2019, no Campus da Universidade Federal do Pará (UFPA).

É creditado ao fazendeiro Silvério Albano Fernandes a coordenação do tumulto, que também contou com a presença do antropólogo Edward Luz, um prestador de serviços à classe, onde tem se esmerado a desclassificar ações de ambientalistas, indígenas, quilombolas e camponeses, ONGs, e demais mediadores, fato amplamente divulgado pela mídia.

O mesmo fazendeiro ameaçou de morte em restaurante de Altamira Eduardo Modesto, esposo da professora Maria Ivonete Silvam, coordenadora do Campus de Altamira em dezembro do mesmo ano. Fernandes chegou a ser investigado pela morte da missionária Dorothy Stang, ocorrida em fevereiro de 2005, e pela articulação da criminalização das ações do padre Amaro, agente pastoral da CPT, que continuar a atuar em Anapu ocupando a liderança exercida pela religiosa.

Já o antropólogo Luz, criador da ONG evangélica Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB) foi preso em Altamira por tentar impedir uma ação dos fiscais do Ibama, no município de Altamira, na aldeia Ituna/Itatá, habitada por indígenas isolados. Desde 2017 a região sofre ações de madeireiros, que contam com o apoio do senador Zequinha Marinho (PSC-PA). A aldeia é uma das impactadas pela hidrelétrica de Belo Monte, erguida no Xingu durante o governo Lula. O coletivo de movimentos sociais denuncia que o antropólogo tem operado durante o primeiro semestre de 2021 no PAE Lago Grande, onde a Alcoa cobiça operar.

Árido tempo. Com relação ao Planalto Santareno, no campo das tensões, fez-se/faz-se necessário a negociação entre indígenas, quilombolas e camponeses no sentido em equacionar a definição de limites territoriais. O cacique Manoel Munduruku, explica que os quilombolas saíram na dianteira em busca do reconhecimento. A medida gerou situações de tensões entre as partes. O setor do INCRA responsável pelo reconhecimento territorial quilombola, explica que só pode conferir fluidez ao processo caso as partes envolvidas equacionem as querelas. Isso foi possível entre a aldeia Ipaupixuna e o quilombola Tiningu, que fazem fronteira.

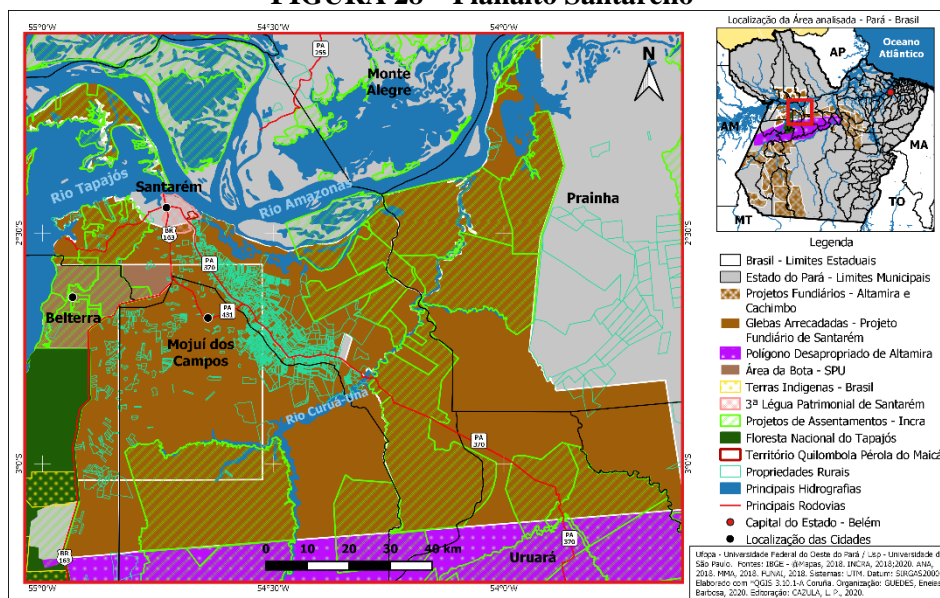
A mesma situação ocorreu entre a aldeia Açaizal e o quilombo Murumurutuba. Apesar da solidariedade orgânica que ocorre entre as partes, que se unem em oposição ao avanço da soja e aos grandes projetos, situação incerta marca a vivência entre a

aldeia Cavada e o quilombo de Murumurutuba, que ainda não equacionaram a delimitação territorial.

Conforme os sujeitos envolvidos nas situações de conflitos e a composição territorial, os agentes variam. Com relação à questão fundiária, cabe ao INCRA, já com relação à várzea a responsabilidade cabe à Superintendência de Patrimônio da União (SPU). A assessoria do INCRA responsável pela documentação quilombola tem demandado à SPU medidas que colaborem para que avance a titulação do território quilombola, no entanto, ela tem sido morosa, ou simplesmente omissa.

No lago, a cadeia da soja intenta a edificação de um complexo portuário. O lago é palco de situações de conflitos por conta da exploração ilegal do pescado, ainda que exista um acordo mediado pelo governo federal, Icmbio. A pesca de arrastão é a mais comum.

FIGURA 28 – Planalto Santareno



O planalto é um palco de tensões de variadas dimensões, escalas e sujeitos por conta de arenas que mobilizam interesses pela terra, pelas riquezas locais, pela água, pela produção de sentidos e visões de mundos. Têm-se ainda os resíduos do lixo do Perema que comprometem a saúde dos moradores. Um cemitério privado ladeia o lixo.

A composição territorial materializa as diferenciações de caráter de classe, étnico e racial. Clareia ainda o valor de uso e o valor de troca no que tange às riquezas, externaliza o contexto no que se relaciona com o meio técnico, científico e informacional.

A conjuntura é marcada ainda pela presença de grandes corporações do mercado de *commodities*, a edificação do sistema de objetos, a exemplo o porto da trading Cargil,

que opera na orla da cidade desde os anos iniciais da década de 2000. Nesta época do ano o Tapajós corre rente à avenida homônima. Nota-se a presença de mais navios do que de costume.

Na várzea o açaí abunda, bem como o buriti e outras plantas típicas do universo da várzea. O pescado e o açaí, além de segurança alimentar, representam a principal fonte de renda para as populações consideradas tradicionais. Algumas famílias conseguem no gado uma espécie de poupança. O espaço-tempo destas populações diverge da dinâmica da cadeia de *commodities*.

Algumas castanheiras em meio ao cultivo da soja externalizam o processo de introdução da agricultura dita moderna, marcada pelo uso intensivo de agrotóxico, a mecanização e uma produção voltada para atender o mercado externo. Por força de lei, é vedada a derrubada da castanheira.

Inventariada em certa medida como se conformou o Baixo Amazonas em suas diferentes dimensões: econômica, política e socialmente, bem como o município de Santarém, este entrecortado por uma clivagem de redes de interesses que mobilizam diferentes escalas e sujeitos, no próximo capítulo buscaremos localizar no espaço-tempo o Lago do Maicá, e refletir sobre o projeto da Empresa de Portos de Santarém (Embraps), que pretende erguer um complexo portuário na área onde vivem comunidades quilombolas, indígenas e camponeses. O projeto do Complexo do Lago Maicá deve ser compreendido como uma parte de um conjunto de grandes obras de infraestrutura que ameaçam a reprodução política, econômica, física, cultural e social dos grupos sociais locais.

CAPÍTULO VI - LAGO DO MAICÁ E O COMPLEXO PORTUÁRIO DA EMBRAPS EM SANTARÉM/PA

O Lago do Maicá resulta da confluência dos rios Tapajós e Amazonas na região de várzea de Santarém, município cravado na Amazônia Oriental, no Baixo Amazonas paraense. A região ganhou notoriedade a partir de sua inserção nos circuitos mundiais de troca desigual a partir do projeto da construção de um complexo portuário, que integra o ENID para a região, na escala do planejamento oficial denominada de Arco Norte. Trata-se de uma demanda dos produtores de grãos do Brasil Central com vistas a reduzir os custos de exportação de grãos a partir de um corredor na região Norte, como pontuado anteriormente.

O Lago do Maicá localiza-se à margem direita do rio Amazonas. Ele faz parte de um complexo ecossistema, composto por ilhas e uma parte de “terra firme”, que se encontra adjacente às áreas de várzeas. Ao longo do seu leito e ao redor de seus braços, o lago do Maicá banha inúmeros territórios que recebem o nome de bairros ou comunidades, conforme sua localização. Em toda essa área, conhecida como “região do Maicá”, esparramam os bairros Mararú, Diamantino, Maicá, Perola do Maicá, Jaderlândia, Urumanduba (Lei municipal n°. 18.051/06)⁹e as comunidades Murumurutuba, Bom Jardim, Açaizal, Igarapé- Açú, Ipaupixuna, Santa Cruz, Santos da Boa Fé, São Raimundo da Palestina, Tinguu, Miritituba, Areião e São Francisco da Cavada⁶⁶.

Destas últimas, são consideradas como terras de remanescentes de quilombos as comunidades Murumurutuba, Tinguu, Bom Jardim, Pérola do Maicá (Arapemã), todas elas devidamente filiadas à Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS). Estas comunidades quilombolas são os principais sujeitos no enfrentamento contra a construção do complexo portuário.

A Empresa Brasileira de Portos de Santarém (Embraps), dona do CNPJ, 15.302.195/0001-00, localizada Avenida Mendonça Furtado N°1680, Ponto 1, Bairro Santa Clara, Santarém-PA é quem pleiteia a construção do complexo portuário no Maicá, composta por empresários do Mato Grosso. O capital social declarado na Receita Federal

⁶⁶ VIEIRA, Judith Costa. Quilombolas na Cidade: Dilemas do Planejamento Urbano Frente ao Território do Quilombo do Maicá em Santarém-PA. In Sociologia, Antropologia e Cultura jurídicas. [Recurso eletrônico on-line] organização: CONPEDI/ UNICURITIBA; coordenadores: José Alcebíades de Oliveira Junior, Regina Lucia Teixeira Mendes, Maria Luisa Scaramella. – Florianópolis: FUNJAB, 2013, p. 40-73.

é de R\$ 17 milhões de reais. O conjunto de sete sócios declarados tem como representante legal o senhor Pedro Riva. Os demais sócios são Wagner Riva, José Luiz Ruaro Baggio, Fábio dos Anjos Souza, Cristiano Zortea, Rogerio Luiz Delfino e Ennes Zortea.

Sobre Pedro Riva, em pesquisa em sites da internet consta que o mesmo é proprietário ou sócio de empresas que operam no ramo de comércio categorizadas como microempresa nas cidades de Ipiranga do Norte, Taupah e Sorriso, e de loteamento e incorporadoras. Na cidade de Sinop, é sócio da empresa Pedro Riva & CIA Ltda, que opera desde 2005 e é responsável pelo Loteamento Menino Jesus. Wagner e Ronaldo Riva são os demais sócios. Soa no mínimo estranho um declarado microempresário ser o principal representante da proposta do complexo portuário.

6.1 - O projeto do Complexo Portuário da Embraps

O complexo portuário do Maicá está projetado para ocupar parte do território da região do município de Santarém, denominada de Grande Área Verde do Maicá, em particular o bairro denominado de Área Verde. O empreendimento da Embraps tem como principal propósito a exportação de grãos do Brasil Central (soja e milho).

O complexo é composto por terminal fluvial com capacidade de ancoragem de navios do tipo Panamax (260m), considerado um dos maiores na classificação de navios – a classificação é uma referência ao canal do Panamá –, onde só atracam em porto de grande calado (12 metros). O terminal graneleiro ocupará área total de 151.640 m², conforme consta no Relatório de Impacto Ambiental (Rima,2014) da Embraps, produzido pela agência de fomento à pesquisa no estado, Fadesp⁶⁷, e sinalizado na na Figura 28, abaixo.

Ainda conforme o mesmo documento, a estrutura será composta por um pátio com capacidade para receber 938 carretas tipo bi-trem, quatro pátios com capacidade de 110.000 toneladas cada, com estimativa em movimentar até 7.920.000t de soja por ano. O tombador de carretas terá dois edifícios, cada um equipado com quatro tombadores, com a capacidade de descarga de 150t/h e recebimento de 1.200 t/h e mais dois elevadores

⁶⁷É uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como objetivo apoiar o desenvolvimento científico, social e tecnológico da Amazônia. Criada em 1977 para dar suporte às atividades da Universidade Federal do Pará (UFPA), atualmente, é um dos grandes agentes estratégicos da região Norte. A FADESP atua na gestão de projetos de pesquisa, ensino, extensão e inovação da UFPA, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Universidade do Oeste do Pará (UFOPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Instituto Evandro Chagas (IEC), Instituto Federal do Pará (IFPA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa – Amazônia Oriental), além de outras instituições parceiras.

modalidade caneca com capacidade de 600t/h cada. A tabela a seguir detalha a capacidade anual projetada de movimentação de produtos.

FIGURA 29 - Complexo Portuário da Embraps de Santarém/PA



Fonte: Rima, 2014.

Ainda conforme o mesmo documento, a estrutura será composta por um pátio com capacidade para receber 938 carretas tipo bi-trem, quatro pátios com capacidade de 110.000 toneladas cada, com estimativa em movimentar até 7.920.000t de soja por ano. O tombador de carretas terá dois edifícios, cada um equipado com quatro tombadores, com a capacidade de descarga de 150t/h e recebimento de 1.200 t/h e mais dois elevadores modalidade caneca com capacidade de 600t/h cada. A tabela a seguir detalha a capacidade anual projetada de movimentação de produtos.

QUADRO 06- CAPACIDADE DE MOVIMENTAÇÃO ANUAL

CAPACIDADE DE MOVIMENTAÇÃO ANUAL			
	FASE I (ton/ano)	FASE II (ton/ano)	TOTAL (ton/ano)
SIST. DE ARMAZENAMENTO	3.960.000	3.960.000	7.920.000
SIST. DE EXPEDIÇÃO *	7.920.000	7.920.000	7.920.000
SIST. DE RECEPÇÃO	4.147.000	4.147.000	8.294.000

OBS*: Taxa de ocupação da Fase I 30 %
OBS*: Taxa de ocupação da Fase II 59 %

Fonte: apresentação da Embraps, 2014

O Rima (2014) indica que:

A construção do terminal está programada para duas fases: a primeira fase das obras e serviços deve durar vinte e quatro meses para

finalização a partir do recebimento da Licença de Instalação. Ao término desta fase, as operações de movimentação de grãos no empreendimento deverão iniciar. O terminal da EMBRAPs planeja movimentar no seu primeiro ano de operação 4,8 milhões de toneladas/ano de grãos soja, (RIMA, 2014, p. 13).

O mesmo documento atesta que carregamento dos granéis será feito por três torres metálicas com pescante móvel com capacidade nominal mínima de 3.000 t/h; vai operar 24h. O documento alerta que a Embraps pretende adquirir novas áreas com vistas à ampliação. O RIMA do projeto relata a que a capacidade anual de exportação em sua primeira fase será de 4,8 milhões de toneladas de grãos de soja.

6.2 – O Complexo Portuário do Maicá – Fases e Processos

O projeto do complexo portuário mobiliza uma complexa rede de interesses e sujeitos em variadas escalas no recente contexto de reinserção da Amazônia aos circuitos globais, notadamente, tendo como base a exportação de produtos primários.

No campo popular, articulados em redes locais, nacionais e internacionais, na defesa de seus territórios e das riquezas que eles agregam mobilizados a partir da condição de classe e de critérios identitários no Lago do Maicá, podemos realçar os seguintes sujeitos: a Colônia de Pescadores Z-20, Federação dos Quilombolas de Santarém (FOQS), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), Pastorais Sociais da Igreja Católica, ONGs, associação de moradores, pesquisadores, Central de Associação de Moradores da Grande Área do Lago do Maicá, igrejas evangélicas e terreiros de umbanda, sobre um território heterogeneamente configurado pela presença de projetos de assentamentos, territórios quilombolas e territórios indígenas.

Na referida área, além de assentamentos urbanos formais e informais, habitam populações ribeirinhas e quilombolas, as quais desenvolvem relação direta com o lago Maicá e com o rio Ituqui, canal formado a partir do rio Amazonas. Tem-se ainda, no entorno do terminal, várias comunidades quilombolas em diferentes fases de titulação do território e Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs) criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Em oposição a estas territorialidades, a Embraps planeja a construção de um pátio regulador de cargas que regularia o fluxo de carretas está previsto para ser implantado na margem esquerda da rodovia estadual PA-370, também nas proximidades de comunidades quilombolas²³. Com relação às rotas de navegação, o mapa a seguir indica os principais mercados consumidores.

A gênese burocrática do Complexo Portuário do Lago do Maicá tem como marco legal a elaboração do Termo de Referência pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará (Semas/PA). A problemática sobre o projeto já inicia daí: a quem caberia responsabilidade sobre o processo, sendo que o rio Amazonas é de responsabilidade federal?

Data de março de 2013 a solicitação de licença ambiental da Embraps para a Semas/PA, bem como a apresentação do referido estudo. Em novembro do mesmo ano a Semas publicou o Termo de Referência para a elaboração do EIA-RIMA pela Embraps, que contratou a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp), Cunha *et al* (2016).

O Termo de Referência exigiu que o EIA-RIMA identificasse na área de influência da obra “todas as áreas legalmente protegidas (Áreas de Preservação Permanente, Unidades de Conservação Federais, Estaduais e Municipais, Reservas Legais, Quilombos, Reservas Indígenas) e ambientalmente sensíveis” Cunha *et al* (2016, p.105). Também conta como exigência a identificação e caracterização das populações tradicionais existentes na área de influência do empreendimento e as possíveis interferências nos respectivos grupos.

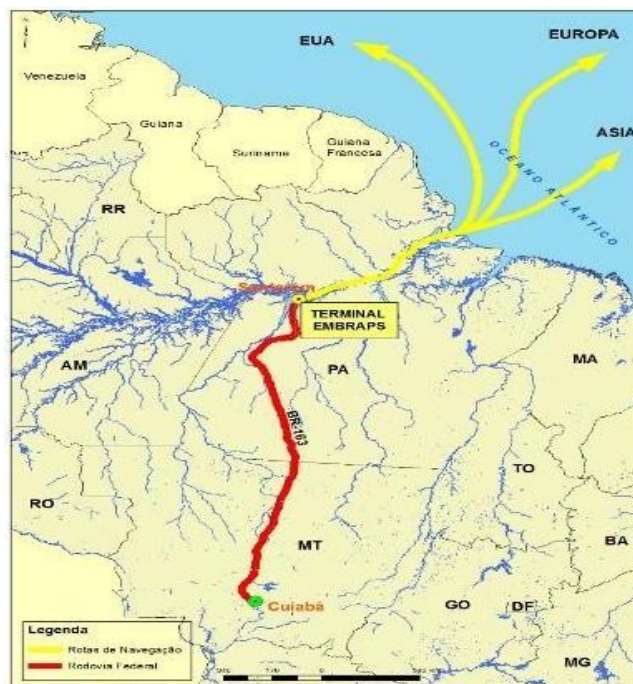
Enquanto os estudos ambientais (EIA) ainda estavam em curso, a EMBRAPS ingressou com pedido de autorização para construção e exploração de terminal privado junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). O empreendimento foi considerado “apto” pela agência reguladora, que logo em seguida comunicou a Secretaria de Portos da Presidência da República “(...) a habilitação da Empresa Brasileira de Portos Santarém Ltda, única participante do Anúncio Público n. 23/2014, realizado em 12/12/2014”⁶⁸.

Cunha *et al* (2016), ao construir a linha do tempo sobre o processo burocrático jurídico, informa que a Semas tornou público em seu site o RIMA elaborado pela Fadesp em outubro de 2015, onde se atesta a presença do Território Quilombola [TQ] do Arapemã, localizado em ilha homônima, do lado oposto do rio Amazonas, distante 4km da área de interesse da EMBRAPS. O referido território foi reconhecido pela Fundação Palmares em 2004. O EIA-RIMA declara que o TQ está fora da área de

⁶⁸ CANDIDO, Cunha *et al*. CONSULTA PRÉVIA, LIVRE E INFORMADA: O CASO DA CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO PORTUÁRIO DO MAICÁ, NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM, PARÁ. In 21º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO AMBIENTAL Teses de Estudantes de Graduação / Papers of Law School Studentsp, p. 87-101. São Paulo, 2016, p.89.

influência direta do empreendimento. A Figura 29 demonstra as rotas de navegação do projeto do terminal portuário.

FIGURA 30– Rotas de Navegação Utilizadas para o Escoamento da Produção do Terminal Embraps.



Fonte: Rima (2014, p.67)

Assim como Cunha *et al* (2016), Arco (2017) e Santos & Martins (2018) sinalizam para uma incongruência sobre os referidos documentos elaborados pela Fadesp sob a encomenda da Embraps. Enquanto no RIMA indica que o TQ não será afetado pelo complexo portuário, o EIA sinaliza que: Na área diretamente afetada pela implantação do Porto da EMBRAPPS no Bairro Área Verde, não foram encontradas populações tradicionais legalmente reconhecidas. No entanto, no lado oposto do rio Amazonas, a cerca de 4010 metros de distância do empreendimento, localiza-se o Território Quilombola do Arapemã reconhecido no ano de 2004, o qual merece algumas considerações por se situar na Área de Influência Direta da Obra [...].

Estas “imprecisões” foram usadas pelas representações das comunidades quilombolas no sentido em provocar o MPF sobre o processo de licenciamento ambiental do projeto. Bem como as normativas estipuladas na Convenção 168 da OIT, que consagra a necessidade da Consulta Prévia, Livre e Informada das comunidades a serem afetadas pelo empreendimento.

Ainda segundo Cunha *et al* (2016) e Santos e Martins (2018) em fevereiro de 2016 os MPs Federal e Estadual interpelam na Justiça Federal, no município de Santarém, Ação

Civil Pública (ACP) contra EMBRAPAS, a ANTAQ, o Estado do Pará e a União, na qual pedem a “suspensão do licenciamento para construção do Terminal Portuário”.

A ACP argumenta que a Fadesp invisibilizou as comunidades remanescentes de quilombos e outras modalidades equivalentes grupos sociais, onde consta:

Em síntese, sustentam que o procedimento de implantação do terminal portuário se encontra viciado porque o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental não previram corretamente a presença de comunidades tradicionais e quilombolas na área de influência do empreendimento e não foi providenciada a consulta prévia, livre e informada a estes grupos populacionais (Convenção OIT nº. 169), (ACP, 2016: p.01).

Com base em documentação produzida pelo INCRA sobre a existência de comunidades tradicionais na grande Área do Maicá, onde consta a presença de comunidades quilombolas que serão diretamente afetadas pelo empreendimento, a ACP (2016) ressalta:

Trata-se de demanda na qual o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL alega vícios no procedimento de implantação de terminal portuário na grande área do Maicá, na cidade de Santarém, ao argumento de que não foi providenciada a consulta prévia, livre e informada das comunidades tradicionais e quilombolas situadas na área de influência do empreendimento, (ACP, 2016, p.02).

O documento mencionado alerta para o contrassenso produzido pelos estudos ambientais assinados pela Fadesp, onde:

[...] conforme Portaria Interministerial n. 60/2015, dos Ministérios do Meio Ambiente, da Justiça, da Cultura e da Saúde, presume-se que há influência a comunidades quilombolas quando o empreendimento portuário, situado na Amazônia, estiver localizado a menos de 10 (dez) quilômetros destas. Ora, o próprio RIMA consigna que há comunidade quilombola a 4 (quatro) quilômetros do local de sua implantação (ACP, 2016, p. 03).

Cunha *et al* (2016) ao cruzarem as informações cartográficas dos relatórios da EMBRAPAS e as bases de dados do INCRA evidenciam as situações de conflitos e de influência direta do projeto, como se nota na figura abaixo, onde merecem destaques os territórios quilombolas do Arapemã e Saracura, localizados na área de influência direta do Terminal Portuário.

A ACP, com base no escopo da Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário pelo Decreto n. 5.051/2004, impõe que as comunidades consideradas tradicionais que estejam sob a área de influência direta do projeto sejam previamente

ouvidas e consultadas, conforme normativa supralegal (art. 5º, §2º, Constituição), que dispõe:

1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:
 - a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;
 - b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes;
 - c) estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim.
2. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas.

Desde a efetivação da liminar assinada pelo juiz federal o processo de licenciamento encontra-se suspenso. No entanto, a suspensão não implicou na imobilização dos setores alinhados ao projeto, dentre eles o sindicato dos ruralistas do município, que mantém diálogo constante com os setores do Mato Grosso.

O capítulo recente sobre o processo de licenciamento do Complexo Portuário recai sobre o andamento da revisão do Plano Diretor da cidade. A assembleia geral da revisão do Plano Diretor ocorrida no ano de 2017 decidiu, após uma grande mobilização dos setores populares aglutinados a partir do Movimento Tapajós Vivo, pela não implantação do complexo portuário no Lago do Maicá. Em contrapartida, a Câmara de Vereadores, ao apagar das luzes do ano de 2018, dias antes do recesso, a despeito da consulta pública, encaminhou o pleito em favor da EMBRAPPS, decisão endossada pelo prefeito Nélio Aguiar (DEM) de forma imediata.

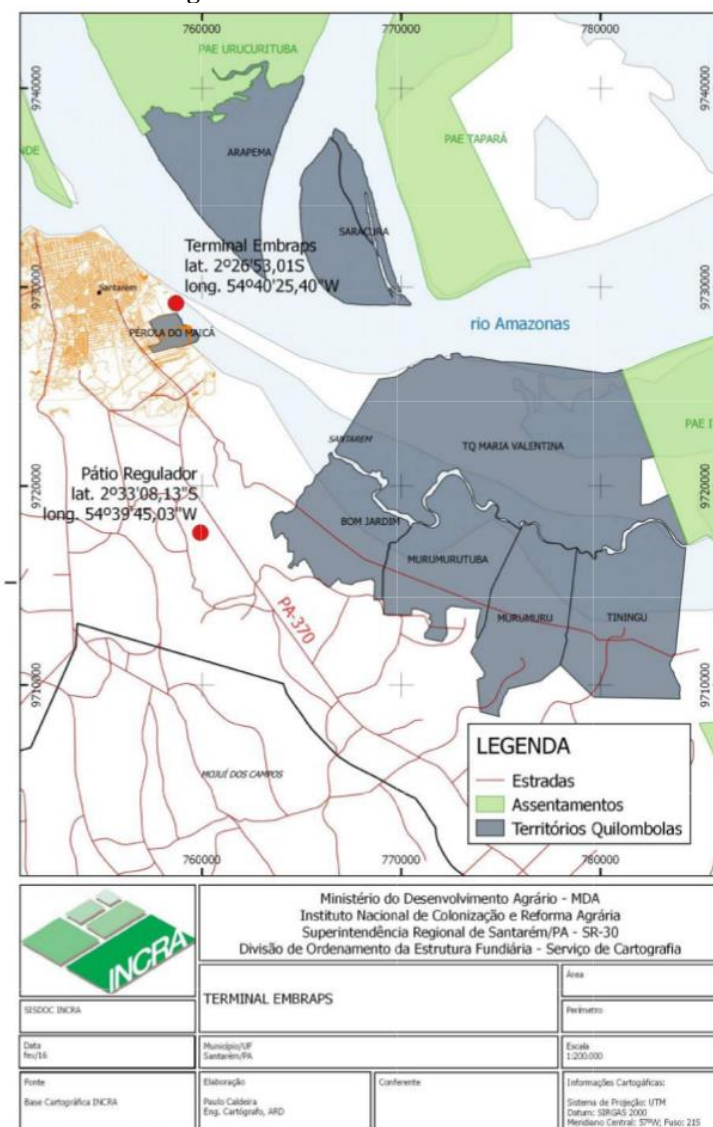
Sarmento, (2019) em construção da linha do tempo, assim sintetizou o percurso do projeto:

- a) Em 2013, a Embraps apresentou estudo ambiental e fez o pedido de licença ambiental junto à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS/PA) para instalação portuária;
- b) Em novembro de 2013, a SEMAS/PA publicou o Termo de Referência (TR) para elaboração de EIA e respectivo RIMA (p. 140 e ss da ACP);
- c) Em abril de 2014, a Embraps ingressou com pedido de autorização para construção e exploração de terminal de uso

privado junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ);

d) Em 12/12/2014 foi realizado o Anúncio Público n. 23/2014 para referida construção; a Embraps foi a única participante e sagrou-se habilitada, (SARMENTO, 2019, p. 76).

FIGURA 31 – Localização do Complexo Portuário da Embraps (Terminal e Pátio Regulador) no Município de Santarém em Relação à Cidade (área urbana), AOS TERRITÓRIOS Quilombolas e aos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas



Fonte: INCRA, 2015. In: MPF e MPE-PA, 2016; Cunha *et al*, 2016, p.100.

Podemos acrescentar ainda pelo menos mais dois itens: a suspensão do processo de licenciamento, ocorrida em 2016, e a revisão do Plano Diretor de Santarém, que se deu em 2017, que favoreceu o projeto do empreendedor em detrimento da decisão da assembleia final do certame, que votou contra a instalação do complexo

Por conta da decisão dos poderes Legislativo e Executivo do município, considerada arbitrária, vários setores da sociedade produziram notas em oposição à decisão por eles tomada em favorecer o interesse privado em detrimento do interesse público. Neste conjunto, temos desde setores da Igreja Católica, setores ligados ao

urbanismo, professores de universidades centrais do país, a exemplo da USP, Ufscar, grupo de professores da UFOPA, ONGs, entre outras. Conseguimos acessar 15 destas notas, onde destacamos algumas que consideramos mais relevantes

Sobre a decisão do legislativo e o executivo local, o Sindicato dos Sociólogos do Estado do Pará (2018), critica:

A Câmara de vereadores de Santarém ao decidir pela autorização de obras portuárias no Maicá, passou por cima da Plenária final de Revisão do Plano Diretor Participativo, que reprovou a ideia. De nada valeram meses de intensos debates entre os mais diversos setores da sociedade – empresariais, acadêmicos, entes públicos e organizações sociais. Com a decisão, a Câmara demonstra não ter compromisso com os anseios da população e atua na contramão do desenvolvimento com sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Já o manifesto animado pela professora da USP, Erminia Maricato, que contou com a adesão de professores da UFRJ, Adauto Cardoso, UFPR, José Ricardo Vargas de Faria, UFSC, Maria Inês Sugai, entre outros, declara que:

A conferência municipal ocorrida nos dias 23 e 24 de novembro de 2017 foi, sem dúvidas, o fórum mais representativo do exercício da cidadania ativa pelas moradoras e moradores de Santarém. Estiveram presentes diversos segmentos da sociedade civil: associações de moradores, empresários, ambientalistas, pastorais, movimento indígena, quilombola, diversos coletivos, estudantes, professores, entre outros. Todas essas pessoas construíram esse espaço como forma de contribuir para discussões acerca do planejamento urbano da cidade, ações que impactam diretamente em suas vidas cotidianas. Nesse fórum, ficou registrada a rejeição do projeto de transformar a Área de Proteção Ambiental do Maicá em área portuária devido às evidentes consequências predatórias ao meio ambiente e às populações cujo sustento depende dos recursos naturais existentes na área.

A nota de repúdio da Federação das Associações de Moradores e Organizações Comunitárias de Santarém (Famcos), entidade que integrou a comissão executiva do processo de revisão do Plano Diretor, salienta que dos 21 vereadores que compõem a Câmara Municipal, somente três participaram de forma esporádica das jornadas de debates. A Famcos esclarece que:

Na Conferência final do processo de revisão do Plano Diretor, duas propostas divergentes e relacionadas à questão portuária foram apresentadas. Numa delas, o agronegócio queria para si o Lago do Maicá, especificamente para a construção de um complexo portuário. Na outra proposta, defendida pela sociedade civil organizada e pelos movimentos sociais, priorizava-se o Lago do Maicá como área de pesca artesanal, turismo de base comunitária e também para embarque e desembarque de pequenos barcos. E foi esta segunda proposta a aprovada pela ampla maioria das pessoas presentes, em sintonia com

as regras e com a dinâmica do Plano Diretor Participativo (PDP) que estava sendo conduzido pela própria prefeitura de Santarém. A vitória da proposta defendida pelos movimentos sociais não foi digerida pelos representantes do agronegócio que saíram ameaçando reverter a situação quando a votação do texto final na Câmara de Vereadores.

O caso repercutiu internacionalmente, a partir do artigo bilíngue assinado por Marcos Colón, publicado às vésperas do Natal. Colón, à época professor do Departamento de Português e Espanhol e membro do Center for Culture, History and Environment (CHE) do Nelson Institute for Environmental Studies, da Universidade de Wisconsin-Madison. Nele, o professor adverte sobre o risco da região vir a se tornar uma *commoditie*.

A decisão da Câmara de Vereadores em atender a demanda do setor do agronegócio e o respectivo endosso do prefeito Nélio Aguiar resultam do contexto da fragilidade da democracia nacional, e ilustram o ambiente de reinserção da região aos circuitos mundiais de trocas desiguais, no qual é premissa pétrea a fragilização dos marcos jurídicos formais que, de certa forma, garantem os processos democráticos de revisão do Plano Diretor municipal. Como bem analisado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida ao tratar de agroestratégias, o setor visa a fragilizar ou suprimir os direitos das populações consideradas tradicionais, destaque aqui para os remanescentes de quilombolas. A seguir, a composição da Câmara de Vereadores de Santarém, que votu em massa a favor da iniciativa privada, composta em sua maioria por partidos conservadores.

QUADRO 07 - Composição da Câmara de Vereadores de Santarém, quando da revisão do Plano Diretor

Nº	NOME	PARTIDO
01	Jandefilson	PSDB
02	Ney Santana	PSDB
03	Maria José	DEM
04	Alysson Pontes	PSC
05	Reginaldo Campos	PSC
06	Júnior Tapajós	PR
07	Antônio Rocha	PMDB
08	Silvio Amorim	PSL
09	Chiquinho da Umes	PSDB
10	Henderson Pinto	DEM
11	Tadeu Cunha	DEM
12	Silvio Neto	PTB

13	Delegado Jardel Guimarães	PTN
14	Otávio Macedo	PSDB
15	André Nobre Pastana (André do Raio X)	PSDC
16	Didi Feleol	PDT
17	Ronan Liberal Jr	PMDB
18	Valdir Marias Jr	PV
19	Alaércio Drogamil	PRP
20	Rogelio Cebuliski (Gaúcho do PSB)	PSB
21	Dayan Serique	PPS

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (TRE)

Ao longo das jornadas, o campo popular tem realizado uma série de ações. O movimento social da região realizou dentro da pauta de debates do Dia da Mulher, ato contra o projeto. Os indígenas, por sua vez, em evento realizado no campus da UFOPA, organizado pelo Fórum Amazônia Oriental (FAOR), o coletivo Tapajós Vivo e o Xingu Vivo, no arcabouço do projeto Mãe da D'água que congrega mulheres indígenas e onde constam a Associação Wakomboru (Munduruku), Associação Parerip (Munduruku do Médio Tapajós), Conselho Indigenista Tapajós Arapiuns (CITA), Conselho Gestor do Povo Ka'apor, Guerreiras da Floresta (Guajajara) da TI Caru. Na ocasião, indígenas, quilombolas, camponeses e pesquisadores debateram nos dias 27 e 28 de abril de 2019 sobre os possíveis impactos do projeto, caso ele venha a ser efetivado. Na ocasião, liderança Munduruku, Alessandra Korap, ao refletir sobre a agenda desenvolvimentista, avalia:

O que o governo tem apresentado a nós é um pacote de morte. Há anos brigamos pelo reconhecimento de nossos territórios, e o avanço é bem pequeno. O governo não entende e não respeita que cada povo tem seu modo de vida, o seu modo de lutar e viver (27 de abril de 2019, Seminário sobre Grandes Projetos no Baixo Amazonas).

Noutro ponto ela alerta para as ações desleais das empresas em processos de licenciamento, e para a necessidade dos sujeitos locais protagonizarem pesquisas. Segundo a liderança,

As empresas que sem permissão dos povos tendem a fotografar e filmar a gente tendem a usar os registros para legitimar audiências e o endosso dos empreendedores. “A gente precisa intensificar o nosso trabalho de educação de base e protagonizar pesquisas para que o nosso povo não seja enganado, (27 de abril de 2019, Seminário sobre Grandes Projetos no Baixo Amazonas).

Daniela Pinto, quilombola e estudante da UFOPA advertiu sobre os impactos que os moradores do Lago do Maicá estão sofrendo por conta do anúncio do projeto, e os embates já travados entre os moradores e a Embraps. “Nosso povo está adoecendo e já notamos o consumo de drogas em nossa comunidade. Este modelo de desenvolvimento é insustentável”, salienta a estudante, que defende a necessidade de união entre indígenas e quilombolas para o enfrentamento das ameaças dos grandes projetos. Abaixo registro do seminário realizado na UFOPA em 2019.

FIGURA 32 Seminário sobre Grandes Projetos Organizado pela Rede Faor



Fonte: Seminário sobre grandes projetos na UFOPA. Foto: Rogerio Almeida (2019)

Em maio de 2016 um conjunto de movimentos sociais que agrupou indígenas, quilombolas e camponeses, ao lado de estudantes, realizou ato público contrário ao projeto e em defesa do Lago do Maicá. Em marcha decidiram pela obstrução de um trecho de confluência da avenida Tapajós com a rodovia Cuiabá, nas proximidades do porto da Cargil, cujo objetivo residia em tornar lento o deslocamento das carretas de soja que abastecem o porto da empresa estadunidense.

O seminário realizado vem a se somar a outras ações de resistência em oposição a agenda de grandes projetos na região. No decorrer dos anos o coletivo Tapajós Vivo tem produzido documentos (cartilhas, livros e vídeos), manifestos, eventos de formação junto ao conjunto do movimento voltados para os mais variados segmentos, e ações de massa, a exemplo da Romaria da Terra e das Águas.

Fomentar debates sobre os impactos dos grandes projetos na região tanto dentro, quanto fora da universidade também faz da agenda de ações políticas e pedagógicas do movimento social local. Uma infinidade de mediações faz /parte destas intervenções,

onde constam frações da Igreja Católica, pesquisadores da região e fora dela, universidades, ONGs, movimentos sociais e redes de outras regiões tanto do próprio estado, quanto de fora, e mesmo de outros países por conta dos diálogos possibilitados pela rede Fórum Panamazônico.

Os debates e trocas de experiências a partir do Fórum Panamazônico tem sinalizado para formas de r- existências em defesa dos territórios das populações locais. A imagem abaixo pela passagem do Dia da Mulher tem como propósito manifestar a oposição ao projeto do Complexo Portuário no Lago do Maicá, onde indígenas e quilombolas ocupam lugar central.

FIGURA 33- Flayer da Manifestação pela Passagem do Dia da Mulher une Quilombolas e Indígenas contra o Projeto da Empresa Embraps



Fonte: redes sociais, 2016

O presente capítulo ambicionou apresentar em linhas gerais a região do Lago Maicá, sublinhando as territorialidades já existentes no mesmo. Territorialidades marcadas pela presença de indígenas Munduruku, populações remanescentes de quilombos e camponeses, local onde empresários pretendem a edificação do Complexo Portuário. A seção buscou ainda apresentar o que é o Complexo Portuário, bem como as formas de resistência a ele protagonizada pelos segmentos organizados do Lago do Maicá, a exemplo da manifestação de jovens estudantes quilombolas, como segue abaixo

A partir do exposto é possível evidenciar a centralidade do papel do Estado na dinâmica da construção de projetos de desenvolvimento, a presença das diferentes frações de classes, bem como o avanço da territorialização do grande capital sobre as terras públicas e os territórios já conformados segundo o uso de diferentes territorialidades locais. A figura 34, abaixo, quilombolas reivindicam a visibilidade diante do avanço dos grandes projetos.

FIGURA 34 - Quilombolas reafirmam a sua existência na área do Lago do Maicá



Fonte: Manifestação contra grandes projetos em Santarém. Foto: Elen Pessoa, 2016

A conjuntura, assim como em tempos coloniais, tende a expropriar as populações locais que, alijadas de suas condições de reprodução econômica, política, social e cultural empreendem, a partir da mediação de inúmeros sujeitos, barricadas de enfrentamento em defesa de seus territórios, numa tentativa de contrariar a agenda das grandes corporações do capital mundial, agências multilaterais, Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Nestes embates, o caráter identitário e o vetor ambiental costumam ser mobilizados como ferramentas políticas contra aqueles que cobiçam a terra, o subsolo, os rios e as matas, onde o recurso da Convenção 168 da OIT tem tido protagonismo.

Tem-se assim, na fronteira, o desencontro de temporalidades mobilizadas por sujeitos que se opõem e se complementam nas disputas territoriais e de sentidos a partir uma totalidade contraditória, onde a reprodução ampliada do capital coexiste com formas de acumulação primitiva, como bem tipifica a sociologia de José de Souza Martins.

Neste sentido, no capítulo seguinte, buscaremos elencar situações de conflitos e formas e recursos de enfrentamentos das populações quilombolas do Baixo Amazonas desde os anos de 1980, quando se desenvolvem os Encontros Raízes Negras (ERN), que serão fundamentais para a criação de associações das comunidades quilombolas, e em

seguida da federação municipal, que irá consagrar como fundamental para a construção de agendas e ações em defesa dos territórios quilombolas.

Trataremos ainda da construção do Protocolo Consulta, produzido com base na Convenção 168, como o expediente mais recente para a defesa territorial do conjunto dos sujeitos que integram a sociodiversidade local, onde encontramos indígenas, camponeses e quilombolas, entre outros. O expediente jurídico tem sido amplamente usado na defesa dos territórios de indígenas, camponeses e quilombolas.

CAPÍTULO VII AQUILOMBAÇÃO NO BAIXO AMAZONAS: CENÁRIOS DE CONFLITOS, ORGANIZAÇÃO E ENFRENTAMENTOS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

A partir de Velasco (2009), ao inventariar a organização do movimento negro no Brasil no período republicano, Guerrero (2012) destaca a Frente Negra Brasileira (FNB). Nascida em setembro de 1931 em São Paulo em pleno período que ficou conhecido como Revolução Constitucionalista, a frente teve com primeiro presidente Arlindo Veiga dos Santos (1902-78). A Frente resulta da organização de quadros das classes laboriosas, com a missão em zelar pela integridade do cidadão negro brasileiro. A FNB é considerada a iniciativa pioneira no enfrentamento do racismo no início da República. Após um interstício, o coletivo voltou a se articular nos anos de 1970.

O Movimento Negro Unificado (MNU), nascido na mesma década de rearticulação da FNB, emerge inicialmente como Movimento Negro Unificado contra o Racismo e a Discriminação Racial (MDRU), lançado nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo em julho de 1978, em plena ditadura, recupera Guerrero (2012) a partir dos registros de Munanga e Gomes (2006) e Domingues (2007). Entre os muitos motivos sobre discriminação, o ato ocorre em protesto à morte de Róbson Silveira da Luz, um operário negro assassinado em uma delegacia da cidade, e ainda a discriminação sofrida por quatro jovens atletas negros expulsos do Clube de Regatas Tietê, em São Paulo. O MNU surge sob a inspiração do marxismo, a consagrar a via política como ferramenta de enfrentamento ao racismo, numa tentativa em avançar a luta para além do campo da educação e do debate moral.

Com relação à conjuntura nacional, no campo da cultura e da política, além da edificação da Nova Carta Magna, o ano de 1988 coincide com o centenário da “abolição”. O ano simbólico anima uma agenda tanto no campo da produção acadêmica, como no de debates e de seminários. No campo da cultura, creio que o evento mais relevante, de grande visibilidade de escala mundial, bem como de apelo popular e de massa, recai sobre parte das escolas de samba do grupo principal do carnaval do estado do Rio de Janeiro ter pautado o tema em seus enredos.

Explicitamente, Mangueira, Beija Flor de Nilópolis, Tradição e Unidos da Vila Isabel contraditam o que teria sido a abolição. O samba da Estação Primeira de Mangueira, “*Cem anos de liberdade: realidade ou ilusão?*”, de autoria dos compositores Hélio Turco, Jurandir e Alvinho, por exemplo, questiona de forma lúdica

o processo da abolição, onde o negro se “livrou” da senzala para ficar preso na miséria da favela:

Será...
 Que já raiou a liberdade
 Ou se foi tudo ilusão
 Será...
 Que a lei Áurea tão sonhada
 A tanto tempo imaginada
 Não foi o fim da escravidão
 Hoje dentro da realidade
 Onde está a liberdade
 Onde está que ninguém viu
Moço...
Não se esqueça que o negro também construiu
As riquezas do nosso Brasil
 Pergunte ao criador
 Quem pintou esta aquarela
 Livre do açoite da senzala
 Preso na miséria da favela
 Sonhei...
 Que Zumbi dos Palmares voltou
 A tristeza do negro acabou
 Foi uma nova redenção
 Senhor..
 Eis a luta do bem contra o mal
 Que tanto sangue derramou
 Contra o preconceito racial
 O negro samba
 Negro joga capoeira
 Ele é o rei na verde e rosa da Mangueira

Unidos de Vila Isabel fez um samba exaltação, onde realça a relevância do líder Zumbi, da negra Anastácia, que não se deixou escravizar, bem como a insurreição quilombola considerada a mais expressiva, a de Palmares, nas terras de Alagoas. Assinam o enredo “*Kizomba, a festa da raça*”, Rodolpho, Jonas e Luiz Carlos da Vila. O samba sagrou-se campeão neste ano, assim evidencia a proeminência no campo da cultura do povo negro, como elemento de (re) existência:

Valeu Zumbi!
 O grito forte dos Palmares
 Que correu terras, céus e mares
 Influenciando a abolição
 Zumbi valeu!
 Hoje a Vila é Kizomba
 É batuque, canto e dança
 Jonga e maracatu
 Vem menininha pra dançar o caxambu
 Ôô, ôô, Nega Mina
 Anastácia não se deixou escravizar
 Ôô, ôô Clementina
 O pagode é o partido popular
 O sacerdote ergue a taça

Convocando toda a massa
 Neste evento que congrege
 Gente de todas as raças
 Numa mesma emoção
 Esta Kizomba é nossa Constituição
 Que magia
 Reza, ajeum e orixás
 Tem a força da cultura
 Tem a arte e a bravura
 E um bom jogo de cintura
 Faz valer seus ideais
 E a beleza pura dos seus rituais
 Vem a lua de Luanda
 Para iluminar a rua
 Nossa sede é nossa sede
 De que o "apartheid" se destrua

O samba da Vila Isabel resulta como desdobramento de ações de aproximação com países africanos, em particular com a medição do músico Martinho da Vila, que havia promovido diálogos entre o Brasil e África, em particular com Angola. Cumpre aqui a recuperação de fatos pretéritos, em que nesta seara de sambas que pautam o tema do negro do Brasil.

Ainda na década de 1960 a Escola Acadêmicos do Salgueiro, com o protagonismo do artista plástico Fernando Pamplona, irá produzir uma série de enredos com a temática de matriz africana, a começar pelo Quilombo do Palmares, Chica da Silva, Chico Rei, Bahia de Todos os Deuses, Festa para um Rei Negro, assim recupera artigo apresentado em encontro da Associação Nacional de História (ANPUH), no Rio de Janeiro, pela pesquisadora Renata Bulcão Lassance Campos, em 2014.

O que mais considero relevante no samba é o fato do mesmo contraditar a leitura oficial e palaciana do tema abolição, que exalta a princesa Isabel, ao mesmo em que refuta o 13 de maio como data a ser celebrada. Converte ainda como fato importante na disputa de narrativas, o movimento negro nacional consagrar o 20 de novembro, dia da morte de Zumbi, e não o 13 de maio, como data da pauta do movimento negro. O 20 de novembro é considerado como feriado em várias cidades do Brasil. Um dia dedicado especificamente para refletir sobre o racismo. Como sublinha um antigo canto de bloco de afoxé: “13 de maio não é dia de negro”.

Nesta direção em contrariar a história oficial, o cenógrafo Pamplona, que por uns anos morou em Xapuri, no Acre, fez uma opção considerada revolucionária ao afrontar os sambas que exaltavam a Coroa Portuguesa ou militares. O caminho de Pamplona foi o de iluminar personagens da política e da cultura de matriz africana.

Nestes embates, já durante a ditadura, ao fim da década de 1970, em tempos marcados pelo avanço da indústria cultural estadunidense, da apropriação das escolas de samba pela contravenção do jogo do bicho, e por consequência, o afastamento das agremiações de suas raízes populares, artistas da primeira linha do samba, aos moldes de Paulinho da Viola, Antônio Candeia Filho (Candeia), Elton Medeiros, Wilson Moreira e Monarco (Hildemar Diniz) edificam o Grêmio Recreativo de Arte Negra Escola de Samba Quilombo, em 1975, sublinha Treece (2018).

Treece (2018, p. 172), sobre missão da Escola de Samba Quilombo, lista como princípios da agremiação, um caráter antirracista e de preservação dos elementos culturais a partir dos próprios sujeitos produtores culturais, onde constam os seguintes pontos:

1. Desenvolver um centro de pesquisas de arte negra, enfatizando sua contribuição à formação da cultura brasileira.;
2. Lutar pela preservação das tradições fundamentais sem as quais não se pode desenvolver qualquer atividade criativa popular;
3. Afastar elementos inescrupulosos que, em nome do desenvolvimento intelectual, apropriam-se de heranças alheias, deturpando a pura expressão das escolas de samba, e as transformam em rentáveis peças folclóricas;
4. Atrair os verdadeiros representantes e estudiosos da cultura brasileira, destacando a importância do elemento negro no seu contexto [...]. (CANDEIA apud Ranulpho, 1976).

Este conjunto de sambas enredos acima, desde os criados por Fernando Pamplona, passando pelos construídos por conta da passagem do centenário da abolição, continuam atuais, colaboram em processos de educação em escolas de nível médio para debates sobre questões raciais, e motivam reflexões em diferentes campos do conhecimento, a exemplo de História, Antropologia, Política, Educação e Artes.

Neste mesmo período em que Candeia e seus parceiros criaram a Escola de Samba Quilombo, nasce em São Paulo o Movimento Negro Unificado (MNU), enquanto em Salvador, no bairro da Liberdade, é criado o bloco afro Ilê Ayê, que ainda hoje exerce relevante papel em defesa da cultura negra e contra o racismo.

Ainda sobre a presente pauta em temáticas de matriz africana, a Estação Primeira de Mangueira vem fazendo nos derradeiros anos algo equivalente ao que a Escola Salgueiro realizou nos de 1960. Destaca-se no repertório recente da Mangueira o memorável enredo “*A História que a História não conta*”, de 2019, autoria de Wantuir e Cacá Nascimento, que contou com a consultoria do escritor, sambista e professor de História, Luiz Antônio Simas. Sublinhamos duas estrofes potentes do samba, que

afronta sobre o apagamento de importantes representantes do movimento negro e de personalidades negras, onde temos:

Mangueira, tira a poeira dos porões
 Ô, abre alas pros teus heróis de barracões
 Dos Brasis que se faz um país de Lecis, Jamelões
 São verde e rosa, as multidões
 [...]

 Brasil, meu denço
 A Mangueira chegou
 Com versos que o livro apagou
 Desde 1500
 Tem mais invasão do que descobrimento
 Tem sangue retinto pisado
 Atrás do herói emoldurado
 Mulheres, tamoios, mulatos
 Eu quero um país que não está no retrato

Ainda no campo da cultura como uma ferramenta política de possibilidades de enfrentamento ao racismo e à história oficial, já nos anos de 1940, no Rio de Janeiro, nascia o Teatro Experimental do Negro (TEN), animado pelo ativista, escritor, ator, artista plástico e deputado Abdias Nascimento, que irá elaborar o conceito de quilombismo. No início dos anos 1950, na USP, Roger Batisde e Florestan Fernandes lideraram o projeto Unesco, voltado para examinar as relações raciais no estado de São Paulo, o que implica numa guinada na agenda da pesquisa das ciências sociais da época.

Abdias Nascimento, em um texto batizado de ABC do Quilombismo, sugere uma *práxis* em várias direções, onde consta a esfera política, educação, ciência e nas tecnologias, que possuem como horizonte além de trincheiras antirracista, a defesa nacionalista, justiça social, equidade, democracia em constante atualização conforme a modificação da conjuntura nacional. Num dos itens, segundo informação disponibilizada no site⁶⁹ do Instituto de Pesquisa Afro-Brasileira (Ipeafro), consta:

O quilombismo advoga para o Brasil um conhecimento científico e técnico que possibilite a genuína industrialização que represente um novo avanço de autonomia nacional. O quilombismo não aceita que se entregue a nossa reserva mineral e a nossa economia às corporações monopolistas internacionais, porém tampouco defende os interesses de uma burguesia nacional. O negro africano foi o primeiro e o principal artífice da formação econômica do país e a riqueza nacional pertence a ele e a todo o povo brasileiro que a produz.

Em um campo menos popular da cultura, na mesma trilha em colocar o negro no primeiro plano da História do país, o cineasta Cacá Diegues vai produzir uma

⁶⁹ Disponível em http://www.abdias.com.br/movimento_negro/quilombismo.htm. Acesso 03 de maio de 2021.

representativa cinematografia. Ele parte do que foi enquadrado como Cinema Novo, originado nos anos de 1960, nascido de reflexões do campo crítico, que possui como fontes escritos de Marx, o intelectual da Martinica, Franz Fanon, o nacionalismo popular de Gramsci, a arte didática de Bertoldo Brecht e o realismo crítico de Lukács, alerta Eiras (2020). Neste período parte da intelectualidade nacional sofria profunda influência da experiência socialista de Cuba.

Ganga Zumba, de 1963, será o primeiro filme do cineasta com enfoque da luta do povo negro. Em 1976 Diegues lança Xica da Silva, personagem protagonizada pela atriz Zezé Motta. Eiras (2020: p.126) relata que o filme foi marcado pela polêmica com relação a forma como a mulher negra foi representada.

Bye bye, Brasil (1979) segue a mesma linha em buscar compreender o país a partir do popular. Nele é possível perceber o avanço do grande capital sobre a Amazônia, em particular ao fazer referência ao projeto Jari, localizado na fronteira do Pará com o Amapá.

Já na década de 1980, Diegues, em parceria com a França, lança Quilombo. Por conta das polêmicas ocorridas sobre o filme Xica da Silva, o cineasta lançou mão para realizar a saga quilombola de consultoria de intelectuais negros, a exemplo de Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Joel Rufino e direção musical de Gilberto Gil, além do antropólogo Roberto da Matta. A obra tomou como referência os livros Ganga Zumba de 1963, uma obra de ficção editada pela Civilização Brasileira, de João Felício dos Santos; e Quilombo dos Palmares, de Décio Freitas, registra Eiras (2020).

Para os padrões do Brasil, o pesquisador considera o filme um épico, onde:

Quilombo é um épico franco-brasileiro grandioso para os padrões brasileiros, ao mesmo tempo em que também é uma clara tentativa de valorizar a identidade negra na história do país. Uma perspectiva utópica que se mistura a uma estética carnavalesca. Tony Tornado personifica Ganga Zumba, enquanto Zezé Motta a guerreira Dandara, o amigo Acaiuba é era vivido por Antônio Pitanga, e Zumbi é vivido por Antônio Pompêo. O bandeirante paulista Domingos Jorge Velho é feito por Mauricio do Valle (EIRAS, 2020: p.130).

Ainda no campo das artes com os olhos direcionados para o Brasil e a questão do negro, no campo do teatro tem-se o espetáculo Arena conta Zumbi. No primeiro ano da ditadura civil-militar (1964), o diretor de teatro Augusto Boal junto ao Teatro de Arena de São Paulo e o Centro Popular de Cultura (CPC), da União Nacional de Estudantes (UNE) encena o histórico show Opinião.

O poeta do sertão do Maranhão, João do Vale (ajudante de pedreiro), o sambista do Rio de Janeiro Zé Ketti (funcionário público), ambos negros, protagonizaram o show que conta ainda no primeiro momento com a artista considerada como bossa novista Nara Leão, e em seguida com a intérprete recém chegada da Bahia, Maria Bethânia. Carcará, Borandá, Partido Alto, Desafio, Missa Agrária são algumas canções que integraram o repertório. Ainda neste ambiente de inquietações da ditadura, surge a organização Var-Palmares, liderada por Carlos Lamarca, numa clara homenagem ao líder Zumbi.

Entendo que as presentes insurgências acima citadas no campo da cultura, da organização política em pautar o debate a temática do negro na historiografia do país representam passos importantes no fortalecimento do conjunto de organizações que irão procurar interferir no ambiente da nova Carta Magna do país de 1980. Podemos ainda assinalar como ações relacionadas com os princípios dos autores que debatem a questão da colonialidade.

Fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, no estado Maranhão setores populares iniciavam a organização para a construção do Centro de Cultura Negra (CCN), idos de setembro de 1979, a partir das ações de militantes que se tornariam históricos no enfrentamento ao racismo no estado, onde constam Magno Cruz, Maria Raimunda (Mundinha) Araújo e Ivan Rodrigues Costa. Bem como no reconhecimento do território quilombola de Frechal, localizado na Baixada Ocidental maranhense, assinala Guerrero (2012).

Sobre a relevância do CCN/MA Natália Guerrero (2012) avalia que:

[...] o CCN do Maranhão se firmaria como um dos mais reconhecidos grupos do movimento negro fora do eixo Rio-São Paulo. Um dos paradigmas de atuação que respondeu pelo reconhecimento da entidade maranhense foi a aposta em atividades de formação, não apenas entre a militância, mas nas instituições de ensino, de forma geral, (GUERRERO, 2012: p.97).

Atuar no campo da educação com a produção de conteúdos e palestras como vistas a elevar a autoestima dos jovens, junto às escolas públicas foi uma das principais estratégias do Centro, recupera Guerrero (2012) ao tratar sobre a trajetória do CCN. Registra ainda alianças com a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDH) e o coletivo de artistas mobilizados a partir do Laborarte, com atuação no teatro, teatro de bonecos, capoeira, artes plásticas e música. A trindade, além de outras instituições do campo democrático possuem

atuação relevante na história da luta pela terra no estado Maranhão junto aos mais diferentes segmentos. Além, claro, dos intercâmbios com movimentos negros de outros estados do país.

Ao refletir sobre a construção do artigo 68 da Constituição Federal de 1988, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que normatiza o reconhecimento de territórios quilombolas, Guerrero mobiliza a análise de Arruti para realçar a importância do CCN/MA e instituições do estado do Pará, onde:

O Maranhão e, depois, o Pará, ocupam um lugar excepcional nessa *outra genealogia* [do artigo 68], não só em função dos números levantados, mas também por serem os estados nos quais a organização dos agrupamentos autodenominados “comunidades negras rurais” começou mais cedo e teve maiores repercussões em termos organizativos. No Pará, a primeira articulação dessas comunidades ocorreu em 1985, com os Encontros de Raízes Negras; porém, uma reapropriação dessa forma de articulação em função do “artigo 68” só aconteceu em 1997. No Maranhão, a organização de informações e dos próprios grupos rurais teve início em 1986, quando os militantes do Centro de Cultura Negra (CCN) começaram a visitar agrupamentos negros do interior do estado para articular o I Encontro das Comunidades Negras Rurais do Maranhão, visando às discussões relativas à redação da nova Carta Constitucional Federal. O Projeto Vida de Negro – surgido desse encontro, em 1987, com o objetivo de mapear as comunidades negras rurais do estado e levantar as suas formas de uso e posse da terra, manifestações culturais, religiosidade e memória oral – serviria como uma *cabeça de ponte* para a organização de novos encontros estaduais e microrregionais que se realizaram ao longo de todos os anos seguintes e que fomentaram o surgimento de várias entidades do movimento negro nos municípios do interior. (ARRUTI, 2006, p. 89-90 *apud* GUERRERO, 2012:p.103).

Sobre a construção do artigo 68, a pioneira militante e educadora da UFPA, Zélia Amador de Deus, uma das fundadoras do Cedenpa (Centro de Estudo e Defesa do Negro no Pará), em entrevistas sobre a história do movimento negro no Pará, sempre realça o protagonismo dos estados do Maranhão e do Pará na conformação do artigo 68. Em entrevista concedida a Amílcar Araújo Pereira em 2006, para o Projeto Memória do Movimento Negro no Brasil, Amador explicita o debate sobre o tema em um congresso nacional pré constituinte organizado pelo MNU, antecedido por vários seminários regionais, onde:

Em 86 o MNU puxou um congresso préconstituinte aberto para todas as entidades do movimento negro do país, independentemente de ser filiada ou não ao MNU. Foi em Brasília em agosto de 86, foi muito interessante porque foi naquele congresso que surgiram as propostas do racismo como crime e também das terras de quilombos, que acabou ficando o Artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição. Quer dizer, essa era uma questão que você já vinha discutindo também. Eu

me lembro que em 87 o tema do Encontro de Negros do Norte e Nordeste que nós sediamos foi “Terra de quilombo”. Então antecipando a Constituição a gente já estava discutindo isso fazia horas. O Pará e o Maranhão já discutiam, até porque foram instados para isso. No Maranhão tinha a Mundinha lá no CCN sendo pressionada pela situação do pessoal do Frechal, que vivia uma situação difícil; aqui tinha o Cedenpa sabendo da situação dos negros lá de Oriximiná, imprensados pela criação da Mineração Rio do Norte e pela criação da reserva biológica que acabou fechando parte do rio Trombetas para as comunidades negras que tradicionalmente moravam lá. Quer dizer, de um lado se cria a reserva biológica e do outro se cria a Mineração e as margens se fecham e o pessoal de algumas comunidades passa a ser peão da Mineração Rio do Norte. Essa coisa estava presente também, não só para o CCN, mas também para o Cedenpa, o que fez com que a gente fosse gestando a proposta que vai dar no Artigo 68 das Disposições Transitórias, (PEREIRA, 2020: p.24/25).

Um dos desdobramentos dos combates travados em terras do Maranhão e que se tornou uma espécie de referência é o território de Frechal. Ele vai animar as lutas no estado do Pará, e antecede a criação do primeiro território essencialmente considerado como quilombola, o de Boa Vista, localizado na região do rio Trombetas, marcado pela presença minerária, no município de Oriximiná.

Com relação às pelejas em Frechal e os desdobramentos para o reconhecimento, Guerrero registra que:

[...] apesar de poder reivindicar para si o importante título de primeira comunidade remanescente de quilombo oficialmente reconhecida, os *pretos de Frechal*, como em muitos documentos se autodeclararam, não tiveram direitos territoriais reconhecidos exclusivamente nos termos das disposições do artigo 68. Afigurou-se, assim, uma alternativa para solucionar o conflito fundiário em Frechal, alterando a base fundamental de seu pleito – de espaço etnicamente configurado, passava-se para a perspectiva da conservação ambiental. “Convivência harmônica com os recursos naturais que os envolvem” – esse passou a ser o cerne da proposta de criação da Resex Quilombo do Frechal, que veio à luz no início de 1992. De quilombolas, aos olhos do Estado, a população de Frechal passa a integrar o campo das *populações tradicionais*, (GUERRERO, 2012: p.119).

Três anos depois do caso de Frechal, Boa Vista recebe a titulação como território quilombola. Pode-se assinalar que as trocas de experiências e construções entre o Maranhão e o Pará, além dos diálogos com as entidades do Sudeste do país colaboraram no processo de lutas. Tem-se desde sempre a estratégia de ações em redes para o enfrentamento de um adversário comum, que seja o grande capital.

Archanjo (2015) com base em dados do INCRA, esclarece que o Quilombo de Boa Vista ocupa uma área de 1.125,0341 hectares, com capacidade de assentamento

para 112 famílias (INCRA, 1995). Atualmente, estima-se uma população de aproximadamente 200 famílias, um crescimento observado por seus moradores desde a instalação do Projeto Trombetas. E, está localizada à margem direita do rio Trombetas, município de Oriximiná-Pará, fazendo fronteira ao norte com a Reserva Biológica do Trombetas, ao leste com a Floresta Nacional Saracá-Taquera e ao sul com a Mineração Rio do Norte. Assim como Frechal representa um caso emblemático.

A chegada do casal de negros fugidos Antônio Honório dos Santos e Maria José Conceição é tido como o início da quilombação. O casal havia escapado do cativeiro de fazendas de gado e de cacau da região de Santarém e de Óbidos. O nome Boa Vista decorre da excelente localização, que possibilita visualizar a chegada de estranhos ao local pelos dois lados do rio Trombetas, informa Archanjo (2015).

Ao longo dos anos o principal embate da população quilombada tem sido com a mineradora Vale, antes nomeada como Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), representada na região do Trombetas pela empresa Mineração Rio do Norte (MRN), que ainda em 1977 passou a controlar 85.258 hectares. Nestes casos da presença do grande capital em rincões amazônicos, a primeira medida das empresas é estabelecer a proibição que as populações cacem, pesquem ou realizem extrativismo nas florestas. O capital priva o coletivo da diversidade social local do uso comum da terra e das riquezas. Expropria, pilha, saqueia, descortina um conjunto de violências.

As referidas situações de conflitos impulsionam a organização política das populações afetadas pela expropriação promovida pelo grande capital. Assim o conjunto de associações quilombolas de Oriximiná forja a criação da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO), registra a reportagem do *Le Monde Diplomatique Brasil*⁷⁰, quando da passagem dos 20 anos da titulação, celebrado em 2015.

Conforme reportagem de Bianca Pyl tendo como base informações da Comissão Pró Índio de São Paulo, que monitora os processos de titulação de territórios quilombolas, a avaliação é que ao longo de duas décadas os governos federal e estadual não criaram ou consolidaram uma política efetiva de regularização fundiária das terras quilombolas, com metas, equipe técnica e compatível com a demanda. Naquele ano existiam 1.500 processos de pedido de regularização fundiária.

⁷⁰ Disponível em <https://diplomatique.org.br/primeira-titulacao-de-terra-quilombola-no-brasil-completa-20-anos/>. Acesso em setembro de 2021.

No balanço daquele ano, dados da Comissão Pró-Índio analisados pela reportagem dão conta que a maior parte das terras tituladas ocorreram pelos governos do Pará e Maranhão:

A maior parte das terras quilombolas foram tituladas pelos governos estaduais, em um total de 132 titulações. Porém, elas estão concentradas no Pará e Maranhão, onde esses governos foram responsáveis por titular 49 e 52 terras, respectivamente. O governo da presidenta Dilma Rousseff tituló 16 terras, 15 delas apenas parcialmente. A dimensão regularizada por Dilma soma cifras bem modestas: apenas 11.636 hectares (PYL, 2015, p.02)

A PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 215 se constitui com outra ameaça na penosa jornada de reconhecimento dos territórios de quilombolas, indígenas e de unidades de conservação. Uma das bandeiras da bancada ruralista almeja transferir do poder Executivo para o Legislativo a atribuição em regularizar terras TQ, TI e UCs.

7.1 Encontro Raízes Negras do Baixo Amazonas

Nos anos 1980, durante o processo de redemocratização do país, um cipoal de representações do campo popular e democrático busca a efetivação de direitos das populações remanescentes de quilombos. Assim emergem no país instituições voltadas para este fim, como é o caso do Centro de Cultura Negra (CCN), no estado do Maranhão, Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (Cedenpa), entre outras experiências país afora, o que ratifica a tese de aquilombação como um processo contínuo e escala nacional, como preconiza os escritos de Clóvis Moura.

No caso particular dos processos organizativos no Baixo Amazonas, Quaresma (2019) evidencia o papel como articuladora da professora Idaliana Marinho de Azevedo, que junto com outros sujeitos organizaram um encontro entre 24 a 26 de junho de 1988, na comunidade de remanescente de quilombo de Pacoval, no município de Alenquer, o que constitui o ponto inaugural do Encontro Raízes Negras (ERN), que a cada episódio publicava uma carta aberta com os desdobramentos de cada evento e os encaminhamentos de agenda de luta. Os ERNs ocorreram com diferentes intervalos temporais entre 1988 a 2018, num total de 11 eventos. Destes 11 encontros, foram encontradas sete cartas. A pesquisa de Quaresma verificou que a ausência do documento final dos ERNs dos anos de 1997, 1999, 2002 e 2018.

Temos assim um recorte temporal de três décadas, marcadas por grandes transformações no cenário econômico, político e cultural do país e da região, em uma conjuntura contraditória, em que ao mesmo que os sujeitos historicamente

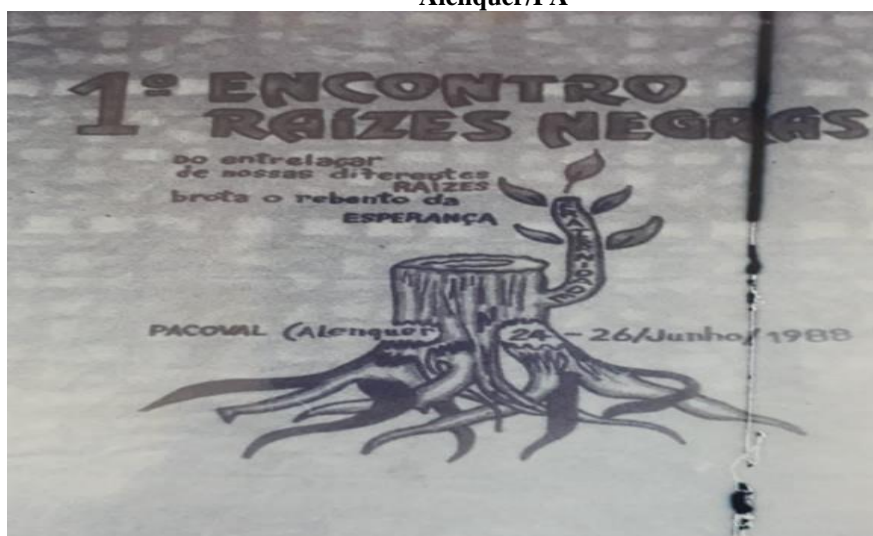
marginalizados ocupam as arenas políticas na disputa pelo poder, tem-se a reafirmação de uma aliança de frações de classe de teor conservador.

Uma aliança do atraso, cristalizada pela manutenção da grande propriedade, presença de corporações do grande capital a controlar grandes porções de terras, aprofundamento de monocultivos e ampliação do uso de agrotóxicos, edificação de grandes obras de infraestrutura para atender a este setor, pauta de revisão de direitos no Congresso Nacional, criminalização das lutas do campo, manutenção de violências contra o heterogêneo universo social da região, por conta da mercantilização da natureza e recrudescimento de agenda desenvolvimentista, como tratado em seções anteriores, e experiência de governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Apesar das adversidades, mesmo no período da transição democrática, os setores populares atrelados à categoria quilombolas do Baixo Amazonas edificaram seus espaços políticos. Com relação aos principais pontos de pauta do I ERN, constam: educação das crianças, jovens e adultos, infraestrutura precária, sobreposição de terras, problemas agrários e fundiários, invasões de territórios quilombolas, sendo a busca pela regularização fundiária um destaque da agenda.

No conjunto de instituições de diálogo da luta quilombola na região, tem-se: Ministério Público do Pará, INCRA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Secretarias municipais, Comissão Pró-Índio, Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Centro de Estudos do Negro do Pará (CEDENPA), ONGs, Quaresma (2019). A Figura 34 abaixo cartaz do primeiro encontro ERN.

FIGURA 35 Cartaz do I Encontro Raízes Negras, realizado na Comunidade de Pacoval, Alenquer/PA



Fonte: TCC de Quaresma (2019: p. 84)

A carta é o principal registro da ação. Sobre o principal objetivo do encontro, o referido autor ressalta que residia em aproximar o povo preto dos quilombos de Alenquer, Óbidos e da região do Trombetas (município de Oriximiná). Ao melhor estilo comunal, a reunião foi possível por conta da soma da colaboração de pessoas físicas, frações da Igreja Católica e a Secretaria de Cultura do Pará (Secult). Um mutirão, aqui é denominado como puxirum. Este puxirum possibilitou o encontro de duas históricas lideranças das comunidades, Santa Rita, do quilombo de Pacoval, Alenquer e Donga, da região do Trombetas, conta Quaresma (2019).

Com relação ao processo organizativo das comunidades quilombolas, cumpre aqui mobilizar a edificação destes sujeitos políticos diante do processo de expansão do grande capital sobre a região, a exemplo da criação da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná, fundada em julho de 1989, que aglutina 37 comunidades e se configura como uma resposta ao processo de expropriação sofrido de suas terras por conta da instalação da Mineração Rio do Norte (MRN), que explora bauxita no município desde os anos de 1980.

O projeto foi instalado no conjunto de projetos do Programa Grande Carajás (PGC), como já realçado em outras partes deste trabalho. Quando da implantação destes, ocorre o impedimento de acesso à terra, à floresta, aos rios e espaços sagrados dos moradores nativos por conta dos interesses privados da empresa.

Como ocorrido em Oriximiná, nos dias atuais, questão semelhante se manifesta na cidade de Óbidos, por conta de um projeto de linha de transmissão de energia da Eletronorte, que deverá atender a demanda de Oriximiná, Juruti e Parintins. Se construído, o linhão afetará duas comunidades quilombolas. Drama semelhante com relação a linhas de transmissão de energia vivem as comunidades quilombolas do município de Jambuaçu, da cidade de Moju, nas proximidades de Belém.

Ainda no Baixo Amazonas, em Alenquer, tem-se situações por conta de monocultivo de açaí, na qual, por se tratar de cultura em grande escala e domesticada, é recorrente o uso de agrotóxico. A empresa Amazonas Ltda, ocupa uma área de 1.445 hectares desde 2009. Já no caso de Santarém, a ameaça reside em projeto de um Complexo Portuário, esclarece Quaresma (2019).

Nestes termos a terra de trabalho é alçada à categoria de terra de negócio. A terra comunal é apropriada pelo interesse privado. A cerca prevalece em detrimento do livre acesso e circulação de pessoas. Carros e lanchas das empresas passam a fazer parte do cotidiano do lugar. Bem como empresas de segurança. O tempo do capital impera. Por

todos os locais, a marca da empresa prevalece: fardas, placas e veículos. A farda da empresa ou de terceirizadas emerge como símbolo de diferenciação de classe, de inserção no mercado de trabalho de uma parcela da população.

Sobre os principais pontos de pauta dos ERNs, Quaresma (2019) resume que, além da inquietação com relação ao território, destacam-se: I) a necessidade de um constante processo de conscientização que provoque nos moradores assumir-se como negro e a valorização dos antepassados, e que estes termos sejam inclusos nas escolas; II) necessidade constante de organização política, tendo como meta o fortalecimento da comunidade e da categoria para poder reivindicar seus direitos; III) defesa do território a partir de permanência na comunidade; IV) responsabilidades com a educação das crianças e capacitação de professores. Interessante aqui neste conjunto é a inquietação constante com a educação e a formação do conjunto da comunidade a partir de elementos que valorizem os aspectos culturais da categoria. A seguir, um mosaico com cartazes de diferentes edições dos ERNs.

FIGURA 36 Mosaico I com Cartazes dos Encontros Raízes Negras (ERNs)



Fonte: TCC Quaresma (2019: p.86.89 e 91). Organização: Rogerio Almeida (2020)

A sistematização do conjunto de encontros realizada por Quaresma (2019), indica que geograficamente ocorre a concentração dos mesmos nas cidades de Óbidos,

Alenquer e Oriximiná. Talvez pelo fato dos mesmos municípios aglutinarem o maior número de comunidades de remanescentes de quilombo da região.

Ainda que Santarém tenha abrigado somente em única ocasião o evento, ocorrem no município outras ações a partir das pautas do movimento negro em particular nos espaços da UFOPA e da UEPA, e tantas ações com a mediação dos ministérios públicos federal e o estadual. Aqui cumpre sublinhar o expressivo número de discentes indígenas e quilombolas na UFOPA, o que representa um importante da ampliação da democracia, a partir do acesso à educação.

No percurso dos debates, a questão da titulação da terras e violências cometidas pelo grande capital, com acentuada preocupação às comunidades quilombolas de Oriximiná, que além da mineração convivem desde a década de 1980 com a ameaça da construção de complexos hidroelétricos, pauta está reavivada nos derradeiros anos. Fosse sintetizar as pautas do conjunto de encontros, reside na defesa do território a principal inquietação. Tem-se ainda o campo da educação, da saúde meio ambiente, da cultura e de gênero. No mosaico abaixo, mais cartazes dos ERNs.

FIGURA 37 Mosaico II com Cartazes dos Encontros Raízes Negras (ERNs)



Fonte: TCC Quaresma (2019: p. 94,96,98 e 99). Organização: Rogerio Almeida (2020)

Nota-se no conjunto dos eventos um entendimento sobre os direitos a eles negados, em particular, o direito de titulação coletiva da terra. Em todos os encontros o Artigo 68 das disposições transitórias é citado. E, para tanto, é recorrente nos documentos exigir do INCRA e do Iterpa (Instituto de Terras do Pará) agilidade no processo de titulação. Neste percurso de luta, deu-se a titulação da Comunidade Boa Vista, do

município de Oriximiná, ocorrida no dia dedicado à Consciência Negra, 20 de novembro de 1995, sete anos após a promulgação da Carta Magna. A Figura 42 exhibe mais um mosaico com cartazes dos ERNs. E o quadro 07 os processos de pedido de titulação dos territórios quilombolas no Baixo Amazonas.

FIGURA 38 Mosaico III com cartazes dos Encontros Raízes Negras (ERNs)



Fonte: TCC Quaresma (2019: p. 108 e 113). Organização; Rogerio Almeida (2020)

QUADRO 08 Relação de Processos Abertos/Ano

ORDEM	PROCESSO	COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ANO
01	54105.002167/2003-17	Arapemã	Santarém	2003
02	54105.002168/2003-61	Murumurutuba	Santarém	2003
03	54105.002169/2003-14	Saracura	Santarém	2003
04	54105.002170/2003-31	Murumuru	Santarém	2003
05	54105.002170/2003-31	Bom Jardim	Santarém	2003
06	54105.002170/2003-31	Tinguã	Santarém	2003
07	54105.000030/2004-21	Patuá de Umirizal	Óbidos	2004
08	54100.002189/2004-16	Alto Trombetas (Mãe Cué, Sagrado Coração de Jesus, Tapagem, Paraná do Abuí e Abuí)	Oriximiná	2004

09	54100.000755/200 5-28	Ariramba	Óbidos	2005
10	54501.009417/200 6-10	Pérola do Maicá	Santarém	2006
11	54501.016339/200 6-18	Muratubinha. Mondongo e Igarapé- açu dos Lopes	Óbidos	2006
12	54501.016340/200 6-34	Nossa Senhora das Graças (Paraná de Baixo)	Óbidos	2006
13	54501.016341/200 6-89	Arapucu	Óbidos	2006
14	54501.016342/200 6-23	Peruana	Óbidos	2006
15	54501.007690/200 7-91	Maria Valentina (Comunidades Nova Vista de Ituqui, São Raimundo do Ituqui e São José do Ituqui)	Santarém	2007
16	54501.002737/201 3-78	Patos do Ituqui	Santarém	2013
17	54501.001830/201 4-46	Cachoeira Porteira	Oriximiná	2014
18	54501.001765/201 4-59	Alto Trombetas II (Moura, Jamari, Curuçá, Juquirizinho, Juquiri Grande, Palhal, Nova Esperança e Erepecu/Último Quilombo)	Oriximiná	2014

Fonte: INCRA/ Relatório da Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas –DFQ/2018

Praticamente um tempo recorde, a considerar a morosidade da maioria dos casos, como ocorre no município de Santarém, onde existem processos protocolados desde os anos de 2003, conforme dados do próprio INCRA, como pode se verificar abaixo no quadro 07.

Segundo os dados do relatório do INCRA da Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (2018), o estado do Pará tem 66 processos abertos solicitando reconhecimento territorial, sendo 18 localizados no Baixo Amazonas. Dos estados da região, o Pará lidera em número de processos, seguido dos estados do Amapá e do Tocantins, que possuem 33 cada. Já o Maranhão, que desde tempos imemoriais sempre manteve relações com o Pará, realce ao comercio de escravos, possui 399 processos, número seis vezes superior aos processos do Pará, como demonstra o quadro 08.

QUADRO 09 Distribuição de Processos Abertos por Região

REGIÃO	Nº DE PROCESSOS
NORTE	142
NORDESTE	977
CENTRO OESTE	118
SUDESTE	327
SUL	151
TOTAL	1.715

Fonte: INCRA/ Relatório da Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ/2018

Conforme os dados Relatório da Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas do INCRA, que totaliza 1,715 processos de pedido de titulação, o Nordeste lidera em número de processos no país, onde possuem destaque os estados do Maranhão (399) e a Bahia (292) lideram com folga, seguidos de Pernambuco, com 57 processos e Ceará, com 32.

No caso do Centro Oeste, cabe ao estado do Mato Grosso a liderança com 73 processos, seguido do Mato Grosso do Sul, com 18 e Goiás com 16. Com 232 processos a liderança do Sudeste cabe ao estado de Minas Gerais, acompanhado de São Paulo, 51 e do Rio de Janeiro, com 26. E, por fim o Sul, cuja hegemonia é do Rio Grande do Sul, que contabiliza 96 processos, seguido do Paraná com 38 e Santa Catarina com 17. Como reflete Clovis Moura, a aquilombação está territorializada por todo o território nacional.

No que tange ao território do Baixo Amazonas, o que provoca estranhamento é a ausência de processos do município de Alenquer. O primeiro bloco de pedido de reconhecimento territorial datado de ano de 2003, que agrupa seis territórios do município de Santarém, incluso os localizados no Planalto Santareno, aguardam a certificação há 18 anos. Quase três vezes o tempo que o quilombo de Boa Vista, o primeiro a ser certificado, levou. Os territórios aqui analisados fazem parte deste bloco.

É justo contra esta morosidade que as representações das comunidades empenham esforços, ainda mais por conta da presente conjuntura, que conjuga o governo que opera em direção contrária às pautas reivindicatórias indígenas, quilombolas e camponesas, e ao avanço da fronteira do capital.

Para que o território quilombola seja certificado, inúmeras etapas devem ser vencidas, Quaresma (2019), com base nas informações do INCRA, assim sintetizou o percurso, como informa o quadro 09:

QUADRO 10 Passo a passo da Titulação do Território Quilombola

Autodefinição quilombola	A comunidade quilombola, assim como qualquer outro grupo social, tem direito à autodefinição. Para regularizar seu território, o grupo deve apresentar ao INCRA a Certidão de Autoconhecimento emitida pela fundação cultural Palmares
Elaboração do RTID	A primeira etapa da regularização fundiária quilombola consiste na elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), visando o levantamento de informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas, etnográficas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas. O RTID tem como objetivo identificar os limites das terras das comunidades remanescentes de quilombos
Publicação do RTID	Os interessados terão o prazo de 90 dias, após a publicação e as notificações, para contestarem o RTID juntos à Superintendência Regional do INCRA, juntando as provas pertinentes. Do julgamento das contestações caberá recurso único ao conselho diretor do INCRA Sede, no prazo de 30 dias a contar da notificação.
Portaria de reconhecimento	A fase de identificação do território encerra-se com a publicação de portaria do Presidente do INCRA que reconhece os limites do território quilombola no Diário Oficial da União (DOU) e dos estados.
Decreto de desapropriação	Nos casos em que há imóveis privados (títulos ou posses) incidentes no território, é necessária a publicação de Decreto Presidencial de Desapropriação por Interesse Social (Presidente da República). Os imóveis desapropriados serão vistoriados e avaliados conforme os preços de mercado, pagando-se sempre previamente e em dinheiro a terra nua, no caso dos títulos válidos, e as benfeitorias.
Titulação	O Presidente do INCRA realizará a titulação mediante a outorga de título coletivo, imprescindível e pró-indiviso à comunidade, em nome de sua associação legalmente constituída, sem nenhum ônus financeiro. É proibida a venda e penhora do território.

Fonte: TCC de Quaresma (2019: p.51).

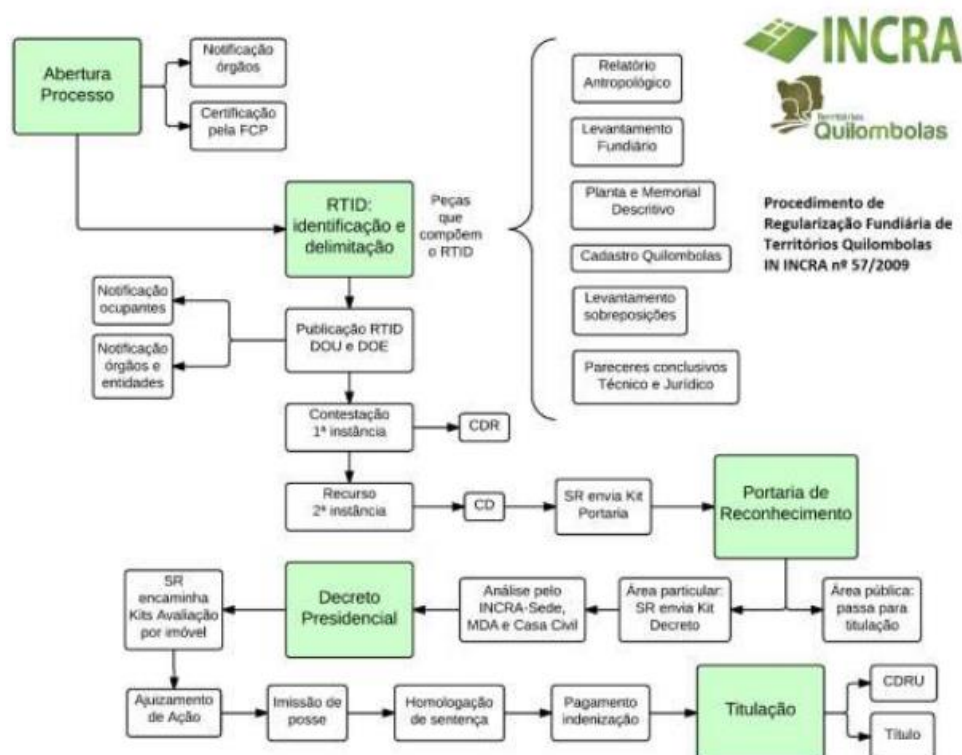
Os quilombos aqui revisados, Murumurutuba e Tiningu, todos possuem os relatórios exigidos para efeito de titulação. Deste conjunto, o Tiningu recebeu a portaria de reconhecimento.

Nesta direção das bandeiras de luta dos ERNs, relatos sistematizados por Quaresma (2019) tem-se o registro entre mil a mil e quinhentas pessoas participando de cada evento, realizado regularmente desde 1988. Porém, quando da primeira eleição do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), durante todos os mandatos da legenda, os ERNs deixaram de ser realizados. A iniciativa é retomada somente no ano de 2016, quando do golpe que interrompeu o segundo mandato de Dilma Rousseff.

O fenômeno de acomodação das lutas populares quando da eleição de um governo do campo popular, não é um caso isolado. Em vários setores terá o mesmo

desfecho, como a redução de ocupações de terras durante os governos do PT. Acomodação, em certa medida, explicada pelo esvaziamento dos quadros das representações das instituições populares que agitavam a luta dos diferentes campos, e que passaram a ocupar cargos públicos ou de outras assessorias. O fluxograma (figura 43) a seguir corrobora com as informações do quadro 09, sobre o percurso até a titulação definitiva do território.

FIGURA 39 – Fluxograma do Processo de Titulação de Território Quilombola



Fonte: INCRA/ Relatório da Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ

7.2 O Protocolo Consulta como instrumento de enfrentamento aos grandes projetos e de relação com o Estado

No ano de 2016, ainda no governo de Dilma Rousseff (PT) foi implementado um complexo hidroelétrico nos rios Teles Pires e Tapajós, na fronteira do Pará com o Mato Grosso, materializado a partir das usinas de Teles Pires e São Manoel. O projeto sufocou terras do território do povo Munduruku em espaço considerado como sagrado pelos indígenas, adverte Oliveira (2019).

Ainda conforme o mesmo autor, com vistas a evitar o mesmo desfecho para o Projeto da Hidroelétrica de São Luiz do Tapajós, agendado para ser erguido no município de Santarém, os indígenas protagonizaram a realização do processo de

construção do Protocolo Consulta. A ação dos indígenas e a intervenção do Ministério Público Federal colaboraram para a suspensão do licenciamento do projeto.

Todavia, cumpre registrar a face autoritária e violenta do Estado com a presença de força militar das polícias estadual (Civil e Militar), Força Nacional e Polícia Federal mobilizada no sentido em constranger o povo Munduruku a manter a presença de estranhos em seus territórios com vistas a coletar dados sem a anuência das representações políticas dos indígenas. No oeste paraense o povo Munduruku encontra-se distribuído em 128 aldeias na região do Baixo, Médio e Alto Tapajós.

Se viabilizada, a UHE de São Luiz Tapajós deverá inundar parte da Terra Indígena Sawré Muybu, adverte Oliveira (2019) com base no Protocolo Consulta do Povo Munduruku. Como boa parte de TIs e Territórios Quilombolas, a TI Sawré ainda não foi homologada. Para além da realização do Protocolo Consulta entendido como um recurso do campo jurídico para a defesa do território como condição essencial de sua reprodução e segurança, o Povo do Munduruku tem realizado a autodemarcação que conta com apoio de vários pesquisadores.

As duas ações somadas representam algumas das formas recentes de enfrentamento aos grandes projetos e de relação com o Estado. O documento dos Munduruku foi entregue ao governo federal em 2014, ainda na gestão do PT. A ação dos indígenas animou que outras modalidades de grupos sociais da região do Baixo Amazonas adotassem o mesmo recurso de resistência aos grandes projetos, a exemplo das comunidades de remanescentes de quilombos.

No caso do Protocolo Munduruku, relevante registrar que cabe ao povo a definição do período dos encontros para debater o projeto, bem como que o diálogo dever ser realizado em língua Munduruku a ser traduzida para os não índios, que os estranhos ao povo convivam na comunidade, que as reuniões sejam realizadas nas aldeias, e não nas cidades, e em datas fora da agenda de trabalho e dos ritos religiosos dos indígenas.

Ao se comparar a experiência do Protocolo Consulta com o processo de audiências públicas para efeito de licenciamento ambiental, tem-se assim a inversão autoritária que costuma imperar nas audiências públicas organizadas pelo Estado, onde os demais sujeitos envolvidos devem se adequar à dinâmica e à agenda das autoridades públicas e das corporações interessadas nos empreendimentos, bem como aos ritos de apresentação, intervenção e sugestões, que não se tem notícia após a realização de audiências sobre as questões e dúvidas publicizadas durante o processo.

O documento do povo Munduruku compreende que para além da defesa de seus territórios, alerta para necessidade de se preservar a integridade de povos isolados da região, bem como comunidades não indígenas, a exemplo de Montanha e Mangabal, protagonizadas por beiradeiros. O Protocolo Munduruku revela a visão sobre a totalidade dos sujeitos envolvidos nos processos de lutas e a necessidade de ação conjunta entre os sujeitos colocados em condições de subalternização.

Sobre o presente entendimento da necessidade de unidade na luta, percebemos em inúmeras ações em defesa de suas integralidades territoriais, a ação conjunta entre os indígenas, camponeses e representações das populações remanescentes de quilombos. Como já tratado antes, em debates nas universidades, em marchas locais e extra local contra as ações e agenda do presente governo, na realização de protocolos, fóruns e coletivos da região, a exemplo do Tapajós Vivo, e mesmo na escala da Panamazônia, como a troca de experiências promovidas nas dinâmicas de realização do Fórum Social Panamazônico.

Quem também logrou êxito momentâneo no enfrentamento contra a agenda desenvolvimentista baseada na lógica do grande projeto foi o povo Juruna, da região da Volta Grande do Xingu, local onde foi erguido a Hidroelétrica de Belo Monte. Apesar de todos os alertas de um conjunto de pesquisadores dos mais diferentes campos do conhecimento organizados a partir do Painel de Especialistas, o governo Rousseff articulou ferramentas e processos com vistas a construir o empreendimento, onde se registrou a permanência de históricos sujeitos avessos à democracia do país, a exemplo do economista Delfim Neto e o então Ministro de Minas e Energia, Edson Lobão, entre tantos outros.

O povo Juruna da TI Paquiçamba (Yudjá), como tantos outros da região do Xingu, foi afetado por Belo Monte. Contudo, empenhou esforços na realização do seu Protocolo Consulta no sentido em frear o empreendimento da mineradora canadense Belo Sun, agendado para a mesma região da Volta Grande do Xingu. Efetivado, o projeto será a maior mina de exploração de ouro a céu aberto do Brasil, Oliveira (2019).

O referido autor lembra que o documento foi apresentado em 2017, já durante o governo do presidente Temer, quando a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará (Semas) já havia emitido a licença prévia e de instalação, apesar de pareceres contrários de instâncias como o Ministério Público Federal, Ibama, Funai e Conselho Nacional de Direitos Humanos. Assim como o processo de licenciamento do projeto hidroelétrico de São Luiz Tapajós, o da mineração encontra-se suspenso.

Sobre o cenário na TI Paquiçamba o Protocolo Juruna alerta que:

Estamos preocupados com nossas crianças e com a nossa permanência na nossa terra. Antigamente, vivíamos em paz, sem perturbações. Hoje em dia, estamos preocupados com nossas mulheres e filhos, pois há muitos estranhos circulando pela região próxima à terra. Muitas fazendas se instalaram perto das aldeias e desmataram quase toda a floresta vizinha da Paquiçamba, (OLIVEIRA 2019: p.144).

Na apresentação do livro **Protocolos de consulta prévia e o direito à livre determinação (2019)**, organizado pela jornalista Verena Glass, com apoio da Fundação Rosa Luxemburgo, o procurador da República Felício Pontes Jr (2019) sublinha sobre o reconhecimento do Protocolo Consulta:

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou uma ação civil pública por falta de consulta prévia. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região anulou a licença para a construção do complexo e determinou que a consulta fosse realizada de acordo com o protocolo de consulta do povo Yudjá. Foi a primeira vez que a Justiça reconheceu o protocolo como documento jurídico que deve ser levado em consideração nos projetos que afetem a vida dessas comunidades, (PONTES JR, 2019: p.14).

Ainda com base em Oliveira (2019), o povo Wajãpi, do estado do Amapá usou do mesmo recurso para a defesa de seu território. O povo habita na fronteira com o Pará, nos municípios de Laranjal do Jari e Pedra Branca do Amapari, em TI com 607.017 hectares, onde moram 1.100 pessoas distribuídas em 81 aldeias. Em 2014 o povo Wajãpi realizou o seu Protocolo. Também em 2017, o governo Temer buscou viabilizar a extração mineral na Renca⁷¹ (Reserva Nacional do Cobre Associados) a partir da sua extinção. O projeto afetaria o povo Wajãpi. Após péssima repercussão da medida, o governo recuou.

Localizada na região metropolitana de Belém, no município de Ananindeua, desde o século XVIII, a comunidade quilombola do Abacatal-Aurá enfrenta inúmeros desafios em defesa de seu território, sendo o mais recente o incremento do processo de urbanização no entorno de sua área. No território de aquilombação 200 famílias se espriam em 500 hectares em área florestal de relevante importância ao manancial de

⁷¹ A Renca é uma área de preservação mineral de 46.450 km² no nordeste da Amazônia, na fronteira entre o Pará e o Amapá, criada em 1984 por um decreto do general João Baptista Figueiredo. Os minerais ali encontrados têm grande valor no mercado internacional, pois as jazidas são ricas em cobre, ouro, titânio, tântalo e tungstênio, considerados minerais nobres. A Reserva ainda engloba nove áreas protegidas: o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, as Florestas Estaduais do Paru e do Amapá, a Reserva Biológica de Maicuru, a Estação Ecológica do Jari, a Reserva Extrativista Rio Cajari, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru e as Terras Indígenas Waiãpi e Rio Paru d'Este. Disponível em <https://pt.org.br/entenda-o-que-e-a-renca-e-os-impactos-da-sua-extincao-por-temer/>. Acessado em setembro de 2021.

águas que ajuda a abastecer a capital do estado, explica o Protocolo Consulta da Comunidade, Oliveira (2019).

A mineração de argila, a implantação de um aterro sanitário e o despejo do esgoto do programa de habitação popular Minha Casa, Minha Vida nas áreas de recursos hídricos, a construção de uma subestação da empresa de energia Equatorial e o projeto de construção da Rodovia da Liberdade são alguns dos problemas enfrentados pela comunidade. Em 2017 a comunidade construiu o seu Protocolo.

O documento explica que o processo de revisão do Plano Diretor representou um ponto de inflexão para que a comunidade tomasse a medida em construir o Protocolo. No presente momento, as forças do capital têm logrado êxito nos certames que revisam os planos diretores das cidades, a exemplo do que sucedeu nos municípios de Itaituba e Santarém, onde as grandes corporações tiveram as suas demandas atendidas. Uma vez mais, em detrimento da diversidade dos grupos sociais locais.

“Para a comunidade, o plano diretor pode garantir, além da sua permanência dentro de um zoneamento especial, o estabelecimento de uma zona de amortecimento que amenizaria os impactos que ela vem sofrendo com o avanço da urbanização” realça Oliveira (2019: p.220). A revisão do plano diretor encontra-se suspensa.

No que tange ao cenário do avanço da urbanização sobre o território quilombola e outros projetos, o Protocolo da comunidade de Abacatal-Aurá adverte:

Agora o ataque e as ameaças só aumentam. Há previsão de diversos projetos sobre os quais nem sequer somos consultados, mas que podem atingir seriamente nosso território, como rodovias, instalação de indústrias, entre outros. Esse tipo de empreendimentos gera uma série de impactos à nossa identidade, que nos foi repassada pelos nossos ancestrais, através de memória e oralidade, e que é uma das nossas maiores riquezas. A perda da nossa cultura pode nos colocar numa situação de vulnerabilidade social, ambiental, cultural e econômica.

Sobre quem deve ser consultado o documento esclarece que:

No caso de qualquer projeto ou atividade que venha a gerar impactos diretos ou indiretos no território do Abacatal, assim como provocar alterações nas nossas atividades culturais, econômicas e sociais, devemos ser consultados. Todos: Mulheres, Homens, Crianças, Adolescentes, Jovens, Idosos, Agricultores, Universitários, Pessoas com Deficiência, Grupos Culturais, Grupos Religiosos, Famílias do Sítio Bom Jesus e ribeirinhos do igarapé Uriboquinha e que estejam dentro do território tradicional, sendo todos devidamente informados em suas residências para participação nas reuniões/encontros de consulta.

Na escala da América Latina, países como o Peru, Equador, Bolívia e Colômbia ratificaram em suas Constituições as normativas estipuladas na Convenção 169. Nestes

países por conta de uma conjuntura de governos favoráveis a pautas populares nos primeiros anos deste século, e mesmo da eleição do primeiro indígena na Bolívia, caso de Evo Morales (2006-2019), ocorreu um relativo avanço em atender as demandas de indígenas, populações consideradas tradicionais e de quilombolas.

Todavia, no campo da economia, a matriz desenvolvimentista foi mantida, situação que denota uma contradição, uma ameaça a reprodução daquelas populações às quais os governos acenaram com a efetivação de direitos e, por consequência, situações de conflitos, conforme alerta Svampa (2019) ao debater sobre o neoextrativismo na América Latina.

Segundo o site da OIT⁷² desde sua adoção em junho de 1989, 23 países ratificaram a Convenção Nº 169. Destes 15 países são latino-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru e Venezuela. Na Panamazônia somente o Suriname e a República Guiana não aderiram. Na África somente a República Centro-Africana aderiu, e existem diálogos com Moçambique (onde a Vale mantém projetos), Quênia e Zâmbia.

Ainda conforme o mesmo site, a Convenção contempla situações de vulnerabilidade de mais de 5.000 povos indígenas, constituindo uma população de mais de 370 milhões de pessoas, que vivem em mais de 70 países em todas as regiões do mundo. O que evidencia uma diversidade de línguas, de culturas, de práticas de subsistência, bem como de sistemas de conhecimento.

Sarmiento (2019) inventariou as normativas do Peru, Colômbia, Bolívia e Equador. No caso do Peru, a ratificação ocorreu em 2011, onde a regulamentação da consulta prévia se deu por meio da Lei n. 29.785, denominada de Lei do Direito à Consulta Prévia dos Povos Indígenas e Originários, a qual foi regulamentada pelo Decreto Supremo 001/2012 (ESCALANTE, 2012 *apud* Sarmiento, 2019: p.96).

Na Bolívia a Convenção n.169 OIT (1989) foi ratificada em julho de 2001 estando inserido em sua Constituição Política o direito à CPLI, no art. 30, II,15. Sarmiento (2019) esclarece que:

O Congresso Nacional Boliviano editou a Lei n. 305855, de 18 de maio de 2005, que trata da política de hidrocarbonetos no país e nos artigos 114 a 118 prevê a CPLI às comunidades campestres, povos indígenas e originários. Determina o Art. 11456 o âmbito de aplicação da consulta

⁷² Disponível em https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_753001/lang--pt/index.htm. Acessado em setembro de 2021.

informando que é em cumprimento aos artigos 4, 5, 6, 15 e 18 da Convenção n.169 da OIT, ratificado pela Lei da República nº 1257, de 11 de julho de 1991, que as comunidades e povos camponeses, indígenas e originários, independentemente de seu tipo de organização deverão ser submetidos à consulta de maneira prévia, obrigatória e oportuna quando se pretenda desenvolver qualquer atividade hidrocarburífera em seus territórios, (SARMENTO, 2019:p.96).

Sobre a defesa do Território Indígena do Parque Nacional Isidoro Sécure (TIPNIS), Sarmiento (2019) ao citar Terrazas e Rodríguez (2012) destaca o veto a construção de obras de infraestrutura no interior do parque indígena:

A Lei n. 222, de 2012, se refere à convocação da CPLI aos povos indígenas do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS) e estabelece o conteúdo do processo e do procedimento. Possui como objetivo conseguir o consentimento para um acordo entre o Estado e os povos indígenas originários, camponeses, mojeño-trinitário, chimane e yuracaré residentes no local, no sentido de definir se a TIPNIS será zona intangível ou não para tornar exequível o desenvolvimento desses povos, assim como intangível para a construção de estrada no território dos mesmos e ainda para estabelecer medidas de proteção dos TIPNIS, (SARMENTO 2019: p.97).

As comunidades negras é caso em foco na Colômbia. Sarmiento (2019) ao mobilizar escritos de Prioste (2015) salienta a Lei n. 70, de 1973, onde:

Por esta lei o objeto é reconhecer as comunidades negras que venham ocupando terras baldias em zonas rurais e ribeirinhas e que, de acordo com suas práticas tradicionais de produção, possuem o direito à propriedade coletiva. Estabelece também mecanismos de proteção da identidade cultural e dos direitos das comunidades negras como grupo étnico (PRIOSTE, 2015 *apud* SARMENTO, 2019: p.98).

Ainda na Colômbia sobre medidas protetivas e afirmativas voltadas para as comunidades negras, mesmo as sem titulação, Sarmiento (2019) sublinha a Lei do Meio Ambiente, Lei n. 99/93, que define em seu art. 76 que:

os representantes das comunidades em que está inserida a área a ser explorada devem ser submetidos à consulta e o Decreto Supremo n. 1320/98 segue no mesmo sentido ao determinar que as comunidades negras e indígenas que tiverem em seus territórios explorações de recursos naturais, devem ser ouvidas. Enquanto o m o Decreto n. 4.007, de 2006, que trata da Política de Ação Afirmativa para a População Negra ou Afrocolombiana, (ALMEIDA E BRAZUCA, 2015 e PRIOSTE, 2015, *apud* SARMENTO 2019:p.98).

Ao tratar sobre os afrodescendentes no Equador e as normativas sobre a defesa dos territórios destes, ainda tendo como referência os escritos de Prioste (2015), Sarmiento (2019) registra que:

o art. 58 da sua constituição de 2008, denomina tais comunidades de “pueblo afroecuatoriano” onde se reconhece a esse povo os seus direitos coletivos previstos no sentido de fortalecer sua cultura, identidade e tradições assim como o art. 60 autoriza dito povo a constituir circunscrições territoriais para a preservação de sua cultura⁵⁹. A Lei n. 2006- 46, de 2006 tem por objetivo fundamental o reconhecimento dos direitos que possuem os povos negros ou afroecuatorianos sobre suas terras ancestrais, as práticas tradicionais de saúde, produção e propriedade coletiva e intelectual, (PRIOSTE, 2015 *apud* SARMENTO, 2019: p.98)

Com relação ao pequeno inventário das experiências no Brasil, é possível sinalizar para uma certa efetividade no processo de construção do Protocolo Consulta pelo menos em quatro direções: 1) a necessidade da unidade da comunidade e dos grupos sociais no processo de enfrentamento contra o grande capital; 2) a dinâmica ancorada no Direito Internacional, onde o Brasil é signatário, descortinou uma nova relação e problematização de poder entre os diferentes grupos sociais, o capital e o Estado; 3) capacidade de articulação e ação em rede das representações do campo popular na arena do Direito, onde encontramos ONGs de assessoria, MPs e cortes internacionais como principais parceiros; 4) ação que ao menos momentaneamente, os diferentes grupos sociais têm conseguido a suspensão dos processos de licenciamento dos grandes projetos, bem como se colocar nos espaços de disputa na esfera do Direito e da Política como cidadão pleno. Uma cidadania conquistada, e não consentida. Fruto de inúmeros embates, mediações, ações em conjunto articuladas a partir de redes em várias escalas.

Neste campo, a Convenção de nº169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem sido o principal amparo jurídico que ancora a construção do Protocolo Consulta, que normatiza que a dinâmica do Protocolo deve obedecer à Consulta Prévia, Livre, Bem-Informada e de Boa-Fé para a instalação de grandes projetos. O Protocolo coloca em primeiro plano os grupos sociais a serem atingidos pela agenda desenvolvimentista que tem imperado na Amazônia.

7.2.1 O processo de Construção da Convenção de nº 169

Carlos Frederico Marés Souza Filho (2019) ao tratar sobre a Convenção nº 169 e o seu caráter vinculante para os Estados nacionais que a ratificaram e do Protocolo Consulta, adverte sobre o antagonismo entre o Direito de base burguesa, amparado na propriedade privada e individualista, enquanto os direitos dos povos são coletivos, comunitários, aos quais o patrimônio interessa não como bem de valor econômico, mas como referência cultural, religiosa, mística ou simbólica ou de uso.

O Brasil ratificou a Convenção nº 169 da OIT de Direitos Humanos, em Genebra, em 25 de julho de 2002, mediante o Decreto Legislativo nº.143, de 20 de junho de 2002, que entrou em vigência em julho de 2003, e que foi promulgado pelo Decreto n. 5.051, de 19 de abril de 2004.

O professor acredita que a Convenção 169 representa uma ruptura com relação à Convenção que a precedeu, que era orientada para integrar os povos ao sistema hegemônico, a partir de um horizonte colonialista. Para Souza Filho (2019) “a 169 ao abandonar o ideário integracionista e reconhecer que os povos têm direito a ser povos, isto é, a continuar a ser grupos diferenciados da sociedade nacional hegemônica que se regem por suas próprias leis e hierarquias sem qualquer necessidade de integração. ”

Endossa ainda que:

A ruptura se deu nas Constituições latino-americanas, acompanhada pela legislação internacional, especialmente pela Convenção n. 169 da OIT, de 1989, que alterou a Convenção n. 107, de 1957, que era integracionista por essência, tanto que era aplicada aos membros das comunidades tribais e semitribais, inclusive indígenas, enquanto a Convenção n. 169 é aplicada aos povos indígenas e tribais, (SOUZA FILHO 2019: p. 25/26).

Por sua vez Silva (2019) complementa que a Convenção de 107, “refletia a política que era dominante nos anos 1950: paternalismo e integração progressiva das populações às respectivas sociedades nacionais, ou seja, os indígenas eram considerados incapazes e em vias de assimilação”. Os indígenas eram considerados transitórios.

Já com relação com a Convenção 169, Souza Filho (2019) esclarece que a norma garante aos povos o direito de ser e de estar em seu lugar conforme os valores por eles reconhecidos, onde o território possui centralidade para a efetivação da sua reprodução econômica, política, cultural e social a partir da autodeterminação:

Os direitos dos povos foram reconhecidos e garantidos em primeiro lugar como o direito de existir como povo, de manter sua cultura e organização social. Em segundo lugar, como direito ao território para que possam desenvolver a cultura e a organização social. Neste sentido, os dois grandes direitos são o de ser e o de estar em seu lugar. Daí decorrem todos os outros, material ou imaterialmente considerados. Esses direitos incluem, por dedução óbvia, uma autodeterminação como escolha de seu futuro, (SOUZA FILHO, 2019: p.21).

Em seguida o referido autor reforça que:

Esses direitos à autodeterminação implicam outro direito também óbvio, o de serem consultados sempre que qualquer medida, ato ou ação da sociedade hegemônica possa interferir no ser social ou sua territorialidade. Esta consulta está expressa na Convenção n. 169 da OIT com os adjetivos de “prévia”, “livre”, “informada” e “de boa-fé”.

Estes adjetivos, embora explícitos na Convenção, fazem parte do próprio conceito de consulta e estão na essência dos direitos estabelecidos e reconhecidos; não é possível imaginar uma consulta que não seja livre, prévia, informada e de boa-fé, (SOUZA FILHO,2019: p.22).

Na interpretação do professor Carlos Marés (2019), os protocolos devem ser compreendidos como normas internas elaborados livremente, onde:

Os povos tradicionais, especialmente no Brasil, passaram a entender que estes protocolos não poderiam ser tratados como atos bilaterais, mas como normas internas elaboradas livremente que estabeleceriam as formas e procedimentos como chegariam a uma decisão quando o Estado fosse consultá-los. A diferença parece sutil, mas é profunda. No ato bilateral há uma discussão, um acordo, antes da elaboração do protocolo, enquanto no modelo de norma interna do povo, unilateral, as formas e procedimentos são estabelecidos sem possibilidade de contestação pelo Estado, quer dizer, o procedimento de consulta estará previamente definido e, seguindo esse procedimento ou roteiro, o Estado fará a consulta, esta sim bilateral, (SOUZA FILHO,2019: p.35).

Sobre o Protocolo Consulta, assim sintetiza Souza Filho (2019):

Os protocolos são, assim, a tradução escrita dos consensos internos de cada povo para se relacionar com os Estados nacionais. Ou, dito de maneira mais a gosto do Estado brasileiro: a expressão escrita dos usos, costumes e tradições de cada povo para responder às consultas a serem feitas pelo Estado nacional em cumprimento à Convenção n. 169 da OIT, (SOUZA FILHO, 2019: p.39).

Somam-se à Convenção 169 da OIT na defesa dos territórios de indígenas e povos tradicionais, a Convenção da Biodiversidade da ONU, a Declaração da ONU sobre Direitos dos Povos Indígenas, a Declaração Americana dos Direitos dos Povos Indígenas (OEA), bem como outros tratados, resoluções e decisões da Corte e Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que passaram a considerar e determinar que os povos tradicionais têm direito a determinar seu desenvolvimento, suas prioridades e o seu futuro, ressalta Marés (2019). A Convenção 169 obriga que os Estados nacionais que ratificaram a norma são obrigados a aceitar os procedimentos decididos pelos povos.

Silva (2019) recupera que em 2018 a corte do Supremo Tribunal Federal validou o Decreto n. 4.887/2003, que trata sobre os procedimentos de regulamentação de territórios quilombolas, onde registra:

No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 3.239, em 08 de fevereiro de 2018, o Ministro Celso de Mello defendeu o status constitucional da Convenção n. 169, apontando o caminho da superação do entendimento da “supralegalidade” dos tratados de direitos humanos pelo STF. No julgamento, por maioria, o STF

declarou a validade e constitucionalidade do Decreto n. 4.887/2003, que regulamenta o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras quilombolas de que trata o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal, confirmando também o direito a autoatribuição (autorreconhecimento), em respeito à Convenção n. 169, (SILVA, 2019: p.55).

Sobre os sujeitos da Convenção nº169 na legislação do Brasil são identificados além dos povos indígenas, “os povos tradicionais, incluindo quilombolas e os diversos povos e comunidades tradicionais, grupos com identidade étnica e cultural diferenciada, modo de vida tradicional e territorialidade própria, Silva (2019: p.57).

“Como só o povo pode dizer que é um povo, só ele pode dizer como forma sua vontade coletiva, só ele conhece suas prioridades, seus direitos intangíveis, sua forma de ser e seu sonho de futuro. Só ele pode consentir em mudar sua vida” Souza Filho (2019: p.45).

Liana Silva (2019) em artigo de verve pragmática sobre a Convenção 169 na mesma publicação em que contribuiu o professor Carlos Marés, sobre as matérias e direitos que estão contempladas na norma destaca:

terras e territórios; contratação e condições de emprego; indústrias rurais; seguridade social e saúde; educação e meios de comunicação; contatos e cooperação através das fronteiras; administração de programas governamentais que afetam os povos indígenas e tribais, (SILVA, 2019:p. 49).

A articulação internacional para a efetivação de direitos tem sido um dos recursos dos movimentos sociais no Brasil. No caso das comunidades de remanescentes de quilombos não foge à regra. Nesta direção Silva registra que:

No caso dos quilombolas, em 2008 protocolaram a Comunicação Quilombola à Comissão de Especialistas na Aplicação das Convenções e Recomendações da OIT sobre o Cumprimento da Convenção n. 169 sobre Povos Indígenas e Tribais. No Informe de 2009, a Comissão exige posicionamento do governo brasileiro, esclarecimentos e acompanhamento do cumprimento da Convenção n. 169 em relação aos quilombolas. Desde então, o Governo passou a responder por meio de relatórios encaminhados à OIT sobre a aplicação da Convenção às comunidades quilombolas, (SILVA, 2019: p.62).

Morosidade no processo de titulação de terras, expropriação para a instalação de grandes projetos, indiferença às normas da Convenção 169 e ao Protocolo Consulta foram alguns dos pontos que a Comunicação Quilombola de 2008 destacou junto a OIT. A comunicação contou com o apoio da Central Única dos Trabalhadores e da

Confederação Sindical das Américas, o que demonstra a ação em rede do movimento na escala nacional e internacional. Sobre a questão, Silva (2019), recupera:

A Comunicação Quilombola enfatizou sobre a aplicabilidade da Convenção n. 169 da OIT aos quilombolas, denunciando casos de violação ao critério da autoidentificação, consulta e participação e aos direitos territoriais, com a ausência e morosidade na titulação de terras quilombolas pelo Estado brasileiro. Entre os casos emblemáticos de violação, foi destacado o caso de deslocamento forçado ocorrido na década de 1980, atingindo 312 famílias e 31 povoados quilombolas do município de Alcântara (Maranhão), com a instalação do Centro de Lançamentos Espaciais do Ministério da Aeronáutica, (SILVA,2019: p.63).

Como desdobramentos destas articulações de encaminhamentos de denúncias junto a OIT, Silva elenca inúmeros casos em todo o país, onde a Amazônia possui destaque, em particular o estado do Pará, com proeminência para o oeste e sudoeste, onde consta o caso do Complexo Portuário do Maicá, no município de Santarém:

Das decisões de suspensão de procedimentos de licenciamento ambiental pelo descumprimento da efetiva realização da consulta livre, prévia e informada às comunidades tradicionais, destacam-se: (i) o caso envolvendo as comunidades de pescadores artesanais com território em área de sobreposição ao Parque Nacional do Superagui (Paraná) e o licenciamento ambiental para construção de empreendimento portuário; (ii) o caso do reconhecimento das comunidades tradicionais ribeirinhas afetadas pelo Polo Naval no Amazonas;15 (iii) o caso das comunidades quilombolas e tradicionais afetadas pelo projeto de terminal portuário na grande área do Maicá (Pará); (iv) o reconhecimento das comunidades tradicionais do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande, em Santarém (Pará) e a proibição de ingresso de empresas mineradoras sem a realização da consulta prévia, livre e informada e de concessão de licença ou autorização minerária; (v) o reconhecimento dos ribeirinhos amazônicos, além dos povos indígenas Arara, Juruna, Parakanã, Xikrin, Xipaia-Kuruiaia, Kayapó e Araweté, como atingidos pela UHE Belo Monte, (SILVA 2019:p.65/66).

Como antecipado no capítulo anterior, que buscou apresentar o projeto do Complexo Portuário e as suas incongruências, bem como a mobilização quilombola em defesa de seu território, a Ação Civil Pública contra o empreendimento da empresa Embraps foi movida pelos Ministérios Públicos Federal e do Estado ao serem provocados pelas representações das comunidades quilombolas do município de Santarém.

O principal argumento de amparo da ação foram os princípios que norteiam a Convenção nº169, onde os ministérios destacam que não foi providenciada no percurso do processo de implantação do Complexo Portuário a consulta prévia, livre e informada

das comunidades tradicionais e quilombolas situadas na grande área do Lago do Maicá, no município de Santarém, Pará.

Os ministérios públicos ancoraram a sua argumentação ainda em informações elaborados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), onde se atesta a presença de comunidades de remanescentes de quilombo na área de interesse empresarial, bem como no próprio Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

A ação gerou o Processo nº 0000377-75.2016.4.01.3902 - 2ª Vara Federal, que envolve a empresa interessada, a Agência Nacional de Transportes Aquaviário (ANTAQ) e a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará (Semas), órgão responsável pelo licenciamento ambiental.

A consulta prévia, livre e informada normatizada pela Convenção 169 e ratificada pelo Brasil, impõe aos governos signatários:

a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;

b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes;

c) estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim.

1. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas, (BRASIL, 2016:p.05).

Souza Filho (2019), Oliveira (2019) e Silva (2019) possuem interpretações convergentes quanto ao papel negligente do Estado em garantir os termos estipulados na Convenção 169, como registrado no texto do juiz federal Érico Rodrigues Freitas Pinheiro, que assinou a liminar de suspensão do licenciamento ambiental do Complexo Portuário do Maicá, onde consta:

Em suas manifestações, as entidades públicas requeridas não informaram a adoção de qualquer providência para dar cumprimento ao disposto na convenção, quanto à consulta prévia, livre e informada às comunidades tradicionais. [...] o Estado do Pará expressamente reconheceu que tal procedimento não vem sendo levado a efeito. Para tentar convencer o Juízo de que o procedimento de consulta está sendo realizado, informou que estão sendo realizadas reuniões prévias, antecedentes à audiência

pública prevista no curso do licenciamento ambiental, (BRASIL 2016: p.08).

Sobre a ausência da Consulta Prévia, Livre e Informada, a liminar atesta que “Pela manifestação das entidades rés, está evidenciado que tais preceitos não foram observados. O procedimento de outorga está prestes a ser concluído, sem que as populações tradicionais tenham sido consultadas a respeito” Brasil (2016: p.10).

Em sua conclusão, a medida do juiz Pinheiro decide:

CONCEDO EM PARTE A LIMINAR, para DETERMINAR a suspensão do procedimento de licenciamento ambiental do terminal portuário da EMBRAPS – EMPRESA BRASILEIRA DE PORTOS DE SANTARÉM LTDA, na grande área do Maicá e de qualquer ato visando o empreendimento, até que seja demonstrada a efetiva realização do procedimento de consulta livre, prévia e informada às populações quilombolas e tradicionais situadas na sua área de influência direta, (BRASIL, 2016:p.12).

Assim como outras medidas semelhantes aqui elencadas, a decisão do juiz do caso do Complexo Portuário no Lago do Maicá está em consonância com as demandas e mobilizações das populações quilombolas do Lago do Maicá, amparadas nos princípios da Convenção 168 da OIT.

Como apresentado no percurso aqui exposto, até a sua criação e a sua popularização junto ao conjunto dos sujeitos interessados no recurso, inúmeras jornadas foram realizadas. E, como apresentado no livro sobre o tema, os sujeitos colocados em condições de subalternização apropriaram-se do recurso para que, e em certa medida, alcançarem, ao menos que momentaneamente, um certo êxito no enfretamento contra o capital.

7.2.2 O Protocolo Consulta da FOQS (Federação das Organizações Quilombolas de Santarém).

Silva (2019) registra que cabe ao Estado a obrigação em realizar a Consulta mediante os procedimentos adequados, onde:

Quem consulta é sempre o Estado e os povos deverão ser consultados, mediante procedimentos apropriados, por meio das instituições representativas dos próprios povos. Quem vai dizer quem tem legitimidade na representatividade coletiva são os próprios povos — por isso a importância dos protocolos autônomos de consulta, para mostrar para o Estado como deve ser um processo de consulta apropriado, em cada caso, com cada povo.

O direito à consulta e ao consentimento prévio, livre e informado (CCPLI) está previsto nos artigos 6º, 7º, 15, 16, 17 e 22 da Convenção

n. 169 e nos artigos 19 e 32 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, (SILVA, 2019: p.71).

São em número de seis as etapas que regulam o processo de consulta, Silva (2019) assim sistematizou:

QUADRO 11 -SINTESE DAS ETAPAS DA CONSULTA

FASES	PROCEDIMETOS
1.Etapa de pré-consulta ou plano de consulta	Na pré-consulta é apresentada para o(s) povo(s) e comunidade(s) a intenção de se iniciar o processo consultivo, a fim de estabelecer de forma conjunta o calendário, a metodologia e a logística, respeitando os modos de organização e a jurisdição próprios das comunidades, suas tradições, calendários ecológicos e culturais e tempos necessários, levando em conta as dificuldades de comunicação e distâncias entre as comunidades. Deverão ser decididos pelas comunidades os locais onde se realizarão as etapas do processo de consulta prévia. Fica estabelecido o respeito à diversidade e à autonomia linguística das comunidades, com a realização do processo bilíngue ou plurilíngue — com tradutores, quando necessário.
2. Etapa informativa de abertura	Fase informativa de apresentação do projeto, medida legislativa ou administrativa, sua natureza e atores envolvidos; socialização entre as comunidades.
3. Realização do Estudo de Impacto Ambiental e Social (EIA)	Quando tratar-se de projeto de intervenção no território, a realização do EIA deverá levar em conta o enfoque socioambiental e o diálogo intercultural, com identificação dos impactos, riscos, danos, afetações e possíveis benefícios a serem repartidos de forma justa e equitativa.

4. Etapa de internalização e socialização	O Estado deverá viabilizar a logística e o custeio das reuniões internas e dos encontros das comunidades afetadas, sem intervenção. A quantidade de encontros, reuniões ou assembleias e os calendários para que ocorram deverá ser decidido pelas próprias comunidades, respeitando-se as distâncias, o calendário cultural-tradicional e o calendário da natureza, para não prejudicar as atividades tradicionais e de subsistência das comunidades.
5. Etapa deliberativa/Protocolização	Protocolização do acordo (instrumento bilateral entre Estado e povos), em caso de consentimento; ou protocolização do veto, em caso de não se chegar a um acordo e de não obtenção do consentimento dos povos e comunidades afetadas, estando fundamentado pela ameaça à vida e integridade física e cultural dos povos. Em caso de veto dos povos e comunidades, o Estado poderá apresentar medidas ou projetos alternativos para iniciar um novo processo de consulta, se for o caso.
6. Etapa de seguimento	Caso a medida ou projeto tenha sido aceito, deve-se acompanhar se as condicionantes ou medidas de prevenção e mitigação de danos serão cumpridas, assim como se houve o cumprimento de acordos, a implementação de medidas de reparações e a repartição de benefícios, quando for o caso; deve-se acompanhar, também, a implementação e a execução da medida ou projeto, que deverão ser suspensos em caso de descumprimento dos termos acordados.

Fonte: Silva (2019)

Apagamento e exclusão dos principais sujeitos interessados na questão, reivindicações, tensões, negociações e acomodações precederam o afunilamento sobre o caminho mais adequado a ser seguido para efetivação da Consulta Prévia no Brasil. Sarmiento (2019) recorda que em 2012 o governo federal efetivou a Portaria Interministerial n. 3561, cujo objetivo residia na criação de um grupo de trabalho cuja finalidade era estudar, avaliar e apresentar uma proposta de regulamentação da consulta prévia aos povos indígenas e tribais. Nos primeiros passos dos processos na esfera pública federal os sujeitos quilombolas não apareciam.

A autora acima citada com base em documento do governo apurou que somente com a intervenção da representação do setor, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) foi possível iniciar o diálogo com o governo:

Como demanda da própria Convenção 169, o processo de diálogo deve ser flexível, a coordenação do GTI buscou repactuar com quilombolas e indígenas essa agenda. A metodologia de diálogo com comunidades quilombolas foi reconstruída com a sua Coordenação nacional, a CONAQ, que sugeriu a realização de reuniões regionais, de caráter informativo. Foram nove reuniões informativas com comunidades quilombolas de todo o Brasil, com a participação de cerca de 800 representantes de comunidades quilombolas de 24 estados na federação, (SARMENTO, 2019: p. 100).

Sobre a exclusão da representação quilombola no Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), além da CONAQ, a Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará (MALUNGU) também se posicionou contrária à forma contrária ao processo.

Assim como a União, o estado do Pará trilhou o mesmo caminho da exclusão dos sujeitos interessados na CPLI. O estado por meio do Decreto n. 1969, de 24 de janeiro de 2018, determinou a criação de um grupo de trabalho para regulamentar o procedimento para a realização de CPLI. Por conta da exclusão na trajetória no estado, indígenas quilombolas e outros sujeitos provocaram, uma vez mais, os Ministérios Públicos Federal e Estadual, Defensorias da União e do Estado a inclusão dos sujeitos interessados na medida da efetivação da Convenção 169 no Pará, Sacramento (2019). O que resultou na recomendação pelo Ministério Público Federal (MPF) na revogação do decreto estadual por violar os parâmetros elencados na Convenção da OIT, Sarmiento (2019).

7.2.3 O Protocolo Consulta da FOQS

Para não ir até as primeiras experiências de lutas de insubordinação e de aquilombação dos séculos pretéritos, podemos assinalar que a construção do Protocolo Consulta da FOQS em busca de reconhecimento político da categoria de remanescente de quilombo, como sujeito de uma cidadania plena, resulta de vários embates e processos em diferentes campos e instâncias.

Estes são marcados pela mediação de um mosaico de sujeitos díspares desde os anos marcados pela redemocratização do país, que perpassa pela organização dos inúmeros encontros ERNs, fundamentais para a construção das associações de representações de cada território de quilombo, que desembocou na edificação da federação do município.

Processo marcado por várias mediações, a exemplo das representações do próprio movimentos, onde encontramos como expoentes na escala do estado do Pará o Cedenpa e a Malungu, passa pela colaboração de pesquisadores, professores, fração da Igreja Católica, a exemplo de pastorais sociais, segmentos Franciscanos, pela Comissão Pró Índio, em particular nos anos de realização dos ERNs e, mais recentemente pela presença da assessoria do campo do Direito, da ONG Terra de Direitos, que em alinhamentos com as representações políticas das comunidades tem provocado os Ministérios Públicos na busca do reconhecimento dos direitos das comunidades, bem como da defesa de seus territórios em cenário marcado pelo forte avanço do grande capital sobre a região do Baixo Amazonas, como é o caso do Complexo Portuário da Embraps.

Soma-se ainda ao cenário de possibilidades de visibilidade e de barricadas de resistência em convergência com as demandas de indígenas, quilombolas e camponeses, inúmeros projetos de extensão e de pesquisa das universidades públicas da região, aos moldes de casos da UFOPA e da Universidade Estadual do Pará (UEPA), e, mesmo fora dela, a exemplo da Universidade Federal Fluminense (UFF), na região do Trombetas. Sublinhe-se ainda, a presença expressiva de jovens indígenas e quilombolas em cursos de graduação, e mesmo de pós-graduação na Ufopa, apesar de situações de tensão sobre a permanência dos mesmo na universidade.

Permanência que perpassa pelos constantes cortes do orçamento público, ruídos entre as diferentes formas de conhecimento entre os discentes e alguns educadores, estranhamentos de indígenas e quilombolas com as rotinas e especificidades do percurso universitário, entre outros elementos limitantes.

Banners, resumos expandidos, artigos, intercâmbios nacionais e internacionais, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) e dissertações protagonizados por indígenas e quilombolas sobre as suas realidades são alguns dos desdobramentos resultado da presença dos jovens dos grupos sociais acima citados nas universidades públicas. E, ainda no caso da UFopa, cada categoria possui um diretório acadêmico para mediar as situações de conflitos e seus interesses nas instâncias da universidade. Tem-se ainda um departamento voltado à educação quilombola na Secretaria de Educação do Município.

Oficinas, encontros de orientações e formação em diferentes níveis (base e coordenação de associações) cujo o objetivo residia em nivelar a compreensão sobre o Protocolo Consulta, com a colaboração da assessoria da ONG Terra de Direitos e dos MPs foram recursos usados na caminhada para a efetivação do documento apresentado pela FOQS em 2016, assinala Sarmento (2019).

A FOQS tem como rotina realizar reuniões toda segunda feira. As vezes ocorre no espaço da Congregação dos Franciscanos, um dos parceiros da instituição, noutras na sede da ONG Ipam, que possui uma localização mais próxima ao Centro da cidade. Em seu site⁷³ a federação assim se apresenta:

A Federação das organizações Quilombolas de Santarém – FOQS é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, criada em 10 de março de 2006 com o objetivo de lutar pela implementação de políticas públicas para as comunidades quilombolas do município de Santarém. Atualmente na FOQS estão filiadas 07 associações quilombolas que representam as 10 comunidades de remanescentes de quilombos existentes no município. Em suas lutas por políticas públicas, a FOQS também conta com a parceria da Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará – MALUNGU e da Coordenação Nacional de quilombos – CONAQ.

Tal os modelos os demais de Protocolo já realizados, para efeito de defesa de seus territórios, o Protocolo Consulta da FOQS inicia com a apresentação da conformação da instituição indicando as comunidades, as riquezas que as mesmas abrigam, os modos de vida das populações, e da necessidade da manutenção e reconhecimento da categoria como sujeito quilombola, para a efetivação da sua reprodução, onde consta:

Somos comunidades remanescentes de quilombo e vivemos em doze comunidades quilombolas no município de Santarém: Saracura, Arapemã, Surubiu-Açú, Nova Vista do Ituqui, São José do Ituqui, São Raimundo do Ituqui, Patos do Ituqui, Pérola do Maicá, Bom Jardim, Murumurutuba, Murumuru e Tiningu, organizadas através da

⁷³ Disponível em <http://quilombolasdesantarem.blogspot.com/p/apoio.html>. Acesso em 20 de setembro de 2020.

Federação das Organizações Quilombolas de Santarém – FOQS. Realizamos nossos festivais tradicionais (festival do açaí, tucunaré, do cupuaçu, do caju, da paquera, baile do beijo, etc.), festas religiosas, nossas danças (dança das pretinhas, dança do açaí, dança do pássaro Tachan, do tucunaré, etc.), nossas rodas de conversa, a Semana da Consciência Negra e gostamos de conviver e ouvir as pessoas mais velhas dos quilombos. Os recursos naturais são necessários para a nossa sobrevivência, pois vivemos da pesca, da agricultura familiar, do extrativismo e da pecuária. Dependemos das florestas para caçar, plantar; dos rios (Amazonas, Maicá e Ituqui), lagos (Verde, Nazaré, Rosinha, João Antônio, Cupido, Gaivota, Carão, Caraúba, Salinas, Ajará, Tachi, Tingu e Tipitinga) e igarapés (Maicá e Santíssimo) para pescar, lavar roupa, vasilhas, tirar água para beber, tomar banho, preparar a alimentação, e também como meio de locomoção para outros lugares, (FOQS, 2016:01).

Sobre a agenda desenvolvimentista, assim como nos anos de mobilização dos ERNs, o Protocolo em consonância com a Convenção 169 e as realidades das comunidades, sublinha que:

A construção de obras de grande porte (portos, hidrelétricas, mineração, ferrovias, etc) que visam o tal “desenvolvimento”, as grandes queimadas, a poluição dos rios e do ar, trazem inúmeros impactos socioambientais que ameaçam os recursos naturais que servem de fonte de sobrevivência para nós quilombolas, e também para indígenas, pescadores, ribeirinhos e todas as comunidades tradicionais. Por isso, é direito de todos esses povos tradicionais serem consultados. Nós contribuimos para o desenvolvimento de forma sustentável e vivemos em harmonia com o meio ambiente. Tememos que com o desaparecimento dos recursos naturais, ocasionados por obras que agredem o meio ambiente, nós quilombolas deixemos os quilombos para morarmos na cidade, o que prejudicará a nossa cultura e o modo tradicional de viver (FOQS, 2016: p.01).

Contra o processo de apagamento histórico das populações aquilombadas, e a ameaça que representa a agenda desenvolvimentista, o documento assim justifica:

Para mostrar que nós existimos e que não aceitamos qualquer empreendimento em nosso território sem que sejamos previamente consultados. Isso é nosso direito, que está na convenção 169 da OIT. Preocupamos com nosso bem-estar, cultura, identidade e com as gerações futuras, pois um povo sem cultura e história não tem identidade. Queremos continuar vivendo onde estamos e não nas grandes periferias (FOQS,2016: p.02).

Homens, mulheres, jovens, os segmentos organizados de cada comunidade são os setores a serem consultados no processo, onde:

Devem ser consultados todos os moradores do quilombo, através de assembleias, com participação de escolas, clubes de futebol, igrejas, jovens, os mais velhos, homens, mulheres, FOQS, estudantes universitários do quilombo e pessoas/famílias oriundas do quilombo

que não moram na comunidade, mas mantêm vínculo social, político e econômico (FOQS, 2016: p.02).

Na condição de representação maior do conjunto das associações das comunidades quilombolas, é a FOQS que deve ser a primeira instituição a ser comunicada sobre qualquer interesse ou projeto com pretensões a ocupar o território das comunidades. Sobre esse tema e as respectivas etapas a serem cumpridas, o Protocolo Consulta assim aponta:

A consulta deve ser feita de forma livre, prévia e informada. A Federação das Organizações Quilombolas é a nossa organização representativa que se reúne toda semana com os presidentes dos quilombos para juntos deliberarem sobre assuntos de nossos interesses. Por isso, sempre que houver algum interesse sobre os nossos quilombos, a FOQS deverá ser a primeira avisada. Todas as despesas e gastos serão pagos pelo governo. Não aceitamos a presença da polícia nas nossas reuniões porque isso será intimidação.

Etapa 1. O governo deverá comunicar a FOQS sobre seus planos e projetos.

Após, a FOQS terá o prazo de sessenta (60) dias para dar uma resposta sobre a consulta, pois as lideranças precisam de tempo suficiente para levar o assunto para os quilombos de modo que os quilombolas manifestem suas opiniões acerca do assunto de interesse, tendo consenso de ideias, sobre quando e como deverá ser feita a consulta

Após a realização das assembleias internas dos quilombos, a FOQS marcará com o governo reunião para traçar um plano de trabalho, tendo em vista as particularidades de cada quilombo. Este documento abordará o plano de trabalho, norteando todo o processo da consulta, devendo ser respeitado integralmente.

Etapa 2 - Reuniões nos quilombos: Informativas Queremos ser consultados todos juntos através de reuniões nos quilombos, quantas vezes forem necessárias, com linguagem clara de modo que todos entendam e compreendam sobre o projeto, lei ou qualquer assunto que possam nos impactar.

Não queremos ouvir palavras técnicas, o governo deve falar a nossa língua e jamais poderá consultar famílias separadamente. Os nossos parceiros poderão ser convidados para as reuniões e nós é que decidiremos quem deverá participar das reuniões. O governo deverá levar cópias de documentos (como cópia de projetos) referentes a qualquer assunto de nosso interesse.

Neste conjunto de normas e etapas a serem cumpridas, vale sublinhar duas coisas questões relevantes. A primeira recai sobre a necessidade de uma consulta conjunta e não individualizada, como costumam fazer as empresas e o Estado quando da instalação de grandes projetos. Medida que costuma acirrar os ânimos e fomentar cisões internas.

A segunda tem relação com a linguagem técnica registrada tanto nos documentos oficiais, quanto nas fases de licenciamentos. A linguagem representa um recurso tanto de exclusão, quanto como forma de ludibriar as populações. Tais críticas são recorrentes nos processos de licenciamento.

Enfim, a construção do Protocolo Consulta, junto com as frentes de ações empenhadas na formação e de comunicação em rede representam recursos de enfrentamento e de resistência em defesa dos territórios de indígenas, quilombolas, camponeses e demais grupos sociais que conformam a rica e diversa configuração do Baixo Amazonas, apesar de todos os esforços de apagamento e de negação dos mesmos como sujeitos políticos.

A presente seção em aproximação com a anterior, colabora para o entendimento sobre o processo do projeto do Complexo Portuário do Lago do Maicá, onde buscamos apresentá-lo, assim como as suas incongruências, os sujeitos envolvidos, bem como as ações da FOQS em defesa de seus territórios. É possível sinalizar que o tema do Protocolo Consulta e da CPLI possui capilaridade no interior do conjunto das representações políticas locais, que a partir de mobilizações em redes e alianças buscam acessar direitos em sua cidadania plena.

Neste sentido, faz-se mister empreender uma pequena inflexão sobre a categoria território, posto ser a mesma um recurso analítico sobre as situações de disputas que se manifestam em nosso *locus* de investigação, e ainda, apresentar e refletir sobre os cenários dos territórios quilombolas, localizados no planalto santareno, sob a influência do Lago do Maicá, os quais são Tiningu e Murumurutuba. Na seção seguinte, o debate sobre a categoria território antecede a apresentação sobre o território de remanescente de quilombo do Tiningu, e, em seguida o território de remanescentes de Murumurutuba.

CAPÍTULO VIII - AS PELEJAS TERRITORIAIS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO TININGU E DE MURUMURUTUBA

8.1 - Pequena inflexão sobre a categoria território

Com o estágio recente do desenvolvimento do capitalismo, tratado por uns como globalização, por alguns uma denominação de imperativo da economia mundial, por outros ainda como mundialização, a categoria território ganha interesse de disciplinas diversas, entre elas: geografia, história, filosofia, ciências sociais e comunicação. No contexto em que as fronteiras de espaço e tempo foram implodidas, por conta do advento das recentes tecnologias, que recorte adotar sobre o território, quando a fluidez de informação e do capital, por conta das múltiplas redes, cortam os nossos dias?

Autores como Raffestin (1993), Santos (2005) e Fernandes (2006) alertam que o passo inaugural é compreender o espaço⁷⁴. Raffestin (1993) enfatiza se tratar de um local sem valor de troca, apenas com valor de uso. Assim, seria o local da possibilidade, conformado pelas dimensões materiais e simbólicas, transformado pelo trabalho de diferentes grupos de interesses.

O conflito pela disputa do poder em suas múltiplas faces e dimensões ocupa o cerne do debate sobre o território. Tal conflito é entendido numa atmosfera regida pelo aspecto técnico científico, no qual é conferido ao elemento informação papel primordial, ao contrário do ocorrido quando do Estado Moderno, que tem a primazia regida pela energia (SOUSA, 1995, HAESBAERT, 2002, SANTOS, 2005).

A partir dos pressupostos de Robert Sack, Haesbaert (2002, p.119), com base no princípio do conflito, salienta que o território representa uma tentativa de um indivíduo ou grupo de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica.

⁷⁴Sobre o debate do espaço, ver em particular as contribuições de Milton Santos, onde o mesmo trata das várias modalidades da categoria em *Natureza do Espaço* (1996)

Santos (2000), por sua vez, investiga o território⁷⁵ a partir da perspectiva do Estado moderno e sublinha que é a política⁷⁶ a questão central para o seu entendimento, e não o domínio das técnicas de produção. Se no Estado moderno cabia à nação o poder decisório, na recente cena mundial, a hegemonia é ocupada pelas agências multilaterais e empresas transnacionais. Ainda que o contexto mundial exija o Estado mínimo, é sobre ele e sua força normativa, que recai a produção de condições favoráveis para a circulação do capital.

Sousa (1995) ao refletir sobre a categoria, afirma que o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. O geógrafo arremata que territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias. Territórios podem ter um caráter permanente, mas também, podem ter uma existência periódica ou cíclica.

Os autores referenciados acima indicam que não devemos contemplar uma abordagem linear, e sim, trabalhar na perspectiva de territórios, posto ser constante o processo de territorialização, desterritorialização e re-territorialização. Trata-se de uma perspectiva dialética, e por isso, deve ser observada como um processo marcado por um intenso dinamismo, onde a destruição, construção e reconstrução de territórios é constante.

Se, de certa forma, ocorre o consenso sobre a tese da disputa pelo poder como característica mais marcante, quando tratamos de estudos sobre o território, Haesbaert (2002, p.121) sublinha que tal disputa tem como chancela as desigualdades de forças que envolvem o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Quando nos debruçamos no sentido de tentar identificar

⁷⁵A análise numa perspectiva hierarquizada sobre o processo de novos territórios, ou mesmo, o fim do território, predominou durante um certo tempo, reflete Haesbaert (2002). O autor da obra Território Alternativos, chama atenção para a dinâmica da criação e recriação do território. E mesmo os excluídos do processo hegemônico, mobilizam a construção de perspectivas opostas. Oposições que passam pelo fundamentalismo religioso, ambientalismos, grupos de auto-gestão, etc. Tendo como referência o Estado Moderno- estado nação- o território é uma invenção política do mundo moderno (obra de uma classe social, executada especialmente para seu próprio benefício). O termo território, raro até o século XVII, torna-se comum juntamente com a expansão burguesa, a partir do século XVIII. (HAESBAERT,2002, p.120, apud Allies,1980).

⁷⁶Santos (2000) observa que, a política compensava a diversidade, a diferenciação do poder técnico ou do poder econômico, assegurando, ao mesmo tempo, a ordem interna de cada império e a ordem internacional. Através da política cada império regulava a produção própria e de cada colônia, o comércio entre estas e outros países, o fluxo de produtos, mercadorias e pessoas, o valor do dinheiro e as formas de governo.

os sujeitos que disputam o controle do território na área que compreende o estudo em questão, ratifica-se a tese de Haesbaert.

Ianni (1995), Chesnais (1996), Santos (2000), entre outros, são categóricos ao analisar a globalização/mundialização, quando discutem o caráter estratégico que possui a ciência e a tecnologia no planeta para o controle do poder. Nesse horizonte, é a grande corporação que encarna o elemento que conforma a definição do território nas Amazônias. E, é ela, através de suas redes de comércio, que conecta o local com o global, em oposição às populações locais que tensionam a disputa em direção contrária.

Sobre os processos da conformação do território brasileiro no bojo do modo capitalista de produção, Oliveira (2004, p.36), em convergência com interpretações de Rosa Luxemburgo e José de Souza Martins, defende a tese de que a mesma se dá de forma contraditória e combinada. O autor sintetiza que ao mesmo tempo em que avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (trabalho assalariado), o capitalismo produz igual e contraditoriamente relações camponesas de produção (através da presença e aumento do trabalho familiar no campo).

No debate sobre o território, Oliveira (2004) argumenta que:

[...] que o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc), em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é, assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e o proprietário de terra. [...] A construção do território é, pois, simultaneamente, construção/destruição/manutenção/transformação. É, em síntese, a unidade dialética, portanto, contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo a construção do território é, contraditoriamente, o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução, (OLIVEIRA. 2004: p.40).

Aqui no caso amazônico, com ênfase na região oeste do Pará, onde se pretende a edificação de grandes obras de infraestrutura, a partir da demanda de grandes corporações da agricultura industrial - Bunge, Cargil, Amaggi, entre outras -, e mesmo do setor mineral - a exemplo da Alcoa em Juruti - e dos setores de geração de energia hidroelétrica que conjuga empresas nacionais - Eletrobrás, Cemig -, e internacionais - Suez -, tais corporações passam a ter o protagonismo na conformação do território do

capital. E, por consequência, a expropriação das populações locais, o saque e a pilhagem.

Tudo isso ocorre aos moldes das primeiras experiências desenvolvimentistas elaboradas nos anos iniciais do século XX, que colaboraram para a associação entre o grande capital e oligarquias rurais locais, estaduais, regionais e nacionais, no processo de monopólio da terra. Em sua concepção, Oliveira (2004) assevera que o capital em sua essência é internacional; porém, a lógica que envolve a terra é essencialmente nacional.

A se relacionar a reflexão acima com a presente agenda de grandes projetos para o Baixo Amazonas, temos a permanência da concentração da terra, uso intensivo e massivo de agrotóxicos, presença de um Estado autoritário e indutor da economia, coerção pública e privada, expropriação das populações locais, e a criminalização da luta popular.

Tem-se então, um cenário que ao mesmo tempo em que as grandes corporações preconizam a conformação territorial a partir da concentração do capital, o monopólio da tecnologia e da informação, passam também a monopolizar a terra e as riquezas de que ela é tributária, e mesmo os rios, - que no presente momento ocupam uma centralidade no conjunto de obras de logística - impulsionando o protagonismo no campo da política por setores por elas atingidos.

Neste sentido, e em oposição a tais lógicas, indígenas, camponês, remanescentes de quilombos e outros sujeitos do conjunto da sociedade amazônica buscam forjar formas de (re) existência na defesa de seus territórios, sendo a mobilização da identidade um dos recursos adotados, a exemplo do que ocorre com os remanescentes de quilombos.

Sobre a questão, Alfredo Wagner Berno de Almeida considera a estratégia do discurso dos movimentos sociais no campo ao afirmar que aos sujeitos da ação não aparece atrelada à conotação política que em décadas passadas estava associada principalmente ao termo camponês. Para o referido autor, a politização se dá a partir das realidades localizadas. “Os agentes sociais se erigem em sujeitos da ação ao adotarem como designação coletiva as denominações pelas quais se autodefinem e são apresentados na vida cotidiana” Almeida (2004, p. 166). Em outras palavras, a partir de elementos identitários e do discurso ambiental são usados como ferramenta política de defesa de seus territórios.

O mesmo autor (2004, p. 166-167) assinala que tais lutas e bandeiras tendem a incorporar fatores étnicos, critérios ecológicos e de gênero, onde tem-se como desdobramentos outras modalidades de representação política:

Assim, tem-se a formação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), do Movimento Nacional dos Pescadores (Monape), da Coordenação de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), da Associação dos Ribeirinhos da Amazônia, da União dos Sindicatos e Associações dos Garimpeiros da Amazônia Legal (Usagal) e de inúmeras outras associações, a saber, dos castanheiros, dos piaçabeiros, dos extrativistas do arumã, dos peconheiros etc. Acrescente-se que o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica, o Movimento pelos Atingidos pela Base de Foguetes de Alcântara (Mabe) e outros que se articularam como resistência a medidas governamentais, (ALMEIDA, 2004: p. 166-167).

Neste vasto universo de tantas representações e redes, o antropólogo sublinha o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). Este grupo foi fundado pelos idos de 1991/1992, no bojo da Eco-92, um momento oportuno e de visibilidade das pautas protagonizadas pelos sujeitos da sociodiversidade da floresta amazônica. Naquele contexto, ele se configurou como a rede mais expressiva, pelo menos até os anos iniciais dos anos 2000. O GTA chegou a aglutinar 600 entidades afiliadas (indígenas, artesãos, pescadores, quilombolas, extrativistas e camponeses da Amazônia). O GTA configurou a maior representação da região junto aos organismos multilaterais (BIRD, G7) e a órgãos públicos. O grupo representou a sociedade civil junto ao PPG-7 (Programa Piloto de Preservação das Florestas Tropicais). A partir destas mediações, inúmeros experimentos, com editais simplificados, financiaram projetos em pequenas escalas em todos os rincões amazônicos, dentre eles, criação de pequenos animais, viveiros de mudas, sistemas agroflorestais, produção de doces, bombons e óleos, dentre outras. Eram os Projetos Demonstrativos da Amazônia (PDA), cujo objetivo residia em financiar, monitorar e replicar os PDAs considerados exitosos por todos os cantos da região. Além do aporte financeiro dos sete países mais ricos da época, o PPG-7 contava com recursos do Banco Mundial e de ONGs internacionais.

A promoção efetiva da Floresta Amazônica, de sua biodiversidade a partir de suas populações constituía a missão do GTA. Naquele momento a pauta residia em criar e favorecer mecanismos de participação e controle social, monitoramento e execução de políticas públicas. Cooperação na escala Panamazônica, monitoramento de conflitos,

gênero e juventude, produção de base familiar agroecológica e comunicação comunitária representavam alguns dos eixos de trabalho da rede.

Ainda sobre a heterogeneidade dos sujeitos na Amazônia, Almeida (2004, p. 167), recupera que:

Observe-se, num emaranhado de articulações, que uma entidade pode simultaneamente pertencer a mais de uma rede e que parte considerável das redes se faz representar no GTA, que tem 9 regionais nos estados da Amazônia. O MIQCB, por sua vez, tem coordenações em 4 unidades da federação, sendo 3 da Amazônia (Pará, Maranhão e Tocantins) e 1 da Região Nordeste (Piauí). A base territorial destes movimentos não se conforma, portanto, à divisão político-administrativa, redesenhando a sociedade civil, (ALMEIDA, 2004: p. 167).

No caso da região em debate, o Baixo Amazonas, tem-se o Grupo de Defesa da Amazônia (GDA), coletivo de longa existência, pelo menos quatro décadas, e o recente Tapajós Vivo. Em linhas gerais, os componentes são os mesmos das duas redes, associações, sindicatos de trabalhadores rurais, pastorais, instituições de assessoria, a exemplo da Fase, pesquisadores e comunicadores.

8.2 Comunidade de Remanescente de Quilombo do Tingu

Amparado nas normativas que tratam sobre o reconhecimento das comunidades de remanescentes de quilombos, artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como o contido nos Artigos 215 e 216, todos da Constituição Federal de 1988 e, ainda, o Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, a Convenção Internacional nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho OIT, nas Instruções Normativas/INCRA nº. 20/2005, 49/2008 e 57/2009, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, a portaria de nº 1.642, de 08 de outubro de 2018, em seu artigo 1º reconhece e declara como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo TININGU, a área de 3.857,8096 ha (três mil e oitocentos e cinquenta e sete hectares, oitenta ares e noventa e seis centiares), no município de Santarém, estado do Pará. O relatório ainda reconhece como limites e confrontações do território quilombola Tingu são: ao norte Lago do Maicá; leste Aldeia Indígena Ipaupixuna; sul Aldeia Indígena Açaizal, oeste Território Quilombola Murumuru. Entre a emissão da certificação de autorreconhecimento ocorrida em julho de 2005 até o reconhecimento como comunidade quilombola e a definição da delimitação foram 13 anos.

Trata-se de reconhecimento como território. Uma das fases do processo de titulação. Até o momento nenhum território quilombola do Planalto Santareno possui titulação.

A negociação com o povo indígena Munduruku nas duas aldeias acima citadas foi um dos desafios enfrentados pela comunidade de remanescente do Tingu para a definição do território. Até se alcançar um consenso entre as partes envolvidas foram necessárias inúmeras reuniões entre os interessados e as instituições públicas relacionadas com a questão. Na mediação além do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) responsável pela demanda quilombola, somaram-se representantes da: Fundação Nacional do Índio (Funai), dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, da Federação das Organizações dos Quilombos de Santarém (FOQS). As figuras 39 apresenta a placa de identificação do TQ do Tingu, e 40 apresentam a farmácia do povo Munduruku.

FIGURA 40 Placa de Identificação de Certidão de Autoreconhecimento da Comunidade de Tingu



Fonte: Trabalho de campo. Foto: Rogerio Almeida (2019)

FIGURA 41 Farmácia Tradicional da Aldeia Açaizal, que se avizinha do Território Quilombola do Tingu



Fonte: Trabalho de campo. Foto: Rogerio Almeida (2019)

Uma das sobreposições territoriais entre as partes envolvidas recaía em uma área denominada de Fazenda Eldorado. Em uma ata do acervo do Serviço Quilombola do Incra, infelizmente não datada, este era o ponto principal a ser sanado. O documento atesta que a comunidade do Murumuru abre mão da área em favor da delimitação da aldeia Açaizal. A foto a seguir exibe uma estrutura física da aldeia Açaizal.

Os territórios supracitados são irrigados pelo Lago do Maicá e por inúmeros igarapés. Todo um conjunto da flora e fauna conferem ao lugar um certo bucolismo. Trata-se de uma região entrecortada pela realidade da terra firme, serra e de várzea. Na várzea, é a dinâmica das águas que impera. É ela quem dita os processos organizativos da produção, no deslocamento, da pesca e das culturas a serem plantados. Melancia, milho, abobora e feijão, entre outros alimentos, são cultivados na vazante das águas. Abunda a produção de abobora. As gondolas das feiras da cidade, e mesmo a porta de casa na vizinhança dos mercados evidencia o volume da produção. Na comunidade do Tingu, a horta cultivada pelo senhor Bena no alto da serra é uma referência.

42 Sacos de abobora nas imediações do Mercado 2000, Santarém/PA.



Fonte: Trabalho de campo. Foto: Rogério Almeida (2020)

Bena, como outras famílias, costuma cultivar na serra. É lá que fica a terra preta, considerada terra de excelência para o cultivar, rica em nutrientes. A terra preta atesta a presença humana pré-colombiana. Conforme o RTID, relatos dos moradores dão conta de terem encontrado inúmeros artefatos desta época.

Como sublinhado por Cruz e O`Dwyer (2011):

“ a gente acha umas caretas assim de barro, faziam panelas de barro, tipo assim, brinquedos... às vezes, quando a gente ia trabalhar na terra preta dessas, aí, achava lá enterrado”, relato do morador Francisco, (CRUZ E O`DWYER 2011, p. 44).

Estes objetos encontrados pelos moradores de diferentes gerações são tratados como “coisas dos tempos dos índios”. Os indígenas colaboravam para a fuga dos negros

da polícia. Eles detinham a habilidade em ouvir o tropear dos policiais e avisavam os negros.

No Tingu, o tempo passa desperreado. O local de chão batido é cercado de casas em sua maioria de alvenaria ou madeira, donas de jardins cuidadosamente zelados, onde é comum em arredores a presença de plantas frutíferas, como goiabeira, mamoeiros, mangueiras, coqueiros, e no caso dos afortunados, açazais e palmeiras de buriti.

Assim como outras comunidades do planalto Santareno, o acesso é possível pela rodovia Curuá-Una, a PA 370 ou via fluvial. Diariamente, pelo menos duas vezes ao dia, o ônibus realiza viagens que duram em média duas horas em período do verão. O caminhão pau de arara antecedeu o ônibus. A abertura de veredas na floresta data dos finais dos anos 1990. Antes da abertura das estradas vicinais, ou se acessava a cidade via o rio ou a pé. A pé a andança durava em média seis horas, esclarece o RTID.

Depoimento do senhor Bena informa que a comunidade está cravada entre uns 200 metros de terra plana, o lago do Maicá e uma região de serra, onde comumente ocorre a produção do roçado, pelo fato da terra ser mais adequada para o cultivo de lavoura branca e frutíferas, em uma faixa de uns 40 metros em relação ao local de moradia. Roçado cada vez mais desprezado pelos jovens. A pesca, a criação de pequenos animais e o extrativismo garantem a segurança alimentar da comunidade, esta marcada por fortes laços familiares, parentesco, compadrio e vizinhança, como no caso do senhor Bena, que tem como vizinhos dois irmãos, além da mãe.

Sobre as situações de tensões entre os territórios, prosas com o presidente da associação, o senhor Raimundo Benedito da Silva Mota, conhecido como Bena, bem como com o cacique Manoel (Munduruku), da aldeia Ipaupixuna, sinalizam que a relação entre os vizinhos é amistosa. Nascido e criado na comunidade forjada ainda no século XIX, Bena soma 60 anos. Católico, teve nove filhos, sendo oito vivos, quatro mulheres e quatro homens. Apenas um ainda mora com ele. Na comunidade uma trabalha na saúde e outra na educação. O dirigente conta que desde a adolescência, lá pelos 15 anos de idade, passou a se envolver com as demandas do Tingu. A Figura 42 abaixo é possível notar aspectos da comunidade, onde notamos tralhas de pesca, moradia, extrativismo do açai.

FIGURA 43 Aspectos gerais da Comunidade do Tingu, Santarém/PA



Fonte: Atividade de campo. Foto: Rogério Almeida (2019)

Sobre as origens da comunidade, em entrevista concedida antes da pandemia, Bena recupera que:

Na verdade, a história dessa comunidade é que em 1844, a história conta que já existia 6 negros fugitivos ali da Taperinha (fazenda de engenho), naquele tempo era mato, muito mato aqui e esses seis negros se esconderam. E também a história conta que aí em cima, nós temos uma terra preta muito grande que os índios paravam aí, e eles se comunicavam com os pretos que estavam aqui. Sempre quando os soldados, naquele tempo era os praças, vinha atrás deles para querer pegar, a história diz que os índios escutavam na terra, eles baixavam aqui e vinham contar para eles se esconderem, aí ele se escondiam e daí foi surgindo o acasalamento em respeito ao negro com o índio e formando a comunidade. Então hoje, estamos desde 1844 nós estamos aqui, os nossos descendentes eram esses seis negros e depois desses seis negros, a história conta que veio mais os nossos bisavós, depois avós e outras e outras pessoas que foram nossas raízes aqui da comunidade, (entrevista concedida em dezembro de 2019 na comunidade do Tingu).

Sobre os primórdios da comunidade, relatos coletados em 2010 pelas pesquisadoras Cruz e O'Dwyer (2011) para efeito da produção do RTID atestam que os moradores mais antigos sinalizam para dois irmãos fugidos do cativeiro para a formação dos quilombos do Tingu e Murumuru, são eles Tomás e Manuel João. “Esta é a memória social mais distante e ao mesmo tempo marcante compartilhada pelos mais 'antigos' moradores do Tingu,” salientam as pesquisadoras.

Assim como no geral, sobre o quantitativo de negros negociados no estado, para o município de Santarém o número total é tido como incerto. No entanto, em pesquisas de Vicente Salles, o Negro no Pará, o número estimado girava em torno de um total de 3.883 escravos (2.018 homens e 1.865 mulheres) no ano de 1849 na "comarca de Santarém". Dado subestimado, a considerar, desde sempre, o recurso em ocultar "bens" para efeito de sonegar impostos, adverte o historiador.

Com relação aos negros que se aquilombaram na cidade de Santarém, boa parte era oriunda da fazenda Taperinha, como esclarece Eurípedes Funes, que colaborou com informações junto aos moradores para que os mesmos conhecessem parte de sua história ainda na década de 1990, quando realizava atividades de campo de sua tese.

A Taperinha, esclarece Funes, era de propriedade do Barão de Santarém (Miguel Antônio Pinto Guimarães), que vinha a ser genro de Maria Macambira, dona de terras por todo o Baixo Amazonas, reconhecida pela sua crueldade contra os negros. A presença da família se mantém em Santarém. Um olhar atento sobre a cidade e seus logradpuros é possível alcançar entre profissionais liberais do campo do Direito e da Saúde inúmeras pessoas com o sobrenome Macambira, além de uma empresa de construção civil. Os escritórios dos familiares ocupam o Centro da cidade. Espaço considerado nobre.

Ainda conforme o mesmo autor, o Barão irá firmar parceria de negócios com confederados oriundos do vale do Missisipi, Tenesse e Alabana, que aportaram em terras parauaras fugidos após a derrota na Guerra de Secessão. Os afligia ver os negros com direitos equiparados aos direitos de seus filhos. A imigração foi possível graças a um convênio firmado entre o presidente da Província do Pará e o major Lansford Warrem Hastings, no dia 7 de novembro de 1866.

Junto ao Barão, os estadunidenses colaboraram para a modernização do engenho da Taperinha, bem como no plantio da cana de açúcar nas serras do Diamantino, Ypanema, Mararu, Taperinha e Piquiatuba. O Barão firma sociedade com Romulus Rhome (sociedade Pinto & Rhome), que irá administrar a fazenda. Os confederados vieram realizar em solo amazônico o que ficaram impedidos de fazer em solo pátrio. Funes calcula entre 112 os imigrantes que se estabeleceram em Santarém. No conjunto também vieram ingleses e alemães, conta Funes (1995).

A chegada destes novos estranhos colabora para o adensamento da diversidade cultural, que já contava com indígenas, negros e imigrantes nordestinos, em particular cearenses, aqui pejorativamente tratados como arigós, um ser obtuso. No entanto, eles estão entre os principais negociantes que controlavam, e continuam a controlar o

comercio na orla da cidade. Um território considerado nobre, valorizado, que experimenta abissais transformações em sua configuração por conta de fluxo de balsas e navios, disciplinamento de ancoradouros segundo o tamanho dos barcos, para que a administração municipal possa cobrar tributos a eles.

Com relação às fugas dos negros da Taperinha, Funes (1995) com base em correspondência da província, recupera um registro sobre a aquilombação dos negros fugidos:

Em uma carta datada de 17 de dezembro de 1870, o fazendeiro José Joaquim Pereira, ao chefe de polícia Hermógenes Sócrates Tavares de Vasconcelos, afirmava que, “A muitos anos que minha mãe a Sr^a Maria Margarida Pereira Macambira se vira privada do serviço de um avultado número de escravos e do seu casal que se achão pio indiviso por terem elles se homiziados nos quilombos do Curuá e Trombetas, sem que os meios empregados e a ação do governo tenham podido tiral-os duma vida selvática e restituídos ao animo de seus legítimos senhores”, (FUNES 1995, p.07).

Ainda sobre as fugas de negros, cumpre aqui realçar um editorial do jornal Baixo Amazonas, incluso no trabalho de Funes (1995):

O editorial do jornal de Santarém, Baixo Amazonas, do dia 8-01-1876 afirmava ser "aflitivo e verdadeiramente ameaçador em que [condições] vemos o direito de propriedade neste município, relativamente aos escravos, [...] levas abando não seus senhores para se refugiarem nos soberbos quilombos que nos cercam. Todos os dias registram-se muitas fugas de escravos e de vez enquanto uma leva de 10, 12, 20 e até 30 escravos [...] como as que se deram nas noites de 28 de dezembro do ano findo e 3 deste mês [...]. De janeiro a maio [período] em que enche o Amazonas é tempo que os escravos julgão mais apropriado para fugirem. Neste tempo o trânsito, que é todo fluvial, facilita-lhes poderem navegar por atalhos que conhecem ou por onde são conduzidos, sem receio de serem agarrados”, (FUNES 1995: p. 8).

Na análise de Funes (1995), quantitativamente, os quilombos da região do Maicá são considerados pequenos em relação aos da região do Trombetas. No processo recente de organização política dos aquilombados da região do Planalto Santareno, aqueles irão colaborar com estes, bem como frações da Igreja Católica, Cedenpa, Malungu, Comissão Pró Índio de São Paulo, pesquisadores, a exemplo do Funes, pesquisadores da Fiocruz do Amazonas. E, ainda, uma jornada de 30 anos de formação, que teve o pontapé inicial no ano de 1988, o Encontro Raízes Negras, assunto tratado anteriormente.

A presente dinâmica de formação gera junto à liderança quilombola Bena um sentimento de pertencimento. Bena ao lado do senhor Dileudo, da comunidade de Bom Jardim e o senhor Aldo Santos, da comunidade de Saracura representam uma espécie de linha de frente na animação da luta quilombola do Planalto. O sentimento de

pertencimento externalizado pelas lideranças quilombolas, e parte dos moradores das comunidades converge com os dados registrados pela antropóloga Andreia Franco Cruz, sob a supervisão da professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Eliane Cantarino O'Dwyer, datado de 2011, responsáveis pela elaboração do relatório antropológico para o INCRA. O RTID é um dos componentes exigidos no processo de reconhecimento das comunidades quilombolas, junto ao Relatório Agroambiental. Abaixo, o registro apresenta os senhores Aldo e Dileudo, durante o Dia da Consciência Negra, festejado na comunidade de Bom Jardim, em 2019.

FIGURA 44. O senhor Aldo Santos, no primeiro plano, foi homenageado no Dia da Consciência Negra, em 2019. Ao microfone, o senhor Dileudo, da Comunidade de Bom Jardim



Fonte: Atividade de campo. Foto: Rogerio Almeida (2019)

Juridicamente, a reivindicação para que as comunidades de remanescentes de quilombos busquem o reconhecimento territorial consta no que dispõe o artigo 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, conforme transcrito abaixo:

"Art 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade. (...)

§ 4º A autodefinição de que trata o § o 1º do art. 2º deste Decreto será inscrita no cadastro Geral junto à Fundação Cultural Palmares, que expedirá certidão respectiva na forma do regulamento.", (CRUZ e O`DWYEAR, 2011: p. 08).

Cruz e O`Dwyer (2011), sobre as questões normativas, alertam que as mesmas vão em direção a princípios de itens da Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário, bem como da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT):

Como se pode observar pelo enunciado do artigo 2º do Decreto nº 4.887 são os "critérios de autoatribuição" que permitem identificar aquelas pessoas que se consideram ou não "remanescentes de quilombo". Tais critérios já haviam sido propostos e aceitos pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil passou a ser signatário a partir da aprovação do Congresso Nacional do Decreto Legislativo nº 143 de 20 de junho de 2002, promulgado posteriormente via Decreto 5.051 de 19 de abril de 2004. Da mesma forma, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída pelo Governo Federal, estabelece formalmente políticas públicas para as chamadas "populações tradicionais" definidas em seu artigo 3º, alínea I, como "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, (CRUZ E O`DWYEAR 2011, p. 07).

Consta na legislação para efeito de titulação, a recuperação de parte do território que lhes foi retirado. Em boa parte dos territórios aqui tratados existem casos de pessoas com área para lazer ou para criação de gado em pequena escala, que comumente os moradores denominam como fazendas. Em algumas destas áreas jovens moradores quilombolas, vez em quando, realizam atividades em empreita acordadas a partir de diárias no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais). A relação entre moradores originários e estranhos ao local oscila entre amistosas e de conflitos.

O manejo do gado quando da oscilação da dinâmica das águas dos igarapé, lago e rios é considerado um dos vetores de situações de conflitos. O acesso à água, acesso a locais considerados sagrados, tais como cemitérios ou de ocorrência de encantados representam outras modalidades. No caso do Tinguu, por dois anos um pequeno proprietário agudizou a relação com os moradores quando decidiu obstruir o sistema de abastecimento de água.

A área antes sob o controle de Antônio Lima, ao ser repassado para o empresário Silvio Tadeu dos Santos e de seu filho, Silvio Tadeu Coimbra dos Santos passou a

tensionar com os moradores da comunidade. A família Coimbra é dona de uma das principais imobiliárias na cidade de Santarém.

Sobre o conflito, o site Terra de Direitos, que realiza assessoria jurídica aos quilombolas, esclarece que o microssistema de abastecimento de água da comunidade, que capta água direto do igarapé, foi construído pelos próprios quilombolas. O microssistema de água também abastece o posto de saúde que atende comunidades de indígenas, pescadoras e pescadores do planalto santareno.

A situação de conflito resultou no assassinato do quilombola Haroldo Betcel, no fim de setembro de 2018, pelo caseiro dos empresários, com um golpe de uma chave de fenda. A mesma notícia conta que além de obstruir o microssistema, os empresários haviam jogado agrotóxico na produção dos quilombolas. A questão foi equacionada em outubro de 2019, quando da decisão da Promotoria da Justiça Agrária em favor dos quilombolas, que contou com a mediação da promotora Ione Missae Nakamura.

Informações do presidente da associação dão conta de que desde os anos de 1975/1980, por conta de pouca informação, os moradores passaram a negociar terras com pessoas fora da comunidade. Segundo Bena (2019):

[...] o pessoal vendia para levar seus filhos para Santarém estudar, e a dificuldade também era muito grande, não tinha transporte, saúde tinha que ser tudo em Santarém, saía só de barco na época, não entrava carro, aí de um tempo pra cá que foi começando a entrar carro, a gente foi trabalhando abrindo estrada (entrevista concedida em dezembro de 2019 no território do Tingu).

Para além do caso específico do conflito acima tratado, o senhor Bena esclarece que existem pelo menos dez propriedades na comunidade com característica de fazendas. Em prosa com moradores da área do quilombo, e com outras pessoas que conhecem o lugar, ocorrem relatos que neste recorte temporal apontado pelo Bena como de negociação de terras, coincide com o *boom* do ouro na região.

Um comerciante de Santarém, rememora um operador neste setor, o senhor Wirland da Luz Machado Freire. Conforme o informante, o dono de garimpos e empresário costumava fazer festas na comunidade, onde era comum carregar os convidados em monomotor. Informações dão conta que a filha herdou a fazenda. Freire, que operava no município de Itaituba, chegou a ser prefeito da mesma cidade nos idos de 1990.

Relatos e notícias em sites locais em ocasião da morte do empresário, ocorrida em 2002, informam que no apogeu do ciclo do ouro Luz chegou a ser o maior vendedor de

óleo diesel na América Latina. Todo ano era premiado com um carro Mercedes. O empresário era dono de garimpo, postos de gasolina e fazendas, bem como proprietário da empresa Táxi Aéreo Itaituba Ltda –Tall. Nestes termos, podemos sinalizar que Luz operava em diferentes campos da ilegalidade, a exemplo de garimpo e grilagens de terras, como registrado na região do Tiningu.

Sobre a relação entre o empresário e a comunidade, o senhor Bena enfatiza que “Com ele a gente se entendia bem. Ela ajudava na abertura de estradas, com a construção da igreja, mas, quando entrou o vereador Ney Santana (PSDB), que se juntou com a filha de Freire, a situação mudou”. O senhor Santana, sem êxito, concorreu ao Executivo de Santarém no último pleito.

Nota-se assim, a manutenção de uma racionalidade que remonta a tempos coloniais, onde consta o controle da terra, e por consequência, assentos na política e instituições públicas consideradas estratégicas. Tal situação se acentua nos dias atuais por conta do avanço do grande capital sobre a região.

O mero anúncio do projeto do porto, a presença de terceirizados ligados ao projeto, a tentativa em realizar pesquisa na área, representa elementos de tensão dentro da comunidade com relação à adesão ou não ao projeto. Em algumas reuniões sobre o tema em espaços públicos, a cisão é materializada a partir de manifestações públicas de pessoas das próprias comunidades a favor do projeto, que tende a expropriá-los. A adesão em certa medida manifesta a ideia de possibilidade em conseguir um posto de trabalho ou simplesmente por intermédio de cooptação. Nota-se um clima de desconfiança ao estranho que adentra o território. Seja ele quem for. O que em certa medida limita o acesso a informações.

Sobre a presença de estranhos (fazendeiros) no Planalto Santareno, existem registros em todos os territórios quilombolas e vizinhanças deste tipo de ocorrência, onde pessoas alheias à comunidade controlam expressivas faixas de terras, e de forma alguma possuem relação com a representação política dos quilombolas. O senhor Bena narra que:

Então eles fizeram uma associação para se defender, então não foi só os proprietários do Tiningu, foram todos os proprietários fazendeiros de outras comunidades quilombolas. Porque aqui o fazendeiro tem terra no Tiningu, tem no Murumuru, tem no São José do Ituqui (entrevista concedida em dezembro de 2019 no território do Tiningu).

Sobre a presença nestes criadores de gado (búfalo ou zebu) instituições que monitoram o desmatamento na Amazônia, a exemplo do INPE e do Imazon, avaliam que

a atividade representa um dos principais indutores. Soma-se ao desmatamento, um conjunto de alterações dos sistemas reprodutivos do ecossistema, o monopólio da terra, a cerca, o pasto. O conjunto de fatores possui implicações para além da redução do território ancestral, na segurança alimentar dos moradores.

Ainda sobre a presença de estranhos e o monopólio da terra, pesquisa da professora Marília Emmi atesta a presença da família Miléo e Calderaro na cidade de Santarém em 1888, ano da abolição formal. Os colonos provindos do sul da Itália, no Pará ingressaram no ramo do comércio. Pelos anos de 1930, quando do início do governo Vargas, chegaram a controlar 54 estabelecimentos, sendo 70% localizados no Baixo Amazonas, quando da presença do comércio da borracha em regatões. Comercializavam gêneros alimentícios, tecidos, ferramentas e produtos regionais. Conforme investigação de Emmi, em Belém e Óbidos havia células tanto ligadas ao fascismo, como ao anarquismo, neste último caso, pessoas ligadas ao setor gráfico.

O RTID informa que a família Miléo operava no Tinguá na criação de gado, e junto aos comunitários com a produção de meação, onde é acordado entre as partes que cabe ao morador zelar pelo gado do fazendeiro, e em determinado momento, o morador passa a ter direito a determinado número de rezes. Atividade explicita o uso de relações não capitalistas. O que nos faz rememorar a máxima de Martins sobre o Cativo da Terra, “se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava”. No debate em que empreende sobre o camponês e a política, Martins deixa mais claro a sua assertiva, ao alumiá-lo o recente sujeito que emerge na transição da escravatura para a República, onde:

[...] o “grileiro” é um autêntico traficante de terras que surge historicamente quando termina o tráfico negreiro no Brasil e cessam, portanto, as atividades dos traficantes de escravos. Coincidentemente, no mesmo ano em que cessou o tráfico de escravos africanos - 1850 – foi promulgada a Lei de Terras, que proibia a livre ocupação das terras devolutas e a sua aquisição por outro meio que não fosse o de compra. No Brasil, o fim do cativo do escravo dá começo ao cativo da terra. Era um recurso para impedir que os novos trabalhadores livres que chegassem ao Brasil para substituir os escravos deixassem de trabalhar para os grandes fazendeiros, principalmente os de café, e evitar que procurassem terras livres da fronteira econômica para ali se tornarem agricultores por conta própria. [...] Invasores são os grileiros, fazendeiros e empresários que o expulsam em sua posse, (MARTINS, 1983: p.104).

Ainda conforme o RTID, foi justo o imigrante italiano que introduziu o mercado de terras na região do Tinguá. De acordo com o relatório, antes de morrer, Vicente Mileo, que não tinha a menor ideia da localização de “suas posses”, estabeleceu como padrão

lote do tamanho de 10x30 metros a ser negociado com os moradores. Tem-se assim a terra de trabalho apropriada pela racionalidade especulativa e rentista da terra como negócio. O fato acarretará profundas modificações sociais, culturais e física da região na primeira metade do século XX. Fato que tem recrudescido o presente momento marcado pela agenda de grandes projetos, o que tem acarretado numa corrida especulativa de terras.

Sobre o delicado cenário fundiário do território do quilombo do Tingu, relatório agroambiental da área aponta que pelo menos 45% do território do quilombo encontra-se comprometido por diferentes formas de apropriação. O documento estabelece quatro categorias, onde encontramos quatro categorizações: i) áreas tituladas por remanescentes quilombolas que ainda não estão na área; ii) áreas tituladas por remanescentes quilombolas adquiridas de terceiros; iii) áreas tituladas pertencentes a não remanescentes e iv) posses pertencentes a não remanescentes. Nestas categorias estabelecidas pelo relatório do INCRA duas (titulação de lotes) estão relacionadas com remanescentes e as outras (titulação e posse) com pessoas não categorizadas como remanescentes, como representado nas tabelas abaixo.

Tabela 01 Áreas tituladas por remanescentes quilombolas

Relação de áreas tituladas no território Tingu pertencentes a remanescentes de Quilombos - Área com o titular							
Nome	Processo no Incra	D/E	Situação	Área (ha)	Nº do Título	Nº do Lote	Situação Atual
Fortunato Mota dos Santos	54501.000925/76-00	TD	Matriculado	11.1170	104	Lote nº130	Quilombola. Mora o titular e a família.
Domingos Braz Medeiros Pereira	54501.000394/76-47	TD	Liquidado	11.5940	028	Lote nº132	Quilombola. Mora o titular e a família.
Saturnino dos Santos	54501.000699/76-02	TD	Matricula nº 16013/Liquidado	5.7493	00086	Lote nº145	Quilombola. Mora o titular e a família.
Luiz Augusto Mota	54501.000355/76-95	TD	Matricula nº 7.117	38.0358	056	Lote nº131	Faleceu. Atualmente mora a mãe do Sr. Bena e as casas ao redor fazem parte da mesma área. O título não foi pago

Fonte: Relatório Agroambiental do INCRA/Santarém/PA, 2011

Tabela 02 Áreas tituladas por remanescentes quilombolas adquiridas de terceiros

Relação de áreas tituladas no território Tingu pertencentes a remanescentes de Quilombos - Títulos de Terceiros							
Nome	Processo no Incra	D/E	Situação	Área (ha)	Nº do Título	Nº do Lote	Situação Atual
Manoel Geraldo Pereira Costa (Principal)	54105.000438/80-70	TD	Liquidado	16.5158	2040	Lote nº 134	Vendido para Aloísio Mota dos Santos, também quilombola.
Inácio Mota dos Santos	54501.000419/76-76	TD	Somente Processo	11.0428	200	Lote nº 135	Faleceu. A área está com Raimundo Dário (filho). O título não foi pago.
Wilson Cruz	54501.00064/82-91	TD	Liquidado	7.8979	1828	Lote nº 136	Vendido para Valdomiro, também quilombola
Jose Irineu Alves da Silva	54501.000314/76-16		Arquivado/Protocolo				Vendido para quilombolas

Fonte: Relatório Agroambiental do INCRA/Santarém, 2011

Tabela 03 Áreas tituladas em nome de não remanescentes de quilombo

Relação de áreas tituladas no território Timingu pertencentes a não remanescentes de Quilombos										
Nome do titular	Detentor atual	Processo no Incra	D/E	Situação	Área (ha)	Nº do Título	Nº do Lote	Situação Agrícola	Beneficiários	Observação
Raimundo Mota	Silvio Tadeu	54501.00086 3/76-46	TD	Matricula nº 7.129	63,7 570	136	Lote nº 129	Cerca de 15ha cultivados com culturas anuais e perenes	Casa de madeira em condições ruins com 4 cô- modos / Tanques de peixes desati- vados	Há quilombolas na área também
	José Maria da Costa							Área de embarque de gado	Casa de alvenaria e telhado de bar- ro / Curral / Cerca de arame farpado com 4 fios em estado ruim / área de embarque e desembarque de gado	
José Frutuoso de Oliveira	Juarez Pereira Costa	54501.00007 6/93-22	LO/ Can	Somente Pro- cesso	10,4 653	2314	Lote nº 140	Cerca de 4ha cultivados com pastagem	Não há beneficiá- rios	Titulado faleceu
Carlos Mag- no de Almei- da	Rui Alberto Coelho da Costa	54501.00027 7/76-83	TD	3 Parcelas Pagas	20,6 791	023	Lote nº 141	Cerca de 14ha cultivados com pastagem	Casa de alvenaria com 5 cômodos / cerca de madeira em condição regular	Titulado faleceu
Manoel Garcia Mota	Rui Alberto Coelho da Costa	54501.00089 7/76-68	TD	Matricula nº 6745/Liquidado	18,7 129	0005 8	Lote nº 146	Cerca de 5ha cultivados com pastagem e algu- mas culturas anuais e frutíferas	Casa de madeira com 4 cômodos / Galpão de alvena- ria e cercas deli- mitando o perí- metro da área	Área vendida
Aureliano Caetano Bentes	Rubens Cha- gas	54501.00000 8/76-71	TD	Matricula nº. 1754/ Liquidado.	17,4 551	0019	Lote nº 144	Cerca de 11ha cultivados com pastagem	Casa de madeira em condições ruins com 2 cô- modos / Cerca de madeira em con- dições regulares	Titulado faleceu
Maria Cal- deira Pereira	Maria Mnr- cião	54501.00011 7/77-98	TD	Somente pro- cesso	19,7 442	060	Lote nº 148	Cerca de 3ha cultivados com pastagem e algu- mas culturas anuais	Casa de madeira em ótimas condi- ções com 4 cômo- dos / cerca de arame farpado com 5 fios	Titulado faleceu
Domingos Joaquim da Costa	José Aldenor Pereira Costa	41210.00030 8/76-10	TD	Matricula nº 5767/Liquidado	27,8 875	0009 9	Lote nº 149	Sem atividades agrícolas	Casa de alvenaria com 4 cômodos em boas condi- ções	Titulado faleceu
Constantino Desencourt	José Aldenor Pereira Costa	54501.00029 2/76-77	TD	Matricula nº 8.320/ Liquidado	14,3 685	0189	Lote nº 152	Cerca de 4ha cultivados com pastagem e algu- mas culturas anuais e frutíferas	Casa de alvenaria com 5 cômodos em ótima condi- ção / cerca de madeira em con- dição boa	Área vendida
Agostinho Pereira dos Santos	José Aldenor Pereira Costa	54501.00074 7/76-45 21411.00032 7/76-09	TD	Liquidado	6,75 05	0174	Lote nº 153	Cerca de 2ha cultivados com pastagem e algu- mas culturas anuais e frutíferas	Cerca de delimi- tação da área em boas condições	Área vendida
Manoel Geraldo Pereira Costa	José Aldenor Pereira Costa	54105.00173 8/81-20	CPC V/ Can	Somente Pro- cesso	21,9 953		Lote nº 143	Cerca de 3ha cultivados com pastagem	Casa de madeira com 4 cômodos em boas condi- ções	Área vendida
Manoel Lopes Pereira	José Aldenor Pereira Costa	21411.00088 46/76-78	LO	Somente Pro- cesso	20,0 000	0227 9		Cerca de 2ha cultivados com pastagem	Casa de madeira com 3 cômodos em boas condi- ções	Área vendida
Antonio Ferreira da Cunha	Manoel Cha- ves	21411.00083 0/76-38	TD/ CA N	Somente pro- cesso	47,2 564	091	Lote nº 154	Cerca de 3ha abertos com pas- tagem natural	Não há beneficiá- rios	Área vendida
Antonio Ferreira de Sousa	Wirland Freire	54501.00009 9/76-27	TD	Matricula nº 3.721/ Liquidado	27,1 366	0014	Lote nº 150	Cerca de 10ha cultivados com pastagem	Não há beneficiá- rios	Área vendida
Dias & Diniz Lda	Meacir Ma- chado	272/76	TD	Matricula nº1738	249, 4351	164	Lote nº 63	Área de floresta	Não há beneficiá- rios	Área vendida

Fonte: Relatório Agroambiental do INCRA/Santarém/PA,2011

Tabela 04 – Posse de áreas na comunidade de Tinguu

Relação de posses no território Tinguu pertencentes a não remanescentes de Quilombos						
Nome do titular	Nome da propriedade	Situação	Área (ha)	Situação Agrícola	Benefitorias	Observações
Rui Alberto Coelho da Costa	Fazenda Regional	Posse - CAR	137,1000	Cerca de 125ha cultivados com pastagem e algumas culturas anuais e frutíferas	Curtal / Cerca de arame farpado com 4 fios. Estão incluídas as benfeitorias das áreas tituladas também	As áreas tituladas estão d
Wirland Freire	Fazenda Grande	Posse	540,4282	Cerca de 150ha cultivados com pastagem e áreas abertas com pastagem natural	Casa de alvenaria em boas condições com 7 cômodos, piscina e cercas delimitando o perímetro da área	Processo 21411.000931 Correa Andrade
Grasiela Coelho Costa	Sítio Nova Vista	Posse - CAR	59,9480	Cerca de 15ha cultivados com pastagem e algumas culturas anuais	Casa de madeira de 1 cômodo em condições regulares / Cerca de arame farpado com 4 fios. Estão incluídas as benfeitorias das áreas tituladas também	Dentro da área titulada em Mota e que está sob domínio (filho)
Idacildo Caldeira dos Santos	Sítio Satuca	Posse - CAR	5,8410	Cerca de 7ha cultivados com pastagem e algumas culturas anuais	Sem benfeitorias	Dentro da área titulada e Bentes e que está sob d
José Maria da Costa	Sem denominação	Posse	276,3000	Cerca de 230ha cultivados com pastagem e algumas culturas anuais	Casa de madeira de 5 cômodos em condições boas / Curtal / Cerca de arame farpado com 5 fios	Está dentro da área
Aurenice Galore	Sem denominação	Posse	18,0000	Cerca de 9ha cultivados com pastagem e algumas culturas anuais	2 Casas de madeira de 3 cômodos em condições boas / Jardim	Está dentro da área
Juarez Pereira Costa	Sítio São José	Posse - CAR	39,3760	Cerca de 6ha com área aberta	Não há benfeitorias	Está dentro da área titulada (pai)
Riso Mendes da Silva	Retiro Peru	Posse - CAR	470,0000	Área de várzea	Não há benfeitorias	A área total é 1060ha e, d está sobrepondo a área
Darlan Riker Teles de Menezes	Fazenda São Francisco	Posse - CAR	391,5000	Área de várzea	Não há benfeitorias	A área total é 1723ha e, d está sobrepondo a área
Júlias dos Santos Mota	Sem denominação	Posse	0,0000	Sem atividade agrícola	Casa de madeira em condições boas com 3 cômodos	Está dentro do título do Sr.
Manoel Sinardo	Sem denominação	Posse	0,0000	Sem atividade agrícola	Casa de madeira em condições boas com 3 cômodos	Está dentro do título do Sr.
Márcia Andreia	Sem denominação	Posse	0,0000	Sem atividade agrícola	Casa de alvenaria em condições boas com 4 cômodos	Está dentro da área
Dorvalino Ferreira	Sem denominação	Posse	0,0000	Sem atividade agrícola	Casa de madeira em condições boas com 4 cômodos	Está dentro da área
Adriana Pereira	Sem denominação	Posse	0,0000	Sem atividade agrícola	Casa de alvenaria em condições boas com 4 cômodos	Está dentro do Sr.
João Batista	Sem denominação	Posse	0,0000	Sem atividade agrícola	Casa de alvenaria em condições boas com 4 cômodos	Está dentro do título da Sr
Inácio Pereira dos Santos	Sem denominação	Posse	0,0000	Sem atividade agrícola	Casa de alvenaria em condições boas com 4 cômodos	Está dentro do título da Sr
Susi dos Santos	Sem denominação	Posse	0,0000	Sem atividade agrícola	Casa de madeira em condições boas com 3 cômodos	Está dentro do título da Sr

Fonte: Relatório Agroambiental, INCRA/Santarém/PA,2011

Neste conjunto demonstrativo com relação à conjuntura fundiária da comunidade de remanescente do Tinguu elaborado pelo Inbra de Santarém é possível verificar formas consideradas antigas no processo de apossamento da terra, como recibo de compra e venda e registro em cartório, conforme apresentado nas primeiras tabelas 01 e 02 relacionadas com a titulação envolvendo remanescentes e não remanescentes, bem como formas consideradas modernas, que usa mecanismos de georreferenciamento via satélite, em particular como o recurso jurídico do polêmico Cadastro Ambiental Rural (CAR), avaliado como um recurso de legitimar a grilagem de terras.

Na tabela 04 que trata sobre as posses de pessoas não remanescentes de quilombos constam 17 nomes, dos quais seis casos usam o recurso do CAR, sendo áreas fisicamente bem expressivas. A fazenda do proprietário de garimpeiros e político Wirland Freire é a maior, com área de 540 ha, boa parte dedicada à pastagem. Segundo o relatório do INCRA, a casa da fazenda possui sete cômodos e abriga uma piscina, que os informantes declaram foram construídas pelos moradores do próprio quilombo. O processo no INCRA consta em nome da senhora Iranil Helena Correa Andrade, no enquadramento como sem posse.

As segundas áreas mais extensas, em nome de Riso Mendes Filho, com 470 ha, e a segunda em nome Darlan Riker Teles de Menezes, com 391 ha estão na região de várzea, apropriadas com o recurso do CAR. Pelo fato da área constar sob a influência do rio Amazonas, um rio federal, a região de várzea é de responsabilidade da Superintendência de Patrimônio da União (SPU). Interessante neste caso é que a área pretendida por cada um dos supostos donos de terras em território quilombola, se sobrepõem uma à outra. Cumpre ainda aqui realçar a situação do senhor José Maria Costa, de 276 ha, na condição de posse, dedicada à pastagem, em área da comunidade do Tingu. E, ainda sublinhar que o sobrenome Riker é de família de Confederados⁷⁷.

O contexto apresentado acima constitui um elemento limitante no processo da titulação coletiva do território. A sobreposição de responsabilidade sobre o território quilombola, no caso, a SPU, pelo fato da influência da várzea, representa mais um elemento complicador no percurso de finalização do processo de titulação. No percurso do RTID produzido pela dupla de pesquisadoras do campo da Antropologia, a reincorporação do território por fazendeiros e outros sujeitos é considerada como condição fundamental para a garantia da reprodução econômica, política e social da comunidade. No que tange à segurança alimentar e nutricional, o referido relatório técnico recupera que no início da década dos anos 2000 a situação era considerada delicada, conforme uma pesquisa da Fiocruz.

Para enfrentamento nestas situações e outras demandas da educação, saúde e infraestrutura, politicamente, as 90 famílias do Tingu estão organizadas a partir da Associação de Remanescentes de Quilombo da Comunidade de Tingu (ARQ/TINGU), que existe desde o ano de 2006. Ela é a representante diante das instituições públicas dos diferentes níveis de poder (União, Estado e Município). Bena foi o seu primeiro presidente.

No Tingu a sobrevivência e a segurança alimentar são garantidas a partir da atividade extrativa, roçado, produção de farinha e a pesca, sendo comum na região do Maicá as espécies acari, o tambaqui, o pirarucu e o tucunaré. Para a atividade da pesca é recorrente o uso de linha e anzol, espinhel (linha com vários anzóis) e malhadeira (espécie de rede) lançada das canoas e puxadas logo em seguida. Por conta desta atividade, uma parte dos moradores é filiada à Colônia de Pescadores, que este ano soma cem anos de

⁷⁷ Em setembro de 2021, pela passagem de 153 da presença dos Confederados na cidade de Santarém, o vereador negro e bolsonarista pela PSC, Carlos Silva, propôs uma homenagem aos estadunidenses supremacistas. Por conta da mobilização de setores populares o ato foi cancelado.

existência, fato que representa a expressão política e a longevidade da mesma. Outra filiação política dá-se com o STTR.

A situação complexifica a compreensão sobre as dinâmicas quilombolas, que mobilizam a categoria identidade e a defesa do meio ambiente como recursos em defesa do território, e que se reconhecem como trabalhadores da pesca e da agricultura como recurso para acessar o direito de aposentadoria. Ainda no que diz respeito à relação com a Colônia de Pescadores e com o STTR, além da FOQS, as instituições representam alianças no enfrentamento contra os grandes projetos na região.

Evidenciamos neste campo de enfrentamento em defesa de território e outros direitos, além da associação e da federação quilombola, a colônia de pescadores e o STTR, na mediação frações da Igreja Católica, a exemplo das pastorais sociais, com destaque para a CPT, Pastoral da Pesca e Pastoral da Juventude.

Em todo o território a atividade da pesca possui centralidade com relação à segurança alimentar, e mesmo de renda, e alguns momentos de situação de conflito por conta da pesca predatória. Sobre a relevância da atividade da pesca nas comunidades quilombolas, o relatório antropológico do INCRA, alerta sobre o aspecto na dimensão da cultura, onde destaca:

eles realizam no mês de outubro o festival do tucunaré. Nele consta apresentação de dança, eleição da rainha da festa, torneio de futebol e premiação para quem pescar maior quantidade do referido peixe, que começa a ser apanhado no lago do Maicá bem antes da realização do evento (CRUZ e O'DWYER 2011: p. 54).

No mesmo campo, durante o verão, é recorrente em toda a região a prática da Piracaia (peixe na brasa), que consiste na pesca e preparo dos peixes que são apanhados nos lagos por conta do refluxo das águas. É comum os moradores acamparem nas regiões de lago.

O extrativismo, o roçado e a pesca são conhecimentos repassados a partir da mediação da oralidade, que conjuga diferentes matrizes: indígenas, negras e da heterogeneidade oriundas destas fusões, onde constam ainda outras matrizes, como citado acima.

A presença de não quilombolas em territórios de remanescentes de quilombolas, acaba por dificultar em certa medida, a questão da identidade de remanescente quilombola. Fato que se soma ao embranquecimento como uma estratégia de sobrevivência diante conjuntura marcada pela adversidade, o preconceito racial e étnico, e pouca informação, quadro que somente há pouco tempo vem se alterando. A Figura 44 apresenta a sede da associação quilombola. Ela abriga o festival do tucunaré.

FIGURA 45 - Panorâmica da sede associação: local de reuniões e festividades.



Fonte: Atividade de campo. Foto: Rogerio Almeida (2019)

Tem-se ainda a construção, no campo simbólico, do índio como selvagem, os insurrectos da cabanagem como vencidos, e do negro considerado como um ativo dentro da contabilidade do mercado escravista na composição do capital constante do fazendeiro, e não como ser humano, menos ainda como cidadão. Nem de alma ele dispunha.

Expropriação do território, ausência de escola de nível médio, até o ano de 2008 sem o serviço de energia elétrica, precário sistema de telefonia (orelhão), serviço de telefonia celular instável, ausência de oportunidade de trabalho são agentes incentivadores da migração nas comunidades.

Tanto no RTID, como em conversas informais seja nos próprios territórios, seja durante a viagem de ônibus até a comunidade quando das visitas, tem-se relatos de saída de pessoas com vistas a procurar emprego em outras paragens, a exemplo da empresa Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém (TECEJUTA) na própria cidade de Santarém, em garimpos da cidade de Itaituba, ou outra região, na construção da usina Hidroelétrica de Curuá-Una, no projeto Jari, localizado na fronteira dos estados do Pará/Amapá, construção de Belo Monte, no rio Xingu, ou ainda busca de oportunidades em capitais vizinhas, Manaus, Macapá, e mesmo nos países vizinhos, em atividades de garimpo, a exemplo das Guianas. O fenômeno é popularmente tratado na fronteira como “peão de trecho”.

Por outro lado, após a instalação do serviço de energia na comunidade, por questões relacionadas à idade, a exemplo do fim de atividade laboral, aposentadoria ou desemprego, tem havido um retorno dos que migraram. E, registre-se ainda a dinamização do mercado de terras. Segundo o próprio RTID e conversas informais com moradores do território quilombola.

No que se refere aos cuidados relativos à saúde dos membros da comunidade Tiningu, antes da instalação de uma Unidade Básica de Saúde (UBS), curandeiros e parteiras eram os zeladores da saúde. Em casos mais graves, a saída era seguir para a cidade de Santarém em busca de atendimento.

No que concerne à religiosidade, o quilombo abriga um templo da Assembleia de Deus, fato que não ocorre em comunidades mais radicais, onde não é permitido a implantação destas tendências, a exemplo do território quilombola de Saracura, uma vez que tais tendências satanizam as práticas religiosas de matriz africana. Em todo o território do Planalto os católicos devotam Nossa Senhora da Guia. No caso dos moradores do Tiningu, tinham como abrigo as festividades realizadas no quilombo vizinho, Murumuru, atestam relatos dos moradores e o RTID.

Durante as vivências nas comunidades, esperava um momento de descontração para indagar sobre os cultos de matriz africana, tendo-me sido informado que os quilombos chegaram a abrigar algumas. Contudo, o avanço do neopentecostalismo e a morte dos mais velhos que exerciam a liderança nas manifestações religiosas redundou num certo amortecimento ou simplesmente apagamento dos cultos. Soou estranho a mim a ausência de tambores no quilombo.

Todavia, os tambores não silenciaram por completo. No quilombo do Bom Jardim e outros que ainda não tive a oportunidade de conhecer, alunos das escolas praticam a capoeira. Um outro momento da presença dos tambores e dos cantos dos ancestrais deu-se em Bom Jardim, pela passagem do Dia da Consciência Negra, no ano de 2019.

Eles aparecem ainda na própria cidade de Santarém, quando as comunidades ocupam espaços públicos, como as universidades, nas rodas de carimbó e no samba da Vila de Alter do Chão, nas ocupações culturais da Praça Zumbi dos Palmares, nos festivais folclores das escolas, nas celebrações igualmente folclóricas dos botos Tucuxi e Rosa. Um festival aos moldes do que ocorre em Parintins, celebrado em agosto. Aliás, a região é preta em festivais, a cidade de Juriti também abriga um que celebra os povos indígenas. As manifestações igualmente podem ser notadas como formas de re-existências dos sujeitos locais.

No caso da celebração do Bom Jardim, as canções entoadas possuem como compositores os próprios quilombolas de diferentes gerações e educadores alinhados à causa popular. Julgo que a compilação destas canções que possuem como temática a luta do povo quilombola é um poderoso discurso que pode ser usado como material didático nas escolas, tanto das comunidades quilombolas, como nas escolas não quilombolas, e

mesmo gravação de conteúdo que possa ser acessado nas mídias digitais. Uma ferramenta de combate no campo simbólico.

Em todos os quilombos visitados Tiningu, Murumuru, Murumutuba e Bom Jardim existem um ou mais campos de futebol, de tamanhos variados. O futebol é o principal lazer entre a população dos diferentes gêneros e gerações. Em finais de semana é comum a realização de torneios de futebol de travinha, ora numa comunidade, ora noutra. A peleja costuma ocorrer em duplas que a partir de cobranças de pênalti disputam caixinhas de cerveja e outros brindes. A prática constitui-se como um elemento agregador entre as comunidades. O futebol, tanto nesta modalidade, como na convencional - futebol de onze contra onze - consiste em uma das principais formas de sociabilidade entre as comunidades, além da religiosidade.

Em todas as comunidades existem times organizados, onde temos: União Esporte Clube do Tiningu, Vasco, no Murumuru, o Corinthians e Sacramento em Murumutuba, o Santo Antônio, no Bom Jardim. Alguns moradores já chegaram aos quadros profissionais dos times da cidade que disputam o estadual, a exemplo do presidente da comunidade de Bom Jardim, o senhor Narivaldo.

Sejam elas indígenas, remanescentes de quilombo ou de camponeses, em todas as comunidades é comum a existência de mais de um campo de futebol. A cidade abriga uma liga de futebol amador, responsável pela organização de campeonatos. O mesmo é amplamente festejado nos programas de esporte das emissoras de rádio da cidade, destaque para as emissoras Rádio Rural de Santarém, vinculada à Igreja Católica, criada no mesmo ano da instalação da ditadura civil, com notoriedade pelo alinhamento junto aos movimentos sociais.

Tem-se ainda a Guarani e a Rádio 94, emissoras do mercado de comunicação que dão visibilidade aos campeonatos, bem como aos festejos do calendário de cada comunidade. O rádio ainda representa um dos principais meios de comunicação no município, onde é comum o envio de avisos para as comunidades. Abaixo, campo de futebol da comunidade de remanescentes de quilombo do Tiningu, tendo ao fundo o Lago do Maicá. A figura 45 exhibe o campo de futebol, tendo o Lago do Maicá ao fundo.

FIGURA 46 Panorâmica do campo do futebol, ao fundo, o Lago do Maicá



Fonte: Atividade de campo. Foto; Rogerio Almeida (2019)

Sobre o processo de organização política das associações das comunidades quilombolas da região, Bena sinaliza como marco temporal do processo organizativo um encontro na cidade de Belém, na década de 1990, promovido pelo Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (Cedenpa), criado em plena ditadura, ao apagar das luzes dos anos de 1970. A instituição, ao lado da Malungo (Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará), fundada em 2004, atua como entidade de representação e organização das comunidades quilombolas no estado.

É longa e atribulada a jornada da luta quilombola. Passa pelas fugas, o saque, o banditismo ao assaltar, saquear e queimar as propriedades do “senhor”. Em afrontar a Casa Grande e a Senzala com a edificação de quilombos em todo o Brasil. Combate que persiste nos dias atuais, pelo reconhecimento político, econômico, social e cultural de sua existência.

Peleja que permanece pelo reconhecimento e a delimitação do território, por acesso a políticas públicas, como as inúmeras ações empreendidas para ter assegurado o direito da vacina contra a Covid, fato que só veio a ocorrer no mês de abril de 2021, mais de um ano após a questão ser declarada como pandemia.

Na seção a seguir buscaremos trata sobre o território quilombola de Mururutuba, que além de fazendeiros em seu território, tem uma situação não equacionada com o povo Munduruku da aldeia São Raimundo da Cavada. A não negociação entre as partes impossibilita o andamento do processo de titulação no INCRA.

8.3 Alguns Aspectos sobre a Comunidade de Remanescente de Quilombo de Murumurutuba

A comunidade de remanescente de quilombo de Murumurutuba, localizada no Planalto Paraense, integra esse caleidoscópio de territórios quilombolas do estado do Pará do Baixo Amazonas, a segunda região em quantitativo, com a soma de 131, segundo os dados tabulados pelo Programa Raízes. No dia 29 de julho de 2005 a Fundação Palmares emitiu a certidão de auto reconhecimento da comunidade de Remanescente de Quilombos de Murumurutuba, como consta no Diário Oficial da União.

A comunidade localiza-se na área do Planalto, região de Jacamin, no distrito de Eixo Forte. Está situada na margem direita do Rio Amazonas, no Lago do Maicá, a 43 km da cidade de Santarém. Para chegar a Murumurutuba, deve-se seguir pela rodovia PA 370 – Santarém- Curuá-Una, que possui 66 km de extensão. Segue-se nessa rodovia até o km 26, na comunidade de Poço das Antas. Depois entra-se no ramal, percorre-se perto de 10 km de estrada de chão até chegar à comunidade de Murumurutuba. O trajeto da cidade de Santarém até a referida comunidade dura aproximadamente uma hora. Também é possível chegar à comunidade por via fluvial, registra o Relatório Antropológico (2011).

Santarém possui dez comunidades remanescentes de quilombo, sendo que algumas delas estão localizadas na região de várzea (Nova Vista do Ituí, São José do Ituí, São Raimundo do Ituí, Saracuru e Arapemã) e as outras da região do Planalto (Bom Jardim, Murumurutuba, Murumuru, Tinguá e Pérola do Maicá). Murumurutuba fica situada entre Bom Jardim e Murumuru.

Iticapurú foi o primeiro nome da comunidade, uma referência a um igarapé, em seguida Murumurutuba, por conta da presença dessa palmeira. O nome teria sido dado pelo senhor Marcolino Nogueira, um filho de Murumuru, deslocado para Murumurutuba por força de matrimônio, contam os mais antigos recupera o (RELATÓRIO ANTROPOLÓGICO, 2011: p. 23).

Dados recentes da Secretaria de Saúde do Município de Santarém (2020), indicam que moram na comunidade 74 famílias, o que totaliza 263 pessoas. A informação tabulada não detalha faixa etária ou gênero. Agricultura, pesca e o extrativismo representam as principais atividades. Há anos as casas de madeira representavam a maioria, no entanto, o cenário mudou, e nos dias atuais predomina a estrutura de alvenaria. Segundo o relatório (2011), até os anos de 1980, o que existia eram as casas de barro (taipa) cobertas por palhas, quando os moradores conseguiram

erguer as casas de madeira. Já nos anos de 1990 emergem as casas de alvenaria. Azemar, atual presidente da associação, comunica que existem pelo menos umas nove fazendas pequenas a disputarem o território quilombola, o que implica em delicado cenário para a desafetação.

No que tange à organização da ocupação do território, esta se dá a partir de grupos familiares, característica comum a todos os quilombos visitados na região do Planalto. Desta forma promove-se a sociabilidade, bem como a organização do trabalho, que para além dos laços familiares, ocorrem a partir de relações de compadrio e vizinhança.

Troncos familiares constam como formadores da comunidade, como indica o relatório antropológico. Dentre elas constam a família Pereira, Pinto, Dias e Santos. Entre os pioneiros da comunidade, segundo os relatos de moradores e o relatório supracitado indicam que constam: D. Palmira Dias, Sr Francelino dos Santos, D. Alexandrina Pereira Pinto, D. Faustina de Jesus Pinto, D. Silvina Pinto, D. Raimunda dos Santos e Sr. Antônio Pinto. A fuga das senzalas e a insurreição da Cabanagem povoam o imaginário quando da explicação sobre a origem da comunidade.

Com relação ao quilombo de Murumurutuba, o relatório (2011) sinaliza que as famílias consideradas centrais e de maior número de pessoas são a Pinto e Batista, realidade que se expressa por meio da existência da “Vila Pinto” e “Vila Batista”, situação que emerge como marcador da configuração de parte do território. Tem-se ainda as famílias Bentes e a Rocha/Araújo. As famílias pioneiras hegemonomizam na definição do território. Seja o espaço de trabalho (roça), seja a moradia, a instalação da igreja, pontos comerciais, relatório (2011, p. 32).

Tais unidades sociais e espaciais determinam a definição do território. Pinto é o grupo familiar considerado o maior em número de pessoas. A fração do território ocupada pela família se subdivide para a produção de roças, sendo a maior a do senhor Antônio, feita no alto da Serra onde há ocorrência da terra preta, assim como ocorre na comunidade de Tingu, com o roçado do senhor Bena, presidente da associação daquela comunidade.

O ambiente denota um microcosmo de poder no interior de unidade territorial de uso coletivo, o qual também se expressa com entes familiares ocupando cargos na direção da associação ou como líderes religiosos (evangélico ou católico), ou tudo ao mesmo tempo. E, ainda, com o controle de algum ramo comercial: pequeno comércio, bar, padaria, pesca e mediação com o comércio do açáí.

No caso de Murumurutuba, o senhor Azemar Silva, atualmente presidente da associação de moradores da comunidade, é também dirigente evangélico, agricultor, compositor e pequeno comerciante, onde negocia refrigerantes, gêneros alimentícios e de limpeza. É nascido e criado na comunidade de Murumurutuba. Veio ao mundo em 1967, filho de Francelino Santos e Maria Josefina Silva, com quem teve 17 filhos, sendo oito homens e nove mulheres, informa o relatório antropológico (2011, p. 37).

As extensas famílias rareiam nos dias de hoje. A exemplo da família do líder comunitário da associação da comunidade de Bom Jardim, o senhor Narivaldo, que possui somente três rebentos. A questão de extensas famílias representa um problema com relação à pressão sobre a terra e sobre as riquezas da comunidade, quando da constituição de novas famílias, e muitas das vezes com situações de tensões internas com relação à pesca e à extração do açaí. Situações que se estendem com pessoas alheias à comunidade, que realizam a pesca de arrastão ou mesmo no período do defeso. A família com uma prole expressiva não representa um caso isolado do Planalto Santareno, até certo tempo era um fenômeno típico da região amazônica.

Ainda conforme o relatório antropológico sobre Murumurutuba é na “Vila Batista”, a segunda em número de pessoas depois da família, que se concentram importantes espaços da comunidade, o que confere a ela uma relevância central. A “vila Batista”

[...] é o espaço onde se realizam as reuniões das Associações. Os moradores vão ao culto na capela São Sebastião aos domingos, como também jogam futebol em frente à capela. Também é nessa “vila” que vi três locais de venda, sendo um de maior tamanho, semelhante a um bar (sendo usado como ponto de encontro para beber e ouvir e música) e outros dois, na forma de pequenas mercearias, sendo estes localizados, respectivamente, na casa da Dona Silvina e na casa do sr. Azemar. (RELATÓRIO ANTROPOLOGICO, 2011: p. 36).

Fossemos mobilizar a literatura sobre campesinato, estaríamos a tratar da diferenciação camponesa. No entanto, cumpre aqui sublinhar que tal estrutura de núcleo exerce influência direta nas formas de organização do território, no mundo do trabalho, na esfera política, no espaço social, bem como religioso e no cultural, como é o caso do pai do senhor Antônio Pinto, o senhor Manoel, que era o benzedor em Murumurutuba e o recebedor dos encantados. Outra materialidade é a denominação do igarapé da comunidade, como sendo da família Pinto.

Sobre as famílias pioneiras, o relatório evidencia que:

Os principais grupos (chamados de moradores de Murumurutuba) da “Vila Pinto e “Vila Batista” e Pereira) são compostos de gerações sucessivas, chegando seus antepassados do Ituqui e Saracura, dois antigos quilombos, hoje comunidade *remanescente de quilombos*. Forma seus antepassados tidos como os primeiros moradores da comunidade em estudo. São eles: Dionísio Rabelo (ligado ao grupo familiar dos Pinto), Pedro Batista (como o nome já indica, ligado ao grupo familiar Batista) e Boaventura Marciano dos Santos (ligado ao grupo familiar Pereira). Esses antigos moradores ocuparam esse antigo território (hoje comunidade de remanescente de quilombo de Murumurutuba) por posse, tendo vindo dos antigos quilombos já referidos (Ituqui e Saracura), (RELATÓRIO ANTROPOLOGICO, 2011: p. 33).

Com relação às famílias pioneiras do Murumurutuba, Santos e Ferreira são algumas das famílias de escravizados de Bom Jardim que constam no documento de doação do sesmeiro português, o senhor Ferreira, no documento de doação de usufruto.

Nota-se que a comunidade de remanescente de quilombo de Murumurutuba mantém relações de alianças com comunidades quilombolas tanto da região do Planalto, como da região de várzea, e ainda com comunidades rurais vizinhas, a exemplo de São Raimundo da Palestina, João Pereira e Jacamin. Registre-se relação tanto de proximidade, como de tensão, como ocorre com a comunidade indígena do Povo Munduruku de São Francisco da Cavada.

Ao contrário da comunidade de remanescentes de quilombos do Tinguu, localizada noutro extremo do Planalto Santareno, que conseguiu equacionar as tensões com relação à delimitação do território com os seus vizinhos da aldeia Ipaupixuna, do povo Munduruku, na comunidade de remanescente de quilombo do Murumurutuba ainda hoje há um impasse com a comunidade indígena da Cavada, igualmente sob a responsabilidade do povo Munduruku.

Tal impasse impede que o processo pela busca do reconhecimento do território avance em instâncias da burocracia do Incra. Do conjunto de quatro comunidades do Planalto Santareno, Murumurutuba é a de menor extensão territorial. O cenário de não equacionamento com a aldeia Munduruku, representa mais um obstáculo a mais a ser superado para que possa avançar no demorado e lento processo de titulação. Sem acordo entre as partes não é possível que o processo prossiga.

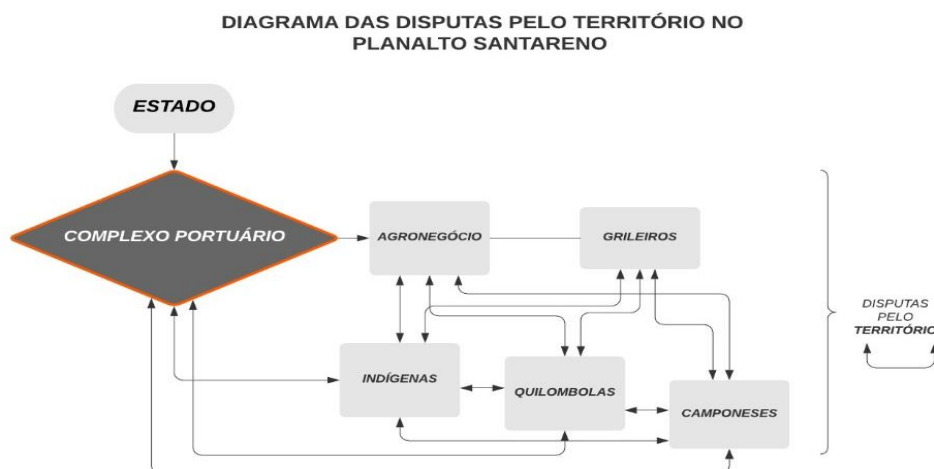
A situação caracteriza um quadro de conflito entre duas categorias entre grupos colocados em condições de subalternização que disputam o mesmo território na região. A relação entre as partes em geral costuma ser de aliança quando o sujeito antagonista é comum a ambos, a exemplo de fazendeiros, |sojicultores e o projeto do Complexo

Portuário, como é o caso em questão. O fato da tensão entre indígenas e quilombolas é mais um componente sobre as disputas territoriais no Planalto da cidade de Santarém. Sobre este cenário de situações de conflitos, buscou-se assim representar graficamente a situação segundo o diagrama abaixo, expressa na figura de número 47.

A intenção em sintetizar o quadro de conflitos na região do Planalto Santareno salienta tanto o avanço do grande capital, representado pelas obras de infraestrutura - no caso em questão, o Complexo Portuário da empresa Embraps -, como também pelos sojicultores que há mais de dez anos realizam o monocultivo. Tem-se ainda os fazendeiros.

Estes três sujeitos encarnam uma oposição a indígenas, camponeses e quilombolas. Noutra campo, o interno, em particular no caso da comunidade de Murumurutuba, cumpre registrar a tensão com a comunidade de São Francisco da Cavada, que pleiteia o mesmo espaço de Murumurutuba para a efetivação de seu território.

Figura 47 – Diagrama das situações das Disputas Territoriais no Planalto Santareno.



Fonte: elaborado por Rogerio Almeida, 2021

Registre-se que na região de terra preta da serra da comunidade foram encontrados artefatos de indígenas que ali moravam no passado. Como bem reflete Clóvis Moura sobre a composição do quilombo, para além de negros, a área abriga indígenas e renegados brancos. Salles (1971) converge na mesma linha de análise, e pontua o elemento interétnico de forma intensa entre o branco, o índio e o negro. Como se verifica no conjunto de quilombos da região do Planalto Santareno.

As pesquisadoras responsáveis pela elaboração do relatório da comunidade de Murumurutuba, com relação à sua formação destacam que:

[...] os grupos familiares que ali constituem hoje a comunidade estudada, são constituídos de diferentes etnias, fruto de vários processos, como os negros que ali chegaram do Ituqui, Saracuru e Bom Jardim, como os cearenses, os americanos e portugueses – avós de muitos moradores (sendo alguns destes moradores ainda vivos na comunidade), - e os indígenas, que casaram com os negros que ali moravam. Essa miscigenação faz parte da história da formação do município de Santarém, como faz parte da história da formação dessa comunidade que se autodenomina de remanescente de quilombo (RELATÓRIO ANTROPOLOGICO, 2011: p. 21).

Sobre a gênese da comunidade de Murumurutuba, o relatório antropológico datado de 2011 realizado pelas pesquisadoras Mariana Pettersen Soares e Eliane Cantarino O'Dwyer esclarece que a comunidade localizada no Paraná do Maicá, nas imediações com a comunidade de Bom Jardim, sinaliza que negros aquilombados oriundos de antigos quilombos do Ituqui, Saracura e Bom Jardim colaboraram para a formação de Murumurutuba.

Neste conjunto de quilombos do Planalto Santareno, o de Bom Jardim é considerado o mais expressivo ou o “mais preto”, onde havia uma fazenda de cacau, que se estendia até o Tingu. Ele foi doado em certidão lavrada em cartório para as famílias escravidas pelo português e sesmeiro Francisco José Ferreira. O senhor Ferreira é um dos 48 sesmeiros do Baixo Amazonas.

Sobre a relação do senhor da fazenda de cacau e os moradores do Bom Jardim, depoimentos de D. Raimunda dos Santos, registrado do relatório antropológico esclarece:

Inclusive tem uma senhora em Bom Jardim, que tá fazendo 90 anos agora, a Gericó, ela conta tudinho. Nós tivemos encontro lá e ela contou. Era uma das filhas que trabalhavam muito e não ganhavam nada. Eles trabalhavam no cacau o que os pais deles tirava. O dono dos senhores só dava o talo do cacau; na mandioca, só dava a crueira, que era o que sobra era isso que eles comiam, (RELATÓRIO ANTROPLOGICO, 2011: p. 15).

Os negros fugidos das senzalas representaram uma parcela significativa na composição da insurreição da Cabanagem, como já referido em outras passagens deste trabalho. Além de Harris (2017), a literatura de Inglês de Souza evidencia a dinâmica do tempo colonial do Baixo Amazonas sobre a presença e a contribuição deles na revolta cabana, bem como o vínculo com a terra, materializado a partir da expressão “filhos da terra”, como ocorre em Murumurutuba, quando os moradores se identificam como “filhos de Ituqui” e “filhos do Saracuru”, como manifesta o relatório (2011).

Com relação às famílias pioneiras na comunidade de Murumurutuba, o relatório esclarece que:

[...] Pedro Batista foi um dos primeiros moradores a chegar à localidade que hoje é a comunidade de Murumurutuba. D. Silvina, nascida em Murumurutuba em 1943, é filha de Pedro Batista e ela diz que “quem gritava primeiro nessa serra aqui, era meu pai, Pedro Batista”. D. Silvina explica que sua avó teve sua mãe “pelo Ituqui, pela Nova Vista do Ituqui, (...) por essas paragens”. De Ituqui para Murumurutuba, ela diz que seu pai não tinha terra, vindo do Ituqui com mais gente para a terra firme, referindo-se a Murumurutuba. Explica em sua fala que seu avô Antônio Canso veio com o avô de D. Raimunda Pereira, o Boaventura Marciano dos Santos, do Ituqui, para “tirar” um pedaço de terra para eles em Murumurutuba: “(...) aí cada qual tirava o seu pedacinho de terra (...) foi o tempo que eles foram fazendo roçado (...) isso aqui era um mato só”. Diz que seu avô Antônio Canso chegou por volta de 1915 nessa localidade que é hoje Murumurutuba. Segundo Azemar Silva (atual presidente da associação de moradores), seu bisavô Antônio Canso, chegou por volta de 1910, (RELATÓRIO ANTROPOLOGICO, 2011: p. 12).

O processo migratório entre as comunidades quilombolas não é um fenômeno restrito ao século passado. Ele prossegue, a exemplo do caso do presidente da associação de moradores da comunidade de Bom Jardim, o senhor Narivaldo dos Santos é filho da comunidade de Saracura, há 16 anos radicado em Bom Jardim. A imigração intra comunidades ocorre motivada pela busca de terra, trabalho e por conta de enlances matrimoniais. Deslocamentos realizados na maioria das vezes por via fluvial, que continua a ser um importante vetor de deslocamento entre as comunidades.

FIGURA 48 – Narivaldo (camisa verde), Presidente da Associação da comunidade de Bom Jardim ladeado à direita pelo prof. Joilson Vasconcelos em atividade na Comunidade de Bom Jardim.



Fonte: atividade de campo. Foto: Rogerio Almeida, 2019

O enlace matrimonial entre a D. Nilma da Silva, migrante do município de Juruti, como o senhor Benedito de Souza Reis, oriundo de Ituí é um entre os muitos dos casos registrados em Murumurutuba. D Nilma é devidamente acolhida pela comunidade. Ela há anos exerce a missão de agente comunitária de saúde, bem como de benzedeira.

Interessante aqui é dar relevo ao papel de liderança política e religiosa, pelo fato dela exercer o papel de benzedeira, uma prática típica de remanescentes de quilombo, de sabença da floresta, prática adquirida pela tradição oral e o conhecimento sobre as ervas usadas nestes rituais, como a arruda. Outra mulher que exerce papel de linha de frente é a D. Raimunda Pereira dos Santos, que chegou a exercer a presidência da associação dos trabalhadores rurais antes do processo de busca pelo reconhecimento como comunidade quilombola, assim atesta o relatório (2011).

A quilombola, hoje aposentada como trabalhadora rural, 66 anos, ainda lida com a roça. Raimunda deu à luz 14 filhos, sendo 11 mulheres e 3 homens. Deste conjunto duas ainda moram com ela. D. Raimunda conta que tem dois morando em Manaus e os demais em Santarém. Dos 14 filhos, somente um morreu. A mais velha soma 48 anos e a mais nova 22.

No dia em que tivemos com ela, junto com outras mulheres, destocava um roçado após a queima, cujo objetivo era plantar mandioca. Raimunda, com a mediação de outras mulheres, busca ativar um grupo de mulheres com vistas a melhoria de renda na comunidade. Ela conta que são em média umas 13 mulheres.

D. Raimunda lembra que um personagem central no processo de organização da luta quilombola pelos idos de 1990 foi um educador do Movimento de Educação de Base (MEB), um também quilombola, o Luís Elias. Ela conta em seu roçado no quilombo de Murumurutuba que:

O MEB trabalhava nesse tempo aqui na comunidade, aí veio um sr. por nome Luís Elias, aí ele começou a participar das reuniões em Brasília, aí ele apareceu aqui e nós conversamos e sentamos para formar uma associação de moradores, aí reuníamos de dois em dois meses, mês em mês para amadurecer bem a ideia e para poder fundar uma associação de moradores. Aí esse tempo ele apareceu e disse que tinha ido em uma assembleia lá em Brasília, aí ele descobriu que essa comunidade era quilombola e que ele precisava quem se interessasse pra ir com ele participar de uma reunião lá. Na época foi o compadre Antônio (Murumurutuba), Dileudo (Bom Jardim) e o Bena (Tingu), isso em 1996. Aí eles foram pra lá, voltaram da reunião confirmando que era uma comunidade quilombola. A primeira junção que fizeram das comunidades quilombolas foi lá no Saracura. De lá já começamos a nos reunir e pensar em formar uma associação quilombola. Abandonamos

a de moradores e fundamos a associação de quilombola, (entrevista concedida em dezembro de 2019 na comunidade de Murumurutuba).

Nilma e Raimunda eram tiradoras de ladainha de São Sebastião (no sincretismo religioso é o orixá Oxóssi, o caçador), santo festejado em janeiro e padroeiro da comunidade, rememora D. Raimunda, em entrevista concedida ao apagar de 2019. A imagem do santo foi trazida da comunidade de Saracuru. “Nós queremos retomar essa prática. Eu estou tentando relembrar umas ladainhas para que a gente possa cantar outra vez”, conta a quilombola.

Ainda na seara do campo da cultura na conformação da identidade da comunidade de remanescente de quilombo, o relatório antropológico (2011) realça a prática do banho e xaropes de ervas para livramento de inveja, preguiça, entre outros. Tem-se ainda a presença de parteiras e benzedeiras. E ainda a produção de artesanato a partir das fibras e cipós da floresta. Alguns, comercializados na cidade de Santarém.

No tocante a parteiras, alerta o relatório (2011, p.53) que além das nascidas e formadas na própria comunidades, como é o caso da D. Silvina Silva, existem as que passaram pela formação da pelo setor de saúde do município, a exemplo de D. Joana.

Para banhos e xaropes é recorrente o uso de Jucá, casca de Barbatimão, Pau de Veronica, Pau de Angola, Arruda, Jatobá e Cumaru, dentre outras. Interessante que no principal mercado municipal, o Mercadão 2000, tais produtos são facilmente encontrados no setor de ervas. Muitas das vezes, comercializados por pessoas evangélicas, como um boxe administrado por um jovem negociante conhecido por “Irmão”, filiado ao neopentecostalismo.

A prática dos saberes está viva nas comunidades, uma das expressões é o exemplo acima, bem como a realizações de festivais que exaltam as riquezas naturais. Além da negociação no Mercado, é possível negociantes da Feira da Candilha, localizada no Centro na cidade. A feira é o ponto de concentração do transporte da zona rural, inclusive do transporte para as comunidades quilombolas. No mesmo Centro da cidade, lojas que comercializam produtos em cultos de matriz africana são facilmente encontradas, como expressa a foto abaixo.

FIGURA 49 - loja Quilombo de produtos religiosos localizada numa das principais vias públicas do município, a Av. Rui Barbosa, Centro/Santarém/PA



Fonte: atividade de campo. Foto: Rogerio Almeida/2019.

Há 39 anos a comunidade realiza o festival do cupuaçu, celebrado a cada mês de maio na quadra do Corinthians, time da comunidade, e o festival do açaí no mês de julho, na quadra do time de futebol Sacramento, este realizado há 14 anos. Em época de festivais das comunidades é recorrente a eleição de rainhas dos festejos, danças tradicionais, roda de capoeira. No caso do açaí, o festival costuma durar dois dias. Os festivais, entre outras práticas, promovem a circulação de signos inerentes à própria comunidade. Signos de afirmação de sua identidade de remanescentes de quilombos. Elementos que somam à defesa do território.

A quilombola Raimunda rememora que:

A família Pinto tocava o tambor para os encantados, e que cabia ao Sr. Joaquim Pinto a missão religiosa. No entanto, hoje a prática encontra-se quieta. Conta ela que Já tivemos tocadoras e tocadores de caixa de folia, agora não mais. Em certa medida, a presença de igrejas evangélicas, e mesmo de professoras/es na escola da comunidade que não respeitam as práticas de remanescentes de negros, (entrevista concedida em dezembro de 2019 na comunidade de Murumurutuba).

O campo da Antropologia explica que na cosmologia das comunidades de remanescente de quilombo, ocorre a clivagem de várias religiosidades, sendo elas de matriz europeia e da pajelança indígena. Os “encantados” denota o forte vínculo dos moradores com o território, postos estes seres de encantaria estarem relacionados como protetores da natureza, dos igarapés, dos rios e das matas.

Ainda sobre a questão, que traduz uma situação de conflito relacionado com práticas religiosas e mesmo de educação; estas entrecruzadas entre si, onde possui centralidade a questão indenitária de remanescente de quilombo, Raimunda conta que:

Aí tudo que se faz aqui dos quilombolas eles dizem que é do Diabo. Até um tempo desse eu tive uma conversa lá na escola que eu fui pra lá e os professores ficavam reclamando porque vem o ensino do MEB do setor de educação para que eles apliquem nas escolas, o ensino quilombola. Aí como eles são muito evangélicos eles não aceitam na escola aqui, (entrevista concedida em dezembro de 2019 na comunidade de Murumurutuba).

Como esclarece o senhor Mario Pantoja, até o ano de 2020 presidente da associação da comunidade de Murumuru e atual presidente da FOQS, registra que:

A família chegou à região via canoa, primeiro em Tinguá, e que só depois aportou em Murumuru. Ele conta que segundo os estudos e documentos, em 1835/1844 já havia moradores na região, conforme atesta o relatório antropológico do INCRA. Chegamos aqui via canoa. Primeiro paramos em Tinguá. Aqui sempre foi denominado como terra de negros. Povo que fugiu da fazenda Taperinha. Aqui era comum o recrutamento de trabalhadores para outras localidades, (entrevista concedida na comunidade de Murumuru em dezembro de 2019).

Como já refletido em páginas anteriores e narrativa dos pesquisadores Vicente Salles (1971) e Funes (1995), data do século XIX o surgimento de mocambos na região. O senhor Mário chama atenção para outro aspecto sobre a migração para além do aspecto intra comunidades:

Entre os moradores da comunidade comum o processo de migração para sede do município ou mesmo para cidades de outros estados, como é o caso do anterior presidente da associação de Murumuru, que trabalhou por longa temporada do Projeto Jari, na fronteira do Pará com o Amapá, e depois retornou para a comunidade. O cacique Manuel, que lidera a aldeia Ipaupixuna, por um bom período foi operário em Manaus, (entrevista concedida na comunidade de Murumuru em dezembro de 2019).

Na opinião do senhor Mário, uma das possíveis explicações decorre de que: Aqui ocorreu o processo de migração de volta para a comunidade. As famílias por falta de oportunidade na cidade migraram de volta. Aqui o custo de vida é menor. Tem a pesca, a caça, as frutas, o açai, e aqui você não paga aluguel, (entrevista concedida na comunidade de Murumuru em dezembro de 2019). Uma outra possível explicação pode recair sobre a especulação imobiliária.

Como em outras comunidades de remanescentes de quilombos do Planalto Santareno, a pesca, o extrativismo e a agricultura são as principais atividades produtivas. Por conta de tais atividades, além da FOQS, os moradores se aproximam politicamente da Colônia de Pescadores Z 20. Aos/as pescadores/as o vínculo com a Z-20 garante um salário mínimo no período dedicado ao defeso das espécies, este determinado pelo Ibama. Assim como em Bom Jardim, há os que cultivam soja e os que criam gado. Com

relação ao gado, alguns até já produzem queijo e comercializam tanto na comunidade, com fora dela, realidade que nos deparamos em atividade de campo em Murumuru.

As atividades expressam ainda a possibilidade concreta de reprodução do sujeito quilombola numa relação direta com as riquezas que a terra, o rio e a floresta possibilitam. Também como reprodução política, a partir de um conjunto de instituições com que mantém relação direta para a representações de seus anseios, como acima citadas: FOQS, Z-20 e o STTR, bem com as ações em redes de diferentes níveis.

No caso das últimas instituições citadas, ainda que os moradores por conta da conformação da realidade territorial exerçam todas essas atividades: agricultor, pescador e extrativista, é permitido a filiação, com vistas à aposentadoria somente em uma delas. Os filiados entre outras obrigações devem pagar uma taxa mensal às instituições de representação.

As pastorais sociais da Igreja Católica representam um outro sujeito neste arco de aliança. Possuem um papel ativo na mobilização de base e promoção de visibilidade nacional e internacional sobre as situações de conflitos que cá ocorrem. Exemplo foi a presença de um religioso em Roma por ocasião Sinodo da Amazônia, o padre Guillermo e o procurado Felício Pontes.

Assim como o extrativismo representa um elemento gerador de algumas situações de tensões internas pela ausência de um plano de coleta do fruto do açaí, bem como por conta da demanda do mercado, a atividade da pesca também converge para a mesma situação, ainda que exista um Acordo de Pesca, este um elemento normativo mediado pelo Icmbio/Ibama.

No caso da comunidade de Murumurutuba, o relatório (2011) destaca que há um esforço pela efetivação de acordo para a coleta do açaí, e que o mesmo é lavrado em ata. No entanto, a dinâmica da demanda do mercado acaba por sobrepor-se aos interesses coletivos, e ativar querelas internas na comunidade. A mesma situação vale para a atividade da pesca. As prosas de campo, formais e informais, alertam sobre a presença de estranhos à comunidade realizando pesca de arrastão, e mesmo em período de defeso, momento em que o Ibama realiza operações para reprimir a prática recorrente protagonizada tanto pelos moradores das comunidades, como pessoas a elas alheias.

O quadro de tensões traçados aproxima as representações políticas das comunidades do STTR de Santarém, historicamente conhecido como um sindicato combativo na região, e ainda de ONGs de assessoria jurídica, a exemplo da ONG Terra de Direitos, Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) no campo da

produção, associações políticas estratégicas no processo de defesa do território, nos dias recentes, em particular, na produção de Protocolo Consulta, tendo como fundamento o artigo 168, da Convenção da OIT. Ação que amplia o arco de alianças para além das fronteiras regionais.

Desde 2004 a comunidade conta com energia elétrica. A área aproximada de Murumurutuba é de 3.190,00 hectares. A proposta da comunidade para a delimitação do território é a seguinte: i) ao norte limite com o igarapé Maicá; ii) ao sul com os ramais de São Raimundo da Palestina, João Pereira (JP) e com a Comunidade de São Francisco da Cavada; iii) a leste com Murumuru; iv) a oeste com o igarapé de Caraúba e com a Comunidade de Bom Jardim.

O relatório (2011) narra que no início do processo de delimitação do território tentou-se a inclusão das comunidades camponesas de João Pereira, São Raimundo da Palestina e do povo Munduruku, São Raimundo da Cavada. Todavia, não ocorreu a adesão destes moradores à bandeira da titulação coletiva do território a partir da identidade de remanescente de quilombo. Com a derradeira comunidade, em particular, o que provocou a suspensão do processo de reconhecimento, que só será possível após a negociação entre as partes com vistas à delimitação do território.

Algumas considerações

O monopólio da terra direcionado para o monocultivo, este voltado para o mercado externo, representam elementos estruturantes na conformação do universo agrário brasileiro. Trata-se de um cenário movido pela força do braço de africanos colocados em condição de escravo para a produção de valor. A concentração da terra, além de se constituir como elemento padronizador das situações de conflitos entre as classes sociais antagônicas, representou a construção de componentes hierárquicos de padrão de poder de caráter étnico, racial e de gênero, indica o percurso realizado pela pesquisa.

O referido padrão de poder orientado pelo controle territorial de base autoritária, oligárquica, patriarcal, patrimonialista, paternalista, cristão, institui ainda elementos de raça, gênero e cor como marcadores de diferenças hierarquizadas por *habitus* de mando e de obediência. Emerge, assim, um modelo de dominação ancorado em classe e étnico-racial, onde o senhor de terras e escravos, o militar, o burocrata e a Igreja representam o campo hegemônico, a lançar mão de toda ordem de violências contra os seus adversários, aos moldes das sufocações contra as insurreições ocorridas em tempos coloniais. Neste campo, a aquilombação, o contraponto à norma concentracionista, configura a totalidade contraditória do período colonial, classificado por Clóvis Moura como Modo de Produção Escravista.

Insurgência que continua na luta pela titulação dos territórios de remanescentes de quilombo em todo o país, e, em particular na Amazônia, em oposição ao avanço do grande capital, seja das grandes empresas de monocultivo, mineração ou de construção de obras de infraestrutura, como assinalado no caso do Baixo Amazonas, que desde os anos iniciais da década de 2000, após a construção da estrutura portuária da empresa estadunidense Cargil, convive com constantes ameaças e processos de desterritorialização das populações locais.

A presente conjuntura coloca em xeque, também, a tese sobre a Amazônia como uma fronteira consolidada, onde seria possível a partir dos territórios “consolidados”, a implantação de projetos de desenvolvimento a partir das realidades dos sujeitos. Seja ele um sujeito local ou o estranho, o grande capital. Nunca na História deste país a situação este tanta tensa por conta da presente conjuntura política e econômica. A todo instante tem-se notícias de execuções de indígenas, quilombolas e camponeses. A todo momento ocorrem afrontações contra os territórios já reconhecidos a partir dos sujeitos

políticos da região, onde é registrado a presença de milícias. A principal ação do presente governo é nomear para a direção de instituições relacionadas com as demandas de indígenas, quilombolas, camponeses e ambientalistas pessoas sem a devida qualificação, bem como tem se esmerado em esvaziar o orçamento das mesmas, as tornando inoperantes diante do aceno a favor do setor ruralista, da exploração ilegal madeireira e de garimpeiros.

Não raro, agentes públicos são atacados quando desenvolvem suas atividades, e veículos e aeronaves queimados, como o recente caso ocorrido em Manaus, no Amazonas, onde dois helicópteros foram alvo de atentados patrocinados por um empresário radicado no estado de Goiás. A posição política do presente governo representou para o setor ruralista uma ‘licença para matar’. No estado do Pará, o ano iniciou com a chacina de uma família de ambientalista no município de São Félix do Xingu, onde o senhor José Gomes, “Zé do Lago” (61), a esposa Márcia Nunes Lisboa, (39) e a filha de 17 anos, Joane Nunes Lisboa foram executados a tiros, no dia 09 de janeiro. A luta pela terra permanece ao centro, assim como as violências.

O referido padrão de concentração da terra representa uma das linhas orientadoras das políticas desenvolvimentistas impostas para a Amazônia que, além da terra, se caracteriza pela concentração de capitais, onde encontramos entre os setores hegemônicos grandes corporações do capital nacional e internacional, tendo o Estado autoritário como componente central do processo, que tende a expropriar as populações locais e impor formas de acumulação primitiva do capital. Processo de acumulação alçado como civilizatório e universalizante.

Neste cenário o Estado tende a operar tanto na elaboração de políticas, planos e programas, a exemplo do Arco Norte, como financiador, onde o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) possui destaque ombreado pelos fundos de pensão de trabalhadores da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Petrobras, como sublinhado por Porto-Gonçalves.

O modelo ancorado no saque, na pilhagem, no apagamento dos sujeitos que integram a diversidade social da região, bem como toda ordem de violência, tem sido imposto para a Amazônia, como desdobramento de uma conjuntura geopolítica que a tem consagrado por uma região de estoque de riquezas a alimentar os principais centros econômicos do país e do mundo. Uma lógica perversa ancorada em padrões coloniais, que os autores da Teoria Crítica denominaram como colonialidade, a permanência de padrões hierárquico de poder.

Ainda que tenha havido uma pequena inflexão nos anos de 1988, quando da construção da Constituição, a partir da mobilização de inúmeros sujeitos coletivos em defesa de seus territórios, a exemplo de extrativistas, indígenas, camponeses e quilombolas, o padrão desenvolvimentista tem se perpetuado, independente do verniz ideológico do governo. Padrão marcado pela profunda indiferença aos povos e seus saberes. Esse complexo conjunto de sujeitos locais é tributário de inúmeras experiências e padrões de uso da terra e das riquezas que sinalizam de uma forma clara para uma possibilidade de políticas em oposição ao que a região tem experimentado ao longo dos anos desde a era Vargas.

O presente cenário é delicado. As crises climáticas, os indicadores de desmatamento e violência assim advertem. Situação que tem se agravado por conta da ascensão conservadora registrada desde a derradeira eleição nacional, que consagrou um inexpressivo e despreparado militar para o comando do país, e um Congresso hegemonizado por representantes da agricultura capitalista. Conjuntura que tem impulsionado o desmonte de políticas, planos e programas de instituições fundamentais para as demandas dos sujeitos locais historicamente colocados em condições de subalternização.

Sem citar o esvaziamento de orçamento e a reorganização nas hierarquias do Incra, Ibama, Icmbio, em sua maioria comandadas por pessoas sem a qualificação ou alinhamento com as demandas populares, como é o caso da Fundação Palmares, que não titulou nem território no referido governo. É a primeira vez que isso ocorre em um governo desde 1988.

Soma-se ainda ao ambiente um pacote de medidas no sentido em facilitar acesso a territórios indígenas, camponeses, quilombolas e de extrativistas, como é o caso da PEC 215. Registre-se a espiral de violência vivida por todo esse conjunto de sujeitos, como é o caso das constantes situações de conflitos entre o povo Munduruku no município de Jacareacanga e garimpeiros.

Populações e gentes que convivem com a floresta há pelo menos 11 milhões de anos, segundo os registros do campo da arqueologia, como referenciamos. Populações e gentes com saberes tratados com indiferença pelo campo de conhecimento do colonizador, seja ele interno ou externo.

Desde as primeiras iniciativas desenvolvimentistas do governo Vargas, passando pela ditadura, a transição democrática, os governos do campo popular, e os dias atuais, a orientação da concentração da terra, o favorecimento de grandes

corporações em detrimento do interesse público e das populações nativas, a anuência e financiamento público não encontraram distensão, como o presente trabalho buscou realçar ao inventariar as experiências dos grandes projetos implantados na região do Baixo Amazonas, e a agenda atual, em boa parte, sistematizada no projeto Arco Norte.

Assim como nos tempos coloniais a Cabanagem representou o principal foco contrário ao modelo colonial, concomitante à fuga da população escravizada, para a construção dos quilombos, nos períodos posteriores os setores colocados em condição de subalternização empreenderam inúmeras formas de enfrentamento à expropriação, e diferentes formas de r-existências no campo da política, da economia, da cultura, da produção de informações e intervenções no conjunto da sociedade, a exemplo da celebração pela passagem do Dia da Consciência, na ocupação de inúmeros espaços públicos no município e nas universidades.

Neste sentido, o trabalho verificou a longa jornada construída pelas comunidades quilombolas no período correspondente entre os anos de 1988 a 2018, onde, com a medição de vários sujeitos a eles aliados, debatem e edificam pautas e bandeiras em defesa de seus territórios, onde estabelecem prioridades, como o reconhecimento territorial, ação política mobilizada a partir do critério da identidade, que em certa medida foi reconhecida na Carta Magna de 1988, o ano da passagem do centenário da “abolição”.

No caso específico do processo de aquilombação do Baixo Amazonas em busca do reconhecimento do seu território dentro da esfera normativa do Estado, as associações realizam o debate com um heterogêneo conjunto de instituições, que passa pelo INCRA, Fundação Palmares, Ministérios Públicos, Iterpa, secretarias municipais e universidades, em uma conjuntura marcada pelo avanço vertiginoso do interesse do grande capital, sob a inspiração de economia de *commodities*.

O trabalho notou que no processo de aquilombação nos territórios em que a pesquisa buscou estabelecer diálogo, verificou-se a aliança da oligarquia local, encarnada pela pessoa do Barão de Santarém, com famílias de confederados/EUA, reconhecidos pela cultura escravagista naquele país. É justo a partir de uma fazenda deste consórcio, a fazenda Taperinha, que os negros e negras fugidos irão conformar os principais quilombos da região do planalto santareno, como atestado nos laudos do campo da Antropologia e da História, e em nossas atividades de campo.

Tais negros, por sua vez, irão encontrar nos indígenas aliados no combate contra o senhor dos escravos, em particular quando de operações de resgates dos negros

fugidos. A relação entre as partes nem sempre se desenvolve em harmonia. Nos dias atuais, encontramos ruídos entre as partes no debate com relação ao reconhecimento territorial da comunidade de Murumurutuba entre o povo Munduruku, situação que a comunidade do Tiningu conseguiu equacionar.

No entanto, quando no enfrentamento de um adversário comum, a exemplo do projeto do complexo da Embraps, indígenas, quilombolas e camponeses, entre outros sujeitos, alinham-se em uma causa comum, que consiste na defesa do território e de suas territorialidades, os sentidos de vida comunal, um projeto de desenvolvimento a partir de seus valores e modos de produção, relação com o humano, com a natureza, manifestações culturais, como referencia a pensadora argentina Maristella Svampa, em seu debate sobre o giro ecoterritorial e o bem viver, como o principal impulsionador de ações conjuntas e aproximação de saberes e conhecimentos.

O apossamento ilegal de terras, independente da categoria que compõe a sociodiversidade da região, dá-se igualmente nos territórios quilombolas. Em todos os casos o fenômeno ocorre em maior ou menor escala, onde encontramos garimpeiros, como no caso da comunidade do Tiningu, e no mesmo território, migrantes do Nordeste, negociantes italianos, entre outros. Ações que representam um entrave burocrático no processo de reconhecimento territorial.

Um elemento contraditório verificado na atividade de campo reside do trabalho de jovens do quilombo como diaristas em atividade braçal em área de apossamento ilegal, tratadas pelo conjunto da comunidade como fazendas. Notamos assim um elemento de subordinação de herdeiros de uma tradição de luta quilombola em relação a um estranho que ilegalmente adquiriu terra dentro do quilombo.

Na composição de situações de conflitos encontramos a questão fundiária que envolve vários sujeitos e situações com relação ao uso dos recursos que a floresta e os rios oferecem, onde os documentos, entrevistas e prosas atestam questões relacionadas com a pesca e com o extrativismo do açaí, os principais produtos da composição da dieta, e fonte de renda.

E, é justo contra este cenário que as comunidades mobilizam esforços coletivos para a realização de festivais, como o que ocorre na comunidade do Tiningu, que celebra o Tucunaré, enquanto o Murumurutuba festeja o cupuaçu e o Bom Jardim e o vizinho Murumuru, o açaí. Tratam-se de ações relacionadas com as suas territorialidades. Movimentos que materializam os seus sentidos de vida e a relação com a natureza, e

reafirmação de sua identidade, podendo assim apontar para um projeto que contrarie a commoditização da Amazônia.

Tratam-se de ações articuladas em redes contra as permanências do monopólio da terra, das oligarquias, de uma sociedade estruturada em privilégios para os setores hegemônicos, e bem como, contra os discursos desenvolvimentistas que primam em apagar as territorialidades historicamente construídas a partir da sociodiversidade local.

Ações mobilizadas em diálogos com grupos sociais próximos, igualmente colocados em subalternização, que apesar da assimetria de forças, mobilizam esforços de enfrentamentos realizados na forma direta, como no caso dos empates dos seringueiros do Acre, - recentemente reeditado na região do Jari - dos sem terra ao afrontarem as cercas do latifúndio e ocupação de repartições públicas e a construção de escolas nas ocupações, soma-se ao quadro a ação dos indígenas na autodemarcação de suas terras, aqui, no caso específico, faço referência ao povo Munduruku do Baixo Amazonas, ao enfrentamento das populações consideradas como tradicionais no município de Juriti por conta da instalação da mineradora Alcoa, ao jovens e adultos mobilizados no PAE Lago Grande articulados tanto contra a Alcoa, como a extração ilegal de madeira. Ainda que não seja um bloco homogêneo, há r-existências.

Se nos anos de 1960 residia no polo de desenvolvimento (madeira, minério e pecuária) a principal linha de orientação da política desenvolvimentista, nos últimos anos são os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDs) a linha orientadora numa escala da América do Sul, onde a região do Baixo Amazonas, tem proeminência como estratégico para a circulação das *commodities* produzidas no Brasil Central. Complexos Portuários, modal de transporte (hidrovia, rodovia e ferrovia) e comunicação representam pontos centrais. E, assim, um grupo de empresários do Mato Grosso, liderado por Pedro Riva, almeja edificar um complexo portuário no Lago do Maicá, no Planalto Santareno.

Projeto a mobilizar uma heterogeneidade de sujeitos em diferentes escalas: oligarquias locais, legislativo e executivo do município e do estado, especuladores e grileiros de terras, agricultura capitalista do Mato Grosso, parlamentares representantes destes, corporações mundiais a exemplo da Cargil, Bunge, Amaggi, Dreyfus, capital chinês, num extremo; e populações quilombolas, indígenas e camponesas, articulados em redes de r-existências em diferentes níveis e escalas, onde constam associações, STTR, Z-20, ONGs (Terra de Direitos FASE e Ipam), pesquisadores, comunicadores, frações da Igreja Católica, a exemplo da CPT, Cimi, pastorais sociais, Ministérios

Públicos, entre outros, em defesa de seus territórios, suas existências e condições de reprodução.

Neste embate em oposição ao grande capital, o recurso jurídico e político mobilizado pelo conjunto dos sujeitos, e no caso do enfrentamento contra o projeto do Complexo Portuário da Embraps tem sido a exigência da realização da Consulta Prévia, Livre e Informada, e o respeito ao Protocolo Consulta discutido e planejado pelos sujeitos ameaçados pelos grandes projetos.

A base legal usada, como exemplificado no percurso da pesquisa, tem sido a Convenção 169 da OIT, está, utilizada pela diversidade social da região, onde temos indígenas, camponeses e quilombolas. No caso específico do enfrentamento das populações quilombolas ameaçadas pelo projeto, além da não realização da Consulta, as incongruências ampararam a ACP pública que culminou com a suspensão do processo de licenciamento ambiental da iniciativa.

Todavia, o embate envolve diferentes poderes das instâncias públicas (União, estado e município). No plano municipal, as grandes corporações têm eivado esforços em influenciar nos processos de revisão do Plano Diretor dos municípios nas suas áreas de interesse, e, assim garantir a apropriação de terras públicas para fins privados. O cenário ocorreu tanto no município de Itaituba, que abriga um complexo portuário no Distrito de Miritituba, como em Santarém.

Neste caso, o legislativo municipal, em indiferença ao decidido na assembleia final da revisão do plano, que votou contra a construção do Complexo Portuário no Lago do Maicá, acenou em favor do grande capital e destinou a área para atender aos interesses da empresa Embraps em dezembro de 2018, na proximidade do natal. Medida acatada de imediato pelo Executivo. Apesar da repercussão nacional, e mesmo internacional do caso, Nélio Aguiar, prefeito, manteve a medida, contrariando a decisão soberana e popular da assembleia, que graças a ação em rede dos diferentes sujeitos havia vencido.

Longevidade e inconclusão caracterizam os embates entre o grande capital e as populações, como reflete José de Souza Martins, em um capitalismo assentado na propriedade da terra, no latifúndio, no poder oligárquico, no aprofundamento das desigualdades dos estamentos, emoldurado em hierarquias de mando e de medo.

A considerar a agenda desenvolvimentista para a região, a intenção é prosseguir no caminho em acompanhar e monitorar os processos do pacote de grandes projetos impostos para a região, além de aprofundar as relações com o conjunto de sujeitos

sociais que se insurge em oposição aos saques, expropriação e toda ordem de violência embutidos no sentido de para além da produção acadêmica, contribuir junto às organizações populares da região.

E, ainda elaborar uma ementa de disciplina que contemple o debate em torno das políticas públicas, território e movimentos sociais, e um projeto de extensão ou pesquisa na mesma convergência.

Bibliografia

A Integração Sul-americana e o Brasil: o protagonismo brasileiro na implementação da IIRSA. 1ª. ed. Belém: FASE, 2004

Academia Brasileira de Letras. Inglês de Sousa. Biografia. Disponível em <https://www.academia.org.br/academicos/ingles-de-sousa/biografia>. Acesso maio de 2021

AGUIAR, Diana. **A Geopolítica de Infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia Brasileira**. Fase, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2017/06/A-geopolitica-de-infraestrutura-da-china-na-America-do-Sul.pdf>. Acesso em março de 2021

AHE São Luiz do Tapajós. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA/Cnec Engenharia/Worley Parsons**, 2014. Disponível em <http://www.ibama.gov.br/licenciamento>. Acesso em março de 2021

ALMEIDA, A W. B. **Terras Tradicionalmente Ocupadas: Processos de Territorialização e Movimentos Sociais**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, V6, Nº1. São Paulo, maio de 2004.

..... **Movimentos Sociais e Territorialização na Amazônia**. OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino e MARQUES, Marta Inez Medeiros (ORG) O Campo no Século XXI: Território de Luta, de Vida e de Construção da Justiça Social. Editora Casa Amarela. São Paulo, 2004, p.163-170

.....**Agroestratégias e desterritorialização- direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios**. In. Almeida, A.W. et. al. Capitalismo globalizado e recursos territoriais – fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora lamparina, 2010.

ALMEIDA, R. H.; SANTOS, J. V. DOS; SOUSA, R. V. DE. **AMAZÔNIA(S) EM REDE(S): Rádios da Amazônia protagonizam comunicação alternativa a partir da Rádio Rural de Santarém/PA**. Revista Observatório , v. 4, n. 6, p. 898-925, 8 out. 2018.

ALMEIDA, Rogerio Henrique & CAZULA, Leandro Pansonato. **Expansão da Mineração nas Terras dos Carajás: Pequeno Inventário sobre Conflitos Socioambientais no Projeto S11D da Vale, Novos Sujeitos e Resistências**. Anais do Singa, Curitiba-PR, 2017, P.09.

ALMEIDA, Rogério Henrique. **Empate no Jari**. In Arenas amazônicas: economia, grandes projetos, populações tradicionais, expropriações e resistências. ALMEIDA, Rogério e CAMPELO, Lilian (org). Editora Balaio, Santarém. p. 37 – 57, 2018

ALMEIDA, Rogério Henrique. Encruzilhadas Amazônicas em Tempos de Globalização. Anais do II Congresso Brasileiro de Organização do Espaço/XIV Seminário de Pós Graduação em Geografia, 24 a 28 de março de 2019, Rio Claro/SP, 2019. p. 1092-1104

ALMEIDA, Rogério. **Luta pela terra na Amazônia: Dantas, Mutran e afins**. Revista Sem Terra. Ano XII, maio/junho, edição 50, 2009.

.....**Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins**. Estudos Avançados 24 (68), IEA/USP. 2010. p. 291-298

..... **Pororoca pequena: marolinhas sobre a (s) Amazônia (s) de Cá**. Belém, 2012

ALMEIDA, Rogério. **Territorialização do Campesinato no Sudeste do Pará**. NAEA/UFGPA. Belém, 2012

ARBEX, Jose Junior. **“TERRA SEM POVO”, CRIME SEM CASTIGO: Pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia**. In. TOREES, Maurício (org). Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005. p.21-66

ARCHANJO, Elaine Cristina. Quilombos de Oriximiná: escravidão, fuga e memória no século XIX (Pará – Brasil): Rev. Hist. UEG - Anápolis, v.3, n.2, p. 52-70, jul./dez. 2014

BARROS, Junior, Márcio Benassuly. **De Agrovila a Nó Logístico do Agronegócio na AMAZÔNIA: O Caso de Miritituba, Itaituba, Pará**. Geosul, Florianópolis, v. 34, n. 71- Dossiê Agronegócios no Brasil, p. 382-406, abril, 2019.

BECKER, B. **Gestão do território e territorialidade na Amazônia: a CVRD e os garimpeiros em Carajás**. In. LÉNA, Philippe e OLIVERIA, Adélia E (orgs.). **Amazônia: a fronteira 20 anos depois**. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 1991. p. 333-351.

-----**Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n.53, p. 71-86, 2005.

----- **A Geografia e o Resgate da Geopolítica.** Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, v. 2, N.1, p. 117-150, 2012

..... **Geopolítica na Virada no Milênio: logística e desenvolvimento sustentável.** In CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (org). Geografia: Conceitos e Temas. Bertran Brasil. Rio de Janeiro, 2017. p.271-308

BERTONI, Estevão. **NO PA, preso soma R\$ 40 mi em multas por desmate.** Folha de São Paulo, São Paulo, 08 de março de 2015, Caderno Poder. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1599711-no-pa-preso-soma-r-40-mi-em-multas-por-desmate.shtml>. Acesso em: jul 2020.

BRAGANÇA, D. **Governo reduz Jamanxim em 57% para resolver caos fundiário.** Disponível em: <http://www.oeco.org.br/noticias/governo-reduz-jamanxim-em-43-para-resolver-caos-fundiario/>. Site o Eco, 22, de dezembro de 2016. Acesso em: 12 de junho de 2017.

BRASIL. **Arco Norte: o desafio logístico/Câmara dos Deputados, Centro de Estudos e Debates Estratégicos, Consultoria Legislativa; relatores Lúcio Vale, Remídio Monai; Tarcísio Gomes de Freitas, Alberto Pinheiro.** – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudios/pdf/estudo-arco-norte>. Acesso, novembro de 2020.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR 163 – Cuiabá-Santarém,** 2005

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **"A Comunidade Remanescente de Quilombo do Tingu". Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).** Santarém, Pará, 2011

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **"A Comunidade Remanescente de Quilombo do Tingu". Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).** Santarém, Pará, 2011

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Ata da Reunião do Grupo de Trabalho - GT, para acompanhamento e discussão a respeito da sobreposição de terras entre quilombolas e indígenas.** Santarém/PA, S/D.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Ata da Reunião do Grupo de Trabalho - GT, para acompanhamento e discussão a respeito da sobreposição de terras entre quilombolas e indígenas.** Santarém/PA, S/D.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ. Processos Abertos por Região. Brasília, 2018

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Levantamento Ambiental, Fundiário e de Sobreposição do Território Quilombola do Tinguu.** Santarém, Pará, 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Levantamento Ambiental, Fundiário e de Sobreposição do Território Quilombola do Tinguu.** Santarém, Pará, 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório Antropológico de Identificação da Comunidade de Remanescente de Quilombo Murumurutuba** – Filhos de Murumurutuba, Santarém, Pará, 2011

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório Agrônômico do Território Quilombola do Bom Jardim.** Santarém, Pará, 2008

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório Antropológico de Identificação da Comunidade de Remanescente de Quilombo do Bom Jardim,** Santarém, 2008

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório Antropológico de Identificação da Comunidade de Remanescente de Quilombo Murumurutuba** – Filhos de Murumurutuba, Santarém, Pará, 2011

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório Agrônômico do Território Quilombola do Bom Jardim.** Santarém, Pará, 2008

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório Antropológico de Identificação da Comunidade de Remanescente de Quilombo do Bom Jardim,** Santarém, 2008

Brasil. Poder Judiciário. Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Vara Única de Itaituba. **Sentença contra o Ibama e outros réus por conta de Ação Civil Pública do Ministério Público Federal contra o processo de licenciamento da AHE São Luiz Tapajós.** Itaituba, 2015.

CAMPOS, Renata Bulcão. **"Será que já raiou a liberdade?": Abolição e negritude nas escolas de samba do Rio de Janeiro.** Anais do Encontro Regional de História Anpuh-Rio, 2014

CANTO, O et al. Mineradora ALCOA: Território e conflito no Município de Juruti-Pará-Amazônia-Brasil Revista GeoAmazônia – ISSN: 2358-1778 (on line) 1980-7759 (impresso), Belém, v. 03, n. 05, p. 63 - 79, jan./jun. 2015.

CANNABRAVA, F. **América Latina Pós Consenso de Washington- compondo uma nova cultura**. Nova Sociedade Comunicação, São Paulo, 2003.

CARNEIRO, Edson. **Singularidade dos Quilombos**. In Os Quilombos na dinâmica social do Brasil. MOURA, Clovis (org). EDUFAL. Maceió, Alagoas.2001. p-11-21
Carta de Repúdio do Sindicato dos Sociólogos (as) do Oeste do Pará – SINSOP. Santarém/PA, dezembro de 2018.

CARVALHO, Guilherme. **Grandes obras de infraestrutura na região amazônica: histórico, tendências e desafios**. Revista Latinoamericana de Derecho y Políticas Ambientales. Año 2, N°. 2, Costa Rica, Agosto, 2012

CASTRO, E. **Quilombolas de Bujarú – Memória da Escravidão, Territorialidade e Titulação da Terra**. Convênio SEJU/ Programa RAÍZES/ UNAMAZ. Projeto de Pesquisa Mapeamento de Comunidades Negras Rurais no Estado do Pará. NAEA/UFPA, Belém-PA, 2003.

..... **Expansão da Fronteira, Megaprojetos de Infraestrutura e Integração Sul-americana**. Salvador: Caderno CRH, v.25°, p45-61, jan/abril,2012.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. Editora Xamã, São Paulo, 1996

COELHO, M.C. **A CVRD e o Processo de (RE) Estruturação e Mudança na Área de Carajás (Pará)**. In: COELHO, M.C. & COTA, R. (org.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém. UFPA/ NAEA,1997, p.51-78

COELHO. M.C., LOPES, A G., SILVA. A, SILVA, F, FONSECA. H, MATOS. I., SOUZA. M. Território, cidades e entornos no espaço da mineração em Carajás/Pará – Amazônia Oriental. In. TRINDADE, S. & ROCHA. **Cidade e Empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. G. Editora Paka-Tatu. Belém, Pará. 2002, p.137 a 170

COLÓN, Marcos. **A Floresta Amazônica vai se tornar uma commodity?** Disponível em <https://www.publico.pt/2018/12/22/ciencia/opiniaio/floresta-amazonica-commodity-1855688>. Acesso janeiro de 2020

COSTA W.M. **Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo, Edusp, 1992.

----- **O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração**, *Confins* [Online], 7 | 2009, posto online no dia 31 Outubro 2009,

consultado o 17 Fevereiro 2016. URL : <http://confins.revues.org/6107>
DOI : [10.4000/confins.6107](https://doi.org/10.4000/confins.6107)

----- **A Geopolítica brasileira e sua influência no pensamento estratégico nacional.** *L'Espace Politique* [En ligne], 31 | 2017-1, mis en ligne le 04 avril 2017

COSTA, Francisco de Assis. Grande empresa e agricultura na Amazônia: dois momentos, dois fracassos Paper do NAEA 094, Junho de 1998

COSTA, Tatiane de Cássia Silva. **A RELAÇÃO CIDADE E RIO NA AMAZÔNIA:** mudanças e permanências frente ao processo de urbanização recente, o exemplo de Santarém (PA). Dissertação de Mestrado Núcleo de Altos Estudos Amazônia, NAEA/UFPA. Belém, 2012.

CRUZ, V. C. **Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. Geografia e Giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico.** 1ed. Rio de Janeiro: Letra capital, 2017, v. 1, p. 15-36.

CUNHA, Candido *et al.* **Consulta Prévia, Livre e Informada: O Caso da Construção do Complexo Portuário do Maicá, no Município de Santarém, Pará.** In 21º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO AMBIENTAL Teses de Estudantes de Graduação / Papers of Law School Students, p. 87-101. São Paulo, 2016

DEL ARCO, Diego Pérez Ojeda. **As comunidades quilombolas de Santarém/PA e o Porto de Maicá:** os efeitos sociais de um empreendimento anunciado. Departamento de Antropologia Instituto de Ciências, História e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ, 2017.

DEUS, Zélia Amador de. Zélia Amador de Deus (depoimento, 2006). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 55min).

Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Baixo Amazonas. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas no Pará (Fapespa). Disponível em http://www.fapespa.pa.gov.br/sites/default/files/Perfil_Regiao_Baixo_Amazonas.pdf.

Acesso junho de 2020

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e eurocentrismo.** *En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.55-70. Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Dussel.rtf>

DUTRA, M. A redescoberta midiática da Amazônia: sedutoras reiterações dos discursos sobre a natureza. Tese. Universidade Federal do Pará/NAEA, 2005

Entenda o que é a Renca e os impactos da sua extinção por Temer. Disponível em <https://pt.org.br/entenda-o-que-e-a-renca-e-os-impactos-da-sua-extincao-por-temer/>.

Acesso em 03 de maio de 2021

EIRAS, Rafael Garcia Madalen. O filme Quilombo: uma outra história negra. EM TEMPO DE HISTÓRIAS | Brasília-DF | n. 37 | p. 123-147 | jul./dez. 2020.

EMMI, Marília Ferreira. Italianos na Amazônia (1870-1950): pioneirismo econômico e identidade. Belém: NAEA, 2008.

FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978

-----O significado do protesto negro. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

FERNANDES, B. M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.** Revista Nera, Presidente Prudente Ano 8, n. 6 p. 14 - 34 Jan./jun. 2005.

..... **500 anos de luta pela terra.** CULTURA VOZES, Petrópolis,. <http://www.culturavozes.com.br/revistas/0293html>, capturado no dia 22 de janeiro de 2006

FERNANDES, M. **Donos de Terras: trajetória da União Democrática Ruralista – UDR.** UFPA/NAEA, Belém, 1999.

FICO, C. **Versões e Controvérsias Sobre 1964 e a Ditadura Militar.** Revista Brasileira de História, São Paulo, vol. 24, nº 47, 2004, p. 29-60.

FOLHES, Ricardo; CAMARGO, Maria Luiza. **Latifúndio, Conflito e Desenvolvimento no Vale do Jari: do Aviamento ao Capitalismo Verde.** AGRÁRIA, São Paulo/USP, No. 18, pp. 114-140, 2013

FUNES, Eurípedes A. Nasci nas Matas Nunca tive Senhor: História e Memória dos Mocambos no Baixo Amazonas. São Paulo: USP, 1995.

GIL, Henrique de Freitas Chimenes. **O Pensamento Geopolítico de Golbery do Couto e Silva e os Povos Tradicionais na Amazônia: uma Relação Tensa.** Revista Geopolítica Transfronteiriça, v. 1, nº 1, 2021, pp. 120-140

GOMES, Denise Maria Cavalcante et al. **Múltiplos Territórios: Os Sítios Vizinhos às Grandes Aldeias de Santarém/PA**. Revista de Arqueologia. Volume 31, Nº01, p.03-24. Disponível em <https://www.revista.sabnet.org/index.php/SAB/article/view/492>. Acesso agosto de 2018.

GOMES, Paulo César da Costa. **O Conceito de Região e sua Discussão**. In CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (org). Geografia: Conceitos e Temas. Bertran Brasil. Rio de Janeiro, 2017. p.49-76

GONÇALVES, Leite Guilherme e COSTA, Sérgio. **Um Porto no Capitalismo Global**. Editora Boitempo. São Paulo, 2020.

GUERRERO, N.R. 2012. Em terra vestida: contradições de um processo de territorialização camponesa na Resex Quilombo do Frechal (MA). Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – FFLCH-USP, São Paulo.

GRANDIN, Greg. **Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva**. Tradução Nivaldo Montingelli Jr. Rocco. Rio de Janeiro, 2010

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**, Editora Contexto, Rio de Janeiro, 2002.

HARRIS, Mark. **Rebelião na Amazônia: Cabanagem, Raça e Cultura Popular no Norte do Brasil (1798-1840)**. Editora Unicamp, Campinas/SP, 2017.

HARVEY, David. The “New Imperialism”: accumulation by dispossession. *Socialist Register*, 40, 2009, p.63-87

-----**O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HÉBETTE, J. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. EDUFPA, Belém, 2004, Vol. III.

HOLANDA, de S. B. **Raízes do Brasil**. Companhia das Letras, São Paulo, 2003.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama [et al]. **Linha do tempo do Baixo Amazonas Paraense: (re) territorialização de um espaço de várzeas**. Embrapa Amazônia Oriental. Belém, PA,2010.

<https://www.alcoa.com/brasil/pt>. Acesso janeiro de 2021

<https://www.cargill.com.br/>. Acesso, janeiro de 2021

IANNI, OCTAVIO. **Escravidão e racismo**. Editora Hucitec, São Paulo, 1978.

.....**A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia.** Petrópolis, Vozes. 1979.

----- **A sociologia no século XXI**, Humanas. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, v-18, n.º 1/2, jun/dez,1995.

IIRSA - Iniciativa para a integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana. BID/CAF/FONPLATA, 2011.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **BR 163 Sustentável**. 2009. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/BR163>. Acesso em julho de 2019.

IORIS, Rafael e MOZER, Josiane. **Parceiros em quê? A Aliança para o progresso e a Política Editorial de Modernização da América Latina no Contexto da Guerra Fria. Esboços**, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 529-548, set./dez. 2019. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2019.e61478/41006>. Acesso em dezembro de 2019.

JNT – Justiça nos Trilhos. **Dossiê dos Impactos e Violações da Vale no Mundo. Açailândia\MA e Rio de Janeiro\RJ**, 2010. Disponível em: <<http://www.justicanostrilhos.org/nota/557>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

Justiça reconhece manutenção de posse em favor de famílias da comunidade quilombola Tinguu, em Santarém. Site G1 Santarém. Disponível em <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2019/10/23/justica-reconhece-manutencao-de-posse-em-favor-de-familias-da-comunidade-quilombola-tinguu-em-santarem.ghtml>. Acesso, novembro, 2020

LANDER, Edgardo. **Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos**. *En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org)*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.21-53. Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Lander.rtf>

MACGRATH, David. **Parceiros no Crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional**. Novos Cadernos do NAEA, 1999, p. 57-72.

MALCHER, M. A. F. **Territorialidade quilombola no Pará: um estudo da comunidade São Judas, município de Bujaru e da comunidade do Cravo, município de Concórdia do Pará**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2011

Manifesto Contra a Revisão do Plano Diretor da Cidade que favoreceu a Embraps encaminhado ao prefeito Nélio Aguiar. Ermínia Maricato/USP e outros professores. São Paulo, 18 de dezembro de 2018.

MARGARIT, Eduardo. **A ressignificação da navegação do Baixo Amazonas a partir da integração ao circuito produtivo do agronegócio.** In Dossiê Baixo Amazonas. Terceira Margem Amazônia / Outras Expressões. - v.3, n.11. ALMEIDA, Rogerio Henrique et al. (org). São Paulo: Outras Expressões, 2018.p.38-55

MARIN, R. A e CASTRO, E. R. **Mobilização Política de Comunidades Negras Rurais Domínios de um Conhecimento Praxiológico.** Novos Cadernos NAEA/UFPA vol. 2, nº 2 – Belém, dezembro 1999

MARQUES, Gilberto de Souza. **Amazônia: riqueza, degradação e saque.** Editora Expressão Popular. São Paulo, 2019

MARISTELLA, Svampa. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências.** Editora Efeante. São Paulo, 2019

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** Petrópolis: Vozes, 1981.

-----**Expropriação e Violência: a questão política no campo.** São Paulo, Hucitec, 3ª edição, 1991.

----- **A chegada do Estranho,** USP, 1993

-----**O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira.** *Tempo Social;* Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

-----**Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Editora Contexto, 2012.

----- **O Cativo da Terra** [9ª edição]. Editora Contexto, São Paulo, 2013

MARX, Karl. **O Capital. Livro I.** Boitempo. São Paulo, 2018

MIGNOLO, Walter D. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade.** *En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina.

setembro 2005. pp.71-103. Disponible en la World Wide Web:
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Mignolo.rtf>

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional**. v. 8, n. 1, p. 141-187. jun. 2005

MONTEIRO, Telma. JERICÓ-DAMINELLO, Camila, SOUZA JUNIOR, Wilson Cabral. **A bacia do rio Tapajós: caracterização e contexto socioambiental**. In. Tapajós: hidrelétricas, infraestrutura e caos: elementos para a governança da sustentabilidade em uma região singular / organizado por Wilson Cabral de Sousa Júnior. 1.ed. São José dos Campos: ITA/CTA, 2014. p.16- 35. Acesso em novembro de 2018.

MOURA, Clovis. **Rebeliões na Senzala**. Edições Zumbi. São Paulo, 1959

.....**Os Quilombos na dinâmica social do Brasil**. MOURA, Clovis (org). EDUFAL. Maceió, Alagoas.2001

.....**Dialética Radical do Brasil Negro**. Editora Anita Garibaldi, 3ª Edição. São Paulo, 2020

MPF recomenda que a Alcoa se retire do assentamento Lago Grande, em Santarém (PA). Disponível em <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-pa-recomenda-que-a-alcoa-se- retire-do-assentamento-lago-grande-em-santarem>. Acesso em janeiro de 2021

MPF/PA: decisão do CNJ de cancelar títulos é oportunidade histórica. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/decisao-do-cnj-de-cancelar-titulos-e-oportunidade-historica>. Acesso junho 2020.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Bases da Formação Territorial do Brasil. GEOGRAFARES, Vitória, Nº 2, jun. 2001. p. 105-112

Nota de Repúdio da Famcos à Câmara Municipal de Santarém. Federação das Associações de Moradores e Organizações Comunitárias de Santarém (Famcos). Santarém, dezembro de 2018.

O'Dwyer, E. C. 2005. A construção da Várzea como problema social na Região do Baixo Amazonas, In: Diversidade socioambiental nas Várzeas dos rios Amazonas e Solimões: Perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Lima, D. (Org.). Manaus: IBAMA/ProVárzea

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Geografia das Lutas do Campo**. São Paulo, Contexto, 1994.

-----**Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos.**

Campinas – SP, Papirus, [5ªedição] 1995.

-----**Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI. In. O Campo no Século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social.** OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino e MARQUES, Marta Inez Medeiros (org). Casa Amarela, São Paulo, 2004, p-29-70

.....**BR 163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização.** In. TORRES, Maurício (org). Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005. p.67-185

-----**Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta.** p.28-42. Conflitos no Campo/Relatório da Comissão Pastoral da Terra/CPT, Goiânia, 2015.

-----**A Fronteira Amazônica mato-Grossense: Grilagem, Corrupção e Violência.** São Paulo: Iandé Editorial, 2016

Os Impactos Sociais da Soja no Pará. Comissão Pastoral da Terra (CPT), Santarém/PA, 2008.

OLIVEIRA, Rodrigo. Os Protocolos de Consulta. In Protocolos de consulta prévia e o direito à livre determinação / Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Liana Amin Lima da Silva, Rodrigo Oliveira, Carolina Motoki. Verena Glass (org.). – São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; CEPEDIS, 2019. p.109 a 244

PASSOS, Thaís Virga. **A Importância da Integração Física Internacional para o Desenvolvimento Intrarregional da Amazônia: Um Olhar ao Eixo Amazonas.** Universidade Federal de São Paulo. Dissertação, 2015

PEREIRA, Edir Augusto Dias. **Ensaio de Amazônia.** UFF, Niterói/RJ, 2016

PINTO, Lúcio Flávio. **Jari: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig.** Marco Zero. São Paulo, 1986

.....**Os Grandes Projetos e a crise.** In: Os Grandes projetos da Amazônia: Impactos e perspectivas. COSTA, J.M.M (org.), Belém, UFPA/NAEA. Cadernos do NAEA, nº09,1987, p.73-103.

..... Jornal Pessoal, n. 527 – Dezembro de 2012, 2.^a quinzena. Belém, PA. (2012)

PONTES JR, Felício. Apresentação. In Protocolos de consulta prévia e o direito à livre determinação / Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Liana Amin Lima da Silva, Rodrigo Oliveira, Carolina Motoki. Verena Glass (org.). – São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; CEPEDIS, 2019. p.11 a 19

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

-----**A Ecologia Política na América Latina: Reapropriação Social da Natureza e Reinvenção dos Territórios**. R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.9, n.1, p.16-50, Jan./Jul. 2012

-----**Amazônia- encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. Editora Consequência, Rio de Janeiro, 2017

----- **Geografia e Natureza: Entre Ciência, Saberes e Política, a Reapropriação Social da Natureza**. p. 19 – 42. In Perspectivas de Natureza- epistemologia, negócios de natureza e América Latina, VOL II. MARQUES, Marta Inez Medeiros et al. Annablume, São Paulo, 2018

Projeto Norte Competitivo. Confederação Nacional da Indústria. Ação Pró Amazônia – Federação das Indústrias da Amazônia Legal. Brasília, julho de 2011. Disponível em http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2013/02/25/3202/20130225180821358791e.pdf. Acesso janeiro de 2020

PY-DANIEL... [et al.], Anne Rapp **Uma Santarém mais antiga sob o olhar da Arqueologia**. Belém: MPEG, 2017.

PYL, Bianca. Primeira titulação de terra quilombola no Brasil completa 20 anos. Disponível em <https://diplomatie.org.br/primeira-titulacao-de-terra-quilombola-no-brasil-completa-20-anos/>. Acesso em setembro de 2021.

PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. Editora Brasiliense. São Paulo, 1963

QUARESMA, Edilmar. **Encontro Raízes Negras: da Identificação Coletiva às Lutas por Políticas Públicas**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da UFOPA. **Santarém/PA**, 2019

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. *En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-*

americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278. Disponível em la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>

Quilombola é assassinado em Santarém em área de conflito por terra e água; Terra de Diretos. Disponível em <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/quilombola-e-assassinado-em-santarem-em-area-de-conflito-por-terra-e-agua/22932>. Acesso em setembro de 2020

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAISG, Red Amazónica de Información Socioambiental e Georreferenciada. **Amal em zônia sob Pressão**. Disponível em <https://raisg.socioambiental.org/amazonia-bajo-presion-2012>, Acesso em dezembro de 2016.

Register, v. 40,2009, p.63-87

REIS, Ana Beatriz e RODRIGUES, Yuri (org). **A Luta pelo Direito à Cidade na Amazônia: o processo de revisão do Plano Diretor de Santarém/Pa**. Fase, Santarém/PA, 2019. Disponível em https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/10/D_L_PLANO-DIRETOR-E-DIREITO-A-CIDADE_EBOOK2-1.pdf. Acesso jan/2021

Relatório Antropológico de Identificação da Comunidade Remanescente de Quilombo de Murumurutuba. Universidade Federal Fluminense (UFF). Os Filhos de Murumurutuba. 2011.

Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Terminal Portuário da Embraps. FADESP, Belém, 2014

RIBEIRO, Thiago Carlos Lopes et al. **Complexo Hidroelétrico do Tapajós: dados, contexto e análise**. In. **Tapajós: hidrelétricas, infraestrutura e caos: elementos para a governança da sustentabilidade em uma região singular**. SOUZA JUNIOR, Wilson Cabral. São José dos Campos, ITA/CTA, 2014. p. 87-100.

ROCHA, Bruna Cigaran e Vinícius Honorato de Oliveira. **Floresta virgem? O longo passado humano da bacia do Tapajós**. In. **Ocekadi: hidrelétricas, conflitos socioambientais e resistência na Bacia do Tapajós / ALARCON, Daniela Fernandes et al (org)**. Universidade Federal do Oeste do Pará, 2016. p 395-416

RODRIGUES, J. C.; RODRIGUES, J. **A produção de complexos portuários no município de Itaituba, Oeste do Pará: lógicas e contradições das políticas públicas**. Caminhos de Geografia, v. 16, n. 56, p. 1-21, 2015.

RODRIGUES, Jondison Cardoso; RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. **Política Territorial no Oeste do Estado do Pará: Identificação, Análise e Relação da Política Pública Portuária do Município de Itaituba.** p.27 – 43. Rev. Geogr. Acadêmica v.10, n.1,2016.

SÁ, P. **Carajás: proposta de Desenvolvimento Regional Integrado.** In: COSTA, J.M.M (org.). Os Grandes projetos da Amazônia: Impactos e perspectivas. Belém, UFPA/NAEA. **Cadernos do NAEA**, nº09, 1987, p.73 – 103

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará.** Fundação Getúlio Vargas e Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, Pará, 1971.

SANTOS, Gilvanice Trindade. Áreas de Proteção Ambiental de Santarém. Disponível em <https://www.facebook.com/revistavoxsa/posts/1244480368992304/>. Acesso agosto de 2019

SANTOS, Layza Queiroz e MARTINS, Pedro Sergio Vieira. **Pluralismo jurídico e a construção do Protocolo de Consulta: a experiência da Federação Quilombola de Santarém, Pará.** In Dossiê Baixo Amazonas. Terceira Margem Amazônia / Outras Expressões. - v.3, n.11. ALMEIDA, Rogerio Henrique et al. (org). São Paulo: Outras Expressões, 2018.p.118-134

SANTOS, M. **Por uma outra globalização.** São Paulo: Record, 2000

-----**Técnica Espaço Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional.** Edusp. São Paulo, 2013

Sem Licença para Destruição Cargill e Violação de Direitos no Tapajós. Terra de Direitos, 2021.

SARMENTO, Ana Maria Silva. Protocolo de consulta prévia: instrumento de diálogo e de fortalecimento das comunidades quilombolas do Maicá, Santarém - PA / Ana Maria Silva Sarmento. – Santarém, 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Programa de Pós Graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento.

SENA, Cristovam. **Fordlândia: breve relato da presença americana na Amazônia.** Cadernos de História da Ciência – Instituto Butantan – vol. IV (2) jul-dez, p. 89 – 108, 2008

SILVA, Liana Lima da. Os Sujeitos da Convenção N.169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Direito à Consulta e ao Consentimento Prévio, Livre e Informado (CCPLI).In Protocolos de consulta prévia e o direito à livre determinação / Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Liana Amin Lima da Silva, Rodrigo Oliveira, Carolina Motoki. Verena Glass (org.). – São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; CEPEDIS, 2019. p. 47 a 99

- SODRÉ, Muniz. **Pensar Nagô**. Petrópolis/RJ. Editora Vozes, 2017
- SOUSA, Inglês. **História de um pescador** (Cenas da vida no Amazonas). 2ª ed. Belém: SECULT, 1990
-**O Coronel Sangrado**. Edufpa, Belém/PA, 2003
- O Cacaalista**. Edufpa, Belém/PA, 2004
- Contos Amazônicos**. Editora Martin Claret. São Paulo, 2005
- SOUSA. M. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (org). **Geografia: conceitos e temas**. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1995. p.77 - 117.
- TAFNER JUNIOR, Armado Wilson. SILVA, Fábio Carlos da. **Alta Floresta: uma colônia de Ariosto da Riva em Mato Grosso**. Novos Cadernos do NAEA. Belém, 19, n. 3, p. 205-232, set-dez 2016
- SOUZA FILHO, Carlos Marés. A Força Vinculante do Protocolo de Consulta. In. Protocolos de consulta prévia e o direito à livre determinação / Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Liana Amin Lima da Silva, Rodrigo Oliveira, Carolina Motoki. Verena Glass (org.). – São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; CEPEDIS, 2019. p. 19 a 49
- Terra de Direitos. Um presente para Santarém: Projeto de Lei para regulamentação da APA Maicá. <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/um-presente-para-santarem-projeto-de-lei-para-regulamentacao-da-apa-maica/21072>. Acesso outubro de 2018
- TREECE, David. **Candeia, o projeto Quilombo e a militância antirracista nos anos 1970**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 70, p. 166-188, ago. 2018.
- VALE. **Complexo S11D Eliezer Batista**. Disponível em: <<http://www.vale.com/hotsite/PT/Paginas/Home.aspx>>. Acesso agosto de 2020.
- **Projeto Ferro Carajás S11D: Um novo impulso ao desenvolvimento sustentável do Brasil**. Diretoria de Comunicação Corporativa. Acesso agosto de 2020.
- VAZ, Florêncio. **História e Memórias da Cabanagem no Baixo Amazonas**. [Texto em elaboração para o Projeto de “Memórias da Cabanagem”]. Programa de Antropologia e Arqueologia-PAA/ICS/UFOPA, 2011. Disponível em [HISTÓRIA E MEMÓRIAS DA CABANAGEM NO BAIXO AMAZONAS - FLORENCIO VAZ.pdf](#). acesso agosto de 2020
- VERDUM, R. **Infraestrutura e políticas territoriais do Brasil no contexto da integração sul-americana**. Programa das Américas, Relatório Especial, 16 de novembro (www.ircamericas.org), 2007
- VIEIRA, Judith Costa. **Quilombolas na Cidade: Dilemas do Planejamento Urbano Frente ao Território do Quilombo do Maicá em Santarém-PA**. In Sociologia, Antropologia e Cultura jurídicas. [Recurso eletrônico on-line] organização: CONPEDI/

UNICURITIBA; coordenadores: José Alcebíades de Oliveira Junior, Regina Lucia Teixeira Mendes, Maria Luisa Scaramella. – Florianópolis: FUNJAB, 2013, p. 40-73.

WASHINGTON, ACORDOS DE. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/washington-acordos-de>. Acesso em novembro de 2019.